



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALEXANDRE LANDIM FELIX

O DEUS DAS URNAS: RELIGIÃO E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL

FORTALEZA

2023

ALEXANDRE LANDIM FELIX

O DEUS DAS URNAS: RELIGIÃO E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Pensamento Social, Imaginário e Religião.

Orientador: Jawdat Abu-El-Haj.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L246d Landim Felix, Alexandre.

O deus das urnas : religião e eleições presidenciais no Brasil / Alexandre Landim Felix. – 2023.
226 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj.

1. religião. 2. eleições. 3. comportamento eleitoral. I. Título.

CDD 301

ALEXANDRE LANDIM FELIX

O DEUS DAS URNAS: RELIGIÃO E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Pensamento Social, Imaginário e Religião.

Aprovada em: 24/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Monalisa Soares Lopes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Livia Reis Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Ricardo Mariano
Universidade de São Paulo (USP)

Para Levi.

AGRADECIMENTOS

Não raro, quando estou dirigindo e meu filho Levi no banco de trás no carro, ele me chama a atenção: “olha, pai, aquela nuvem parece um camaleão”, tentando dar sentido ao algodão sobre a tela azul. Eu sorrio: “é verdade, parece!”. Tal como a imaginação infantil, que brinca de formar desenhos no céu, os pesquisadores também buscam encontrar padrões em fenômenos supostamente aleatórios. Mas diferente da criança, neste trabalho reuni dados para que outras pessoas pudessem ver a mesma nuvem que eu. Por esse e outros ensinamentos, esta tese é dedicada ao Levi. Obrigado, filho.

Também agradeço aos meus pais, Francisca e Francisco, por fazerem da educação um valor em minha vida, e à minha irmã Ana, por ter dividido comigo os trajetos escolares (e sonhos) por muitos anos.

Ao professor Jawdat Abu-El-Haj, agradeço a generosidade em assumir a orientação da tese em seus meses finais, após a aposentadoria da querida professora Julia Miranda, estabelecendo um diálogo franco e astuto, sem o qual eu não teria chegado a muitas conclusões que dão coesão a este trabalho. À professora Julia Miranda, agradeço a amizade, os conselhos e o incentivo nos anos iniciais do doutorado. Também pude conversar a respeito desta investigação com intelectuais de referência no Brasil. Ao professor Marcelo Camurça, sou grato pelas discussões e aulas durante a sua estadia em Fortaleza, e observações no exame de qualificação, juntamente com o professor Fábio Gentile. Também agradeço aos professores César e Irllys Barreira, Alba Carvalho e Leonardo Sá, pelas aulas no PPGS da Universidade Federal do Ceará. E aos colegas de turma, representados por Iris Abreu e Marcos Gigio.

Aos professores Éloi Ficquet e Stéphane Breton, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, sou grato pela possibilidade de acompanhar seus seminários em um momento em que ampliar os horizontes era uma necessidade. Lira Neto e seu generoso curso de escrita foram fundamentais para que eu encontrasse o “tom” da narrativa. Institucionalmente, é preciso mencionar que esta tese não existiria se não fosse a disponibilização dos relatórios de *surveys* pelo Datafolha e o acesso ao banco de dados no site do Centro de Estudos de Opinião Pública, da Universidade Estadual de Campinas. Sou grato ao Instituto Federal do Ceará pela fundamental concessão de tempo para a realização deste trabalho e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento da pesquisa. Também sou grato a Karine Dantas pelo incansável trabalho de revisão e normalização da versão final deste texto.

Agradeço à banca examinadora, composta por Livia Reis (MN/UFRJ), Monalisa Soares (UFC), Ricardo Mariano (USP), além de Irllys Barreira (UFC). Socorro Martins e Lorena Sobral, secretárias do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, sempre foram solícitas e auxiliaram na efetivação dos trâmites burocráticos.

Por fim, cabe registrar que, embora diversas pessoas, com as quais divido os créditos dos acertos, tenham colaborado para a realização desta pesquisa – e nesse sentido seja um trabalho coletivo –, as suas falhas e lacunas são de exclusiva responsabilidade do autor.

“A religião vai além da ideia de deuses ou de espíritos” (DURKHEIM, 1996, p. 18).

RESUMO

Esta tese analisa a presença de temas e candidatos com identidades religiosas e as movimentações do eleitorado religioso em eleições presidenciais no Brasil. A sua principal hipótese é de que a religião se consolidou, nos últimos pleitos, como uma “predisposição de longo prazo”, isto é, uma variável essencial na orientação do voto e, por esse motivo, um assunto obrigatório a ser tratado por aspirantes ao Planalto. Assim, concentra a sua investigação nos processos eleitorais de 2010 a 2018, examinando os usos da religião pelas candidaturas e o comportamento eleitoral da opinião pública religiosa diante dos principais eventos das campanhas. Para isso, recorre à pesquisa de tipo hemerográfica, à análise de planos de governo e ao tratamento estatístico de relatórios e bancos de dados de pesquisas do instituto Datafolha. Os resultados apontam a existência de um novo realinhamento eleitoral da sociedade brasileira, não mais baseado na renda, como proposto por Singer (2009), mas sim na filiação religiosa, com eleitores evangélicos se inclinando à direita e católicos à esquerda do espectro político.

Palavras-chave: religião; eleições; comportamento eleitoral.

ABSTRACT

This thesis analyzes the presence of themes and candidates with religious identities and the movements of the religious electorate in presidential elections in Brazil. Its main hypothesis is that religion was consolidated, in the last elections, as a “long-term predisposition”, that is, an essential variable in voting orientation and, for this reason, an obligatory subject to be dealt with by those aspiring to presidential chair. Thus, it focuses its investigation on the electoral processes from 2010 to 2018, examining the uses of religion by candidates, voting patterns and the behavior of religious public opinion in face of the main events of the campaigns. To do this, it uses hemerographic research, the analysis of government plans and the statistical treatment of reports and research databases from the Datafolha institute. The results point to the existence of a new electoral realignment of Brazilian society, no longer based on income, as proposed by Singer (2009), but rather on religious affiliation, with evangelical voters leaning to the right and Catholics to the left of the political spectrum.

Keywords: religion; elections; electoral behavior.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Nota fiscal de 100 mil panfletos encomendados pela Mitra Diocesana de Guarulhos	47
Figura 2 -	Folheto assinado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul	48
Figura 3 -	Vídeo de Paschoal Piragine Júnior que “viralizou” na internet	49
Figura 4 -	Outdoor contratado por Silas Malafaia	50
Figura 5 -	Folha Universal publicada na semana do dia 06 de outubro de 2010	58
Figura 6 -	Lula e Serra na abertura do programa eleitoral do PSDB, em 2010	60
Figura 7 -	Santinho distribuído pela campanha de José Serra no 2º turno presidencial de 2010	64
Figura 8 -	Marina Silva participa de culto da Assembleia de Deus, em Mogi Guaçu	71
Figura 9 -	Propaganda negativa contra Dilma e a favor de Marina	93
Figura 10 -	Twitter de Silas Malafaia	93
Figura 11 -	Propaganda negativa do PT contra Marina Silva	100
Figura 12 -	Propaganda negativa de Aécio contra Marina	108
Figura 13 -	Material pró-Marina	124
Figura 14 -	Meme relacionando Marina Silva a Neca Setubal	125
Figura 15 -	Montagem do jornal Folha de S. Paulo noticiando informação falsa	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Composição religiosa (%) (Eleitorado brasileiro)	19
Gráfico 2 -	Composição religiosa (%) (População brasileira)	19
Gráfico 3 -	Recebimento de mensagens contendo críticas aos candidatos à presidência no 1º turno de 2010 (%) (Religiões)	51
Gráfico 4 -	Recebimento de mensagens contendo críticas aos candidatos à presidência no 1º turno de 2010 (%) (Segmentos evangélicos)	51
Gráfico 5 -	Recebimento de mensagens contendo críticas aos candidatos à presidência no 1º Turno de 2010 - por denominação evangélica (%)	52
Gráfico 6 -	Recebeu orientação na igreja sobre em qual candidato não votar? (%) (Religiões)	53
Gráfico 7 -	Recebeu orientação na igreja sobre em qual candidato não votar? (%) (Denominações evangélicas)	53
Gráfico 8 -	Grau de conservadorismo religioso por denominação religiosa - 2010 (%)	54
Gráfico 9 -	Mudança de voto de acordo com a orientação da igreja (%) (Religiões)	55
Gráfico 10 -	Mudança de voto de acordo com a orientação da igreja (%) (Denominações evangélicas)	55
Gráfico 11 -	Intenção de votos no candidato José Serra no 2º turno presidencial de 2010 - votos totais e por segmento religioso	66
Gráfico 12 -	Intenção de votos na candidata Dilma Rousseff no 2º turno presidencial de 2010 - votos totais e por segmento religioso	67
Gráfico 13 -	Intenção de votos no 2º turno de 2010 (%) (Espíritas)	68
Gráfico 14 -	Intenção de votos no 2º turno de 2010 (%) (Sem religião)	68
Gráfico 15 -	Intenção de votos por segmento religioso no 2º turno presidencial de 2010	69
Gráfico 16 -	Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%) (A lei deve permanecer inalterada - Total da amostra)	72
Gráfico 17 -	Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%) (Intenção de votos e sexo)	72
Gráfico 18 -	Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%) (Religiões)	72

Gráfico 19 -	Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%) (Segmentos evangélicos)	72
Gráfico 20 -	Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%)	73
Gráfico 21 -	Intenção de votos 1º turno - escolaridade (%)	74
Gráfico 22 -	Voto evangélico no 1º turno (%) (2002)	75
Gráfico 23 -	Voto evangélico no 1º turno (%) (2010)	75
Gráfico 24 -	Qual é o principal problema do país hoje? (%)	76
Gráfico 25 -	Votos no 1º turno (%) (Idade)	77
Gráfico 26 -	Votos no 1º turno (%) (Sexo)	77
Gráfico 27 -	Intenção de votos em 29 e 30/10 (%) (Segmentos evangélicos)	82
Gráfico 28 -	Intenção de votos em 29 e 30/10 (%) (Religião)	82
Gráfico 29 -	Voto declarado em Dilma Rousseff no 1º turno de 2010 e 2014 - por religião (%)	88
Gráfico 30 -	Avaliação do governo Dilma - outubro de 2014 - por religião (%)	89
Gráfico 31 -	Soma de “Ótimo” e “Bom” - Lula v.s. Dilma - por religião (%)	89
Gráfico 32 -	Rejeição - 1º turno de 2014 - por religião (%)	90
Gráfico 33 -	Rejeição - 1º turno de 2010 - por religião (%)	91
Gráfico 34 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Total da amostra)	95
Gráfico 35 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Católicos)	95
Gráfico 36 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Evangélicos pentecostais)	96
Gráfico 37 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Evangélicos não pentecostais)	96
Gráfico 38 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Espírita)	96
Gráfico 39 -	Intenção de votos 1º turno de 2014 (%) (Sem religião)	96
Gráfico 40 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Total)	97
Gráfico 41 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Católica)	97
Gráfico 42 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Ev. pentecostal)	97
Gráfico 43 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Ev. não pentecostal)	97
Gráfico 44 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Espírita)	98
Gráfico 45 -	Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Sem religião)	98
Gráfico 46 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Umbanda)	98

Gráfico 47 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Candomblé)	98
Gráfico 48 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Ateu)	99
Gráfico 49 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Total da amostra)	101
Gráfico 50 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Católicos)	101
Gráfico 51 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Evangélicos pentecostais)	101
Gráfico 52 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Evangélicos não pentecostais)	101
Gráfico 53 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Espíritas)	102
Gráfico 54 -	Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%) (Sem religião)	102
Gráfico 55 -	Intenção de votos no 2º turno de 2010 e 2014 - Dilma - por religião (%)	103
Gráfico 56 -	Intenção de voto no 2º turno 2014 - eleitores de Marina (%)	103
Gráfico 57 -	Intenção de votos - 1º turno (%) (Total da amostra)	105
Gráfico 58 -	Intenção de votos - 1º turno (%) (Religiões)	105
Gráfico 59 -	Intenção de votos em Aécio - 1º turno (%) (Religiões)	106
Gráfico 60 -	Intenção de votos em Aécio - 1º turno (%) (Escolaridade e renda)	106
Gráfico 61 -	Perfil da amostra Datafolha 2014 (%) (Escolaridade)	107
Gráfico 62 -	Perfil da amostra Datafolha 2014 (%) (Renda)	107
Gráfico 63 -	Intenção de votos e rejeição à Marina - 1º turno (%)	109
Gráfico 64 -	Quem Marina deveria apoiar no 2º turno? (%)	110
Gráfico 65 -	Rejeição 2º turno (%) (Total)	111
Gráfico 66 -	Rejeição 2º turno (%) (Católicos)	111
Gráfico 67 -	Rejeição 2º turno (%) (Ev. pentecostais)	112
Gráfico 68 -	Rejeição 2º turno (%) (Ev. não pentecostais)	112
Gráfico 69 -	Rejeição 2º turno (%) (Espíritas)	112
Gráfico 70 -	Rejeição 2º turno (%) (Sem religião)	112
Gráfico 71 -	Rejeição por regiões geográficas (%) (Sudeste)	113
Gráfico 72 -	Rejeição por regiões geográficas (%) (Sul)	113
Gráfico 73 -	Rejeição por regiões geográficas (%) (Nordeste)	113

Gráfico 74 -	Rejeição por regiões geográficas (%) (Norte)	113
Gráfico 75 -	Rejeição por regiões geográficas (%) (Centro-Oeste)	114
Gráfico 76 -	Religiões por região geográfica (%)	115
Gráfico 77 -	Intenção de Votos - 1º turno 2014 (%) (Cenário com Campos)	118
Gráfico 78 -	Intenção de Votos - 1º turno 2014 (%) (Cenário com Marina)	118
Gráfico 79 -	Intenções de votos	119
Gráfico 80 -	Votos em Eduardo Campos	119
Gráfico 81 -	Cenário com Campos	121
Gráfico 82 -	Cenário com Marina	121
Gráfico 83 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Total)	126
Gráfico 84 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Católica)	126
Gráfico 85 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Ev. pentecostal)	126
Gráfico 86 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Ev. não pentecostal)	126
Gráfico 87 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Espírita)	127
Gráfico 88 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Sem religião)	127
Gráfico 89 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Umbanda)	127
Gráfico 90 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Candomblé)	127
Gráfico 91 -	Rejeição - 1º turno de 2014 (Ateu)	127
Gráfico 92 -	Intenção de votos	135
Gráfico 93 -	Rejeição	135
Gráfico 94 -	Rejeição ao Pastor Everaldo (%) (Sexo)	136
Gráfico 95 -	Rejeição ao Pastor Everaldo (%) (Escolaridade)	136
Gráfico 96 -	Rejeição ao Pastor Everaldo (%) (Idade)	136
Gráfico 97 -	Intenção de votos em Bolsonaro 1º turno 2018 (%) (Total, Católicos e Evangélicos).	155
Gráfico 98 -	Intenção de votos 1º turno 2018 (%) (Segmentos evangélicos)	155
Gráfico 99 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Total)	156
Gráfico 100 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Católica)	156
Gráfico 101 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Evangélica total)	156
Gráfico 102 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Espírita)	156
Gráfico 103 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Afro-brasileira)	157
Gráfico 104 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Sem religião)	157
Gráfico 105 -	Intenção de votos 1ºT 2018 (%) (Ateu)	157

Gráfico 106 - Intenção de votos 1º turno 2018 (%) (Evangélica tradicional)	159
Gráfico 107 - Intenção de votos 1º turno 2018 (%) (Evangélica pentecostal)	159
Gráfico 108 - Intenção de votos 1º turno 2018 (%) (Evangélica neopentecostal)	159
Gráfico 109 - Intenção de votos 1º turno 2018 (%) (Outras evangélicas)	159
Gráfico 110 - Intenção de votos 2º turno (%) (Total)	163
Gráfico 111 - Intenção de votos 2º turno (%) (Católica)	163
Gráfico 112 - Intenção de votos 2º turno (%) (Evangélica total)	164
Gráfico 113 - Intenção de votos 2º turno (%) (Espírita)	164
Gráfico 114 - Intenção de votos 2º turno (%) (Afro-brasileira)	164
Gráfico 115 - Intenção de votos 2º turno (%) (Ateu)	164
Gráfico 116 - Intenção de votos 2º turno (%) (Sem religião)	164
Gráfico 117 - Possui conta em redes sociais? (%)	165
Gráfico 118 - Possui conta no WhatsApp? (%)	165
Gráfico 119 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Evangélica tradicional)	166
Gráfico 120 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Evangélica pentecostal)	166
Gráfico 121 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Evangélica neopentecostal).....	167
Gráfico 122 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Outras evangélicas)	167
Gráfico 123 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Feminino)	167
Gráfico 124 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%) (Masculino)	167
Gráfico 125 - Opinião acerca da prisão de Lula (%) (Religião)	170
Gráfico 126 - Opinião acerca da prisão de Lula (%) (Escolaridade, renda e sexo)	170
Gráfico 127 - Potencial de transferência de votos de Lula (%) (Série histórica - 2009 a 2018)	171
Gráfico 128 - Potencial de transferência de votos de Lula (%) (2010, 2014 e 2018 - Religiões)	171
Gráfico 129 - Potencial de transferência de votos de Lula - 2018 (%)	172
Gráfico 130 - Perfil da amostra 2018 (%) (Sexo)	173
Gráfico 131 - Perfil da amostra 2018 (%) (Classe)	173
Gráfico 132 - Potencial de transferência de votos de Lula (%) (Até 2 S.M e E.F. - Sexo)	174
Gráfico 133 - Potencial de transferência de votos de Lula (%) (Neopentecostais - Sexo)	174
Gráfico 134 - Qual candidato defende os pobres? (%) (Religião)	175

Gráfico 135 - Qual candidato defende os pobres? (%) (Classe)	175
Gráfico 136 - Qual candidato defende os pobres? (%) (Amostra nacional)	176
Gráfico 137 - Qual candidato defende os pobres? (%) ((Neo)pentecostais - D/E)	176
Gráfico 138 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Total)	181
Gráfico 139 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Católica)	181
Gráfico 140 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Total evangélica)	181
Gráfico 141 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Espírita)	181
Gráfico 142 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Afro-brasileiras)	181
Gráfico 143 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Sem religião)	181
Gráfico 144 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%) (Ateu)	182
Gráfico 145 - Rejeição nos segmentos evangélicos (%) (Evangélica tradicional)	183
Gráfico 146 - Rejeição nos segmentos evangélicos (%) (Evangélica pentecostal)	183
Gráfico 147 - Rejeição nos segmentos evangélicos (%) (Evangélica neopentecostal)	183
Gráfico 148 - Rejeição nos segmentos evangélicos (%) (Outras evangélicas)	183
Gráfico 149 - Taxas de rejeição à Marina (%) (Rejeição e intenção de votos - Total (%)	185
Gráfico 150 - Taxas de rejeição à Marina (%) (Rejeição - Religião (%))	185
Gráfico 151 - Taxas de rejeição à Marina (%) (Escolaridade e renda (%))	185
Gráfico 152 - Intenção de votos em Marina em 2018 - sexo (%)	187
Gráfico 153 - Rejeição a Marina em 2018 - sexo (%)	187
Gráfico 154 - Rejeição - Região geográfica (%)	188
Gráfico 155 - Intenção de votos - Região geográfica (%)	188
Gráfico 156 - Intenção de votos Marina 2018 - Religiões (%)	190
Gráfico 157 - Intenção de votos Marina 2018 (%) (Evangélicos)	191
Gráfico 158 - Intenção de votos Marina 2018 (%) (Escolaridade)	191
Gráfico 159 - Simulações de 2º turno - 2018 (%) (Marina vs. Ciro)	191
Gráfico 160 - Simulações de 2º turno - 2018 (%) (Marina vs. Alckmin)	191
Gráfico 161 - Simulações de 2º turno - 2018 (%) (Marina vs. Haddad)	192
Gráfico 162 - Simulações de 2º turno - 2018 (%) (Marina vs. Bolsonaro)	192
Gráfico 163 - Influência de Marina no segundo turno (%)	194
Gráfico 164 - Rejeição e Intenção de votos em Daciolo - 1ºT 2018 (%) (Evolução - total)	197
Gráfico 165 - Rejeição e Intenção de votos em Daciolo - 1ºT 2018 (%) (Religião).....	197

Gráfico 166 - Rejeição e intenção de votos em Daciolo 1ºT 2018 - Evangélicos (%)	198
Gráfico 167 - Rejeição a Daciolo 1ºT 2018 (%)	198
Gráfico 168 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Total)	202
Gráfico 169 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Evangélica total)	202
Gráfico 170 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Ev. tradicional)	203
Gráfico 171 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Ev. neopentecostal)	203
Gráfico 172 - Votos e rejeição 1º turno (%) (Outras evangélicas)	205
Gráfico 173 - Votos e rejeição 1º turno (%) (Ev. Pentecostal)	205
Gráfico 174 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%) (Católica)	206
Gráfico 175 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%) (Afro-brasileiras)	206
Gráfico 176 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%) (Espírita)	206
Gráfico 177 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%) (Ateu)	206
Gráfico 178 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%) (Sem religião)	206
Gráfico 179 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Total)	207
Gráfico 180 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Católica)	207
Gráfico 181 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Ev. total)	207
Gráfico 182 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Ev. tradicional)	207
Gráfico 183 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Ev. neopentecostal)	208
Gráfico 184 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Ev. pentecostal).	208
Gráfico 185 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Outras evangélicas)	208
Gráfico 186 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Espírita)	208
Gráfico 187 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Afro-brasileira)	208
Gráfico 188 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Ateu)	208
Gráfico 189 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%) (Sem religião) ...	209
Gráfico 190 - Avaliação do governo e menções a “evangélicos” e “católicos” no jornal O Globo	212
Gráfico 191 - 2º turno presidencial - Total (%) - Votos no PT	213
Gráfico 192 - 2º turno presidencial - Total (%) - Votos na oposição	213
Gráfico 193 - 2º turno de 1994 a 2022 para presidente - renda (%) (Até 2 SM)	214

Gráfico 194 - 2º turno de 1994 a 2022 para presidente - renda (%) (+ de 2 a 5 SM)	214
Gráfico 195 - 2º turno de 1994 a 2022 para presidente - renda (%) (+ de 5 a 10 SM)	215
Gráfico 196 - 2º turno de 1994 a 2022 para presidente - renda (%) (+ de 10 SM)	215
Gráfico 197 - 2º turno - Votos no PT - Religiões e Renda (%) (Até 2 SM)	216
Gráfico 198 - 2º turno - Votos no PT - Religiões e Renda (%) (+ de 2 a 5 SM)	216
Gráfico 199 - 2º turno - Votos no PT - Religiões e Renda (%) (+ de 5 a 10 SM)	216
Gráfico 200 - 2º turno - Votos no PT - Religiões e Renda (%) (+ de 10 SM)	216

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	RELIGIÃO, SECULARIZAÇÃO E POLÍTICA	30
2.1	Os clássicos	30
2.2	Os contemporâneos	33
2.3	Os brasileiros	37
2.4	Conclusões do capítulo	41
3	ELEIÇÕES 2010: A MUDANÇA	42
3.1	Dilma e a dúvida sobre a fé	43
3.2	Serra e o efeito fariseu	59
3.3	Marina contra Golias	69
3.4	Conclusões do capítulo	83
4	ELEIÇÕES 2014: O APROFUNDAMENTO	85
4.1	Dilma e o voto “livre” evangélico	86
4.2	Aécio surpreendido	104
4.3	Marina e a chance da terceira via	115
4.4	Everaldo: o precursor da agenda bolsonarista	128
4.5	Conclusões do capítulo	144
5	ELEIÇÕES 2018: A CONSOLIDAÇÃO	145
5.1	Bolsonaro: a irresistível marcha	146
5.2	Haddad e o candidato ausente	168
5.3	Marina e o declínio da terceira via	183
5.4	Cabo Daciolo: o bombeiro e a chama do Espírito Santo	195
5.5	Alckmin: o numerário sem votos	200
5.6	Conclusões do capítulo	209
6	CONCLUSÕES FINAIS	211
	REFERÊNCIAS	219

1 INTRODUÇÃO

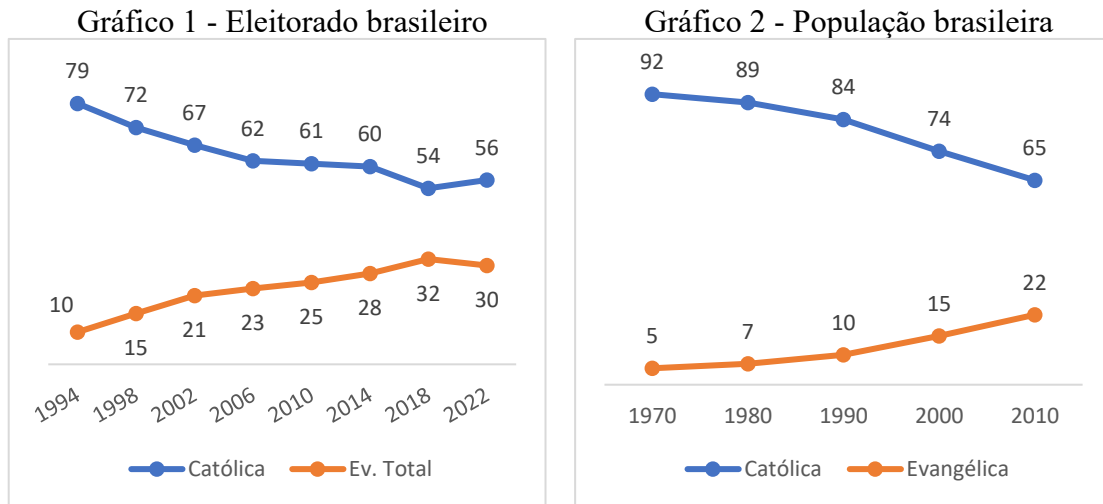
Esta tese pretende investigar o lugar que a religião tem assumido em eleições presidenciais no Brasil na última década. Para isso, aborda a questão sob um duplo enfoque. Examina a presença de temas e atores religiosos nas campanhas presidenciais de 2010, 2014 e 2018 e as movimentações do eleitorado, de acordo com a filiação religiosa, no decurso das campanhas, ressaltando católicos e evangélicos. Sustento que 2010 marcou o início de uma mudança de paradigma. Desde então, as pautas religiosas se tornaram assuntos inevitáveis a serem tratados por candidatos ao Planalto. Contudo, ora emplacam como temas centrais, ora são ofuscados por questões clássicas, de acordo com fatores conjunturais. Paralelamente, a pertença religiosa dos eleitores se cristalizou como uma variável de “longo prazo” (SINGER, 2002, p. 15), isto é, uma característica indispensável no entendimento do comportamento eleitoral do brasileiro.

A religião na vida política não é um objeto novo na sociologia brasileira; sempre esteve presente no debate entre estudiosos. Porém, enquanto no passado a participação religiosa na vida pública abrangia questões ideológicas e programáticas amplas, como a existência da Liga Eleitoral Católica em 1934 (MONTEIRO, 2016), a atuação da CNBB no golpe civil-militar de 1964 (KRISCHKE, 2012) e da Teologia da Libertação na resistência à ditadura (MIRANDA, 1995), a partir do final dos anos 1980 o tema assumiu um novo ângulo, se deslocando para conteúdos morais e comportamentais focados no indivíduo.

Esse fenômeno ocorreu em meio a transformações significativas da composição religiosa brasileira. Se, para Reginaldo Prandi, “a história da religião no Brasil é a história do declínio do catolicismo”¹, é preciso acrescentar que ao mesmo tempo ocorreu o avanço evangélico, em especial do (neo)pentecostalismo; cujo crescimento demográfico acompanha o aumento numérico de eleitores e, conseqüentemente, o peso político do grupo. O Gráfico 1 exibe a porcentagem de eleitores de acordo com a religião declarada, de 1994, a primeira vez em que o Datafolha perguntou sobre a religião dos entrevistados, a 2022. Chama a atenção a robustez dos dados. Enquanto os católicos perderam 23 p.p. de fiéis no período, os evangélicos cresceram 20 p.p. Os números do IBGE (Gráfico 2) também confirmam a tendência de redução católica e progresso evangélico. Em 1970, 92% dos brasileiros eram católicos e em 2010 apenas 65%. Já a curva evangélica cresceu 17 p.p., passando de 5% em 1970 para 22% em 2010.

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rhSQ2VtpZNA>. Acesso em: 30 mai. 2023.

Gráficos 1 e 2 - Composição religiosa (%)



Fonte: Datafolha (1994 a 2022) e IBGE (1970 a 2010) / Elaboração própria (2023).

Tão variadas quanto as denominações (neo)pentecostais são as explicações para o seu crescimento no Brasil e na América Latina. As análises clássicas de E. Willems (1967), Camargo (1968, 1973), Sousa (1969) e L. D'Epina (1970), segundo Mariano (1999, p. 100), enfatizam a integração social do pentecostalismo nos centros urbanos, que oferecem aos fiéis, sobretudo aos migrantes de zonas rurais, a possibilidade de ressocialização. Esses autores veem no pentecostalismo uma resposta à anomia das cidades, ao recriar, para os imigrantes rurais, “modalidades de contato primário preexistentes na sociedade tradicional, firmar laços de solidariedade entre os irmãos de fé, incentivar o auxílio mútuo [...] e promover a participação do fiel nos cultos” (MARIANO, 2011, p. 13). De acordo com Oro (2020, p. 80), outros autores usaram argumentos funcionalistas semelhantes, como Parker (1986), César Fernandes (1994) e Mariz (1994). Já para Mariano (1999, p. 107), o sucesso pentecostal residiria na dimensão emocional dos cultos, centrados na magia, no milagre e na “catarse para as massas”, aliada ao intenso proselitismo, à oferta massiva de mensagens religiosas atraentes, atendida à interesses materiais e ideais de estratos da base da pirâmide social e de setores da classe média, e à capacidade de tais comunidades religiosas reterem os convertidos.

Seja como for, chama a atenção o ineditismo da queda de eleitores evangélicos e o aumento de eleitores católicos em 2 p.p. em 2022 (Gráfico 1), oferecendo indícios de que a migração de fiéis do catolicismo para o evangelismo tenha se estabilizado no país. Possivelmente, o Brasil esteja vivendo o cenário previsto por Freston (2010, p. 24), com o teto protestante na casa dos 35% e a manutenção da maioria católica. Entre as causas para a estabilização, o autor destaca a existência de um núcleo católico equivalente a 30% da população, a baixa taxa de migração do catolicismo para o protestantismo, pouco mais de 1 a

cada 2 fiéis, e o aprendizado da Igreja Católica na competição do mercado religioso. Além disso, Freston destaca os prejuízos à imagem evangélica decorrentes de “escândalos, lideranças autoritárias, promessas não cumpridas, imagem política negativa e capacidade limitada de realizar transformações sociais” (2010, p. 24).

Uma vez que as curvas de declínio católico e aumento evangélico mudam de trajetória a partir de 2022, sustento a hipótese de que alterações político-sociais iniciadas em 2018 ocasionaram a oscilação da tendência de crescimento. Ora, os fatos políticos mais importantes desses últimos quatro anos foram a vitória eleitoral de Bolsonaro e a intensa presença evangélica em seu governo. Se Freston (2010, p. 24) estiver correto, a associação negativa entre bolsonarismo e evangelismo freou a derrocada católica e a expansão evangélica. Os escândalos durante o governo Bolsonaro abrangendo evangélicos, como a prisão do ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, da Igreja Presbiteriana, as declarações polêmicas de Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e pastora da Igreja Batista, e a própria conduta do então presidente – considerado evangélico por muitos – na gestão da pandemia trouxeram prejuízos à imagem da comunidade, afugentando potenciais convertidos e até mesmo suscitando o retorno ao catolicismo de fiéis evangélicos que não desejavam tal associação.

O abalo na imagem dos evangélicos nos últimos quatro anos pode ter arranhado um projeto político iniciado no final da década de 1980, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Desde então, a presença dos evangélicos na política, sobretudo os pentecostais, não será mais vista, aos olhos do grupo, como “pecado” ou “coisa do Diabo”. Pelo contrário, os políticos evangélicos consistirão em instrumentos de Deus para tornar o Brasil o “celeiro espiritual e material do mundo” (SYLVESTRE, 1986, p. 50)². Um dos pioneiros no estudo desses novos contornos da presença pública dos evangélicos foi Pierucci (1989).

Ao investigar a bancada evangélica eleita para a ANC, o autor chega a denominá-la de “nova direita cristã” (PIERUCCI, 1996, p. 177), com características semelhantes à norte-americana. A novidade seria injetar no “conservadorismo socioeconômico revigorada ênfase nas teses conservadoras restauracionistas em matéria sexual” (1996, p. 179) e proteção familiar. Entretanto, mais importante que nomenclaturas e parentescos, é salientar que Pierucci (1994, p. 178) enxergou o nascimento de uma direita religiosa que trouxe para a esfera política causas de cunho tradicionalista e moralista inexistentes no período anterior, focadas na vida privada.

² O livro do assembleiano Josué Sylvestre, *Irmão vota em Irmão* (1986), pode ser considerado um manifesto que a um só tempo justifica e convoca, com fundamentações bíblicas, a participação dos evangélicos na política partidária.

Assim, atuaram contra o aborto, o jogo, o “homossexualismo”, as drogas, o feminismo, a pornografia, a favor da censura nos meios de comunicação, contra a pena de morte e a favor da prisão perpétua (PIERUCCI, 1996, p. 175).

Freston (1993, p. 243) coloca em xeque a conclusão de Pierucci acerca das semelhanças (e parentesco) entre a bancada evangélica na ANC e a *New Christian Right* estadunidense³. Para o autor, ainda que a imagem pública seja conservadora, o padrão de votação do grupo pentecostal no Congresso os colocou mais à esquerda que a média dos constituintes. Freston reconhece que os posicionamentos de Benedita da Silva (PT) “empurra” a bancada para a esquerda, mas se pergunta: “Por que excluí-la? Por que considerá-la menos pentecostal que os outros? (FRESTON, 1993, p. 243). Além do mais, a Assembleia de Deus (igreja de grande parte dos parlamentares pentecostais) tem poucos “vínculos com os EUA, a IURD é totalmente brasileira e o presidente da IEQ foi contrário ao envolvimento político” (FRESTON, 1993, p. 218). O autor conclui que a experiência evangélica na ANC não se tratou de uma “direita ideológica”, mas sim de “centro fisiológico” (FRESTON, 1993, p. 243).

O êxito pentecostal nas eleições de 1986 – ao todo foram 32 parlamentares eleitos – permitiu que o grupo sonhasse com a presidência da República em 1989. Iris Rezende, da Igreja Cristã Evangélica e ministro da Agricultura do governo Sarney, disputou a indicação do PMDB. Muitos líderes protestantes outorgavam à figura de Rezende um sinal messiânico de escolha divina, como narram Mariano e Pierucci (1996, p. 196). No entanto, sua candidatura foi preterida em favor de Ulysses Guimarães. Frustradas as expectativas de conquistarem o mais alto posto da República, foi a vez de Edir Macedo, líder da Igreja Universal (IURD), profetizar a vitória de Fernando Collor (PRN), o escolhido por Deus (MARIANO; PIERUCCI, 1996, p. 196) para chefiar a Nação. Outras lideranças também participaram diretamente da campanha de Collor, inclusive ocupando cargos de coordenação de campanha, como o cearense Gidel Dantas (PDC-CE), da Igreja de Cristo no Brasil (MARIANO; PIERUCCI, 1996, p. 204), com sede em Fortaleza.

São escassas as informações sobre a composição religiosa do eleitorado em 1989. O Datafolha incluirá a pergunta sobre a religião do entrevistado em seus questionários, de modo sistemático, somente a partir de 2006. Para suprir essa lacuna, Freston (1993, p. 260) pesquisou 2.148 eleitores de diferentes denominações protestantes. Ainda que o desenho amostral não tivesse rigor científico, os dados auxiliam na compreensão do voto evangélico na primeira

³ Fonseca (2019, p. 110) também concorda que havia poucos elementos na bancada evangélica de 1986 que permitisse fazer tal associação à Nova Direita Cristã norte-americana.

eleição direta após o fim da ditadura civil-militar. Chama a atenção que, em todas as igrejas pesquisadas, as preferências por Collor fiquem acima da média municipal e o voto declarado em Lula abaixo. Isto é, em 1989 houve uma propensão dos fiéis evangélicos optarem por Collor ou Mário Covas em detrimento de Lula. Desagregando os dados de uma igreja presbiteriana do RJ por classe social, Freston (1993, p. 261) identificou que os fiéis das classes baixas votavam mais em Lula que os de classe média e alta. Mesmo assim, não ultrapassava a votação em Collor.

Quatro anos depois, na campanha de 1994, ainda com o fantasma do apoio dado a Collor rondando a Universal, o Bispo Rodrigues, homem de confiança de Macedo, afirmou que a Nação havia sido traída, e não somente os evangélicos (CAMPOS, 2006, p. 69). Não tardou e a campanha negativa da IURD contra Lula retomou o léxico utilizado em 1989: comunista, perseguidor do povo evangélico, candidato da Igreja Católica, frequentador de umbanda e candomblé, entre outros. Em decorrência, o PT obteve, por duas vezes, direito de resposta e conseguiu tirar a TV Record (canal ligado à IURD) do ar por uma hora. Segundo Campos (2006, p. 70), o ritmo das acusações se intensificava quando o petista estava em boa posição nas pesquisas, fato que ocorreu até Plano Real estancar a inflação, a quatro meses das eleições, projetando o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), como candidato favorito.

Ainda que os fatos das campanhas assinalassem o peso do voto religioso nas derrotas de Lula em 1989 e 1994, restava a dúvida do quão importante é a religião nas disputas eleitorais. Para responder a essa questão, Pierucci e Prandi (1996, p. 211), tomando as eleições de 1994 como estudo de caso, chegaram à conclusão de que a fé do eleitor “possui um efeito nada desprezível [...] na definição do voto” (1996, p. 228). Trabalhando com um inédito *survey* de mais de 20 mil entrevistas, os autores indicaram que os evangélicos votaram abaixo da média nacional em FHC e menos ainda em Lula, que recebeu mais votos dos católicos das CEBs. Quando analisados separadamente, os pentecostais são o grupo religioso com menor tendência de votos no petista. Também foi demonstrado que o segmento evangélico seria capaz de alterar o resultado eleitoral em 5,49 pontos percentuais negativos para Lula. Assim, o fator religioso interfere não apenas na escolha de um candidato, mas também em sua rejeição.

Diferentemente dos pleitos de 1989 e 1994, em que houve um grande empenho evangélico contra a candidatura de Lula, em 1998 o segmento atuou menos nas campanhas majoritárias. A IURD, líder da oposição evangélica ao PT nas duas eleições anteriores, manteve uma postura “relativamente neutra” (CONRADO, 2000, p. 24), concentrando energia política

nas eleições proporcionais com o desejo de aumentar a sua bancada de parlamentares. Entretanto, nas páginas da Folha Universal⁴ foram publicadas críticas ao governo FHC, sobretudo na área social, e elogios a Lula, considerado detentor de uma bagagem política farta, sem os radicalismos de outrora. Isso atesta o início da aproximação entre a IURD e o PT selada na eleição seguinte. Para justificar as acusações do passado, o jornal declarou que, em 1998, o “novo” Lula se mostrava afinado com as questões religiosas e disposto a ouvir os evangélicos (CONRADO, 2000, p. 25).

Não há estudos eleitorais analisando o voto religioso em 1998, tampouco pesquisas disponíveis com informações sobre a religião dos entrevistados. Ainda assim, é importante ressaltar que esse ano marcou um ponto de virada nas relações entre PT e IURD, que desaguardariam na aliança no segundo turno de 2002. As articulações para a coligação PT/IURD/PL⁵ foram iniciadas ainda em 2001. Mesmo que não houvesse mais um “cartão vermelho” ao PT na Universal, o bispo Rodrigues liderou a ala do PL contrária à coligação por preferir o evangélico Antony Garotinho (PSB). O PT também enfrentou disputas internas. Lula argumentava que era preciso ultrapassar as fronteiras da esquerda para ganhar a eleição. Setores progressistas da Igreja Católica se opuseram. O vice-presidente da CNBB, D. Marcelo Cavalleira, dizia que a aliança PT-PL ocultava, na verdade, uma coligação com a Igreja Universal⁶. Burity (2006, p. 176) teve o mesmo entendimento: a despeito de a aliança ter sido pactuada entre dois partidos, claramente envolveu um partido e uma igreja. No segundo turno, o apoio do segmento evangélico ficou dividido. Enquanto Assembleia de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular se aliaram a Serra, a IURD apoiou Lula.

Também são raras as análises sobre o padrão de votação dos diferentes grupos religiosos em 2002. Para suprir essa lacuna, examinei o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB-2002). Os dados apontam que no primeiro turno houve uma nítida tendência de voto evangélico em Antony Garotinho (PSB), muito acima da média nacional. Enquanto na amostra total o ex-governador do Rio de Janeiro possuía 12% de intenções de votos, entre os pentecostais somava 43% e 40% entre os não pentecostais. O pior desempenho de Garotinho foi no segmento católico, com 6% de adesão. Por outro lado, Lula pontuava melhor entre os católicos (54%), acima da média nacional (50%). Nos segmentos evangélicos, o petista teve o

⁴ Semanário da IURD distribuído gratuitamente aos fiéis.

⁵ Nessa época, boa parte dos políticos ligados à IURD eram filiados ao Partido Liberal (PL). O atual partido Republicanos, começará a ser organizado somente em 2003. Em 2005 será registrado como o nome Partido Municipalista Renovador e em 2005 mudará para Partido Republicano Brasileiro (PRB). Em 2019, em meio à crise política, mudou novamente de nome, passando a se chamar Republicanos.

⁶ DOMIGOS, João. ‘Trair as bases por causa de aliança, assusta’. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 fev. 2002. Política, p. 6.

pior desempenho, 33% entre evangélicos pentecostais e 24% entre não pentecostais. José Serra, do PSDB, era o preferido dos espíritas, pontuando 30%, 8 p.p. acima da média nacional (22%).

No segundo turno, ainda que tenha sido o principal destinatário dos votos evangélicos de Garotinho, ratificando o sucesso da aliança eleitoral PT-IURD, Lula pontuou abaixo da média nacional no segmento. 57% dos não pentecostais e 59% dos pentecostais declararam ter votado no petista, frente a 64% da média nacional e 65% dos católicos. José Serra obteve os votos de 40% dos não pentecostais e 32% dos pentecostais, acima dos 29% da média nacional. Entre os católicos, o tucano também pontuou 29%. Espíritas e fiéis de outras religiões tendiam a preferir Serra e, aqueles de religiões afro-brasileiras e sem religião, Lula. Em suma, as eleições de 2002 marcaram um processo de “esquerdização” da política evangélica (FREESTON, 2006, p. 115), que encontraria o seu ápice em 2006, no bojo do realinhamento eleitoral da base petista (SINGER, 2009, p. 90), para então voltar ao seu curso direitista em 2010, contrariando as previsões de Burity (2006, p.198), para o qual não havia “nenhuma evidência incontestada de que qualquer clivagem religiosa esteja colocada ou em vias de se afirmar na política brasileira”.

Segundo Mariano *et al.* (2006, p. 66), em 2006 uma das prioridades do PT era consolidar o voto evangélico. Para isso, Lula participou de reuniões e comitês religiosos, pediu votos e orações. Prometeu parcerias com evangélicos em áreas sociais e propagandeou a alteração do Código Civil, que mudou a personalidade jurídica das organizações religiosas. Além disso, apoiou Marcelo Crivella ao governo do Estado, contrariando o interesse do candidato petista Vladimir Palmeira. José Alencar, vice de Lula, deixou o PL após a fundação do PRB para se filiar a esse último, ligado à IURD. O Palácio do Planalto ainda convenceu lideranças do PMDB a derrubar a candidatura de Antony Garotinho, que havia vencido as prévias. Desse modo, o apoio dos evangélicos, sobretudo da Assembleia de Deus, não se dividiria com o ex-governador do Rio. Por outro lado, Garotinho passou a acusar Lula de instrumentalizar a fé para conquistar votos. Não obstante, o petista aumentou em 16 p.p. o número de eleitores que diziam votar nele em julho de 2006 em comparação a setembro de 2002.

Entretanto, ao fazer um estudo comparado das eleições de 2002 e 2006, Bohn (2007, p. 374) revela que Lula não conseguiu realizar em 2006 o feito alcançado por Garotinho quatro anos antes, quando foi o mais votado entre os evangélicos. A pesquisadora argumenta que a proporção de votos evangélicos recebidos pelo petista não foi significativamente diferente da probabilidade dos outros grupos religiosos votarem nele, ainda que a maioria o tenha escolhido.

Já no grupo católico, houve uma maior probabilidade de voto em Lula (71%) em comparação às demais religiões. A autora conclui que somente candidatos evangélicos conseguem obter margens de voto significativamente maiores entre eleitores evangélicos em comparação aos outros grupos religiosos (2007, p. 380). Os dados das eleições seguintes contestarão esse achado.

Em oposição à parcela da literatura de estudos de religião no Brasil, esta tese defende que a religião constituiu, sim, uma das principais clivagens da arena política nacional. Como demonstrarei, esse processo se inicia em 2010 e atinge a sua consolidação em 2018. Para isso, utilizo cerca de 90 pesquisas de opinião divulgadas pelo Datafolha contendo perguntas sobre a filiação religiosa do entrevistado. A maioria delas foi realizada entre os anos de 2010 e 2018. A opção por trabalhar com os dados de um único instituto se explica pela uniformidade metodológica. O Datafolha realiza suas pesquisas em pontos de fluxo populacional, com amostras que variam entre 2.556 e 5.744 entrevistas, estratificadas por região geográfica e definidas em três estágios de sorteio de acordo com a probabilidade proporcional ao tamanho (PPT).

O cálculo amostral é baseado nos dados do TSE e IBGE. Assim, procurei escapar de distorções causadas por métodos de coleta e definições de amostras distintas. Outro fator diz respeito à metodologia usada para auferir a religião do entrevistado. O Datafolha treina sua equipe de entrevistadores para que leia todas as opções ao entrevistado e nunca pergunte diretamente “qual é a sua religião?”. A opção “católica” só é mencionada após se passar pelas religiões evangélicas, afro-brasileiras e espírita kardecista. Esse método, desenvolvido por Pierucci e Prandi (1994, p. 212), evita que, por força do sincretismo da sociedade brasileira, o entrevistado diga, logo de cara, que é católico.

Outro ponto que merece destaque diz respeito às categorias para classificar os diferentes grupos religiosos. Grosso modo, desde 1994 o instituto utiliza a mesma especificação para católicos e espíritas kardecistas (incluindo “espiritualistas”), sem aprofundar em subdivisões internas, além de “Não tem religião nenhuma/Agnóstico” e “É ateu/Não acredita em Deus”. Em relação às religiões afro-brasileiras, o Datafolha ofereceu de 1994 a 2014 as opções “candomblé” e “umbanda” em separado. Em 2018, elas são integradas na mesma categoria: “Umbanda, Candomblé e outras religiões afro-brasileiras”. Aqui, para finalidades analíticas, os resultados estarão agregados simplesmente em “afro-brasileiras”.

De 1994 a 2014, o Datafolha dividiu os evangélicos em dois grandes grupos, “Pentecostal” (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Cruzada, Evangélica,

Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina e a resposta espontânea “Crente”) e “Não Pentecostal” (Batista, Presbiteriana, Metodista Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregacional, Exército da Salvação) e a resposta espontânea “Protestante”. Mormom, Adventista, Testemunha de Jeová, Seicho-No-Iê, Messiânico, Liberdade, Budista, Santo Daime e Muçulmano entram na categoria “Outra religião”.

Essa classificação foi revista em 2018 e o instituto segmentou os evangélicos em cinco subgrupos: “Evangélica” (Batista, Batista Renovada Missão da Fé/Coluna de Fogo Renovado, Casa da Oração, Igreja da Paz, Luterana, Metodista, Presbiteriana), “Evangélica Protestante” (Adventista, Igreja dos Mórmons, Protestante, Testemunha de Jeová)⁷, “Evangélica Pentecostal” (Assembleia de Deus, Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Chama Divina Pentecostal, Comunidade Cristã, Congregacional Cristã no Brasil, Deus é Amor, Evangelho Pleno, Evangelho Quadrangular, Igreja de Cristo, Jerusalém Avivamento, Maranata, Nova Jerusalém, O Senhor é Nossa Justiça, Pentecostal, Rei da Glória, Restauração Plena, Reviver em Cristo, Rocha Viva, Santas Missões, Só Senhor é Deus, Verbo da Vida, Viver em Cristo), “Evangélica Neopentecostal” (Água Viva, Cristã Renovada, Igreja Internacional da Graça, Igreja Mundial do Poder de Deus, Igreja Socorrista, Renascer em Cristo, S.O.S Jesus, Sara Nossa Terra, Universal do Reino de Deus) e “Outras Evangélicas” (ABA - Aliança Bíblica do Avivamento, Comunidade Cristã Videira/Videira, El Shadai, Igreja do Sr. Jesus Cristo, Igreja Reformada Siloé, Ministério Crescendo a Palavra, Ministério IDE, Ministério Internacional Nova Dimensão, Mundial Cristã, Tabernáculo da Fé)⁸.

⁷ Apesar de constar nos questionários de aplicação como “Evangélica Protestante”, os relatórios e os banco de dados denominarão esse grupo como “Evangélica Tradicional”, e é essa última nomenclatura que utilizo aqui.

⁸ A classificação dos evangélicos pelo Datafolha a partir de 2018 apresenta sérios problemas, carecendo de melhores critérios distintivos. A categoria “Evangélica Protestante” inclui Mórmons e Testemunha de Jeová. É preciso ressaltar que essas não são igrejas, mas sim, religiões não evangélicas. Além disso, os Testemunhas de Jeová, atualmente com cerca de 1 milhão de adeptos, são proibidos de votar. Já a categoria “Outras Evangélicas” é composta inteiramente por igrejas pentecostais e neopentecostais, sendo assim, deveriam ser incorporadas às suas respectivas categorias. Em relação aos Adventistas, muitos evangélicos não os consideram como integrantes do grupo, porém, o IBGE também os incluiu no Censo como correspondendo ao bloco. Outro problema adicional decorre da necessidade de os entrevistadores do Datafolha serem devidamente treinados para identificarem corretamente igrejas históricas pentecostalizadas, como no caso das diversas denominações batistas. Dito isso, ressalto que, a fim de contornar tais incoerências metodológicas, os dados de 2018 sempre mostrarão o dado condensado em “Evangélica Total”. No entanto, também optei por trabalhar com os dados desagregados pois, a meu ver, apontam tendências e peculiaridades que merecem ser investigadas, como o diferente padrão de votação dos neopentecostais em relação aos outros subgrupos evangélicos. Desse modo, em 2018 além da categoria “Evangélica Total”, utilizo as subcategorias “Evangélica Pentecostal”, “Evangélica Neopentecostal” e “Outras Evangélicas”, uma vez que os relatórios do Datafolha trazem essas subdivisões e não há a disponibilidade de todos os bancos de dados das pesquisas do período, fato esse que permitiria a categorização própria do pesquisador.

Em cada ano pesquisado o Datafolha apontou a seguinte composição religiosa do eleitorado brasileiro (em porcentagens): 2010⁹: católica (62), evangélica pentecostal (18), evangélica não pentecostal (6), espírita (3), sem religião (6), outras religiões (5). Em 2014¹⁰: católica (59), evangélica pentecostal (22), evangélica não pentecostal (6), espírita (3), outras religiões (3). Em 2018¹¹: católica (54), espírita (4); nos segmentos evangélicos, são: total (31), tradicional (16), pentecostal (12), neopentecostal (2), outras evangélicas (2%), sem religião (6) e outras religiões (1).

Para a construção dos gráficos, utilizo duas fontes: os relatórios de pesquisa divulgados no site do Datafolha e, na falta desses ou para cruzamentos específicos, o banco de dados das pesquisas disponibilizadas no site do Centro de Estudos de Opinião Pública, da Unicamp (CESOP). Para facilitar a interpretação e a comparação dos dados, sempre que possível mostrarei o “Total Evangélicos”, onde estarão aglutinadas todas as subcategorias evangélicas. O instituto traz essa informação em seus relatórios somente em 2018. Também é necessário dizer que a margem de erro e o intervalo de confiança serão ignorados, uma vez que a metodologia empregada pelo Datafolha não possibilita esse cálculo. A rigor, trata-se de uma “licença poética”. Em regra, para estimá-los é necessário que a amostra seja do tipo probabilística. Ao contrário, a totalidade das pesquisas eleitorais realizadas no Brasil usam amostragens não probabilísticas, com quotas preestabelecidas. Reginaldo Prandi (LOUREIRO, *et al.*, 2008, p. 284), um dos fundadores do Datafolha, explica que introduziu, no Brasil, o conceito de margem de erro em 1982, para quebrar a tradição dos institutos com influência norte-americana de não divulgarem suas metodologias. A ideia pegou e hoje em dia todas as empresas de pesquisa indicam essas informações. Porém, mais importante que a precisão dos números aqui exibidos, são as tendências que apontam.

Outro método usado nesta tese diz respeito à pesquisa documental de tipo hemeroteca, isto é, em acervos de jornais. Essa etapa buscou reconstruir o percurso das candidaturas e suas conexões com temáticas religiosas. Foram consultados os acervos dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo de 2010 a 2018. Eventualmente, outros sites de notícias também serviram como fontes de informação.

Além da introdução e da conclusão, esta tese possui outros quatro capítulos, um teórico e três empíricos. No capítulo 2, faço um balanço das principais teorias sociológicas acerca do fenômeno religioso. Iniciando com as contribuições dos clássicos da sociologia,

⁹ Datafolha (2010), pesquisa coletada em 14 e 15/10/10.

¹⁰ Datafolha (2014), pesquisa coletada em 14 e 15/08/14.

¹¹ Datafolha (2018), pesquisa coletada em 03 e 04/10/18.

Marx, Durkheim e Weber, demonstro que nas obras desses autores já havia uma preocupação a respeito do declínio da religião na Modernidade. Em seguida, discuto os trabalhos dos contemporâneos Peter Berger, Danièle Hervieu-Léger e José Casanova, apresentando a atualização do debate e os seus pontos de convergência e divergência. Por fim, abordo os estudiosos brasileiros Paula Montero, Emerson Giumbelli e Ricardo Mariano. O objetivo é confrontar diferentes perspectivas a respeito da teoria/tese da secularização e a sua validade no entendimento da sociedade brasileira.

No capítulo 3, demonstro que o ano de 2010 significou uma reorientação temática das campanhas presidenciais. Em virtude das polêmicas acerca do terceiro Programa Nacional de Direito Humanos, oportunamente manejadas por José Serra, as três principais candidaturas se viram diante de debates de natureza moral/religiosa: aborto, casamento homoafetivo, células tronco etc. Não havia precedentes do volume de circulação desses temas em anos eleitorais, tampouco do profundo envolvimento de religiosos católicos e evangélicos. Assim, abordo os principais eventos e discussões morais/religiosas envolvendo as candidaturas de Dilma, Marina e Serra. Concomitantemente, mostro as características e os deslocamentos do eleitorado religioso, relacionando-o aos episódios da campanha. Os resultados indicam que 2010 significou a emergência da religião em eleições presidenciais e a “ativação” dessa temática no eleitorado, processo consolidado nos pleitos seguintes e convertido em uma “predisposição de longo prazo”.

O capítulo 4 traz as eleições de 2014. Mostro como se deu a relação entre a avaliação do governo e a votação em Dilma de acordo com a religião do eleitor, além da taxa de rejeição ao governo de cada confissão religiosa. Em seguida, apresento as estratégias usadas por Dilma e Aécio para desidratar a candidatura de Marina e se credenciar para o segundo turno. Depois, apresento a vertiginosa ascensão de Marina Silva, após o acidente envolvendo Eduardo Campos, e a sua derrocada, igualmente impetuosa. Encerro com os dados sobre a primeira candidatura confessional da Nova República (VITAL, 2017, p. 9), do Pastor Everaldo. Demonstro que o plano de governo do pastor assembleiano antecipou em quatro anos a plataforma que daria a vitória a Bolsonaro.

No capítulo 5, recupero os eventos das eleições de 2018, evidenciando uma dupla consolidação. Em primeiro lugar, da religião como um tema inescapável em campanhas presidenciais e, segundo, da clivagem eleitoral baseada no pertencimento religioso, opondo católicos e evangélicos. Demonstro que esse pleito significou a intensificação da “ativação” do eleitorado religioso, sobretudo o evangélico, iniciado em 2010 por José Serra. A partir de

pesquisas de opinião do Datafolha, identifiquei que o grande evento impulsionador da “onda bolsonarista” foi a saída de Lula da competição, que coincide com a facada recebida pelo candidato do PSL em Juiz de Fora - MG. Além disso, são evidenciadas movimentações silenciosas do eleitorado, como o aumento da popularidade de Lula entre mulheres neopentecostais a partir de junho. Também complexifiquei a tese de Araújo (2019, p. 2), ao propor, diferentemente do pesquisador, que os pobres evangélicos votam, sim, em plataformas de governo redistributivas, mesmo aqueles que escolhem candidatos da centro-direita. Ainda são mostrados os percursos das campanhas de Haddad, Marina Silva, Cabo Daciolo e Geraldo Alckmin.

Por fim, na conclusão, retomo o conceito de “realinhamento eleitoral” (KEY, 1955, p. 3; SINGER, 2012, p. 13) para comprovar que existe hoje no Brasil uma nítida cisão eleitoral baseada no pertencimento religioso. Os dados da série histórica das pesquisas de segundo turno realizadas pelo Datafolha são usados para comprovar que nos últimos quatro pleitos houve a consolidação da votação evangélica na direita e católica na esquerda. Esse fenômeno é mais bem entendido quando são incorporadas variáveis que identificam a classe social do eleitor. Em resumo, esta tese busca demonstrar que a religião é um fator importante na determinação do voto e uma variável indispensável para o entendimento do comportamento eleitoral do brasileiro.

2 RELIGIÃO, SECULARIZAÇÃO E POLÍTICA

Neste capítulo, apresento a ideia de que a religião perderia a sua influência na sociedade moderna, ocasionando um processo de privatização do religioso. Primeiro são abordadas as teorias de Marx, Weber e Durkheim, considerados, nos compêndios norte-americanos de sociologia da década de 1970 (CONNELL, 2012, p. 330), os fundadores da disciplina e os intérpretes da modernidade, acerca da secularização atravessada pela Europa da época. Em seguida, tento dar conta da teoria da secularização contemporânea, abordando a questão nos trabalhos de Peter Berger, Danièle Hervieu-Léger e José Casanova, autores que remodelaram o debate sobre o destino do religioso, a partir de 1950. O último passo será resgatar alguns autores brasileiros que se ocuparam da temática e, a partir disso, discutir as implicações e os limites da secularização para a compreensão das religiões na sociedade brasileira atual, demarcando as contribuições e os limites desta tese.

2.1 Os clássicos

Em Marx, já é possível encontrar a concepção de que a modernidade levaria, inevitavelmente, ao “fim” do religioso. Ainda que não tenha se dedicado sistematicamente ao tema, a religião está presente em seus escritos de juventude – como na introdução da “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel”, de 1843 – e, depois, de modo mais espaçado, em sua obra de maturidade. Na primeira fase, Marx, até então membro dos jovens hegelianos de esquerda influenciados pelo filósofo Ludwig Feuerbach, considera a religião como um tipo de alienação¹² do homem. A conclusão do autor é que os homens criam a religião a fim de suportar a “miséria real”, pois as condições sob as quais vivem requerem a existência de ilusões. Nas palavras de Marx, a religião seria “o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração [...] o ópio do povo” (MARX, 2010, p. 145), em seus efeitos analgésicos.

Em um segundo momento, a partir da “Ideologia Alemã”, texto de 1839, mas publicado somente em 1932, que inaugura as bases do materialismo histórico, a religião aparece como uma ideologia subordinada a uma base material (TEIXEIRA, 2011; HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2015). Escrito em colaboração com Friederich Engels, defende que todas as

¹² Na obra de Marx, o termo “alienação” é polissêmico. Entretanto, aqui pode ser entendido como a ação de alheamento de si mesmo e das possibilidades humanas historicamente constituídas (BOTTMORE *et al.*, 2001).

ideias, sejam elas morais, filosóficas ou religiosas, ou seja, integrantes da superestrutura, são formadas a partir do modo de organização econômica da sociedade, a infraestrutura. Assim, na Modernidade, a religião seria uma “consciência falsa” do mundo, uma ideologia produzida pelo Estado e pela sociedade capaz de ocultar as verdadeiras contradições sociais de exploração entre burgueses e proletários.

Nesse sentido, a abolição das práticas que originaram tal idealismo invertido, por meio de uma revolução proletária, teria como consequência o desaparecimento da religião. Em seu lugar, o materialismo dialético surgiria como uma alternativa progressista em que homens livremente associados poderiam “caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, ao seu bel prazer” (MARX, 2008, p. 28). Em suma, no comunismo, os homens estariam livres para realizar a plena vida comunitária e as suas múltiplas potencialidades individuais, sejam de trabalho manual ou intelectual, sem as amarras de pensamentos místicos, mágicos ou religiosos – as “felicidades ilusórias”, responsáveis pela alienação humana.

Outra importante colaboração para o entendimento do lugar e do papel das religiões na sociedade moderna foi aquela do francês Émile Durkheim. O pano de fundo da discussão durkheimiana indaga acerca dos elementos capazes de conferir coesão à sociedade industrializada, dadas a crescente racionalidade científica e a divisão do trabalho, que a tornam cada vez mais laicizada; tese semelhante à de Max Weber, como será visto. É o próprio Durkheim que afirma, em seu doutoramento defendido em 1893, *Da divisão do trabalho social* (2004, p. 152), que “a religião abarca uma porção cada vez menor da vida social”, em um processo de emancipação das esferas políticas, econômicas e científicas, que adquirem um caráter cada vez mais “temporal”, ou seja, secular. Deus, que antes se fazia presente em todas as relações humanas, “abandona o mundo aos homens e suas disputas” (p. 152), fazendo com que os indivíduos se sintam mais “espontâneos”, ou, em outras palavras, autônomos.

Com isso, Durkheim pretende dizer que a “saída da religião”, para usar uma expressão de Marcel Gauchet (2016, p. 186), se insere em um movimento amplo de diminuição da consciência coletiva e aumento da consciência individual nas sociedades industrializadas. Para o teórico francês, há um número cada vez menor de crenças e sentimentos coletivos com força suficiente para se cristalizar em ritos e crenças religiosas; de tal modo, a consciência comum apresenta sinais de enfraquecimento, embora não seja algo específico da Modernidade, mas sim inscrito “desde as origens da evolução social [...] ligada às condições fundamentais do desenvolvimento das sociedades” (DURKHEIM, 2004, p. 152). A preocupação de Durkheim,

nesse sentido, se volta ao modo como, nessas sociedades sem deuses, a unidade moral da coletividade se mantém. A resposta a que chega afirma que a divisão do trabalho se torna a fonte de solidariedade e a base moral da vida social, ao criar um sistema de direitos e deveres de longa duração entre os indivíduos.

Melhor dizendo, na passagem da solidariedade mecânica – em que as crenças e práticas comuns, no limite, se confundem com a religião – para a solidariedade orgânica – na qual ocorre a redução da consciência comum e o fortalecimento de laços pela diferença –, a religião perde inevitavelmente a sua influência social. Por isso, Durkheim firmará que, em períodos de anomia, como aquele visto nos primeiros anos da Revolução Francesa, por exemplo, surgiu o culto à Pátria, à Liberdade e à Razão “no lugar de Deus”, oportunamente investigado por Fernando Catroga (2010). Para os objetivos desta tese, o essencial da visão de Durkheim acerca do religioso é compreender que os sagrados “morrem” (TEIXEIRA, 2011, p. 54) na Modernidade; entretanto, pela natureza do “ser social”, sempre haverá a imposição de encontrar um substituto para o seu lugar.

Weber, a partir de fundamentos teórico-metodológicos totalmente diferentes dos de Marx e Durkheim, chega a conclusões semelhantes sobre o enfraquecimento da religião nas sociedades modernas¹³. Ao conceber o conceito de “desencantamento do mundo” para demarcar o declínio do religioso e a crescente racionalização ocidental, o autor se refere às mudanças nas atitudes e nas mentalidades advindas da substituição dos elementos mágicos do pensamento por uma coerência sistemática (PIERUCCI, 2013, p. 28), ou seja, racional. Em sua obra, Weber pretende demonstrar que a racionalidade religiosa possui um papel fundamental na gênese da Modernidade, e é no protestantismo ascético de matriz puritana que ele encontra o seu modelo mais bem acabado. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicada em 1904/1905 e revista em 1920, o autor demonstra como, no interior de um processo amplo de racionalização ocidental, um fenômeno religioso – o calvinismo ascético – pôde influenciar o desenvolvimento de um modelo econômico específico, o capitalismo moderno.

O cerne do argumento de Weber está na compreensão de que o sucesso do capitalismo exigiu um novo estilo de vida engendrado pela religião protestante (LORETO, 2011, p. 75), levando os fiéis a trabalhar racionalmente, neste mundo, de modo ascético, antes mesmo de o nascente capitalismo criar as suas próprias motivações para tal. Assim,

¹³ Berger (2017, p. 48) concorda com a ideia de que Weber considerava que a modernidade teria um efeito negativo sobre a religião. Cecilia Mariz (2000, p. 32), entretanto, pondera que os autores clássicos Weber, Marx e Durkheim não acreditavam no fim total da religião. Na visão da autora, eles criam na permanência do religioso, especialmente enquanto crenças e mistificações.

“desencantamento do mundo” e “racionalização”, dentre elas a “racionalização religiosa”, são duas faces da mesma moeda distintiva da Modernidade. O “desencantamento do mundo”, definido por Weber em *A ética* como “desmagificação do mundo” (WEBER, 2004, p. 106) operou na religião puritana, diferentemente do catolicismo, a necessidade de um método de condução da vida intramundana, isto é, a ascese puritana compelia o fiel a uma vida racionalizada em busca de salvação divina neste mundo. Nas palavras de Weber (2004, p. 113), “a santificação da vida quase chegava assim a assumir um caráter de administração de empresas”, em afinidade eletiva com o nascente capitalismo moderno.

Em síntese, Weber tenta demonstrar que o espírito da cultura da sociedade moderna nasceu do espírito da ascese cristã. Ainda que as religiões éticas tenham colaborado para o processo de racionalização da sociedade moderna ocidental, não possuem mais ação sobre ele diante da autonomização experimentada pelo capitalismo e as diferentes esferas da prática, além de terem perdido a sua eficácia social (HERVIEU-LÉGER, 2009, p. 122), no sentido de ofertar uma conduta de ação aos indivíduos. Ao mesmo tempo, a secularização – em sentido weberiano – do Estado, das leis e da normatividade jurídica” (PIERUCCI, 1998, p. 9) desempenhou um papel fundamental na “desmagificação” do mundo. Assim, a tese de Weber advoga que, à medida que as sociedades industriais avançam, a religião se reduz, acarretando, em última instância, um mundo sem deuses. Essa perspectiva seria recuperada pelos autores contemporâneos a partir da década de 1960, na chamada “tese da secularização”.

2.2 Os contemporâneos

Há uma grande influência do quadro teórico estabelecido pelos clássicos da sociologia na obra do sociólogo e teólogo austro-americano Peter Berger, cujo diálogo com Marx, Weber e Durkheim é original e imaginativo. Berger foi um dos mais prestigiados autores da “teoria da secularização”¹⁴, gestada a partir dos anos 1950, a qual previa o declínio da religião na vida cotidiana como uma consequência do avanço da modernidade, entendido como avanço científico e tecnológico. Em *O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, de 1967, título que demarca a primeira fase de seu trabalho em sociologia da religião, o autor argumenta que secularização se trata de um “processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”

¹⁴ Segundo Berger (2000, p. 10), a ideia é simples e advoga que a modernização leva necessariamente ao declínio do religioso.

(BERGER, 2018, p. 144). Uma das contribuições do teórico está na compreensão do termo “secularização” em uma dupla dimensão, a saber: no nível i) macro, compreendendo a secularização da sociedade e da cultura; e no nível ii) micro, a partir da secularização das consciências (BERGER, 2018, p. 144).

É interessante notar que essa dupla dimensão revela concomitantemente o lado i) objetivo da secularização, compondo a subtração do religioso nas instituições sociais (artes, filosofia e, sobretudo, na ciência) e o ii) subjetivo, correspondendo a “um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e, suas próprias vidas, sem o recurso às interpretações religiosas” (BERGER, 2018, p. 144). A exemplo de Max Weber, Berger também enxergou uma conexão histórica entre secularização e protestantismo, tendo em vista o estreitamento que esse executou na relação do homem com o sagrado, abolindo-se quaisquer mediações. Com um estilo bem-humorado, ele sintetizou os efeitos do “desencantamento do mundo”, operado pelo protestantismo, na ilustrativa frase: “um céu onde não há mais anjos está aberto à intervenção do astrônomo e, eventualmente, do astronauta” (BERGER, 2018, p. 151).

Em 1999, mais de 30 anos após a publicação de “O Dossel Sagrado”, diante de dados empíricos que demonstravam ser falsa a tese de declínio do religioso na modernidade, Berger anunciou sua busca por um novo paradigma. Na introdução de *Desecularization of the World*, de 1999, o autor reconheceu os efeitos secularizantes da modernidade e admitiu que ela ocasionou “o surgimento de poderosos movimentos de contra-secularização” (BERGER, 2000, p. 10), englobados pela mídia e publicações acadêmicas sob o rótulo de “fundamentalismo”. Entretanto, Berger defende que a modernidade engendra sociedades heterogêneas e facilita a comunicação intercultural, favorecendo o pluralismo religioso e “solapando velhas certezas”. Assim, na medida em que muitas pessoas têm dificuldades de conviver com as incertezas derivadas da modernidade, os movimentos que prometem segurança e renovações das certezas se tornam atraentes, como é o caso do islamismo na África, na Ásia e na Europa, e do evangelismo na América Latina, argumenta Berger (2000, p. 11 e 14).

Logo, a revisão da teoria da secularização empreendida por ele privilegia a compreensão do pluralismo não mais como um dos fatores que sustentam a secularização, e sim como “a maior mudança provocada pela modernidade”. Diferente da primeira fase de sua obra, agora, Berger não vê incoerências entre crença e secularidade, mas uma construção fluida mediada por agenciamentos. Na modernidade, uma pessoa pode perfeitamente ter alguma fé e

saber quando “suspender” a religião ao ocupar uma função pública¹⁵ ou se divertir em uma festa, sem que isso seja para ela uma questão existencial incompatível. O pluralismo, entendido como “uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente” (BERGER, 2017, p. 20), implica justamente uma relativização constante por parte dos indivíduos diante da coexistência de realidades e “modernidades múltiplas”¹⁶. O novo paradigma proposto por Berger, portanto, defende que a modernidade não conduz necessariamente à secularização, mas, sim, ao pluralismo.

Seguindo a mesma linha de pensar que a secularização da sociedade moderna não leva forçosamente ao fim do religioso, a socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger abriu um novo caminho para os estudos da relação entre religião e modernidade. À semelhança da segunda fase de Berger (2017), a autora enxerga um paradoxo nas sociedades seculares. Isto é, para ela, o avanço da secularização não acarretou o desaparecimento do religioso, mas, sim, a sua intensificação e diversificação. Contudo, diferentemente do teórico austro-americano, Hervieu-Léger busca compreender as novas formas de expressão religiosa engendradas na modernidade, as quais denomina de “bricolagens”. Executadas por “crentes passeadores”, essas renovadas modalidades “flutuantes” de religiosidade derivam da “dispersão das crenças e das condutas” e da sua “desregulação institucional”, características distintivas da sociedade moderna¹⁷.

Dando continuidade ao “fio da meada” iniciado em *La religion pour mémoire*, de 1993, a autora pretende, em seu *O peregrino e o convertido: a religião em movimento* (HERVIU-LÉGER, 2015), transpor o pensamento dominante na sociologia da religião até os anos 1970, que concebia os fatos religiosos pelo prisma do desencantamento racional. Além disso, busca investigar os processos de decomposição e recomposição das crenças no mundo contemporâneo. A autora argumenta que o traço especificamente moderno não é o fato de homens abandonarem as religiões, mas a progressiva ilegitimidade da religião em regular a vida social e a vida de cada indivíduo, “mesmo aos olhos dos crentes mais convictos e mais fiéis” (HERVIU-LÉGER, 2015, p. 34).

¹⁵ Esse exemplo é dado por Fenggang Yang em resposta ao livro de Berger *Os Múltiplos altares da modernidade* (2017).

¹⁶ Esse termo, que significa que não existe uma única versão da modernidade, mas várias versões, é tomado de empréstimo do sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt, que o empregou pela primeira vez em um artigo publicado no ano 2000 na revista *Daedalus* (BERGER, 2017).

¹⁷ Argumento semelhante àquele usado por Marcel Gauchet em *Le désenchantement du monde: une histoire politique de la religion* (1985).

O núcleo da tese de Hervieu-Léger (2015, p. 37) está na compreensão da secularização como i) perda da influência dos grandes sistemas religiosos e ii) recomposição das representações religiosas. Na medida em que a oposição existente entre o mundo cotidiano e ordinário, de um lado, e as promessas de abundância e paz trazidas pela Modernidade, de outro, expõem um vácuo de expectativas, surgem “novas expressões de religiosidade, ou novas apropriações das tradições das religiões históricas” (HERVIU-LÉGER, 1999, p. 40), a fim de superar essa tensão. O número de fiéis das religiões se reduz e eles passam a “ir” e “vir”. Escapando ao controle das grandes instituições religiosas, criam os seus próprios sistemas de fé. Assim, a crença não desaparece, como previu o modelo tradicional da teoria da secularização; em vez disso, diversifica-se e se aparta do enquadramento institucional. Nas palavras da socióloga britânica Grace Davie, tomadas de empréstimo por Hervieu-Léger (2015, p. 51) para caracterizar a atitude religiosa comum nas sociedades avançadas: “*believing, without belonging*”¹⁸.

Aproveitando o debate entre os sociólogos da religião americanos e europeus, os primeiros com a tendência a descartar a tese do declínio das crenças e práticas religiosas no mundo contemporâneo e os segundos considerando a secularização, assim entendida como um fato consumado, o espanhol José Casanova (2007) diz que, para tratar do assunto, é preciso distinguir entre as categorias de análise e alargar o debate para além das fronteiras da Europa e dos EUA, adotando uma perspectiva global. No artigo *Reconsiderar la Secularización: Una perspectiva comparada mundial*, publicado em 2007, o autor identifica a existência de três significações em disputa entre os estudiosos americanos e europeus, a partir da secularização pensada como i) decadência das práticas e das crenças religiosas, ii) privatização da religião e iii) distinção das esferas seculares.

Casanova julga problemático assumir os casos de secularização, sejam americanos ou europeus, como modelos explicativos, visto que assim se generalizam situações particulares como processos universais de desenvolvimento social. O erro residiria em abrigar sob o “guarda-chuva” da secularização outras dinâmicas muito distintas entre a religião e o mundo, entre a transcendência cosmológica e a imanência profana. Os diferentes grupos religiosos estão situados em contextos específicos e atravessam, cada um a seu modo, os desafios oriundos da globalização e da modernização. À semelhança de Hervieu-Léger, o autor espanhol considera que o papel da sociologia da religião não é se ocupar da validação/refutação da teoria da

¹⁸ Em tradução livre: “acreditar, sem pertencer”.

secularização, mas investigar as novas formas de expressão da religiosidade que surgem no mundo contemporâneo.

Com o propósito de superar o infrutífero debate, Casanova, assim como Peter Berger (2017), recorre ao conceito de “modernidades múltiplas”, originalmente cunhado pelo israelense Shmuel Eisenstadt (2007). O termo significa que existem alguns elementos comuns a todas as sociedades modernas que as diferenciam de suas formas pré-modernas, ou tradicionais. No entanto, essas características possuem contornos diversos e instituições variadas (CASANOVA, 2007, p. 7-8). Existiriam, logo, tanto civilizações modernas quanto civilizações históricas pré-modernas sob condições modernas, originando arranjos múltiplos da modernidade. Segundo Casanova (2007, p. 8), essas multiplicidades são mais evidentes quando ocorre a institucionalização de arranjos modernos por sociedades não ocidentais. Isso ocorre no exemplo utilizado por Berger (2017, p. 139) para ilustrar o conceito, em que narra o estranhamento que experimentou ao entrar num templo budista e ver um chinês segurando um incenso com uma das mãos e, na outra, um telefone celular.

Isso posto, o traço distintivo da modernidade, segundo Casanova (2007, p. 13), é a disponibilidade simultânea de todas as religiões e sistemas culturais do mundo, dos primitivos aos mais modernos, para apropriações, sejam elas flexíveis ou fundamentalistas, por parte dos indivíduos modernos. Esse ponto revela a afinidade das ideias do teórico espanhol com a noção de “bricolagem”, de Hervieu-Léger (2015), vista anteriormente. Ou seja, ele argumenta que, na modernidade, há um “catálogo” amplo de sistemas de significados pronto para utilização e que são combinados de diferentes formas, dando origem a manifestações diversas de religiosidade. Em resumo, Casanova se opõe à tese da secularização significando a privatização do religioso e, em seu lugar, propõe o avanço da “religião invisível”¹⁹; isto é, a emergência pública da religião de modo desinstitucionalizado em novos arranjos de crenças, práticas e tradições religiosas realizadas pelos indivíduos.

2.3 Os brasileiros

Diferentemente da bibliografia internacional contemporânea, na qual existe uma maior preocupação em revisitar as dimensões individual e societária da teoria da secularização, testando a atualidade do paradigma, a literatura brasileira recente em sociologia e antropologia da religião privilegiou discutir as particularidades do modelo nacional de relações entre as

¹⁹ Casanova (2007, p. 13) toma a expressão de empréstimo de Thomas Luckmann, que a cunhou nos anos 1960.

religiões e o Estado ou a sua interface com a política. Assim são os trabalhos de Giumbelli (2002, 2004, 2008, 2013), Duarte et. al (2009), Mariano (2011, 2016, 2019), Machado (2015), Burity (2023), Vital e Lopes (2012), Miranda (2013), Camurça (2017a, 2017b), Montero (2018) entre outros, dentre outros. Ainda que discutir a tese da secularização não seja o objeto principal da maioria das produções publicadas no Brasil nas últimas duas décadas, as quais somente tangenciam a questão, ainda é possível encontrar alguns textos abordando a temática de modo central.

Pierucci (1998) abriu caminho ao discutir os usos da categoria por sociólogos da religião que afirmavam que “a secularização ‘já era’” (PIERUCCI, 1998, p. 2). Assinalando a ênfase dada por tais autores ao sentido psicossocial do conceito, ele pretendeu resgatar a sua dimensão *hard*, “aquela que se instala na esfera da normatividade jurídico-política” (PIERUCCI, 1998, p. 2) da sociologia weberiana. Para ele, a principal contribuição de Max Weber ao tema diz respeito à demonstração das conexões entre racionalização religiosa e racionalização legal. A segunda, acompanhada do desencantamento do mundo no Ocidente, implica a racionalização jurídica, embora não se confunda com esta, e a decorrente dessacralização das leis. Na visão de Weber, argumenta Pierucci (1998, p.6), esse processo já ocorreu e, portanto, não caberia ao sociólogo contemporâneo realizar juízo de valor ou desejabilidade, por se tratar de um fato consumado. Assim, a fim de evitar o “quebra-cabeças conceitual” (PIERUCCI, 1998, p. 24), ele sustenta a acepção original do vocábulo, entendido como “secularização do Estado, da lei e da normatividade jurídica”, as quais são imprescindíveis para o funcionamento das sociedades multiculturais e religiosamente plurais.

Paula Montero (2003) seguiu o mesmo caminho ao discutir a secularização em Max Weber, com a finalidade de ultrapassar o recorrente problema do lugar e do destino da religião no mundo contemporâneo. A autora propõe, semelhantemente a Pierucci (1998), um recuo histórico para situar a secularização como um processo político de consolidação do Estado moderno e de demarcação de suas fronteiras frente ao religioso. Ao fazer um balanço dos usos do termo no campo da sociologia da religião, a pesquisadora vai além e infere que o potencial do conceito não reside no suposto “fim da religião” (em sua análise, um dos equívocos da tese da secularização) ou no seu “retorno”, mas na compreensão dos “agenciamentos particulares das diferentes esferas em contextos sócio-históricos específicos, suas relações de dependência e justaposições singulares” (MONTERO, 2003, p. 44). Ou seja, para ela, a categoria “secularização” não deve ser compreendida como uma prescrição ou norma, mas como um

instrumento para se pensar o estatuto das religiões na contemporaneidade e suas articulações com as diferentes esferas da sociedade, seja a ciência, a economia ou o Estado.

Giumbelli (2000), aprofundando a compreensão do estatuto do religioso na contemporaneidade, ao investigar as controvérsias em torno de alguns grupos religiosos no Brasil e na França, deu uma “volta a mais no parafuso”²⁰ e problematizou a noção de que religião e modernidade seriam opostas. O seu esforço foi para demonstrar que elas coexistem de maneira positiva, sendo a oposição o produto mesmo da relação. Enquanto a modernidade constrói e depende de uma certa concepção de religião, a religião se mantém como um domínio capaz de revelar as características da sociedade que a produz. Para Giumbelli (2000, p. 413), o prestígio da tese da secularização foi acompanhado da impressão de que a modernidade limitaria a religião. Em resposta a essa percepção, o autor busca demonstrar que, se por um lado a religião sofreu uma limitação quanto ao espaço ocupado na sociedade moderna, por outro não deixou de ser vista e constituída como um domínio social fundamental.

Mais recentemente, Mariano (2011) fez uma relevante síntese do debate sociológico contemporâneo acerca do conceito de “secularização”, comparando-o à “laicidade” e analisando os seus limites na história do Brasil. Enquanto “secularização”, diz Mariano (2011) p. 244), relaciona-se a múltiplos fenômenos sociais e culturais em que se verifica a redução da influência do religioso, laicidade, grosso modo, corresponderia à regulação política, jurídica e institucional entre as igrejas e o Estado e entre as religiões e a política institucional. Para o pesquisador, nenhuma das duas noções dá conta de explicar integralmente as conexões existentes entre as religiões, o Estado e a sociedade brasileira. O que se verifica na história nacional são a fraca força normativa da laicidade e a falta de tradição cultural para que a secularização da sociedade esteja assegurada.

A separação formal entre Igreja e Estado, no caso brasileiro, nunca decorreu da privatização do religioso ou da exclusão mútua entre religião e política (MARIANO, 2011, p. 254). Usando uma expressão do historiador Fernando Catroga (2006), Mariano defende que, no Brasil, houve uma “quase laicidade”²¹, ou “laicidade à brasileira” – título de seu artigo – semelhantemente ao que ocorreu em Portugal, na Espanha e na Itália. Aqui, dada a influência

²⁰ Expressão usada pelo professor Marcelo Camurça (UFJF) em suas aulas e, segundo ele mesmo, tomada de empréstimo de seu orientador de doutorado Otávio Velho.

²¹ Posteriormente o pesquisador irá afirmar que o termo “quase laicidade” é um termo ruim e que não o utilizaria novamente, uma vez que permite o entendimento de que é possível distinguir o “Estado laico” do “quase laico”. No entanto, na falta de uma retratação na forma de artigo, optei por mantê-lo, uma vez que essa visão não é unânime na literatura em sociologia brasileira e por entender que o termo comunica a singularidade da laicidade do Brasil frente a outras Nações.

do catolicismo desde a colonização, a Igreja Católica gozou de privilégios nas relações com o Estado e foi tomada como modelo de religião e culto religioso comparativamente a outras práticas religiosas, principalmente as espíritas e afro-brasileiras (MARIANO, 2011, p. 246), resultando em “neutralidade estatal zero”.

A hegemonia católica, entretanto, passou a ser ameaçada com a expansão do protestantismo, sobretudo o ramo pentecostal. Assim, a abertura política após 1986 teve como uma de suas características a incursão de pentecostais na política institucional para fazer frente aos eventuais privilégios católicos na nova Constituição. Essa seria, segundo Mariano (2011, p. 254), a originalidade da “laicidade à brasileira”: a acalorada disputa entre católicos e pentecostais que migrou para a esfera pública, especialmente para o campo político-partidário. Entretanto, é preciso deixar claro que a capacidade de influenciar o cenário político não é uma exclusividade evangélica. Camurça (2023) e Caldeira e Toniol (2020) chegam a reivindicar uma anterioridade católica no tema. Assim, é digno de nota enfatizar a preponderância que o cristianismo assumiu em diferentes contextos no Brasil, guiando a política em sua vertente conservadora ou progressista, do lado evangélico, sim, mas também do lado católico.

Gorender (1987) cita o papel do catolicismo na formação da Ação Popular (AP) e a origem dessa organização política, em junho de 1962, a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade de atuação limitada por estar vinculada oficialmente à igreja. Não obstante, a AP também possuía uma vertente protestante, liderada por Paulo Stuart Writh. Em 1972, o movimento seria finalmente incorporado ao PC do B, mas o socialismo humanista de inspiração cristã permaneceria influenciando a legenda. Do mesmo modo, também é reconhecida a participação da Igreja Católica na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral Operária, das Comissões de Justiça e Paz e do Movimento Custo de Vida²².

Do lado conservador, em busca de afastar o “catolicismo eclipsado” de analistas “míopes”, Caldeira e Toniol (2020) chamam a atenção para as raízes católicas do conservadorismo brasileiro – não restritas à sua atuação político-partidária – gestado na década de 1920 por nomes como Plínio Corrêa de Oliveira, líder de um grupo de leigos que deu origem à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, apoiadora do golpe civil-militar de 1964. A aparente vanguarda evangélica na política também é relativizada por

²² Para saber mais, ver a obra de Adriano Henriques Machado intitulada *A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à ideia de formar um novo partido* (2009).

Camurça (2023, p. 3), que atribui aos católicos a autoria do termo “ideologia de gênero” e das propostas conservadoras Estatuto do Nascituro, Estatuto da Família e Escola sem Partido.

Feita essa observação, esta tese se filia à compreensão de Mariano (2011), ou seja, considera incompleta a secularização da sociedade brasileira, a qual sempre esteve mais relacionada ao Estado do que à sociedade, e pretende evidenciar, nos próximos capítulos, como se deu a presença de temas e atores religiosos em eleições presidenciais no Brasil entre os anos de 2010 e 2018, bem como a movimentação do eleitorado religioso ao longo das campanhas. Demonstrarei não só o fluxo da tradicional divisão entre católicos e evangélicos, mas, sempre que os dados permitirem, os deslocamentos de outros grupos, como os afro-brasileiros, espíritas, sem religião e ateus.

2.4 Conclusões do capítulo

Iniciando a revisão na literatura clássica da sociologia, busquei demonstrar que o declínio do religioso era um dos anseios da nascente disciplina que se via diante de transformações socioeconômicas advindas da dupla revolução que a Europa atravessava à época, a saber, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Assim, a retração do religioso foi tomada como um desdobramento certo dos avanços sociais, produtivos e científicos do mundo moderno. O debate foi reiniciado a partir da década de 1950 por autores como Peter Berger, que confirmaram a teoria da secularização e a perda da influência social da religião na modernidade. Entretanto, esse paradigma seria revisto anos mais tarde pelo próprio Berger. Ao lado de teóricos como José Casanova, ele pensará a realidade contemporânea das religiões a partir da chave do pluralismo, incluindo o pluralismo religioso. Hervieu-Léger também acrescentará uma importante contribuição ao conceber a modernidade não como promotora do fim da religião, mas sim como fomentadora de novas expressões de religiosidade.

No Brasil, a discussão girou em torno da recuperação do significado original do termo secularização, trazido à tona por Pierucci (1998) e Montero (2003), e das relações positivas entre religião e modernidade, expressas por Giumbelli (2000). Mariano (2011) abordou os limites da secularização no Brasil argumentando que aqui houve um processo inacabado, favorecendo a disputa religiosa entre católicos e evangélicos. O objetivo dos próximos capítulos será demonstrar de que modo a religião atravessou as quatro últimas eleições presidenciais no Brasil. Independentemente do peso final dos resultados eleitorais, é inegável o crescente direcionamento discursivo das campanhas aos setores religiosos. Desse

modo, esta tese pretende contribuir para a compreensão dos usos políticos da religião (e vice-versa) e dos deslocamentos das diferentes confissões no decurso das eleições de 2010 a 2018.

3 ELEIÇÕES 2010: A MUDANÇA

Reafirmamos nossa posição, já muitas vezes manifestada, em defesa da vida e da família, da dignidade da mulher, do direito dos pais à educação religiosa e ética de seus filhos, do respeito aos símbolos religiosos, e contrária à prática de descriminalização do aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, à adoção de crianças por casais homoafetivos e à profissionalização da prostituição (Declaração da 48ª Assembleia Geral da CNBB em 15/05/2010)²³.

A presença religiosa em eleições presidenciais no Brasil nunca havia tomado as dimensões vistas em 2010, como alertou Pierucci (2011, p. 5). Além da participação atípica de católicos conservadores, o que compreendia uma novidade²⁴, o pleito assistiu ao imoderado uso da religião pelas campanhas. Valendo-se do mote gerado por lideranças do cristianismo conservador, católicas e evangélicas, contrárias à terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)²⁵, o candidato de oposição, José Serra (PSDB), fez uso de sua religiosidade para antagonizar com Dilma Rousseff (PT). Em desvantagem diante da aprovação recorde de Lula, a estratégia tucana encontrou na religião um elemento diferenciador. Pela primeira vez na história da Nova República, o centro da narrativa das campanhas presidenciais versou sobre temas alheios às grandes questões nacionais. No lugar de programas de governo, a agenda eleitoral gravitou em torno da crença e dos predicados religiosos dos presidencialistas.

Assim, a particularidade de 2010 está no embate entre as campanhas para descredibilizar religiosamente o candidato adversário. Enquanto Dilma, em um primeiro momento, e Marina atuaram na defensiva, Serra assumiu uma postura provocadora, direcionando as discussões para temas moral-religiosos, particularmente o aborto. Entretanto, o exagero na construção de uma *persona* religiosa ocasionou o “efeito fariseu (PIERUCCI, 2011), aqui demonstrado estatisticamente. Em suma, o marketing tucano, em alinhamento ao cristianismo conservador, mudou o paradigma das eleições presidenciais no Brasil e pavimentou o caminho para que a religião se tornasse um tema inevitável. O eleitorado reagiu positivamente à ativação religiosa e iniciou um realinhamento eleitoral que será acentuado nos pleitos seguintes, decompondo as preferências eleitorais de católicos e evangélicos.

²³ Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/3o-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3/> Acesso em: 20 jan. 2021.

²⁴ Desde o final da ditadura civil-militar (1964-1985), o protagonismo político da Igreja Católica havia sido desempenhado pela ala progressista (ORO; MARIANO, 2010, p. 35), com o destaque para os setores da Teologia da Libertação, apoiadores de primeira hora dos governos Lula.

²⁵ Divulgado em dezembro de 2009, o documento tocou no tema do aborto como questão de saúde pública e direito das mulheres à gestão de seus corpos. Contudo, religiosos do cristianismo conservador acionaram argumentos laicos relativos à “cultura da vida” (VAGIONNE, 2020, p. 69) a fim de salvaguardar os amparos legais do feto e moveram a discussão para a esfera pública. Além disso, o PNDH-3 abordou o uso de símbolos religiosos em locais públicos e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, gerando a antipatia de setores tradicionalistas.

3.1 Dilma e a dúvida sobre a fé

A cabeça erguida e o olhar seguro contrastam com os dois militares ao fundo que tapam os rostos com as mãos. A foto mais famosa de Dilma Rousseff retrata a militante de 22 anos em um interrogatório no Rio de Janeiro, no ano de 1970. O registro fotográfico, realizado após 22 dias de tortura, mostra a militante antes de ser levada ao DOPS, em São Paulo. De lá, ela seguiria para a penitenciária Tiradentes, acusada de subversão. Passou três anos na cadeia, de 1970 a 1972. 40 anos após o clique, a jovem da foto se tornou a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Seu antecessor e padrinho político, Lula, foi onipresente durante toda a campanha. Na época, os institutos de pesquisa apontavam recordes de aprovação do governo federal, acima de 80%²⁶. O legado de Lula posicionou Dilma como favorita nas urnas, embora fosse inexperiente em cargos eletivos.

Em 1972, após retomar a liberdade, Dilma Rousseff se mudou com o marido para Porto Alegre, onde concluiu o curso de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Já com a abertura democrática no início dos anos 1980, participou da fundação do PDT - Partido Democrático Trabalhista, de Leonel Brizola. Na legenda, ocupou os cargos de assessora parlamentar, secretária municipal da Fazenda de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e secretária de Minas e Energia em dois governos, o de Alceu Colares (PDT-RS) (1991-95) e o do petista Olívio Dutra (1999-2003). Nessa época, Dilma saiu do PDT e se filiou ao PT. Chamada a integrar a equipe de transição do governo Lula, responsável pelo planejamento estratégico na área energética, acabou por assumir a pasta.

O destaque recebido durante os anos como ministra a cacifou como candidata à sucessão de Lula, principalmente após o desempenho frente à Casa Civil, substituindo José Dirceu, a partir de 2005. O ex-ministro foi exonerado após a acusação de chefiar o esquema do Mensalão²⁷. Dilma coordenou importantes projetos para o governo, como o Programa Minha Casa, Minha Vida e o PAC - Plano de Aceleração do Crescimento. À medida que as eleições de 2010 se aproximavam, a então ministra passava a figurar na publicidade do governo como a “mãe do PAC”. Em junho de 2010, o PT a anunciou oficialmente como candidata à sucessão de Lula e continuadora do chamado lulismo²⁸.

²⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 15 jan. 2021.

²⁷ “Mensalão” foi o nome dado ao esquema de compra de votos no Congresso Nacional, descoberto em 2005, para que deputados votassem matérias favoráveis ao Poder Executivo.

²⁸ Singer (2012, p. 15) define “lulismo” como “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do

Entretanto, a existência de declarações controversas de Dilma sobre o aborto ratificou o descrédito de setores religiosos católicos e evangélicos após a formalização de sua candidatura. Esses grupos já haviam se manifestado contrariamente ao PNDH-3 no final de 2009 e no primeiro semestre de 2010. As polêmicas envolvendo temas religiosos suscitadas pelo PNDH-3 tomaram as campanhas. As associações entre PT, PNDH-3 e Dilma eram inevitáveis. Ainda em janeiro de 2010, o deputado ACM Neto (DEM-BA), integrante da base aliada, considerou o Programa uma “grande cilada para a candidatura da ministra Dilma, pois vai forçá-la a se posicionar sobre temas polêmicos”²⁹. Em boa medida, como veremos, o herdeiro de Antônio Carlos Magalhães tinha razão.

Uma série de vídeos contendo sermões de padres e bispos começou a circular na internet em fevereiro de 2010. Criticando o PNDH-3 e o PT, o material era disponibilizado no YouTube e assistido por milhares de pessoas. Um dos primeiros materiais divulgados exibia o padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, da Arquidiocese de Cuiabá, referindo-se ao PNDH-3 como “coisas graves que aconteceram no apagar das luzes de 2009”³⁰. Nas imagens em *Power Point* projetadas na parede da igreja, frases pontuavam que o programa “tornaria o cristianismo ilegal”. Comparando o governo Lula ao nazismo, Azevedo alertava que nenhum funcionário público poderia ser contra o casamento homossexual, a retirada de símbolos religiosos de locais públicos ou o aborto, sob a pena de ser preso: “94% dos brasileiros são contra o aborto, mas a corja de patifes que nos governa quer implantar o aborto custe o que custar”³¹.

Era evidente que a divulgação do PNDH-3 no final de 2009 fora um tiro n’água. As versões anteriores, publicadas nos governos FHC, também haviam sido divulgadas no último ano de mandato. O objetivo seria ofuscar críticas diante da proximidade das eleições. Todavia, em 2009, o conteúdo ousado atíçou as lideranças religiosas. Diante do impacto negativo, o presidente Lula responsabilizou o seu ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi³², por

mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital”. Por esse motivo, o autor caracteriza o fenômeno como um “reformismo fraco” e lento o suficiente para desestimular o conflito de classes. Entretanto, as manifestações de 2013 sinalizaram o enfraquecimento e declínio do fenômeno citado.

²⁹ LOPES, E. Planalto deve tirar polêmica do Plano de Direitos Humanos. O Estado de S. Paulo. 12 jan. 2010. p. A6. Caderno Nacional.

³⁰ RICARDO, P. Padre Paulo Ricardo critica o Plano de Desenvolvimento de “Direitos Humanos” {PNDH-3} parte 1 de 3. 2010. (10m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pxxe5do34SU>. Acesso em: 13 jan. 2021.

³¹ Idem.

³² Também houve a repercussão negativa da proposta, contida no PNDH-3, de instaurar uma Comissão Nacional da Verdade para investigar as violações de Direitos Humanos ocorridas durante o período militar (1964-1985). Diante de uma crise aberta do governo federal com as Forças Armadas, os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannucchi (Direitos Humanos) ameaçaram se demitir. In: NOSSA, L.; MENDES, V. Lula vai reeditar Plano de Direitos Humanos para tentar contornar crise. O Estado de S. Paulo. 13 jan. 2010. Caderno Nacional. p. A4.

incluir a proposta de apoio a projetos de lei visando descriminalizar o aborto. O presidente considerava o tema delicado e a abordagem do PNDH-3 “muito incisiva”³³. A declaração de Lula escancarou o esforço do Planalto para descolar o governo, e sua candidata, de assuntos controversos. Importante lembrar que Dilma havia sido revisora do PNDH-3 e assinava o seu conteúdo.

Anos antes, quando era ministra e não imaginava se candidatar, Dilma se posicionou publicamente na imprensa sobre religiosidade e aborto. Movimentos tradicionalistas de católicos e evangélicos recuperaram esses materiais e os utilizaram para deslegitimá-la eleitoralmente. A primeira vez em que a petista falou sobre o assunto foi em 2007, durante a sabatina do jornal Folha de S. Paulo. Questionada se considerava a legislação vigente sobre o aborto adequada ou se defendia uma ampliação, Dilma afirmou achar um absurdo que o Brasil ainda não tivesse descriminalizado o aborto³⁴. Sua identidade religiosa também se tornou alvo de questionamentos depois da divulgação de trechos de uma entrevista sua à revista Época, também em 2007. Na ocasião, a petista confessou se indagar sobre a existência de Deus: “Eu me equilíbrio nessa questão. Será que há? Será que não há?”³⁵.

A falta de habilidade de Dilma para tratar publicamente de assuntos polêmicos e temas religiosos era notória. Em janeiro de 2010, na função de ministra-chefe da Casa Civil, ela foi a responsável pelo adiamento do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa, que previa a legalização fundiária dos imóveis ocupados por terreiros de umbanda e candomblé, incluindo o tombamento de casas de culto. A então ministra alegou que revisaria aspectos jurídicos da iniciativa. Contudo, sem convencer a opinião pública, o evento foi cancelado na esteira da controvérsia gerada pelo PNDH-3. O adiamento buscava evitar outro desgaste do governo com católicos e evangélicos em um ano eleitoral. O ministro-chefe da Igualdade Racial, Edson Santos, justificou o adiamento alegando “evitar constrangimentos”, expondo o recuo estratégico do governo.

Mães e pais de santo que já estavam em Brasília para a cerimônia foram pegos de surpresa. O subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, Ivo Fonseca, revelou que o adiamento se deu por “motivos eleitorais” e que o plano seria repactuado com católicos e evangélicos. A fala repercutiu entre lideranças afro em virtude de os evangélicos e católicos

³³ ARRUDA, R. Enquadrado, Vannuchi considera solução satisfatória e fica no cargo. O Estado de S. Paulo. 14 jan. 2010. Caderno Nacional. p. A4.

³⁴ VOTO SÉRIO. Dilma é favorável à descriminalização do aborto. (26m). 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fwaGn1--eQ4>. Acesso em: 13 jan. 2021.

³⁵ CAMINHO DO CÉU. Folha de S. Paulo. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1411200818.htm> Acesso em: 15 jan. 2021.

obterem benefícios do Estado, como concessões públicas de rádio e TV e até doações de terrenos para a construção de igreja, “porém, quando se trata de proteger as religiões afro-brasileiras alegam que não é papel do Estado intervir”, contrapôs Ivanir dos Santos, integrante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro.

Com o propósito de auxiliar Dilma no trato de conteúdos religiosos e prevenindo a corrosão de sua imagem diante dos impactos negativos de falas antigas a favor do aborto e interrogações pessoais sobre a existência de Deus, o presidente Lula pediu auxílio. O objetivo era evitar que o rótulo de atea e defensora do aborto suscitasse a antipatia de bispos e padres católicos. O candidato a vice e político experiente, Michel Temer, passou a representar Dilma em encontros com lideranças religiosas, assegurando que o futuro governo não se engajaria em causas controversas, como a legalização do aborto.

Além de Temer, Gilberto Carvalho – chamado de “o novo Golbery” –, chefe de gabinete de Lula e ex-seminarista, foi escalado com a missão de aproximar a candidata da Igreja Católica³⁶. O socorro de Carvalho veio após os ataques do bispo de Guarulhos-SP, Luiz Gonzaga Bergonzini. O religioso publicara no site da CNBB, em julho de 2010, o artigo “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”³⁷. No texto, Bergonzini clamava pelo boicote da candidatura de Dilma, por considerar o PT um partido apologista do aborto³⁸. O bispo também organizou a impressão de panfletos nomeando Dilma de “candidata da morte” (MACHADO, 2012) e encaminhou um ofício circular aos padres da diocese de Guarulhos solicitando que pedissem, durante as missas, que os fiéis não votassem no PT. O religioso argumentava que “uma pessoa que defende o aborto não pode ser eleita”³⁹.

³⁶ Devido à controvérsia gerada no interior da CNBB, pouco tempo após a sua publicação, o artigo foi retirado do site.

³⁷ ROSA, V.; WARTH, A. Assessor de Lula busca aproximar Dilma de católicos. O Estado de S. Paulo. 23 julho 2010.

³⁸ Idem.

³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/07/bispo-de-guarulhos-orienta-padres-pregar-nas-missas-voto-contra-dilma.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Figura 1 - Nota fiscal de 100 mil panfletos encomendados pela Mitra Diocesana de Guarulhos

DOM Luiz Gonzaga Bergonzini

EDITORIA GRÁFICA PANA Editora Gráfica Pana Ltda. Rua José Bento, 360 - Cambuci - 01523-030 Tel.: (11) 3209-3538 - São Paulo - SP		Rua José Bento, 360 - Cambuci - CEP 01523-030 Município de São Paulo Estado de São Paulo Inscrição no CNPJ Nº 02.740.573/0001-87 Inscrição Municipal Nº 2.730.376-4 Inscrição Estadual Nº 116.623.564.116 Data da Emissão: 13 de Setembro de 2010										
Discriminação das Notas <table border="1"> <thead> <tr> <th>MÊS DE</th> <th>DE 20</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DIA</td> <td>NOTA Nº</td> </tr> <tr> <td></td> <td>IMPORTÂNCIA</td> </tr> </tbody> </table>		MÊS DE	DE 20	DIA	NOTA Nº		IMPORTÂNCIA	FATURA Nº 1459	FATURA DUPLICATA VALOR R\$ 3.000,00	DUPLICAÇÃO Nº DE ORDEM 1459	VENCIMENTO 20-09-2010	Para uso da Instituição Financeira
MÊS DE	DE 20											
DIA	NOTA Nº											
	IMPORTÂNCIA											
		Desconto de % s/ R\$ até										
		Condições Especiais										
		Nome do Sacado Mitra Diocesana de Guarulhos Endereço R. Francisco Poltallo, 54 Município GUARULHOS CEP 07050-030 Estado SP										
		Praça de Pagamento Insc. C.N.P.J./C.P.F. nº 51.206.203/0001-65										
		Cobrança										
		Valor por Extensão {Tres mil reais}x.xx..x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.										
Reconheço (emos) a exatidão desta FATURA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS na importância acima que Pagarei(emos) à EDITORA GRÁFICA PANA LTDA, ou à sua ordem na praça e vencimento acima indicados.												
NÃO VALE COMO RECIBO												

Fonte: G1.com (2010).⁴⁰

No mês seguinte, agosto, a Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul 1 da CNBB⁴¹ acompanhou Bergonzini e publicou o documento “Apelo a todos os brasileiros e brasileiras”, em que listava uma série de compromissos e deliberações do governo Lula, e internas do PT, no ano de 2005, no campo dos direitos reprodutivos e da interrupção da gravidez⁴². O texto também recomendava “encarecidamente” que, nas próximas eleições, a população votasse em candidatos contrários ao aborto, bem como aconselhava a leitura do documento “Votar Bem”, aprovado na 73ª Assembleia dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB,

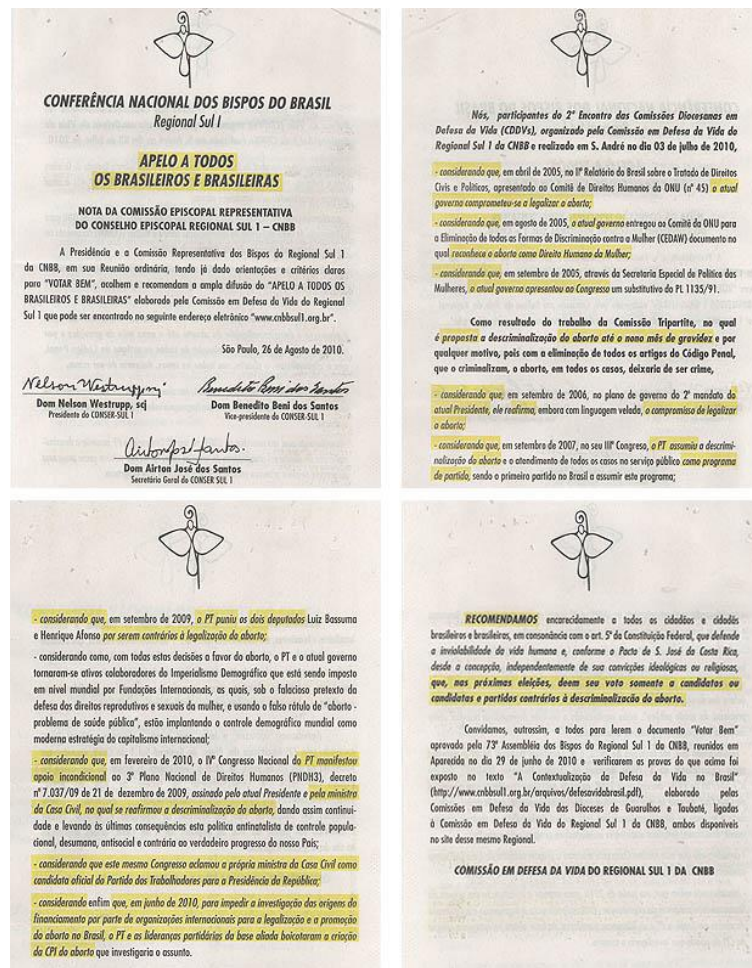
⁴⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/nao-deem-seu-voto-sra-dilma-rousseff-diz-bispo-em-jornal-catolico.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁴¹ Havia também posicionamentos dissonantes no interior da Igreja Católica. Em setembro de 2010, a Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro desautorizou padres que, no exercício do ministério ou em nome da Igreja Católica, indicassem ou rejeitassem, citando nominalmente, candidatos ou partidos políticos. O ESP 18 set 2010.

⁴² O documento da CNBB alegava que: i) no II Relatório do Brasil sobre o Tratado de Direitos Civis e Políticos, apresentado à ONU, em abril de 2005, o governo Lula tinha se comprometido a legalizar o aborto; ii) em agosto de 2005, o governo Lula havia entregado ao Comitê da ONU pra eliminação de todas as formas de discriminação um documento reconhecendo o aborto como um direito humano da mulher; iii) em setembro de 2005, a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres do governo Lula tinha entregado um Projeto de Lei ao Congresso pedindo a descriminalização do aborto até o nono mês de gestação; iv) em setembro de 2006, o Plano de Governo Lula reafirmava, com linguagem velada, o compromisso em descriminalizar o aborto; v) em setembro de 2007 o 3º Congresso do PT assumir o compromisso de descriminalizar o aborto e que todos os casos fossem atendidos pelo serviço público; vi) em setembro de 2009, o PT punir dois deputados, Luiz Bassuma (BA) e Henrique Afonso (AC), por serem contrários à descriminalização do aborto; vii) o PT se colocava, ao defender o aborto, como colaborador do “Imperialismo Demográfico”, que usava o falso dilema aborto/saúde pública como controle demográfico mundial e moderna estratégia do capitalismo internacional; ix) em fevereiro de 2010, o IV Congresso Nacional do PT se posicionara favorável ao PNDH-3, levando às últimas consequências uma política antinatalista de controle populacional, desumana e antissocial, contrárias ao progresso do país e ratificando a candidatura de Dilma Rousseff; x) em junho de 2010, o PT boicotara a CPI do aborto, que investigaria o financiamento internacional para a legalização e promoção do aborto no Brasil.

realizada em 29 de julho de 2010, em Aparecida, SP, que pretendia oferecer “critérios e princípios gerais a serem levados em conta no discernimento sobre o momento político”. Havia ainda o link para o relatório “A Contextualização da Defesa da Vida no Brasil: como foi planejada a introdução da cultura de morte no país”, no qual haveria “provas” das acusações listadas.

Figura 2 - Folheto assinado pela Comissão em Defesa da Vida do Regional Sul



Fonte: O Globo⁴³ (2010).

Dispostos a pressionar Dilma e os outros candidatos em pautas de interesses da Igreja, líderes católicos organizaram um debate na TV Aparecida. Dilma faltou ao compromisso. Serra compareceu e sugestionou que a candidata havia se acovardado: “Dilma não veio porque não quer se explicar”⁴⁴. As perguntas formuladas pela produção se

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/nao-deem-seu-voto-sra-dilma-rousseff-diz-bispo-em-jornal-catolico.html> <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/nao-deem-seu-voto-sra-dilma-rousseff-diz-bispo-em-jornal-catolico.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

⁴⁴ O ESTSP, 24 de agosto de 2010.

relacionavam ao aborto, a símbolos religiosos em locais públicos e ao casamento homoafetivo. Até Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL, assumiu uma postura mais conservadora no encontro. Ao ser interpelado sobre a homossexualidade, o candidato expôs que sua origem cristã o fazia concebê-la como pecado, mas isso não se confundia com humilhar ou perseguir homossexuais. Dilma compareceu a um segundo evento realizado pela CNBB em 23 de setembro, na tentativa de se aproximar de setores católicos. O tema do aborto foi central. A petista recuou de suas declarações no passado e disse não saber se julgava necessária uma ampliação dos casos previstos em lei: “Não vejo muito sentido”⁴⁵.

Setores evangélicos também fizeram campanha virtual contrária a Dilma Rousseff, incluindo vertentes do protestantismo histórico. O pastor batista Paschoal Piragine Júnior, durante um culto gravado na Primeira Igreja Batista de Curitiba, exibiu aos fiéis um vídeo⁴⁶ contendo imagens de crianças saudáveis e fetos abortados. A locução em *off* sentenciava que “o mundo e o Brasil vivem uma crise terrível”. Na sequência de imagens, eram exibidas as ações que um eventual governo Dilma Rousseff colocaria em prática: fim da liberdade religiosa, apologia à pornografia, pedofilia, divórcio, infanticídio e aborto. Segundo o pastor, esses temas integravam o plano político do PT acordado em seu último congresso partidário. Por fim, Piragine recomendava que os fiéis não votassem em Dilma Rousseff⁴⁷.

Figura 3 - Vídeo de Paschoal Piragine Júnior que “viralizou” na internet



Fonte: Youtube.com (2010).

⁴⁵ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/09/100924_debatequinta_fp. Acesso em: 25 fev. 2021.

⁴⁶ PIRAGINE, P. Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr. sobre as eleições 2010. 2010. (11m22s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>. Acesso em: 15 jan. 2021.

⁴⁷ Por meio de buscas realizadas na internet, foi possível identificar que, em 2016, ano de eleições municipais, o pastor batista publicou o mesmo vídeo em sua conta no Facebook.

Silas Malafaia, religioso da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, no Rio de Janeiro, e comunicador do meio pentecostal, também se posicionou contrariamente ao PNDH-3 e ao PT. Durante o primeiro turno, em seu programa semanal “Vitória em Cristo”, também disponibilizado no YouTube, o pastor atacou a “maneira moderna de perseguir os evangélicos”, em referência ao Projeto de Lei nº 122/2006, que intencionava criminalizar a homofobia. Segundo Malafaia, o PL e o PNDH-3, apelidado por ele “Plano Nacional da Vergonha Humana”, tinham a finalidade de fomentar práticas homossexuais. No primeiro turno, o pastor financiou a publicação, na cidade do Rio de Janeiro, de 600 outdoors contendo a frase “em favor da família e preservação da espécie humana”, acompanhada de sua foto e um versículo do livro de Gênesis 1:27: “Deus fez macho e fêmea”, a fim de desestimular o voto de evangélicos na candidata petista.

Figura 4 - Outdoor contratado por Silas Malafaia



Fonte: Iba Mendes Pesquisa (2010)⁴⁸.

Além de vídeos no Youtube contendo sermões de padres e pastores, o blogueiro Rodrigo Vianna identificou, na primeira fase da campanha de desinformação contra Dilma Rousseff⁴⁹, o envio de e-mails com os assuntos “Dilma abortista”, “Dilma terrorista” e “Dilma contra Jesus” (RAMOS, 2012, p. 59). Essas mensagens continham uma listagem de ações que um eventual governo Dilma colocaria em prática para “prejudicar a palavra de Deus”. Na rede social Orkut, o “Movimento Não Vote em Dilma” intencionava alertar crentes e católicos sobre a aprovação das “leis do aborto e do casamento gay” que “já haviam sido declaradas”⁵⁰ pela

⁴⁸ Disponível em: <http://www.ibamendes.com/2010/10/extincao-da-especie-humana-segundo-um.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

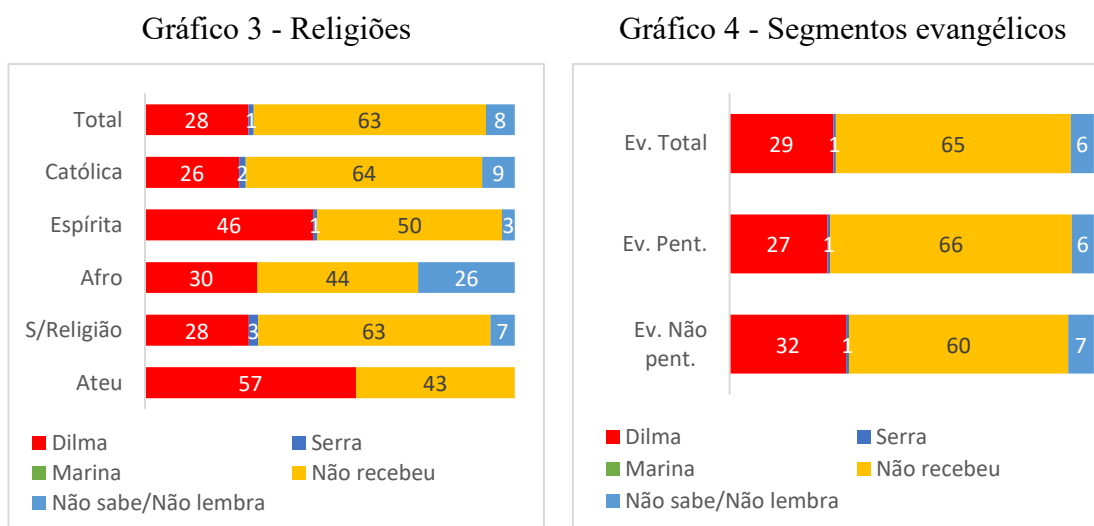
⁴⁹ De acordo com o blogueiro, as demais fases da campanha de desinformação envolvendo o nome da petista foram: 2) distribuição de panfletos, fase iniciada na reta final do primeiro turno e retomada no segundo turno; 3) realização de telemarketing; 4) pichações e faixas nas ruas com as frases “Cristãos não querem Dilma e PT” e “Dilma é contra Igreja” (RAMOS, 2012, p. 59).

⁵⁰ CORRENTE DE ORKUT! MOVIMENTO ANTI DILMA. Disponível em: <http://www.extestemunhasdejeova.net/forum/viewtopic.php?f=11&t=6252#p110522>. Acesso em: 13 jan. 2021.

candidata do PT. Interações *online* de cunho religioso se combinaram às *offline* durante toda a campanha. Vídeos no Youtube, listas de e-mails, comunidades do Orkut e publicações no Twitter coagiam os candidatos e a militância a se posicionar.

Para avaliar o alcance das mensagens enviadas pela internet, analisei os dados da pesquisa Datafolha de setembro de 2010, nos Gráficos 3 e 4. O instituto perguntou, no universo de eleitores que possuíam acesso à internet, se eles haviam recebido informações contendo críticas a algum candidato à presidência. Os dados do Gráfico 3 a seguir mostram que as informações negativas a respeito de Dilma foram recebidas por 28% do eleitorado e somente 1% sobre José Serra; não houve menções a Marina Silva. Desagregando as informações por adesão religiosa, vemos que a grande circulação de mensagens negativas a respeito da candidata do PT ocorreu entre espíritas (46%) e ateus (57%). Sugiro a hipótese de que a maior renda e escolaridade, ocasionando em acesso e habilidades com a internet, explique a intensa circulação das informações nesses grupos. Católicos (26%), afro-brasileiros (30%) e sem religião (28%) receberam menos informações negativas sobre Dilma. Ainda assim, receberam-nas em porcentagens consideráveis quando comparadas ao seu adversário tucano.

Gráficos 3 e 4 - Recebimento de mensagens contendo críticas aos candidatos à presidência no 1º turno de 2010 (%)

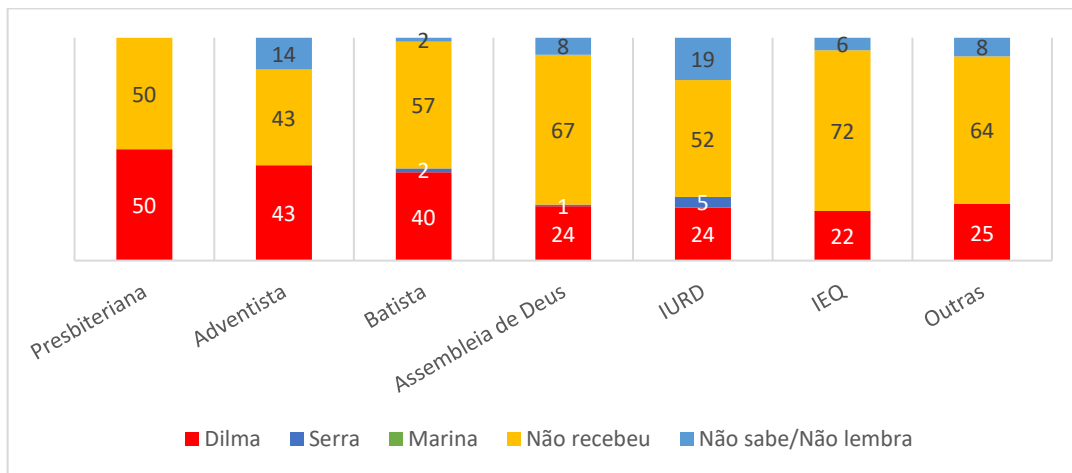


Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisa do dia 08/10/2010.

Analisando as respostas por denominação evangélica (Gráfico 3), o destaque ficou entre os presbiterianos (50%), adventistas (43%) e batistas (40%). Interessante notar que a maior porcentagem de eleitores que receberam mensagens depreciativas sobre Serra era

formada por fiéis da Igreja Universal (5%), como mostra o Gráfico 5 a seguir, apoiadora dos governos Lula e da eleição de Dilma em 2010. Chama a atenção a ausência de menções a Marina Silva, indicando a circulação reduzida de informações negativas sobre a candidata do PV, o que ajuda a compreender a sua expressiva votação, como será visto adiante.

Gráfico 5 - Recebimento de mensagens contendo críticas aos candidatos à presidência no 1º Turno de 2010 - por denominação evangélica (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisa do dia 08/10/2010.

O Datafolha também perguntou se os entrevistados haviam recebido orientação de suas igrejas para não votar em algum candidato. O Gráfico 6 a seguir mostra que a maioria dos eleitores (97%) diz não ter recebido qualquer tipo de orientação em suas igrejas nesse sentido. Quando olhamos para a adesão religiosa, os evangélicos não pentecostais (6%) são aqueles que mais ouviram orientações na igreja sobre em qual candidato não votar, 7%. E somente 2% dos católicos ouviram algum tipo de orientação. Analisando as informações por denominação evangélica (Gráfico 7), vemos que as igrejas Evangelho Quadrangular, Adventista e Presbiteriana possuem as maiores taxas de direcionamento eleitoral de suas lideranças, respectivamente 23, 13 e 12%. A quase totalidade das menções indica que a candidata a ser rejeitada seria Dilma Rousseff.

Gráficos 6 e 7 - Recebeu orientação na igreja sobre em qual candidato não votar? (%)

Gráfico 6 - Religiões

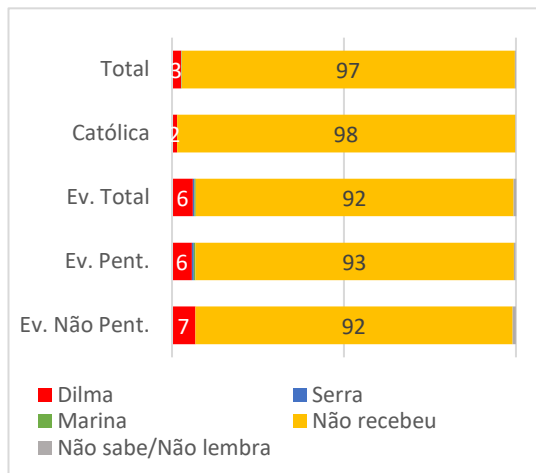
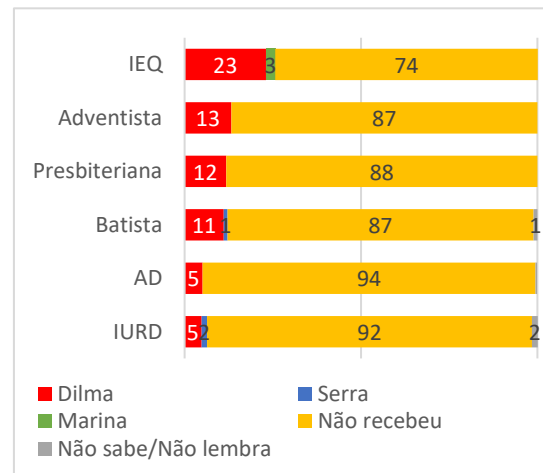


Gráfico 7 - Denominações evangélicas



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa do dia 08/10/2010.

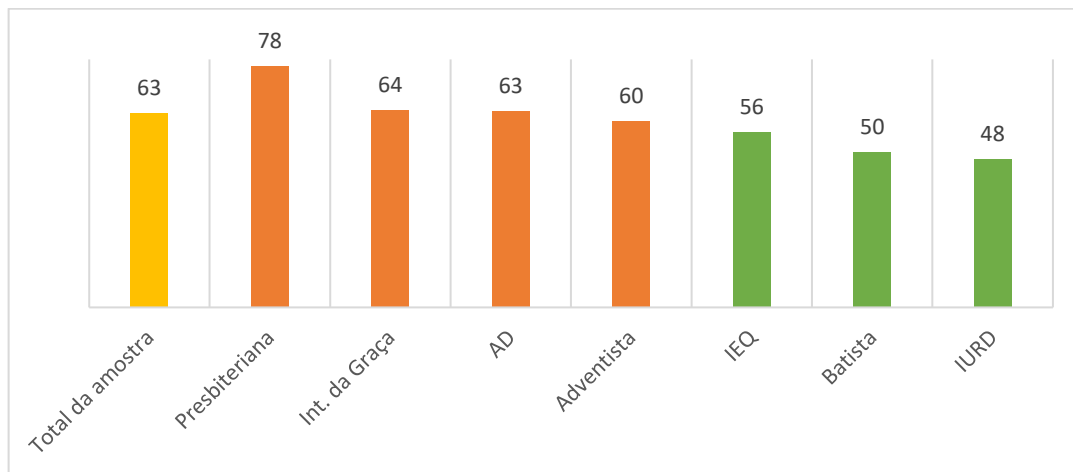
Isso não significa, entretanto, que os fiéis evangélicos sigam tais orientações. Pode ocorrer que as informações não sejam recebidas corretamente pela membresia ou, simplesmente, que os eleitores/fiéis cogitem votar no candidato rejeitado pela igreja. Pesquisas recentes (DO VALLE, 2018a; BARBOSA, 2016) têm demonstrado que a lógica de decisão do voto evangélico em eleições majoritárias não é a mesma daquela usada na escolha de candidatos para cargos de eleições proporcionais. Enquanto nas eleições proporcionais há uma maior aceitação, por parte do fiel, da indicação da igreja, para cargos do executivo, principalmente, a avaliação do eleitor religioso considera outros critérios, em que variáveis religiosas possuem menos força. Ou seja, a religião importa menos nesses casos. As propostas para a economia, o controle da inflação, a agenda para a educação, segurança pública etc. são mais relevantes no processo de escolha do que a indicação da igreja ou a religião do candidato. Existiria, assim, um maior individualismo na decisão do voto para presidente, governador e prefeito, em comparação aos cargos de deputado federal, estadual e vereador.

A cientista política Amy Erica Smith (2019) também tentou responder a essa pergunta, realizando uma série de experimentos de opinião pública no contexto das eleições de 2014 no Brasil. A pesquisadora encontrou fortes evidências de que as comunidades religiosas conservadoras, especialmente as evangélicas, são mais propensas a responder positivamente à influência política no interior da igreja quando comparadas às comunidades mais “secularizadas”. Assim, devemos supor que as igrejas mais conservadoras são aquelas com as maiores taxas de membros que afirmam ter mudado de voto de acordo com a orientação do

clero. Para testar a hipótese de Smith, criei uma escala de conservadorismo das igrejas evangélicas usando a pergunta do Datafolha sobre a flexibilização dos casos permitidos de aborto. Uma vez que o instituto não trouxe outras questões que pudessem ser utilizadas como parâmetros, assumi o pressuposto de que se posicionar contrariamente à flexibilização da legislação sobre o aborto é um indicador fidedigno para medir conservadorismo religioso no universo cristão⁵¹.

Assim, somei as porcentagens das respostas “seja permitido em mais situações” e “deixe de ser crime em qualquer caso”. O resultado foi subtraído da porcentagem de pessoas que responderam preferir que “a lei continue como está”. A ideia era construir uma escala de “conservadorismo líquido” das denominações. O resultado está no Gráfico 8 abaixo, em ordem decrescente.

Gráfico 8 - Grau de conservadorismo religioso por denominação religiosa - 2010 (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

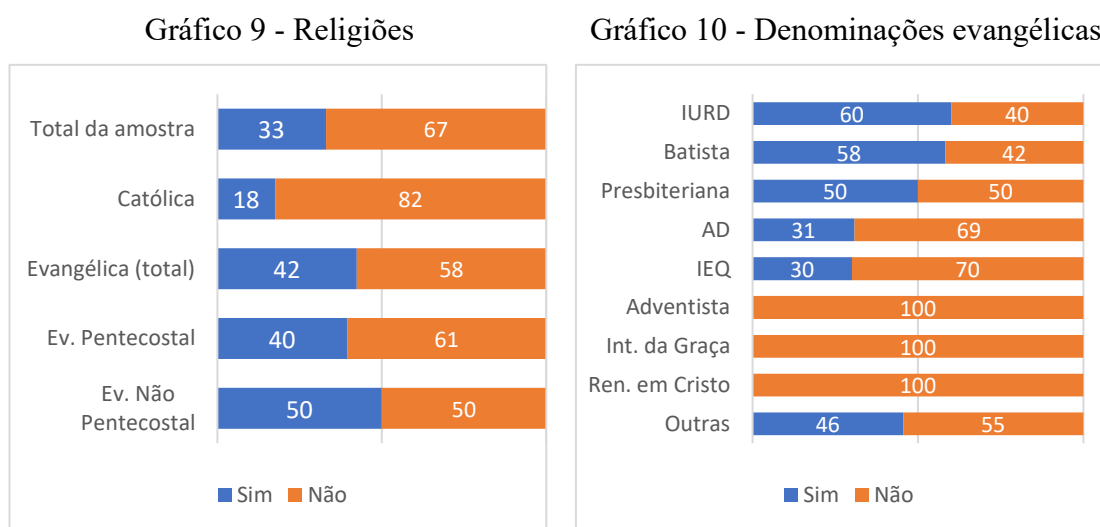
Nota: Pesquisa do dia 08/10/2010.

De acordo com essa escala, as igrejas mais conservadoras são: Presbiteriana, Internacional da Graça e Assembleia de Deus. As menos conservadoras são: Adventista, Igreja do Evangelho Quadrangular e Batista. Desse modo, caso o experimento de Smith (2019) esteja correto, as três primeiras deveriam apresentar as maiores taxas de fiéis que mudam de orientação eleitoral, de acordo com as orientações do clero. Os Gráficos 9 e 10 abaixo mostram

⁵¹ Dworkin (2009) fez uma relevante contribuição ao identificar, em diversas religiões, inclusive na maior parte da história do catolicismo, que a condenação ao aborto está relacionada ao valor intrínseco da vida humana e não necessariamente à ideia de que o feto é uma pessoa com interesses e direitos próprios. O autor argumenta que “muitos daqueles cujas convicções se situam no extremo natural ou biológico desse espectro [da frustração do investimento biológico da vida humana à frustração do investimento humano]” são “fundamentalistas, católicos ou adeptos fervorosos de alguma outra fé religiosa ortodoxa” (DWORKIN, 2009, p. 127).

a taxa de respostas à pergunta “você mudou seu voto de acordo com a orientação que você recebeu na sua igreja?”, realizada pelo Datafolha em setembro de 2010. Os resultados apontam que os evangélicos não pentecostais são aqueles que mais mudaram o voto de acordo com a orientação do clero. Quando analisamos os dados por denominação evangélica, as igrejas Universal do Reino de Deus, Batista e Presbiteriana possuem mais fiéis que declararam ter mudado de voto a partir de orientação interna das lideranças.

Gráficos 9 e 10 - Mudança de voto de acordo com a orientação da igreja (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa realizada em 08/10/2010.

Esse achado confronta a tese de Smith (2019). Como hipótese, sugiro que a adesão da membresia às orientações do clero não esteja relacionada ao grau de conservadorismo da igreja, como essa pesquisadora afirma, mas, sim, à sua hierarquia, organização interna e ativismo político. Ou seja, quanto mais estruturada e hierarquizada for a organização da denominação evangélica, mais eficiente é a comunicação do clero com a membresia e, conseqüentemente, melhor é a compreensão da informação e a adesão dos fiéis às determinações eleitorais da cúpula. Por esse motivo, a Igreja Universal é aquela com as maiores taxas de fiéis que seguem a orientação do clero e, no entanto, a menos conservadora. Oro (2003) já argumentou que o sucesso eleitoral da Igreja Universal se deve ao formato de sua organização eclesial, carismática e centralizadora, e à transposição de elementos religiosos para o campo político.

Smith está correta ao ponderar que o alinhamento “lideranças-fiéis” não é automático. Entretanto, no teste que fiz com base na pesquisa Datafolha, não encontrei

evidências de que o grau de conservadorismo religioso esteja atrelado à maior ou menor predisposição da membresia em seguir as preferências eleitorais do clero. Ao contrário, a Igreja Universal é aquela com o maior número de fiéis que afirmam ter seguido a orientação do clero e, no entanto, a menos conservadora pela escala adotada. Por outro lado, a igreja do bispo Macedo é reconhecidamente hierárquica, com decisões centralizadas e forte atuação política. Não obstante os resultados encontrados, outras pesquisas relacionando escala de conservadorismo e orientação política dos fiéis são necessárias para uma melhor compreensão do fenômeno, tópico que fugiria ao escopo desta tese.

Empenhando-se em reverter a campanha de desinformação propagada no meio cristão, Dilma lançou, no final de agosto, o manifesto “Carta aberta ao Povo de Deus”⁵². O texto, com referências bíblicas, comparava o governo Lula ao “sonho do Evangelho”, realizado na prática por programas sociais. A carta sustentava a centralidade da família no futuro governo e sinalizava a abertura de canais de diálogo com o meio evangélico. No texto, Dilma se posicionava sobre temas morais, como o aborto, a formação familiar e uniões homoafetivas e atribuía a responsabilidade decisória desses temas ao Congresso Nacional. Ao fim, a candidata pedia orações e votos.

Com as expectativas de vitória no primeiro turno ameaçadas pela queda nas intenções de votos ao longo da segunda quinzena de setembro, quando caiu de 51% para 47% no total do eleitorado, a campanha da petista intensificou a presença de lideranças religiosas. Em 24 julho de 2010⁵³, Dilma obteve o respaldo de representantes da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, da igreja Sara Nossa Terra e Igreja Universal. No evento, a candidata discursou e pediu que orassem por ela. Alguns manifestantes, do lado de fora, erguiam faixas com a frase “Apoiar Dilma é negar a Bíblia” e “Aborto não”. Isso não intimidou o pastor e deputado Manoel Ferreira, da Assembleia de Deus, que pediu votos para a petista.

Faltando três dias para o primeiro turno, Dilma se reuniu com 27 líderes de denominações evangélicas e católicas⁵⁴, em Brasília, para desmentir que fosse defensora do aborto. Na ocasião, a petista negou ter falado que “nem Jesus Cristo tiraria sua vitória no primeiro turno”⁵⁵, boato que circulava na internet. A petista reiterou ser católica, confirmou os seus compromissos com a liberdade religiosa e se comprometeu a não apresentar ao Congresso qualquer projeto de lei para ampliar os casos de aborto legal já previstos. Lula também saiu em

⁵² Em 2002, Lula divulgou um documento semelhante, chamado “Carta aos Evangélicos”.

⁵³ ROSA, V. PT diz que pesquisa não preocupa. O Estado de São Paulo, 25 de julho de 2010.

⁵⁴ ROSA, V. Polêmica do aborto leva Dilma a igrejas. O Estado de São Paulo, 30 set. 2010.

⁵⁵ Idem.

auxílio de sua candidata e apareceu no programa eleitoral televisivo. Seu discurso dizia que os boatos envolvendo questões religiosas e Dilma eram mera repetição do que acontecera com ele nas eleições de 1989, quando foi comparado ao diabo e acusado pela Igreja Universal de pretender fechar igrejas.

A principal aliada do PT no meio evangélico em eleições presidenciais desde 2002, a Igreja Universal, também saiu em defesa de Dilma. Às vésperas do primeiro turno, o bispo Edir Macedo publicou em seu blog uma carta aberta qualificando a perseguição à petista como “jogo do diabo”⁵⁶ e “mentiras de pessoas mal-intencionadas”. Marcelo Crivela, bispo da Universal e senador (PRB-RJ), que exerceria o cargo de ministro da Pesca e Aquicultura no governo Dilma, também a defendeu das acusações. Na sexta-feira anterior ao domingo de votação, os cerca de 50 mil templos da igreja distribuíram aos fiéis a tradicional Folha Universal⁵⁷, com a contracapa “Sete razões para votar em Dilma”. A matéria, assinada por Crivela, elogiava o sucesso do governo Lula no combate à pobreza e à desigualdade, destacando Dilma como a única herdeira do “lulismo”.

⁵⁶TOSTA, W. Edir Macedo defende petista e vê 'jogo do diabo'. O Estado de S. Paulo, Nacional A4, 30 set. 10.

⁵⁷ JORNAL DA UNIVERSAL PUBLICA. Sete razões para votar em Dilma. Folha de S. Paulo. 01 nov. 2010. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/11/824028-jornal-da-igreja-universal-publica-sete-razoas-para-votar-em-dilma.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Figura 5 - Folha Universal publicada na semana do dia 06 de outubro de 2010

ponto final De 11 de outubro a 4 de novembro de 2010 - Nº 969 folha universal

ARTIGO
Senador Marcelo Crivella

7 RAZÕES para votar em DILMA



- 1** "Deus escolheu as cotas fracas do mundo para emergenciar os sábios e escolheu as cotas fracas do mundo para emergenciar as fortes" (1 Coríntios 1.27), como nas histórias do presidente Lula e do Bispo Edir Macedo. Eles vieram do povo, foram julgados e perseguidos pelas elites do País e cresceram com a força do povo.
- 2** Dilma vai prosseguir o governo de Lula, que já tirou 24 milhões de brasileiros da pobreza. Nunca um governo conseguiu reduzir tanto a desigualdade entre ricos e pobres.
- 3** A população carente tem hoje mais do que comida na mesa: tem dignidade. Além da ajuda direta dos programas sociais do governo Lula, o povo ganhou emprego. Mais de 15 milhões de vagas foram criadas. Isso precisa continuar.
- 4** Dilma é respeitada no exterior por sua competência mostrada durante o governo Lula. Ajudou a devolver a autoestima dos brasileiros com a descoberta de novas reservas de petróleo e com as conquistas da Olimpíada e da Copa do Mundo.
- 5** Combate como ninguém o PAC que é o maior programa de obras da história do País. Nossa economia está firme. Fomos os últimos a entrar e os primeiros a sair da maior crise econômica das últimas décadas. Optar por outro candidato é correr o risco de jogar fora todas as conquistas do povo brasileiro.
- 6** É hora de uma mulher no governo. Tem as cicatrizes da tortura na sua luta por justiça e liberdade nos tempos da ditadura. Apenhou na pele o que é democracia.
- 7** Vai governar respeitando as igrejas de todas as denominações e a liberdade de culto. Respeita os valores cristãos de defesa da vida e da família. Tem um compromisso pessoal em apoiar os ideais do Evangelho, princípio maior da Igreja Universal do Reino de Deus.

Fonte: Foha.com (2010)⁵⁸.

Nas três semanas anteriores, o jornal já havia dedicado generosos espaços a matérias pró-Dilma⁵⁹, na tentativa de frear o desgaste no segmento. No início de outubro, quando a circulação de informações sobre a religiosidade da candidata (ou sua falta) se tornou mais acentuada, o periódico acusou de levianas as mensagens que punham em xeque a sua reputação. Posteriormente, a mesma Folha Universal atacou membros da Igreja Católica que tentavam influenciar as eleições em favor de José Serra. Foram publicadas frases antigas de Fernando Henrique Cardoso desfavoráveis ao tucano, em que temas da simbologia evangélica eram usadas: “O Serra tem uns demônios dentro dele que, às vezes, nem ele mesmo controla”⁶⁰. Na sede da igreja, em São Paulo, faltando quatro dias do primeiro turno, pastores utilizavam

⁵⁸ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/11/824028-jornal-da-igreja-universal-publica-sete-razoes-para-votar-em-dilma.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

⁵⁹ JORNAL DA UNIVERSAL PUBLICA. Sete razões para votar em Dilma. Folha de S. Paulo. 01 nov. 2010. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/11/824028-jornal-da-igreja-universal-publica-sete-razoes-para-votar-em-dilma.shtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁶⁰ Idem.

metáforas e mensagens subliminares em referência ao número do partido: “vote 13 nas urnas, ‘Dilma vez’ por todas, para não deixar o país ir por ‘Serra’ abaixo”⁶¹.

Em 15 de outubro, Dilma foi pressionada por religiosos para que negasse o PNDH-3 e se declarasse contra o aborto, o casamento homoafetivo, a adoção de crianças por casais homossexuais e a regulamentação trabalhista de profissionais do sexo, pontos a que o documento, publicado no final de 2009, anunciava apoio. Como resposta, a candidata divulgou outra carta garantindo que seu governo não proporia alterações na legislação que confrontassem a família⁶². Novamente, o tom evasivo do documento não agradou algumas lideranças do segmento evangélico e foi o suficiente para o pastor Silas Malafaia atacá-la em seu programa televisivo. Apesar disso, os números das pesquisas de opinião indicavam resultados positivos na recuperação do voto cristão.

A poucos dias do domingo de votação, em 20 de outubro, o pastor do Ministério Vem Viver, no Espírito Santo, e cantor gospel Magno Malta (PR), foi enviado ao Mato Grosso com a missão de “desatanizar”⁶³ Dilma e “desmistificar a boataria” envolvendo o aborto e o casamento homoafetivo. O calvário de Dilma terminaria no dia 29 de outubro, quando novamente se reuniu com representantes católicos e evangélicos para reiterar o compromisso de que não alteraria a legislação sobre o aborto ou qualquer outra que afrontasse a família e a igreja. No encontro, a candidata sinalizou estar disposta a realizar parcerias com católicos e evangélicos nas áreas de saúde, educação e no combate às drogas⁶⁴.

3.2 Serra e o efeito fariseu

“Aposto que ele é igualzinho a vocês [de esquerda]”, disse o físico Sérgio Porto⁶⁵, coordenador dos Institutos da Unicamp, em janeiro de 1978, ao grupo de economistas da universidade quando foi lhe sugerida a contratação de José Serra. Após 14 anos no exílio, o jovem professor planejava voltar ao Brasil, porém, encontrava resistências. Em 1964, quando

⁶¹ Idem.

⁶² FALCÃO, M.; SANDER, L. Em carta a religiosos, Dilma diz ser contra o aborto e defensora da família. Folha de S. Paulo. 15 out. 2010. Paineel. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/10/815131-em-carta-a-religiosos-dilma-diz-ser-contrario-o-aborto-e-defensora-da-familia.shtml>. Acesso em: 01 fev. 2021.

⁶³ PT ENVIA MAGNO MALTA AO ESTADO PARA “DESATANIZAR” DILMA. Campo Grande News. 20 out 2010. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/pt-envia-magno-malta-ao-estado-para-desatanizar-dilma-10-20-2010>. Acesso em 02 ago. 2021.

⁶⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/09/dilma-se-reune-com-liderancas-cristas-e-reafirma-ser-contrario-o-aborto.html>. Acesso em 02 ago. 2021.

⁶⁵ Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2006/ju340pag2.html. Acesso em 02 ago. 2021.

foi instaurada a ditadura civil-militar no país, ele ocupava o cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Exilou-se com a esposa Mônica Serra na Bolívia, no Uruguai, no Chile e nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, lecionou na Unicamp até assumir a pasta de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, no governo Franco Montoro (1983-1987), do PMDB. Em seguida, foi deputado federal constituinte (1987-88), senador por duas vezes (1995-2003/2015-23), ministro do Planejamento (1995-96) e da Saúde (1998-2002), prefeito (2005-06) e governador (2007-10) de São Paulo e ministro das Relações Exteriores no governo de Michel Temer (2016-17). Concorreu à presidência em 2002 e novamente em 2010.

Em dezembro de 2009, o governo Lula atingiu a maior taxa de aprovação desde o início do primeiro mandato. Quase 80% dos brasileiros, segundo o Datafolha⁶⁶, consideravam o governo ótimo ou bom. Esse indicador sinalizava que as eleições do ano seguinte seriam, obrigatoriamente, de continuidade. Não havia espaço para rupturas, sob o risco de cair na antipatia do eleitorado o candidato que assim agisse. Uma série de políticas do governo Lula se tornou uma “agenda de longo prazo”, e nem mesmo a oposição conseguiria escapar, conforme pontuou Singer (2012). Por isso, o tucano tinha pouca margem para confrontar o legado do PT e justificar a sua eleição em detrimento da candidata governista Dilma. Não por acaso, o programa eleitoral do PSDB exibia Serra ao lado de Lula em uma tentativa de equiparar as duas trajetórias: “Serra e Lula. Dois homens de história. Dois líderes experientes”, dizia a locução em *off*.

Figura 6 - Lula e Serra na abertura do programa eleitoral do PSDB, em 2010



Fonte: YouTube.com (2010)⁶⁷

⁶⁶ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2009/12/1222228-aprovacao-a-lula-atinge-72-a-maior-desde-o-inicio-de-seu-governo.shtml>. Acesso em 02 ago. 2021.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hxYHDTN0IKk>. Acesso em: 15 ago. 2021.

O erro estratégico do governo federal no lançamento do PNDH-3 e a decorrente reação religiosa contra o PT, Lula e Dilma, como visto anteriormente, fizeram com que Serra enxergasse na religião um convincente contraponto à sua adversária. Em vista disso, o tucano se antecipou na construção de uma imagem de homem de fé, portador de princípios religiosos. O candidato chegou a declarar, ainda no primeiro turno: “Os valores cristãos são meus. Eu não sou cristão boca de urna para agradar os eleitores e no dia seguinte esquecer o assunto”⁶⁸. Essa declaração cobraria um preço alto ao candidato. O fato é que o marketing tucano usou pautas neoconservadoras⁶⁹ em torno da defesa da família patriarcal na tentativa de oferecer ao eleitor um candidato continuador do legado lulista e moralmente superior à Dilma Rousseff. No início de junho, a campanha tucana já havia definido a sua estratégia de atrair religiosos da direita cristã, empresários e ruralistas (ORO; MARIANO, 2010, p. 31).

Oro e Mariano (2010, p. 31) sintetizam bem o itinerário religioso de Serra nas eleições de 2010. Sinalizando a católicos e evangélicos, o candidato visitou Juazeiro do Norte, no Ceará, terra do Padre Cícero; participou da inauguração de um centro comunitário da Canção Nova, no interior paulista; esteve na missa de *Corpus Christi* ao lado do padre Marcelo Rossi; foi à Expo Cristã, feira de produtos evangélicos, em São Paulo; se reuniu com Dom Geraldo Majella Agnelo, arcebispo de Salvador. Nas comemorações do dia 1º de maio de 2010, enquanto Lula guiava Dilma nos eventos das centrais sindicais, Serra participava do 28º Congresso Internacional de Missões dos Gideões Missionários da Última Hora. O convite partira do pastor Everaldo Pereira, presidente do PSC e futuro candidato à presidência em 2014.

Na ocasião, Serra citou trechos bíblicos, destacou o trabalho das igrejas evangélicas em temas sociais e pediu a ajuda dos fiéis para transformar o Brasil na “melhor Nação do mundo”⁷⁰. Em seguida, o pastor Everaldo orou pelo candidato para que tivesse êxito em sua proposta política e, por fim, Serra pediu o voto dos fiéis. O candidato do PSDB obteve no primeiro turno a adesão de boa parte dos evangélicos, incluindo o presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil, o pastor José Wellington Bezerra, e o líder da

⁶⁸ Impossível não recordar a célebre frase dita por Pierre Bourdieu em aula no *Collège de France*, em fevereiro de 1987, divulgada por vários de seus ex-alunos, como o professor Clóvis de Barros Filho: “Os circuitos de consagração social serão tanto mais eficazes quanto maior a distância social do objeto consagrado”. Assim, o autoelogio traz um efeito nulo, e até mesmo negativo, para o seu enunciador. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/serra-cita-valores-de-cristo-pede-fim-de-enganacoes-3086986>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁶⁹ Lacerda (2019) caracteriza o neoconservadorismo brasileiro a partir da agenda em torno da família tradicional, do anticomunismo, do militarismo e de valores do liberalismo de mercado.

⁷⁰ O ESP. 02 maio 2010.

Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, após esse romper com Marina Silva”⁷¹. O tucano também conseguiu o engajamento das igrejas Bola de Neve, Mundial do Poder de Deus e denominações do protestantismo histórico.

Do lado católico, Serra obteve o empenho de bispos e padres conservadores que formaram uma tropa disseminadora de mensagens contrárias à Dilma Rousseff e indiretamente respaldavam o candidato tucano, como foi visto anteriormente. Em missas e cultos, objetivando desabonar sua adversária, Serra se dizia contrário a qualquer alteração na legislação sobre o aborto. No segundo turno, ciente de que Dilma perdera votos entre evangélicos e católicos tradicionalistas, o tucano intensificou a sua autoglorificação de qualidades cristãs. Já na primeira inserção televisiva, o candidato se declarou “temente a Deus”, defensor dos “valores cristãos” e, pela primeira vez na campanha, usou a palavra “aborto” publicamente. Uma locução narrava que Serra “sempre condenou o aborto e defendeu a vida”⁷².

A peça publicitária apresentava seis mulheres grávidas vestidas de branco ao anunciar o Projeto Mãe Brasileira: “um programa do Serra que vai cuidar da maternidade e proteger a vida do bebê antes de ele nascer”⁷³. A ideia de exibir grávidas vestidas de branco no HEPG já havia sido utilizada por Lula em 2002, porém, com o propósito de simbolizar o futuro e a esperança. Agora, na campanha tucana, a finalidade era representar o compromisso antiaborto do tucano e atrair eleitores religiosos. Contudo, foram justamente o apelo à religião e a publicidade exagerada de uma “personalidade religiosa”, defensora dos valores familiares e contrária ao aborto, os componentes motivadores do “efeito fariseu”⁷⁴ que abateu a campanha do PSDB. Tão logo questões da vida privada de Serra se tornaram públicas, o eleitor religioso respondeu de modo contrário ao esperado.

Pierucci (2011, p. 10) defende que o processo foi semelhante àquele ocorrido com o republicano Roy Moore nas eleições para o governo do Alabama, nos EUA.⁷⁵ No caso de

⁷¹ FRANCO, B. M.; SEABRA, C. Líder evangélico ataca Marina e anuncia apoio a Serra. Folha de S. Paulo. Especial. 28 set. 2010.

⁷² NA TV, DILMA REFORÇA DISCURSO DE DEFESA À VIDA; SERRA DIZ QUE SEMPRE CONDENOU O ABORTO. Folha de S. Paulo. Poder. 09 out. 2010. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/10/811914-na-tv-dilma-reforca-discurso-de-defesa-a-vida-serra-diz-que-sempre-condenou-aborto.shtml>. Acesso em 25 jan. 2021.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Os pais do conceito, segundo Pierucci (2011), são os pesquisadores Larry Powell e Eduardo Neiva, da Universidade do Alabama. Para Pierucci, “efeito fariseu” se trata de “um evento que se precipita em disputas políticas quando os apelos à religião se excedem, vão longe demais do convencionalmente admissível, mas principalmente — eis aí o efeito fariseu por antonomásia — quando o mote da persuasão desliza para a “personalidade religiosa” do candidato” (PIERUCCI, 2011, p. 10).

⁷⁵ Pierucci (2011, p. 9) diz que ocorreu “o insucesso do republicano Roy Moore em sua candidatura ao governo do Alabama, depois de uma campanha toda feita à base de argumentos e apelos religiosos. A quintessência de sua campanha estava fincada na apresentação de si como alguém extremamente religioso, justo e moralmente

Serra, o episódio teve início ainda no primeiro turno, no dia 14 de setembro. Índio da Costa (DEM), candidato a vice, e Mônica Serra, esposa do tucano, distribuíam santinhos em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Durante a caminhada, Mônica noticiava: “Sou a mulher do Serra e vim pedir seu voto”⁷⁶. Ao se deparar com um eleitor evangélico que declarou votar em Dilma, Mônica disse: “Ela é a favor de matar as criancinhas”⁷⁷, na tentativa de dissuadi-lo. A fala, publicada primeiramente no site Estadão e replicada em avalanche por outros jornais, sites e blogs, não causou muitos danos à campanha do PSDB no primeiro turno. Mas não foi esquecida pelo marketing do PT. O evento se tornou um trunfo a ser aproveitado em um momento oportuno.

No primeiro debate televisivo do segundo turno, havia a expectativa sobre qual estratégia Dilma adotaria. A coordenação da campanha estava desapontada, pois contava com a definição já na primeira rodada eleitoral. Pesquisas indicavam a perda de eleitores entre os segmentos religiosos como a responsável pelo adiamento da vitória. Foi justamente em busca desse voto que Dilma iniciou o segundo turno. Na TV, quando perguntada pelo tucano a respeito de sua mudança de opinião sobre o aborto, a petista contra-atacou e acusou a equipe de Serra de ser a mentora de uma empreitada de calúnias divulgada na internet. Dilma revelou ser o candidato a vice do tucano, Índio da Costa, o principal disseminador de denúncias de natureza religiosa (RAMOS, 2012), além de que Mônica Serra teria participado da divulgação das mensagens caluniosas.

Com a oratória sôfrega, mas adotando um tom mais agressivo que costumeiro, Dilma reacendeu o caso da Baixada Santista por duas vezes no debate:

Eu sou acusada de coisas que, inclusive eu não vou gostar de mencionar, pela própria sua esposa [...] O que não está certo é a sua esposa, Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou. Ela disse: a Dilma é a favor da morte de criancinhas”. É tão absurda a acusação que mostra a característica dessa campanha contra mim, que usa uma coisa que o Brasil não tem: o ódio. Esse país não tem ódio religioso, não tem o ódio étnico e não tem ódio cultural. Aqui, árabes e israelenses se sentam na mesma mesa. Aqui, evangélicos e católicos estudam na mesma escola⁷⁸.

justiceiro. Para se ter uma ideia, a campanha de Moore vinha compactada no seguinte slogan alusivo ao seu rigor religioso: O juiz dos Dez Mandamentos. Deu zebra”.

⁷⁶ MOREIRA, G. Mulher de Serra faz campanha no Rio e ataca Dilma. O Estado de S. Paulo. 14 set. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mulher-de-serra-faz-campanha-no-rio-e-ataca-dilma,609885,0.htm>. Acesso em 10. jan. 2020.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ AGRESSIVIDADE MARCA O PRIMEIRO DEBATE DO SEGUNDO TURNO. Jornal do Comércio. Eleições. 11 out. 2010. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=43066>. Acesso em: 23 jan. 2021.

Mesmo sendo atingido em seu núcleo familiar, Serra não respondeu aos ataques, tampouco defendeu a sua esposa. No intervalo do debate, como narra Ramos (2012, p. 74), ao ser perguntada sobre a fala de Dilma pela repórter Nara Alves, do portal iG São Paulo, Mônica disse “não saber” do que se tratava⁷⁹. O fato tomaria outras proporções no dia seguinte. Cumprindo agenda de campanha em Goiânia, o tucano se irritou ao ser questionado sobre o episódio por repórteres. Serra se limitou a dizer que era vítima de ataques do PT. No evento estava presente o padre Genésio Ramos, que desfilou em carro aberto ao lado do tucano e deu-lhe um terço. O religioso justificou a sua presença por ser um defensor dos direitos humanos, da democracia e pelo medo de o Brasil “virar uma Cuba, uma Venezuela”⁸⁰. Na oportunidade, cabos eleitorais do PSDB distribuíram santinhos contendo a frase “Jesus é a verdade e a justiça” e abaixo a assinatura e a foto de Serra⁸¹.

Figura 7 - Santinho distribuído pela campanha de José Serra no 2º turno presidencial de 2010



Fonte: UOL Notícias (2010)⁸².

⁷⁹ COM TROCAS DE ACUSAÇÕES, DILMA E SERRA TRAVAM O DUELO MAIS DURO DA CAMPANHA. Folha de S. Paulo. 10 out. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/812835-com-trocas-de-acusacoes-dilma-e-serra-travam-duelo-mais-duro-da-campanha.shtml>. Acesso em: 29 jan. 2021.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Em outras ocasiões, os jornais relataram a distribuição desses santinhos pela campanha tucana, como em 15 de outubro, durante evento realizado com 1.500 professores paulistas, no qual o panfleto contendo a foto e a assinatura do tucano vinha acompanhado da frase “Jesus é a verdade e a Justiça” (ORO; MARIANO, 2009, p. 34). A frase foi dita pelo tucano durante visita à Expo Cristã no primeiro turno: “Jesus é a verdade e a justiça, valores que fazem bem ao povo e que faria bem na política. Verdade e a justiça é o que o povo deseja”. In: D’AGOSTINO, R. Campanha de Serra distribui santinho com frase: “Jesus é a verdade”. UOL Eleições 2010. 15 nov. 2010. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/15/serra-distribui-santinho-com-frase-jesus-e-a-verdade.jhtm>. Acesso em: 29 jan. 2021.

⁸² Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/ultimas-noticias/2010/10/15/serra-distribui-santinho-com-frase-jesus-e-a-verdade.jhtm>. Acesso em: 10 set. 2021.

Dilma, por sua vez, escolheu visitar, no dia seguinte ao debate, o Santuário de Aparecida e, entre os jornalistas, tocou novamente no assunto do aborto. Ela acusou Serra de hipocrisia e, empregando uma retórica religiosa incomum, disse ser possível afastar aqueles que pecam contra a ética, em referência a Serra e sua esposa Mônica. Naquela mesma manhã, Sheila Ribeiro, bailarina e ex-aluna de Monica Serra no curso de Dança da Unicamp, havia realizado uma postagem aberta em sua página do Facebook. No texto intitulado “Respeitemos a dor de Mônica Serra”, a bailarina criticava o modo escorregadio como o tucano lidava com o tema do aborto, sem tratá-lo como questão de saúde pública. Na publicação, Sheila revelava que Mônica Serra praticara um aborto quando ela e o político se exilaram durante a ditadura:

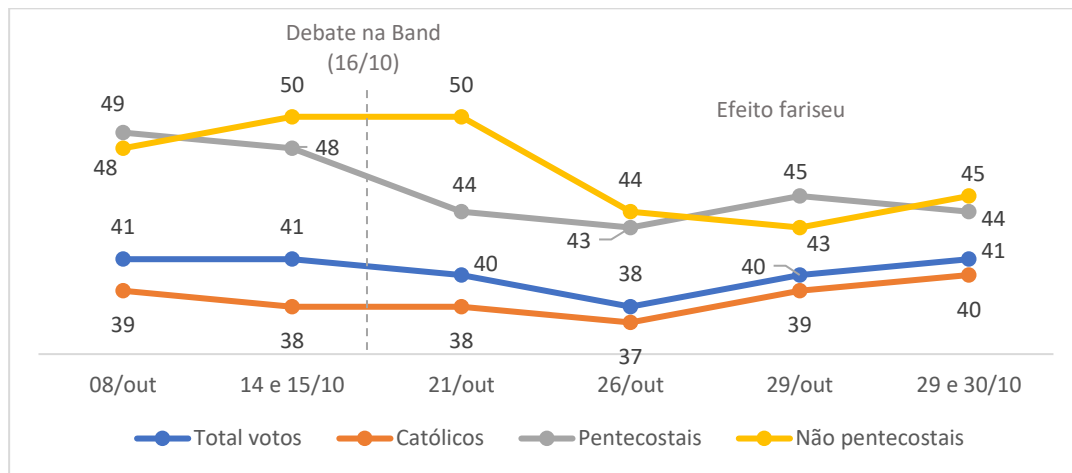
Achei impressionante que o candidato Serra evita tocar no assunto da descriminalização do aborto, evitando assim falar de saúde pública e de respeitar tantas mulheres, começando pela sua própria mulher. Sim, Mônica Serra já fez um aborto e sou solidária à sua dor⁸³.

Por fim, a ex-aluna de Mônica declarava voto em Dilma Rousseff. Nas primeiras pesquisas após a reanimação do caso, como mostra o Gráfico 11 a seguir, o Datafolha indicou a diminuição de 3 p.p. nas intenções de votos em Serra e o aumento de 2 p.p. em Dilma. A divulgação do aborto realizado por Mônica, com o consentimento do marido, seguido do silêncio do candidato no debate, desnudou a fervorosa religiosidade do tucano. As qualidades cristãs de Serra se revelaram mera aparência. Esse é o “efeito fariseu”, do qual fala Pierucci (2011). Ainda que Serra fosse o herdeiro natural dos votos de Marina Silva, acumulando nas primeiras medições do Datafolha no 2º turno 41% das intenções de votos, após a revelação do aborto praticado por sua esposa, o percentual de eleitores evangélicos do tucano caiu consideravelmente. Nas duas semanas seguintes ao escândalo, Serra perdeu 6 p.p. entre os evangélicos pentecostais (reduzindo de 49% para 43%) e 4 p.p. entre os não pentecostais (de 48 para 44%).

No segmento católico, os números se mantiveram mais estáveis, oscilando 1 p.p. para menos. Nessa parcela do eleitorado, Serra se recuperaria até as vésperas da votação, indicando o resultado positivo das ações do marketing entre os católicos para estancar a perda de votos no segundo turno.

⁸³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/monica-serra-ja-fez-um-aborto-e-sou-solidaria-a-sua-dor-afirma-ex-aluna-da-mulher-de-presidenciavel/>. Acesso em 29 ago. 2021.

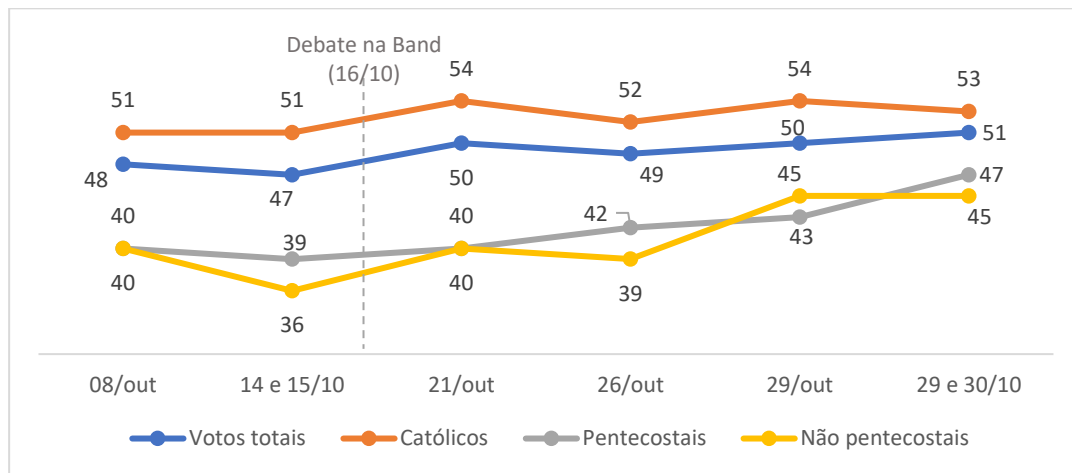
Gráfico 11 - Intenção de votos no candidato José Serra no 2º turno presidencial de 2010 - votos totais e por segmento religioso



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Como mostra o Gráfico 12 a seguir, a candidata do PT incorporou parte do eleitorado evangélico pentecostal e não pentecostal que migrou do apoio de José Serra. Isso ocorreu após a repercussão do aborto de Mônica Serra. Até a véspera do segundo turno, Dilma crescerá 8 p.p. entre os pentecostais, capturando 5 p.p. de dissidentes da candidatura tucana e 3 p.p. de eleitores indecisos. Entre os evangélicos não pentecostais, os dados indicam uma oscilação dos votos em Dilma Rousseff, o que pode ser um indicativo da dúvida de parte do segmento em aderir à campanha petista. Porém, o saldo final indicou o crescimento de 5 p.p. de votos entre os não pentecostais. No segmento católico, a oscilação foi positiva para a candidata petista, mantendo-se com mais de 50% das intenções de votos, superior ao total do eleitorado.

Gráfico 12 - Intenção de votos na candidata Dilma Rousseff no 2º turno presidencial de 2010
- votos totais e por segmento religioso



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Os Gráficos 13 e 14 a seguir mostram que o episódio também impactou negativamente outros dois grupos religiosos pesquisados pelo Datafolha naquele ano: espíritas e “sem religião”. Entre os espíritas (Gráfico 13), o aborto é amplamente condenado, grosso modo, por colocar em xeque a evolução espiritual. Segundo Barbosa (2019, p. 168), a rejeição à prática no interior da doutrina espírita é mais rigorosa, até mesmo, que algumas denominações neopentecostais. Na última medição do instituto antes da menção ao caso no debate da Band, o tucano possuía uma trajetória ascendente no segmento com 53% das intenções de votos. Após a repercussão do fato, Serra perdeu 11 p.p. e a candidata do PT avançou 10 p.p, assumindo a liderança no segmento, com 46% das intenções de voto. Entretanto, Serra conseguiria recuperar a vantagem e ultrapassar novamente Dilma, porém, com 5 p.p. a menos que o pico de 53% das intenções de voto indicados na medição dos dias 14 e 15/10, anteriores ao debate da Band.

Sugiro a hipótese de que o maior impacto do caso envolvendo o aborto de Mônica Serra entre os espíritas do que entre os evangélicos se deve, além da forte oposição ao aborto no segmento, da interação das variáveis religião, escolaridade e renda. A amostra do Datafolha dos dias 29 e 30/10 indicou que 36% dos espíritas possuíam ensino superior e 18% ganhavam de 5 a 10 S.M. Em consequência, é possível supor que os eleitores espíritas possuem mais facilidade de acesso a informações, sejam mais interessados em política e, consequentemente, acompanham com mais assiduidade debates televisivos.

Já o Gráfico 14 mostra a intenção de votos no grupo dos “sem religião”. Semelhantemente aos espíritas, houve uma redução de votos no candidato tucano após o debate da Band em 16/10. Serra caiu 5p.p. nos dois levantamentos seguintes e Dilma cresceu 8 p.p,

revertendo a trajetória ascendente do tucano. Na véspera da votação, a diferença entre os dois candidatos era de 16 p.p. É possível considerar que o grupo dos sem religião, diferente dos espíritas, seja mais liberal em relação ao aborto e, por esse motivo, tenha havido um menor impacto da repercussão do caso envolvendo a família Serra.

Gráficos 13 e 14 - Intenção de votos no 2º turno de 2010 (%)

Gráfico 13 - Espíritas

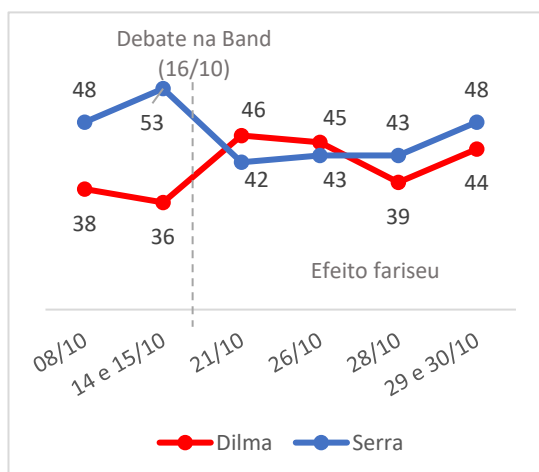
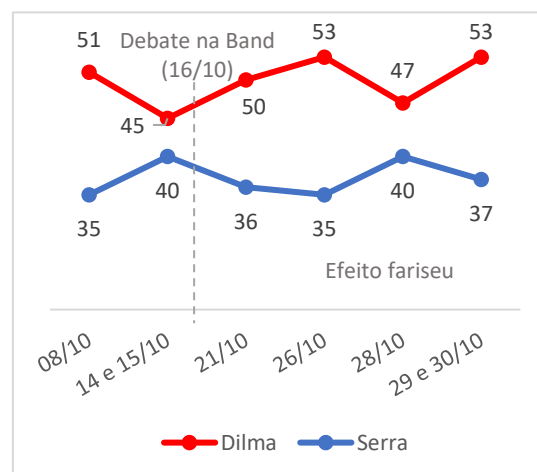


Gráfico 14 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Mesmo com o abalo nas intenções de voto, a equipe de marketing do PSDB manteve a estratégia de comunicação de tensionar assuntos morais caros aos cristãos. A declaração do Papa, em 28 de outubro, quando visitado por bispos do Maranhão⁸⁴, sustentando ser um dever do clero intervir na campanha política e condenar o aborto, colaborou para reavivar a militância religiosa do PSDB até o último minuto. O pontífice pregou que descriminalizar a prática seria uma traição aos ideais democráticos e a nomeou de eutanásia. Faltando poucos dias para o segundo turno, a coordenação da campanha tucana inseriu na TV depoimentos dos pastores Silas Malafaia e José Wellington Bezerra da Costa em apoio a José Serra, ambos da Assembleia de Deus⁸⁵, com o objetivo de atrair o voto evangélico.

Às vésperas do segundo turno, Dilma também procurou reforçar a imagem de *persona* religiosa para resgatar os votos cristãos perdidos na primeira volta. Em razão do episódio acerca do aborto praticado por Mônica Serra na juventude e do consequente estremecimento na campanha tucana, a possibilidade se tornou efetiva. Logo em sua primeira

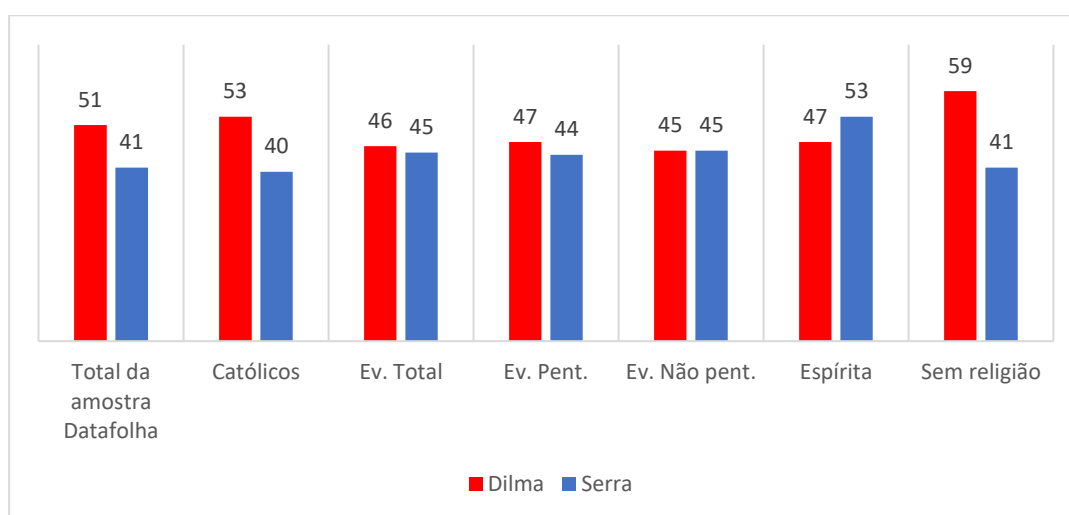
⁸⁴ A religião declarada dos eleitores de cada candidato. Folha de S. Paulo. Especial 1. 29 out. 2010.

⁸⁵ BALLOUSSIER, A. V. Pastores e viúva de Chico Mendes apoiam Serra na TV. Folha de S. Paulo. Poder A11. 18 out. 2010.

aparição no HEPG, foi exibida uma foto da petista ao lado do Papa Bento XVI. Dilma também angariou o apoio de lideranças católicas de esquerda, como Frei Betto, que apoiara Marina Silva no primeiro turno.

O Gráfico 15 abaixo compara o desempenho dos candidatos na última pesquisa do 2º turno por adesão religiosa. Para isso, utilizo os dados dos dias 29 e 30/10. Dilma obteve mais votos entre católicos (53%) e empatou com Serra no total dos evangélicos. O tucano recebeu votação menor que a média nacional entre católicos (40%) e sem religião (41%), ganhando no segmento espírita (53%). No universo evangélico pentecostal, houve uma pequena vantagem para a candidata do PT, de 3 p.p. Entre os não pentecostais, Dilma e Serra empataram com 45%.

Gráfico 15 - Intenção de votos por segmento religioso no 2º turno presidencial de 2010



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Esses dados sugerem que, no 2º turno de 2010, caso o eleitor fosse espírita, haveria uma maior chance de voto em José Serra e menores chances de voto em Dilma. Já se o eleitor fosse católico ou sem religião, a tendência de voto seria na petista em detrimento do tucano. O ano de 2010 marcou o declínio do voto evangélico no PT, diferentemente das eleições anteriores, 2006, o partido não formou maioria nesse segmento, indicando um retorno do alinhamento de evangélicos aos partidos de centro-direita.

3.3 Marina contra Golias

“Você precisa de um milagre, não de um remédio”, falou Eduardo Gomes, médico de Marina Silva. Aquilo que lhe soaria como outra “sentença de morte” a aproximou do

evangelismo. Na mesma ocasião, Gomes, que é evangélico, telefonou a um missionário para que conversasse com a sua paciente. Meses depois, Marina se submeteu a um arriscado tratamento para desintoxicar o seu organismo de metais pesados. O sucesso do procedimento marcou uma reviravolta na trajetória da ex-noviça ligada à Teologia da Libertação. Aos 42 anos, ela se tornou fiel e missionária da igreja Assembleia de Deus, reconhecidamente uma denominação evangélica conservadora. Entretanto, segundo a própria Marina, os fundamentos e “especialmente os valores éticos na política, eu trago da Teologia da Libertação” (SIRKIS, 2011, p. 232)⁸⁶.

Após 30 anos no PT, Marina se filiou ao PV para concorrer à presidência em 2010. Um dos motivos de sua saída do governo Lula foi o embate acerca do asfaltamento da BR-163, estrada que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA). A então ministra do Meio Ambiente era contrária à obra, por ser uma área de extensa biodiversidade. Por outro lado, Dilma Rousseff, coordenadora do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), considerava a rodovia importante para o escoamento da produção de grãos do Centro-oeste. Com entraves em sua agenda ambiental, Marina optou por deixar o governo em 2008 e o partido em 2009. No PV, teve início a onda de “marineiros”, como ficaram conhecidos os seus militantes. Sem alianças e com apenas 1 minuto e 23 segundos de televisão, a ex-senadora foi a terceira colocada em 2010, com 19,33% dos votos válidos.

Ainda que evangélica pentecostal, Marina teve uma agenda de encontros religiosos menos movimentada durante a campanha presidencial quando comparada aos seus principais adversários. Em um levantamento que realizei no acervo dos jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo no ano de 2010, usando a palavra-chave “Marina Silva”, são raras as notícias sobre compromissos da candidata entre religiosos. Em uma das escassas aparições⁸⁷, um culto da Assembleia de Deus de Mogi das Guaçu, no dia 30 de maio, a candidata pediu para que os fiéis não “satanizassem” os seus adversários nas eleições⁸⁸ por não professarem a fé evangélica. A pregação da candidata verde, antecedida pela fala do pastor Dilmo dos Santos, candidato a deputado estadual, durou 40 minutos. Ao seu lado estavam pastores de 20 Assembleias de Deus de cidades do interior do estado de São Paulo.

⁸⁶ Anos depois, em entrevista ao site Bemdito (2021), Marina Silva diria que a sua defesa do Estado Laico se trata de uma influência da Reforma Protestante. Disponível em: <https://bemditojor.com/a-esperanca-que-vem-da-floresta/>. Acesso em 29 ago. 2021.

⁸⁷ Outras participações de Marina em espaços evangélicos de que se tem registro foram em 29/07, encontro com pastores de Bauru e rádios evangélicas; em 08/10, no Rio de Janeiro, na Quadra do Olaria, atendendo a um pedido da Igreja Nova Vida, em Petrópolis.

⁸⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/05/marina-participa-de-culto-da-assembleia-de-deus-no-interior-de-sp.html>. Acesso em 29 ago. 2021.

Figura 8 - Marina Silva participa de culto da Assembleia de Deus, em Mogi Guaçu



Fonte: O Estado de S. Paulo - Michel Filho (2010).

Ainda que tenha frequentado púlpitos, Marina não angariou o apoio oficial de nenhuma grande igreja (MARIANO; ORO, 2010, p. 23). As próprias lideranças da Assembleia de Deus não aderiram em totalidade à sua campanha. Manuel Ferreira, presidente da Convenção Nacional da Assembleia de Deus do Ministério Madureira, à época com 2 milhões de fiéis, optou por se alinhar à petista⁸⁹ Dilma Rousseff; José Wellington, do Ministério Belém, e Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, apoiaram José Serra.

Em suas aparições públicas, entrevistas e debates, Marina era solicitada a emitir opiniões sobre o assunto. Alfredo Sirkis, coordenador da campanha, chegou a afirmar que as discussões sobre a ampliação dos casos de aborto⁹⁰, a união homossexual e a descriminalização das drogas eram “cascas de banana” criadas pelo PT para desgastar a imagem da ex-senadora junto ao eleitorado feminista e gay⁹¹. Quando questionada sobre assuntos que tensionavam a fronteira entre o religioso e o laico, a candidata se dizia contrária por princípios de fé. Para sair do imbróglio, e em busca do eleitorado mais escolarizado e liberal, a candidata propunha a realização de plebiscitos.

Gráficos de 16 a 19 a seguir mostram a opinião dos eleitores acerca de eventuais alterações na legislação sobre o aborto. O primeiro deles, Gráfico 16, exhibe a série histórica do Datafolha de eleitores que gostariam que a lei permanecesse inalterada. Chama a atenção o fato

⁸⁹ DOMINGOS, J. Igrejas Evangélicas anunciam hoje apoio à candidata do PT. O Estado de S. Paulo. Nacional, A8. 24 julho 2010.

⁹⁰ E afirmava que esse foi um dos pontos que estiveram em negociação durante as tratativas com o PV como condicionante para a filiação de Marina ao partido, uma vez que o tema era uma demanda histórica da legenda: “Quando o PV me convidou, uma das coisas que eu falei foi que tinha objeções de consciência com relação a alguns temas, e se isso fosse incompatível com o partido, nem entraria”. Assim, foi incluída uma “cláusula de consciência” no estatuto partidário, permitindo que os filiados se abstivessem de determinados temas por motivação religiosa (FREESTON, 2018). Além disso, a coordenação da campanha incluiu religiosos evangélicos e não somente indicações do partido.

⁹¹ O Estado de S. Paulo. 10 jun. 2010.

de o pico de respostas contrárias à ampliação dos casos permitidos de aborto ser em 2010 (71%), confirmando o uso estratégico do tema nas campanhas daquele ano. Após isso, a curva entra em trajetória decrescente. O Gráfico 17 indica que não há diferenças estatisticamente significativas na opinião do eleitorado dos três principais candidatos de 2010, tampouco quando é controlado o sexo do entrevistado. Cerca de 70% consideram que a lei deveria permanecer inalterada, em torno de 10% julgava que deveria ser permitido em mais situações e para cerca de 8% a prática deveria deixar de ser crime em qualquer caso. Entre as religiões (Gráfico 18), a variação é discreta, o destaque fica entre os ateus, com 22% opinando que a legislação deveria ser alterada. Nos segmentos evangélicos, as diferenças não são significativas.

Gráficos de 16 a 19 - Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%)

Gráfico 16 - A lei deve permanecer inalterada - Total da amostra

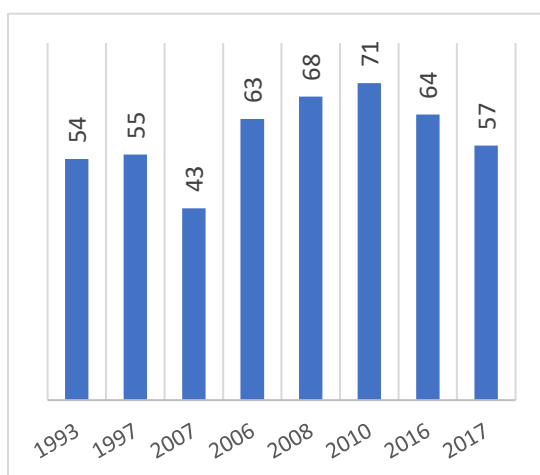


Gráfico 17 - Intenção de votos e sexo

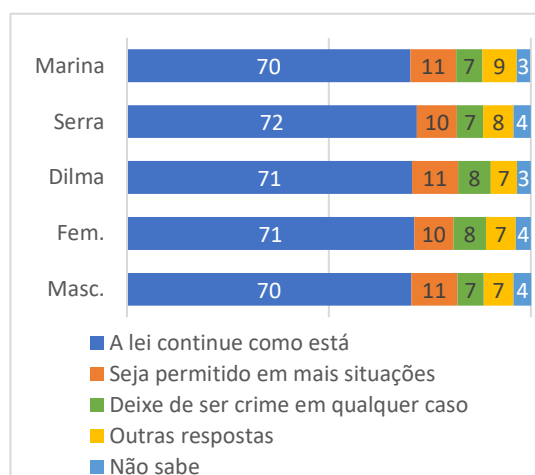


Gráfico 18 - Religiões

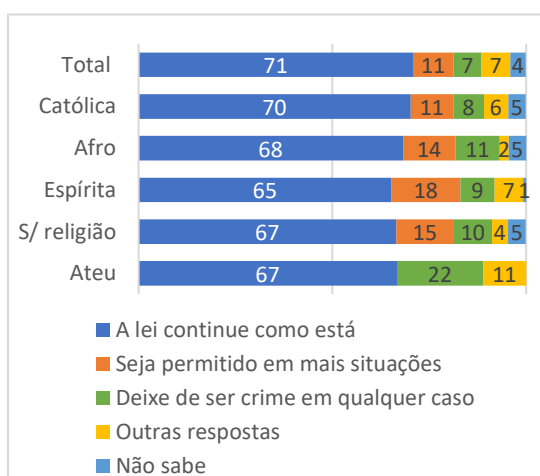
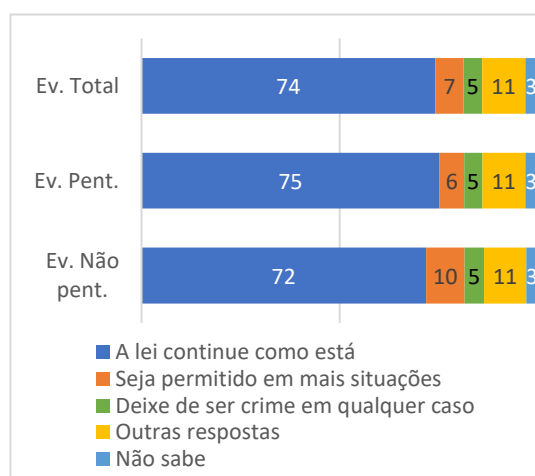


Gráfico 19 - Segmentos evangélicos

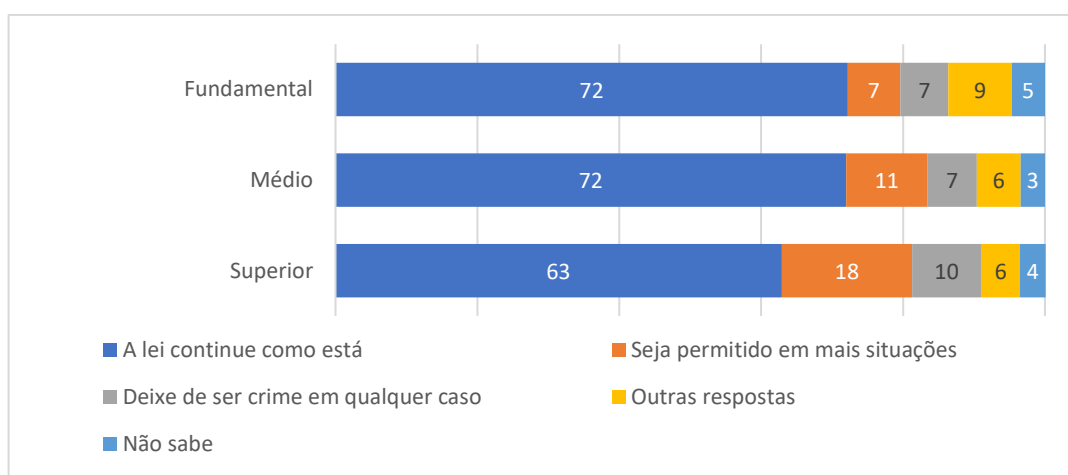


Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa realizada em 08/10/10.

Se por um lado a candidata verde dizia ser contrária ao aborto por princípios de fé, por outro não condenava enfaticamente a prática. Esse posicionamento dúbio irritou lideranças evangélicas, como Silas Malafaia. Ao abandonar a candidatura da ex-senadora, o religioso lhe teceu duras críticas: “faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de mostrar a cara posicionando-se de forma categórica contra o pecado”⁹². A seis dias do primeiro turno, o “ex-marineiro” começou a pedir votos para Serra. Contudo, o motivo para a vagueza de Marina no tema pode ser verificado nos Gráficos a seguir. No primeiro deles (Gráfico 20), cruzei as variáveis escolaridade e apoio à manutenção da lei sobre o aborto. Os resultados mostram que, à medida que a escolaridade aumenta, maior também é o apoio à flexibilização aos casos permitidos de aborto pela lei. Marina olhava para esse eleitorado: 28% daqueles que declararam que votariam na ex-senadora na véspera do primeiro turno possuíam nível superior, o dobro da média nacional, 14% (Gráfico 21).

Gráfico 20 - Opinião acerca da legislação sobre o aborto (%)

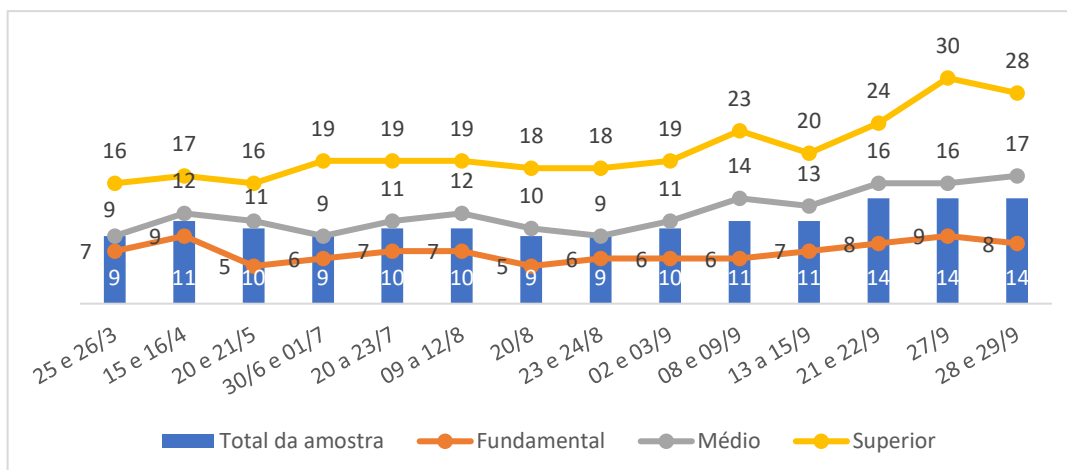


Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa realizada em outubro/2010.

⁹² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ambiguidade-de-marina-sobre-aborto-faz-lider-evangelico-optar-por-serra/> Acesso em: 20 ago. 2021.

Gráfico 21 - Intenção de votos 1º turno - escolaridade (%)



Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Assim, é possível presumir que fazia parte da estratégia da ex-senadora não se posicionar enfaticamente sobre o tema. Marina não explorou eleitoralmente a sua identidade religiosa, nos moldes “candidato da igreja”⁹³, como é usual em candidaturas pentecostais desde a Constituinte de 1986. Em vez disso, fez um jogo de ocultação/revelação da sua pertença religiosa (CUNHA *et al.*, 2017). Atitude oposta àquela de Antony Garotinho, quando, em 2002, alcançou expressiva votação nos segmentos evangélicos. O candidato do PSB se apresentou ao eleitorado como pertencente ao segmento evangélico⁹⁴ e arregimentou o apoio oficial de diversas igrejas, incluindo a Universal. Como resultado, o ex-governador do Rio de Janeiro alcançou 51% de votos no universo pentecostal e 40% no não pentecostal, número superior àquele recebido por Lula no primeiro turno, 29 e 24%, respectivamente. Examinando o voto evangélico em 2002 (Gráfico 22) e 2010 (Gráfico 23), vemos que Marina, ainda que fiel da Assembleia de Deus, não atraiu o voto da maioria dos eleitores do segmento. Dilma conquistou votação superior, atingindo 36% nos universos pentecostal e não pentecostal.

⁹³ Uso a categoria “candidato da igreja” em referência ao trabalho de Julia Miranda (2006).

⁹⁴ Interessante notar que a conversão de Antony Garotinho guarda semelhanças à de Marina Silva. O político narra que se converteu após sobreviver a um acidente automobilístico. Mais do que meras coincidências, os testemunhos revelam a presença dos evangélicos em momentos críticos da vida, oferecendo a acolhida não encontrada na igreja católica, como pondera Clodovis Boff: “Muitos padres se sentem traídos até hoje por causa disso [com a conversão de Marina]. Mas eles não foram atentos o suficiente para acompanhá-la humanamente em sua fase de enfermidade” (CESAR, 2010, p. 166).

Gráficos 22 e 23 - Voto evangélico no 1º turno (%)

Gráfico 22 - 2002

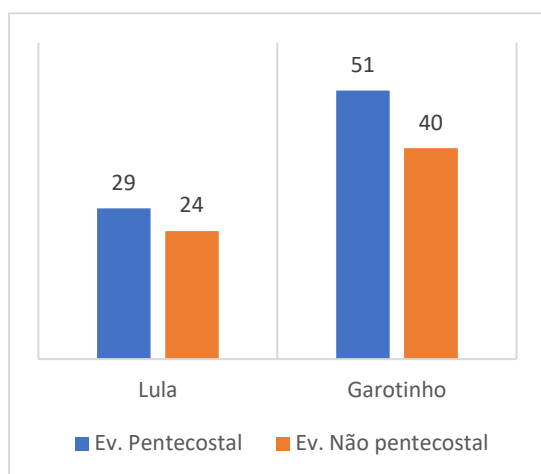
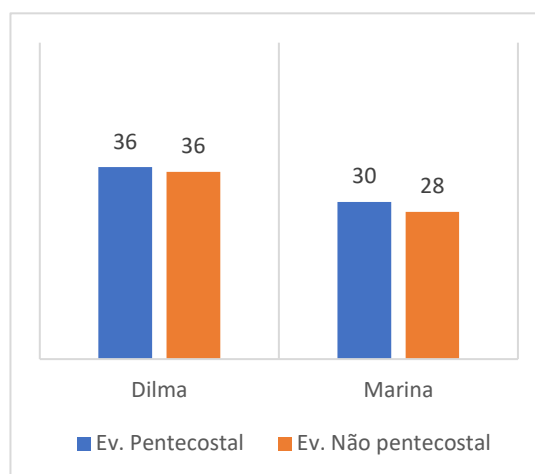


Gráfico 23 - 2010

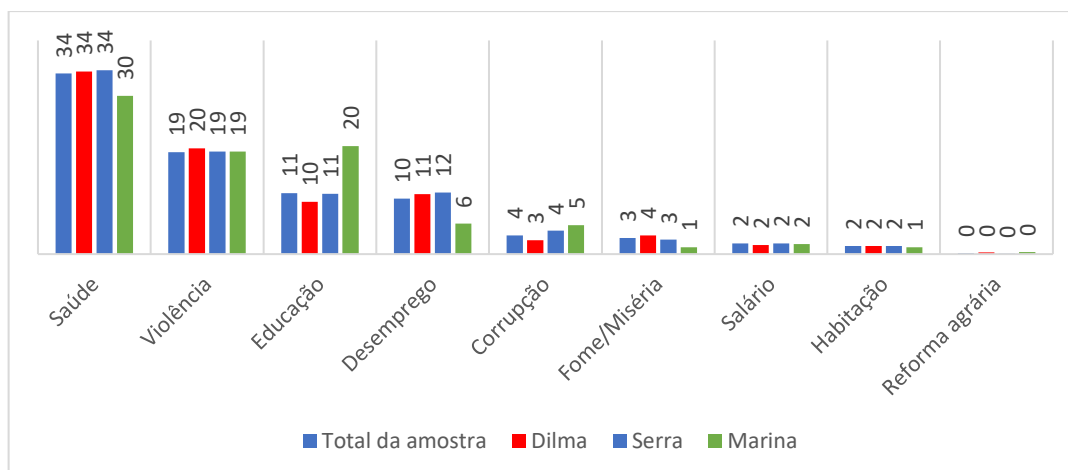


Fonte: ESEB (2002) e Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) se trata de uma pesquisa pós-eleitoral. Para efeitos comparativos, utilizei a pesquisa Datafolha realizada após o resultado do primeiro turno, em 08/10/10, na qual o eleitor informa ao entrevistador em qual candidato que votou.

Buscando se distanciar da religião, a aposta eleitoral de Marina girou em torno de uma agenda pós-materialista (FRESTON, 2018), incluindo os temas anticorrupção, defesa da laicidade estatal e, sua bandeira, o ambientalismo. Freston (2018) assinala que as pautas pós-materialistas possuem um “teto baixo” no Brasil. Esse seria, portanto, um limitador para a ampliação de votos da candidata verde. Para confirmar essa hipótese, cruzei as variáveis “intenção de voto” e “qual é o principal problema do país?” da pesquisa Datafolha de setembro de 2010. Vale destacar que a metodologia do instituto optou por realizar uma pergunta espontânea. Assim, o entrevistado não era estimulado a escolher uma resposta previamente codificada no questionário.

Gráfico 24 - Qual é o principal problema do país hoje? (%)



Fonte: Datafolha (2010)/ Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa realizada em 08/10/10.

O Gráfico 24 anterior mostra que os eleitores de Marina Silva, quando comparados aos de seus adversários, Dilma e Serra, são menos preocupados com os temas Saúde e Desemprego, apresentando porcentagens abaixo da média nacional. Interessante notar que não há menções diretas ao Meio Ambiente, confirmando a tese de Freston (2018). Ainda assim, há citações à reforma agrária. Porém, o seu percentual é baixo e não chega a 1% da amostra. A fala de um dos entrevistados de Barbosa (2016, p. 95) explica o motivo da baixa aderência de pautas pós materialistas em um país subdesenvolvido, como o Brasil: “Nossa, tem o Partido Verde [...] que vão fazer coisas que a gente não está precisando, entendeu? A gente quer o básico. Só o básico. E nem o básico eles conseguem oferecer”.

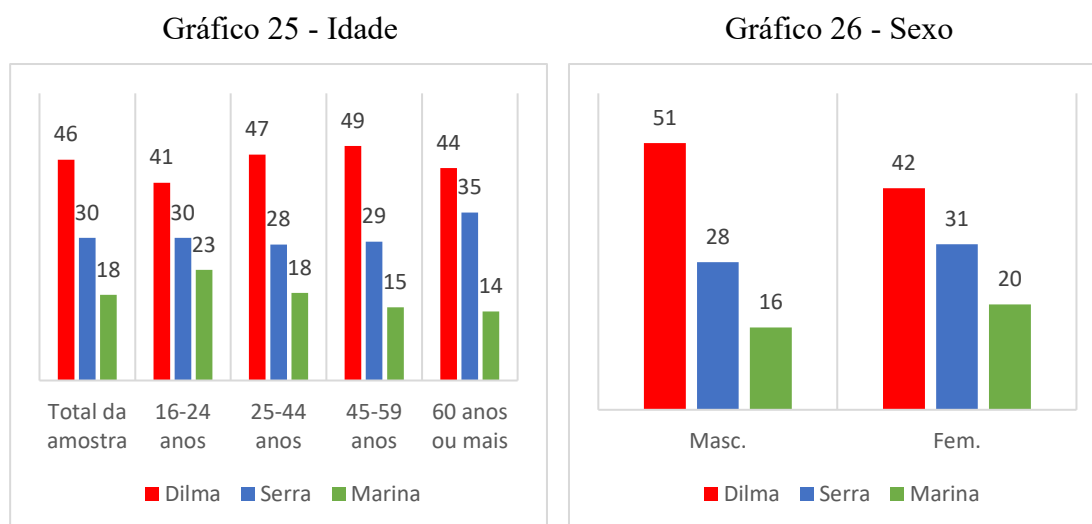
Em contrapartida, 20% do eleitorado da ex-senadora julgava a Educação como o principal problema do país, número que representa o dobro daquele encontrado entre os eleitores de Dilma (10%) e Serra (11%). Sustento a hipótese de que o perfil do eleitorado de Marina, mais escolarizado, faz com que considerem a área importante para o país, pois a vivenciaram na prática. Em resumo, os discursos da candidata verde se equilibravam entre o relativo liberalismo moral das camadas mais escolarizadas e o conservadorismo de setores evangélicos conservadores.

Para Freston (2018), algumas das lideranças religiosas que apoiaram a candidatura da ex-senadora o fizeram por um desejo messiânico de eleger um presidente evangélico que fosse um canal de bênção divina sobre a Nação. Por esse motivo, diz o autor, setores laicos do Partido Verde encaravam negativamente os votos religiosos recebidos pela candidata. Entretanto, Freston considera que a proposta de Marina para a realização de plebiscitos sobre temas polêmicos não impactava na perda de votos religiosos. Porém, a carta do pastor Silas

Malafaia direcionada aos fiéis de sua igreja às vésperas do 1º turno aponta em sentido contrário: “O que que esta mulher tem a falar sobre plebiscito? Desce do muro, minha filha! O cristão tem que dizer a que veio, senão boto chumbo na hora”⁹⁵.

Tentando se balancear entre o voto evangélico e os “marineiros” mais secularizados, a ex-senadora usou a tática de transferir aos companheiros de partido o ônus de tratar de temas delicados junto à militância⁹⁶. A coordenação da campanha pretendia angariar o apoio dos jovens e repetir nacionalmente a expressiva votação recebida por Fernando Gabeira em 2008, quando concorreu à prefeitura do Rio de Janeiro e obteve 80% dos votos entre os eleitores de 16 a 25 anos⁹⁷. Para testar se Marina Silva obteve sucesso na empreitada, agreguei os respondentes do questionário Datafolha de setembro de 2010 em quatro faixas de idade: até 24 anos, de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 45 a 59 anos e 60 anos ou mais. O Gráfico 25 abaixo indica que houve uma menor tendência ao voto em Marina à medida que a idade aumentava. No grupo de 16 a 24 anos, a candidata recebeu 5 p.p. a mais que a média nacional. No entanto, nada próximo dos 80% recebidos por Gabeira na eleição municipal do Rio de Janeiro. Quando divididos por sexo (Gráfico 26), vemos que Marina obteve maior votação entre as mulheres, 20%, contra 16% entre os homens.

Gráficos 25 e 26 - Votos no 1º turno (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Nota: Levantamento realizado após o primeiro turno, em 08/10/10.

⁹⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/ambiguidade-de-marina-sobre-aborto-faz-lider-evangelico-optar-por-serra/>. Acesso em 29 ago. 2021.

⁹⁶ Candidata seduz jovens, mas dribla temas tabus. O Estado de S. Paulo. 11 jun. 2010.

⁹⁷ Idem.

Além do aborto, outro tópico espinhoso que a ex-senadora enfrentou ao longo de 2010 foi o casamento homoafetivo. Acenando aos evangélicos, a candidata dizia ser contrária à celebração religiosa, por ser tradicionalmente “realizada entre pessoas de sexos diferentes”⁹⁸. Simultaneamente, em gesto a setores laicos de jovens escolarizados, ponderava que a sua crença pessoal não deveria ser confundida com discriminação. Em síntese, a ex-senadora julgava que o direito à união civil igualitária era intrínseco ao Estado laico, contanto que não extrapolasse as fronteiras do religioso. O limite seria, dizia Marina, obrigar padres e pastores a realizar celebrações homoafetivas⁹⁹. Porém, essa reivindicação nunca fora realizada por grupos LGBT. A pauta política girava em torno do direito civil ao casamento. Acerca da adoção de crianças por casais homossexuais, outro tema crítico, a candidata verde alegava não ter uma posição fechada, tampouco competência técnica para opinar sobre o assunto.

No bojo das discussões sobre os novos marcos legais para a prática de aborto no país e o conseqüente debate sobre o direito à vida, Marina também foi cobrada pela imprensa a se posicionar sobre o uso de células-tronco em pesquisas científicas. Um dia após o anúncio da FDA (Food and Drug Administration) acerca do início dos testes com células-tronco embrionárias em humanos, a candidata foi questionada sobre a iniciativa¹⁰⁰. Sem esconder a irritação e se dizendo vítima de preconceito¹⁰¹ por professar a fé evangélica, Marina se limitou a emitir um posicionamento favorável às pesquisas com células-tronco adultas e contrário ao uso científico de células-tronco embrionárias¹⁰². Diferentemente do aborto, a candidata não propunha a realização de plebiscito¹⁰³ sobre o tema.

⁹⁸ Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/06/01/marina-se-diz-nao-favoravel-ao-casamento-gay-e-propoe-plebiscito-sobre-maconha.jhtm>. Acesso em 30 set. 2021.

⁹⁹ Folha de S. Paulo 02/09/10.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2010/marina-se-irrita-com-pergunta-de-reporter-sobre-celula-tronco-4999724>. Acesso em 29 ago. 2021.

¹⁰¹ A discussão acerca do racismo religioso é ampla e mereceria uma seção à parte. Por ora, é suficiente pontuar que a literatura em sociologia e antropologia da religião (SILVA, 2015; MARIANO, 2015; GIUMBELLI, 2015; MIRANDA, 2021) atribui aos evangélicos pentecostais práticas de racismo religioso contra populações afro. Acusar o outro daquilo que você faz, Pierucci (1999) irá denominar de efeito de retorsão.

¹⁰² Naara Luna (2011, p. 4) explica que há dois tipos de células-tronco: “as células-tronco adultas, presentes em diversos tecidos do corpo, e as células-tronco embrionárias, extraídas de embriões humanos na fase de blastocisto (no ser humano, por volta do 5º dia de desenvolvimento), o que implica a destruição desses entes. De modo geral, as células-tronco adultas, apresentadas como alternativa pelos contrários ao uso de embriões humanos, teriam menos plasticidade que as células tronco embrionárias, e seu emprego ofereceria menos riscos e também menos possibilidades”.

¹⁰³ A Lei de Biossegurança (11105/05), aprovada no primeiro mandato do presidente Lula, autorizou o uso científico de embriões congelados há mais de três anos. Embora Marina ocupasse, na época, o cargo de ministra de Estado, não interveio. Sua atuação sobre a Lei de Biossegurança foi restrita aos debates acerca do plantio e da comercialização de produtos transgênicos, competência de seu Ministério.

Sobre a descriminalização da maconha, pauta cara ao PV, especialmente a Fernando Gabeira¹⁰⁴, candidato ao governo do Rio de Janeiro naquele ano, a ex-senadora afirmava ser contrária. Como alternativa, sugeria a realização de um plebiscito, entrando em conflito com seu colega de partido. Enquanto Gabeira argumentava que a descriminalização (ou liberalização) diminuiria o tráfico, uma vez que a simples repressão policial não se mostrava efetiva, a ex-senadora considerava que isso não enfrentava a complexidade do tema. Em seu lugar, Marina propunha um conjunto de medidas coordenadas para que os jovens não ficassem “entregues à sua própria sorte”¹⁰⁵. A pura e simples desmistificação do tema, retirando-lhe o “mito do proibido”, na opinião da candidata verde, não impediria o consumo por jovens, a “porta de entrada para outras drogas”¹⁰⁶. Não se tratava, em sua visão, de combater o tráfico, mas, sim, o consumo de drogas em geral, fosse lícito ou ilícito.

A candidata verde também foi provocada a se posicionar sobre o ensino do criacionismo em escolas públicas. A controvérsia teve início quando, ainda ministra, realizou uma palestra em um simpósio criacionista, em uma universidade adventista. Na ocasião, Marina foi entrevistada para o blog “É o que há” editado pelos alunos do curso de jornalismo. Perguntada se se considerava criacionista, respondeu: “É impossível acreditar em Deus sem acreditar que ele criou todas as coisas; o fato de não sabermos explicar certas coisas não significa que elas não existam”, em referência à existência de um Deus único, o qual possui um projeto “inteligente da inteligência divina que governa todas as coisas”¹⁰⁷.

Segundo Freston (2018), a resposta cautelosa de Marina confunde a crença teísta tradicional em um Deus Criador e a crença específica em uma origem recente do universo, que rejeita a ciência evolutiva. Questionada sobre o saber científico, Marina afirmou que se trata de um dos dons “do nosso Criador” presentes na bíblia. A ciência seria uma forma, no plano terreno, de se buscar a verdade: “Eu acredito que no espaço de fé há acolhimento ao científico e eu gostaria que no espaço científico houvesse acolhimento para a fé”. Ao ser perguntada pelo repórter se os alunos das escolas adventistas que aprendiam sobre o criacionismo (e sobre o evolucionismo) estavam em desvantagem em relação aos outros, Marina disse:

Em primeiro lugar, a ciência se faz pela multiplicidade de olhares; mesmo que você tenha uma visão criacionista, se você coloca claramente para as pessoas que existe uma outra visão, que é a visão do evolucionismo, para que as pessoas tenham uma liberdade de escolha, um caminho que querem seguir, não vejo nenhum demérito nisso, até porque a Bíblia disse que nós devemos olhar de tudo e reter o bem; o errado

¹⁰⁴ Fernando Gabeira é reconhecidamente um militante histórico da legalização das drogas.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y5CBmmRg8Y8>. Acesso em 29 ago. 2021.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uq4zTqwEXNQ>. Acesso em 29 ago. 2021.

seria se não fôssemos capazes de termos uma educação que seja plural, que seja capaz de mostrar os diferentes pontos de vista para que as pessoas possam fazer as suas escolhas, quando as pessoas têm acesso à informação, quando as pessoas têm essas informações e fazem essas escolhas, nós não podemos dizer, em hipótese alguma, que essas pessoas estão tendo um conhecimento limitado, elas só estão tendo as duas visões¹⁰⁸.

O vídeo da entrevista foi recuperado durante a campanha de 2010 e veiculado na internet. Bastou para que Marina fosse rotulada, em tom acusatório, de criacionista. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 14 junho, a candidata tentou desfazer o equívoco. Disse que sua fala não se referia à universalização do ensino do criacionismo para todas as escolas do país, “mas acabaram distorcendo”, transformando a “defesa do evolucionismo na defesa do criacionismo”¹⁰⁹. Entretanto, a candidata sublinhava que, no entendimento pessoal, acreditava em Deus, e que não precisava de nenhuma teoria científica para isso; do mesmo modo que não achava correto contrapor ciência e fé¹¹⁰. Nada disso foi suficiente para acalmar os ânimos dos defensores do ensino laico. A controvérsia seria retomada quatro anos mais tarde, nas eleições de 2014. Nesse ano, Marina chegou a ser acusada por adventistas de vender a alma para ganhar votos, ao dizer que não era criacionista¹¹¹.

Adversários, parcelas do eleitorado e, principalmente, a grande imprensa desqualificaram Marina Silva ao longo da campanha de 2010. Sua fé passou a ser utilizada como categoria de acusação, considerada uma ameaça à laicidade estatal e às conquistas da sociedade brasileira no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Uma vez que os outros marcadores da diferença (raça e gênero), que Marina carrega em seu corpo, não podiam ser atacados publicamente, argumenta Freston (2018), a religião era uma identidade passível de ser agredida de modo sutil sob a rubrica da “ameaça ao Estado laico” (FRESTON, 2018). O chavão “fundamentalista”, diz o pesquisador, era mais facilmente manipulado que o rótulo “evangélica”, especialmente se acompanhado do pressuposto de que nem todos os evangélicos são (ou se consideram) fundamentalistas.

Marina carregou o ônus de se mostrar “menos” evangélica. Para abarcar o voto dos eleitores moderados e de centro-esquerda, a candidata verde insistiu na laicidade do Estado e na proposta de plebiscitos como saída para temas que confrontassem as suas crenças. Porém, os “marineiros” vinham sobretudo das camadas mais escolarizadas e jovens do eleitorado.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=029q4WMrb2k>. Acesso em 29 ago. 2021.

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/defendo-uma-constituente-exclusiva-para-reformas-diz-marina/>. Acesso em 29 ago. 2021.

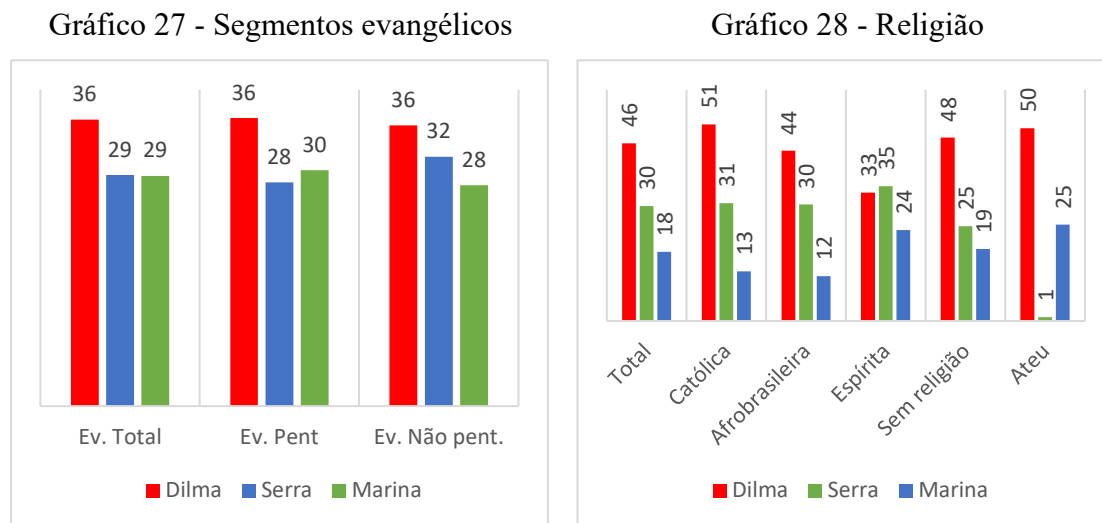
¹¹¹ Disponível em: <https://adventismoemfoco.wordpress.com/2014/08/20/marina-silva-diz-que-nao-e-criacionista-vendeu-a-alma-para-ganhar-votos/>. Acesso em 29 ago. 2021.

Descontentes com o governo Lula e as acusações de corrupção dirigidas ao PT desde o episódio do Mensalão, eles foram atraídos pela “terceira via”, bordão usado exaustivamente pela candidata, e pautas pós-materialistas. Marina logrou sucesso, é preciso mencionar, ao se distanciar do PT – apesar de filiada por 24 anos ao partido e ministra de Lula por 5 anos – e criticar a polarização do partido com o PSDB. Eram comuns falas de Marina afirmando “governarei com os melhores do PT e do PSDB”. Uma declaração um tanto ingênua que desconsiderava a *realpolitik* partidária.

Se compararmos a votação de evangélicos recebida por Marina em 2010 à de Garotinho em 2002, os números da ex-senadora ficam aquém do esperado para uma candidata abertamente convertida. Ainda que tenha recebido votação acima da média nacional no segmento evangélico, a candidata do PV empatou com Serra e ficou 7 pontos atrás de Dilma Rousseff, como pode ser visto no Gráfico 28 abaixo. Nos demais grupos religiosos (Gráfico 27), chama a atenção o fato de 30% dos afro-brasileiros e 35% dos espíritas escolherem Marina, demonstrando que seu discurso de candidata laica foi bem recebido nesses segmentos.

Os votos religiosos recebidos pela ex-senadora, segundo Freston (2018), obedeceram à lógica da esperança triunfalista de eleger um presidente do meio que derrubasse a bênção divina sobre o país. Esse imaginário está ligado à ideia de direito divino do “povo de Deus” de ser “a cabeça e não a cauda”; governar ao invés de ser governado. Concordo com o autor, mas é preciso ponderar que o “sonho” encontra sua barreira, paradoxalmente, no fato de Marina ter fé evangélica e ser laica no trato de questões públicas. Marina não obteve apoios formais significativos de lideranças evangélicas em 2010 e evitou associar a sua imagem à *persona* religiosa, justamente o contrário do que fizeram Dilma e Serra.

Gráficos 27 e 28 - Intenção de votos em 29 e 30/10 (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).

Freston (2018) argumenta que a candidatura de Marina esbarrou no “teto de vidro” evangélico em eleições majoritárias. No Brasil, o sucesso eleitoral evangélico (e mais ainda o pentecostal) estaria restrito aos cargos legislativos, onde é possível apresentar candidatos “oficiais” das igrejas, beneficiar-se do sistema de representação proporcional de lista aberta e da alta fragmentação partidária. Além disso, os fiéis dão mais importância à escolha individual de cargos executivos e aceitam menos o direcionamento das igrejas (DO VALLE, 2018a; BARBOSA, 2016) em eleições majoritárias. Especialmente no caso de eleições presidenciais, em que é preciso a maioria absoluta, trata-se de uma operação delicada e contraditória se apresentar como evangélico sem criar desconfiança no resto do eleitorado, diz Freston. Devemos acrescentar, no entanto, a dificuldade adicional advinda da falta de alianças partidárias do PV, que concorreu sem coligações em nome do purismo político e da legitimidade de tecer críticas à esquerda e à direita. Marina teve menor tempo de televisão, menor apoio de prefeitos e governadores e obteve reduzida capilaridade da militância nos estados e municípios, em uma época em que a internet ainda não era capaz de eleger um candidato.

Outro erro cometido por Marina Silva, e apontado por Freston (2018), foi não ter se apresentado como candidata pentecostal crítica do universo evangélico, a fim de se tornar viável fora dele. De fato, o protestantismo brasileiro é heterogêneo e compõe denominações alinhadas à direita, à esquerda, conservadoras, progressistas e outras sectárias, que preferem não se posicionar politicamente. No entanto, é preciso acrescentar à observação do autor a dificuldade de se operar na prática e convencer o eleitorado dessa hipotética crítica dirigida por

Marina ao universo evangélico, uma vez que ela é integrante da membresia da Assembleia de Deus, igreja reconhecida por seu conservadorismo, não promovendo mulheres a pastoras e outros cargos de liderança na instituição. Tal crítica poderia soar, aos ouvidos laicos, como hipocrisia.

3.4 Conclusões do capítulo

Vimos, neste capítulo, que as eleições de 2010 marcaram a migração de temas tradicionais de campanhas presidenciais desde a redemocratização (controle da inflação, diminuição do desemprego, acesso ao consumo etc.) para assuntos da esfera privada/individual, reconfigurando o confronto entre esquerda e direita. A controvérsia provocada pelo PNDH-3 forneceu elementos para que a candidatura da recém-petista Dilma Rousseff fosse questionada. Valendo-se disso, evangélicos e católicos lograram sucesso ao pautar a agenda dos candidatos: aborto, sexualidade e a crença em Deus. Sem margem para confrontar o legado lulista, dada a aprovação de sua gestão, José Serra enxergou nesse cenário a possibilidade de antagonizar com Dilma. Para isso, o tucano se revestiu de qualidades religiosas a fim de angariar votos. Após a divulgação do aborto praticado por sua esposa, Mônica Serra, a *persona* religiosa do candidato caiu em descrédito, resultando no “efeito fariseu”, do qual fala Pierucci (2011).

Marina Silva também enfrentou matérias religiosas durante a campanha. Mesmo que evitasse tais discussões e buscasse se desprender do rótulo de evangélica, a candidata precisou calibrar o seu discurso entre os setores mais escolarizados da sociedade e os segmentos cristãos. É preciso mencionar que o *plot twist* qualitativo da narrativa política brasileira verificado em 2010 é um reflexo direto de uma série de fatores, dentre os quais quero destacar: i) o crescimento numérico de fiéis evangélicos de igrejas alinhadas ao conservadorismo moral, como demonstrado nos Gráficos 1 e 2 da introdução, acompanhada do enfraquecimento do catolicismo, sobretudo, em sua vertente progressista; e o ii) fortalecimento político do cristianismo conservador ao longo dos governos Lula¹¹².

¹¹² Foi nas administrações petistas que os evangélicos encontraram espaço para influenciar o governo federal – basta lembrar a aliança PT-Igreja Universal no segundo turno de 2002 e o financiamento pelo SUS de comunidades terapêuticas administradas por evangélicos a partir de 2011 – e o terreno fértil para debater pautas comportamentais. A agenda progressista do lulismo, própria de um partido da centro-esquerda, é verdade, criou um ambiente propício para que religiosos conservadores reagissem a políticas de equidade de gênero, sexuais e reprodutivas. A ofensiva de setores tradicionalistas ao PNDH-3 representou o início de uma eficiente agenda eleitoral conservadora em matéria comportamental, que encontraria eco na polêmica do chamado “kit gay” em 2013, com repercussões em 2014, e que daria a vitória a Bolsonaro em 2018, como veremos adiante. É importante destacar, igualmente, que no governo Lula, como lembra Almeida (2019, p. 43), houve a “sintonia entre consumo e prosperidade, mais do que entre igualdade e proteção”. Podemos ir além e presumir que os

Nas próximas páginas, veremos a consolidação desse processo iniciado em 2010, que reativou a disposição conservadora de evangélicos de todas as classes sociais, os quais passaram a se alinhar, outra vez, majoritariamente à direita do espectro político, e estabeleceu a religião como uma predisposição eleitoral de longo prazo. Ainda que a intensidade de temas religiosos não tenha atingido o mesmo patamar visto em 2010, os assuntos rondaram as campanhas de 2014 e 2018 na tentativa de “emplacar” na agenda eleitoral, alcançando maior ou menor sucesso de acordo com variáveis conjunturais, as quais discutirei mais adiante.

avanços sociais durante as administrações petistas, baseados nos ganhos individuais, no consumo, na geração de renda e na mobilidade social, forjada no jargão “nova classe C”, possuam afinidades eletivas com o discurso religioso (neo)pentecostal da Teologia da Prosperidade, cuja resposta para os problemas sociais se baseia em ações individuais e, por isso, tenham colaborado para o crescimento de setores evangélicos e católicos conservadores nos “anos de ouro” do lulismo. Paradoxalmente, a mesma centro-esquerda que fez crescer o estado de bem-estar social, indiretamente cooperou para o aumento numérico de evangélicos e viabilizou a circulação de pautas conservadoras ao direcionar políticas públicas a populações estigmatizadas, como os já mencionados casamento homoafetivo e aborto, ambos formalizados na primeira versão do PNDH-3.

4 ELEIÇÕES 2014: O APROFUNDAMENTO

No capítulo anterior, demonstrei que as eleições de 2010 mudaram o paradigma das campanhas presidenciais. Pela primeira vez no pós-democratização, o tema principal do debate versou sobre assuntos religiosos. Já em 2014, ainda que movimentos tradicionalistas buscassem emplacar novamente o enredo, ele “pegou menos”. Nesse ano, o *leitmotiv*¹¹³ eleitoral foi a corrupção, cabendo à religião o papel de coadjuvante. Uma série de acusações de desvios de verba abateu o primeiro mandato de Dilma. Os principais casos envolveram o ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, os ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento, dos Esportes, Orlando Silva, e das Cidades, Mário Negromonte. Todos foram demitidos. Também houve a instalação de CPIs no Congresso para investigar esquemas de corrupção envolvendo empreiteiras, o que resultaria na Operação Lava Jato (ABRANCHES, 2018, p. 284). Além disso, as Jornadas de Junho de 2013 fragilizaram o governo ao mobilizarem a população contra pautas difusas, como o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, a inflação e a corrupção.

Em razão da conjuntura, os temas religiosos não encontraram um terreno fértil onde pudessem germinar. Diferente de 2010, em que a oposição não tinha espaço para confrontar a permanência do PT na presidência, em 2014 eram inúmeros os pontos de fragilidade da gestão Dilma a serem usados eleitoralmente. Mesmo que a religião tenha “pegado menos”, ela esteve presente nas campanhas, sobretudo na primeira candidatura confessional evangélica da Nova República (VITAL, 2017 p. 9), encabeçada pelo Pastor Everaldo, analisada mais adiante. A também evangélica Marina Silva surpreendeu e obteve chances reais de credenciar a terceira via para o segundo turno. Ao ameaçar a polarização PT-PSDB, a ex-senadora obrigou Dilma e Aécio a mudarem suas estratégias no primeiro turno e centralizarem seus esforços em desconstruí-la eleitoralmente.

Em relação ao eleitorado, este capítulo verifica a consistência da polarização entre católicos e evangélicos, divisão reorientada em 2010, quando a maioria dos evangélicos voltou a formar coalizção majoritária em torno da oposição ao PT, aprofundada em 2014. Além disso, demonstro a movimentação dos fiéis de outras religiões ao longo da campanha, destacando os espíritas, afro-brasileiros, ateus e sem religião.

¹¹³ Do alemão, *leitmotiv*, significa “motivo condutor” ou “motivo de ligação”. O termo é empregado na música, na dramaturgia e na literatura para designar passagens que se repetem e possuem uma significação especial. Aqui, utilizo o termo em referência à temática principal que conduz as narrativas das campanhas eleitorais.

4.1 Dilma e o voto “livre” evangélico

“O bispo [Macedo] não recomendou nenhum voto, não é, obreiro? Então podem votar como vocês quiserem” Barbosa (2016, p. 86).

Com duas candidaturas evangélicas no primeiro turno, Marina e Everaldo, houve menor interesse das lideranças evangélicas em selar alianças com PT e PSDB. Não só isso, a imagem de Dilma estava desgastada entre os “irmãos”. O segmento evangélico julgou fraca a atuação da presidenta no primeiro mandato. Dois pontos incomodavam: a posição favorável ao aborto e o pouco “respeito à família tradicional”¹¹⁴, como disse o bispo Manuel Ferreira, da Assembleia de Deus, apoiador de Dilma em 2010. Foi durante o governo Dilma que o STF reconheceu a união civil entre pessoas do mesmo sexo (2011) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução permitindo a conversão de uniões estáveis em casamento e a celebração do casamento civil homoafetivo (2013)¹¹⁵. Apesar de as decisões não envolverem o governo federal, Dilma não se posicionou contrariamente, como esperavam os evangélicos apoiadores de sua eleição em 2010.

Mesmo com o pedido de veto parcial ao projeto de lei complementar 3/2013 – que autorizou a realização de aborto a qualquer momento sem a necessidade de ordem judicial, bastando a apresentação de um Boletim de Ocorrência pela vítima da violência sexual – apresentado pelas bancadas evangélica e católica, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a proposta integralmente. Os críticos entendiam se tratar de um passo à legalização do aborto. O clima de desconfiança aumentou. Em agosto, a dois meses das eleições, o quadro de apoios dos evangélicos permanecia indefinido. A Igreja Universal se mantinha na base de sustentação do governo, mas o entusiasmo com a reeleição de Dilma era “morno”, como demonstrou Barbosa (2016, p. 86) em sua etnografia entre os fiéis da igreja em 2014, citada no início desta página.

Tal como em 1998 durante a campanha de recondução de Fernando Henrique Cardoso ao Planalto, a igreja do bispo Macedo se limitou a não “demonizar” o seu “favorito” à presidência¹¹⁶. A única manifestação pública do religioso foi feita a dez dias do primeiro turno. Em seu site foi publicado um artigo apontando os problemas do país nas áreas de educação,

¹¹⁴ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1494797-pt-e-psdb-terao-menos-lideres-evangelicos-em-suas-campanhas.shtml>. Acesso em 01 nov. 2021.

¹¹⁵ Ver Félix (2016).

¹¹⁶ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/bispo-edir-macedo-severas-criticas-dilma-71426.html>. Acesso em 01 nov. 2021.

saúde, segurança e combate às drogas¹¹⁷. Sem citar diretamente o PT, o teor das críticas aumentou as suspeitas de conflito entre a Universal e o partido.

Barbosa (2016, p. 89) sugere que a rivalidade entre o candidato apoiado pela Universal à prefeitura de São Paulo, Celso Russomano (PRB), e Fernando Haddad (PT), em 2012, tenha sido o motor da trepidação entre o PT e a igreja naquele ano. Contudo, Dilma se esforçava para retomar a confiança dos evangélicos. Ela esteve na inauguração do Templo de Salomão; participou do congresso da Assembleia de Deus Ministério de Madureira¹¹⁸, em São Paulo; leu a Bíblia, rezou o Pai Nosso, cantou e dançou músicas religiosas. A petista suou a camisa. Mas foi em seu governo que o “kit gay”, como ficou conhecido o material “Escola sem homofobia”, atíçou a fúria de setores conservadores. Diante dos tropeços com os evangélicos, Dilma não tinha uma tarefa fácil.

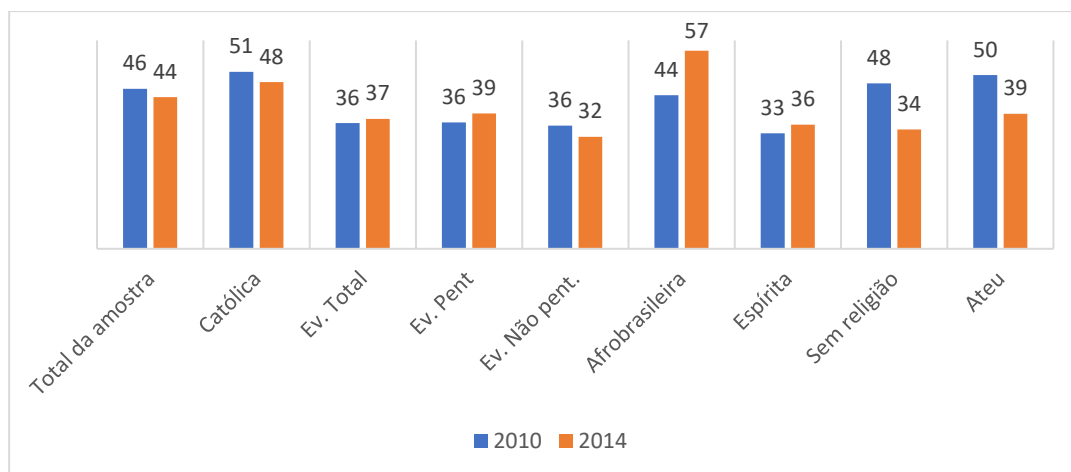
No Gráfico 29 abaixo, fiz um comparativo do voto declarado¹¹⁹ em Dilma no primeiro turno das eleições de 2010 e 2014, considerando o recorte religioso. Além de cair 2 pontos percentuais no total de eleitores em 2014, houve a redução de votos entre católicos (-2 p.p.), evangélicos não pentecostais (-4 p.p.), sem religião (- 6 p.p) e ateus (- p.p). No total dos evangélicos, os votos ficaram abaixo do total da amostra nos dois primeiros turnos, evidenciando a resistência que o PT tradicionalmente enfrenta no segmento. Por outro lado, entre os evangélicos pentecostais, afro-brasileiros (umbanda e candomblé) e espíritas, Dilma teve um incremento da votação. Sobretudo entre os seguidores de religiões afro-brasileiras, que alavancaram a sua votação em 13 p.p. a mais em comparação a 2010. Os espíritas igualmente expandiram a adesão à candidatura de Dilma. Entre 2010 e 2014, houve o aumento de 3 pontos percentuais.

¹¹⁷ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/bispo-edir-macedo-severas-criticas-dilma-71426.html>. Acesso em 01 nov. 2021.

¹¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1497593-em-encontro-de-evangelicos-dilma-faz-discurso-repleto-de-citacoes-religiosas.shtml>. Acesso em 01 nov. 2021.

¹¹⁹ Voto declarado diz respeito à pesquisa realizada após o primeiro turno, na qual o entrevistado diz em qual candidato votou.

Gráfico 29 - Voto declarado em Dilma Rousseff no 1º turno de 2010 e 2014 - por religião (%)



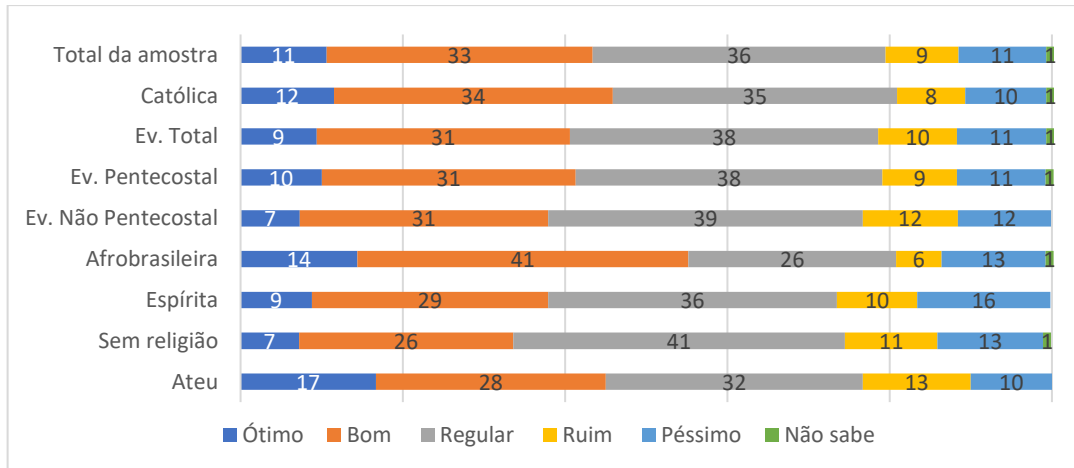
Fonte: Datafolha (2010, 2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisas realizadas em 08/10/10 e 20/10/14

A tímida adesão à candidatura de Dilma em 2014 está diretamente relacionada à avaliação negativa de seu governo. No Gráfico 30 a seguir, cruzei as variáveis avaliação do governo e filiação religiosa da pesquisa Datafolha de outubro de 2014. Os resultados mostram que os eleitores sem religião (34%), espíritas (38%) e os segmentos evangélicos possuíam uma menor disposição em considerar o primeiro mandato da petista “ótimo” ou “bom” do que a média dos eleitores. Enquanto no total da amostra a soma de “ótimo” e “bom” correspondia a 43% do eleitorado, no total dos evangélicos o número era de 41%.

Os evangélicos não pentecostais foram aqueles que avaliaram pior o governo Dilma Rousseff: somente 38% consideraram o primeiro mandato “ótimo” ou “bom”. Entre os católicos, 46%. Entre os adeptos de religiões afro-brasileiras, o índice de aprovação foi muito acima da média: 55% de ótimo e bom, ou seja, 12% acima do total da amostra.

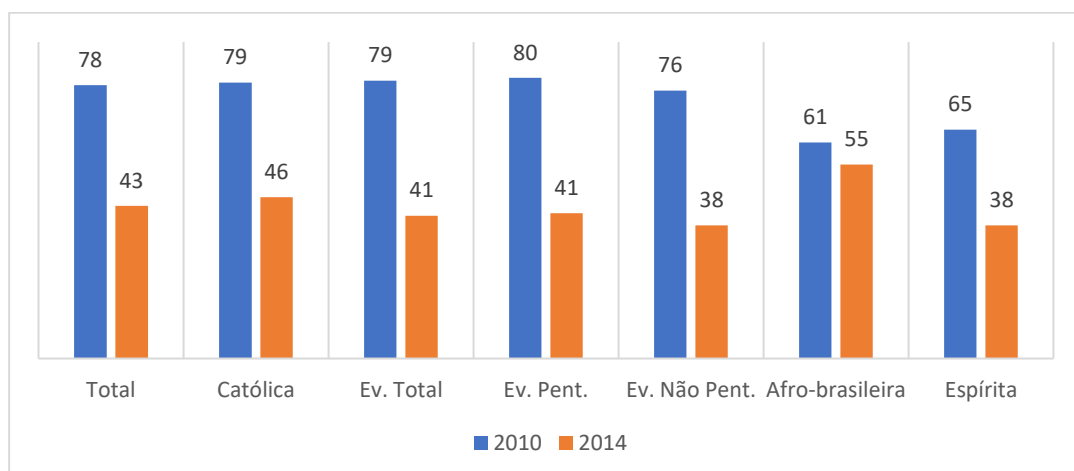
Gráfico 30 - Avaliação do governo Dilma - outubro de 2014 - por religião (%)



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisa realizada em 20/10/14.

O Gráfico 31 a seguir mostra a soma da avaliação “ótimo” e “bom” dos governos Lula e Dilma ao final de cada mandato. Quando confrontamos as taxas de aprovação, vemos que o ex-presidente Lula teve desempenho superior em comparação à sua sucessora em todos os grupos religiosos pesquisados. Chama a atenção que o segmento evangélico tenha aprovado a gestão de Lula tanto quanto os católicos. Nos grupos dos evangélicos não pentecostais, afro-brasileiros e espíritas, a taxa de aprovação de Lula foi menor que a média nacional. Em relação ao governo Dilma, os evangélicos ficaram menos satisfeitos do que a média nacional.

Gráfico 31 - Soma de “Ótimo” e “Bom” - Lula v.s. Dilma - por religião (%)

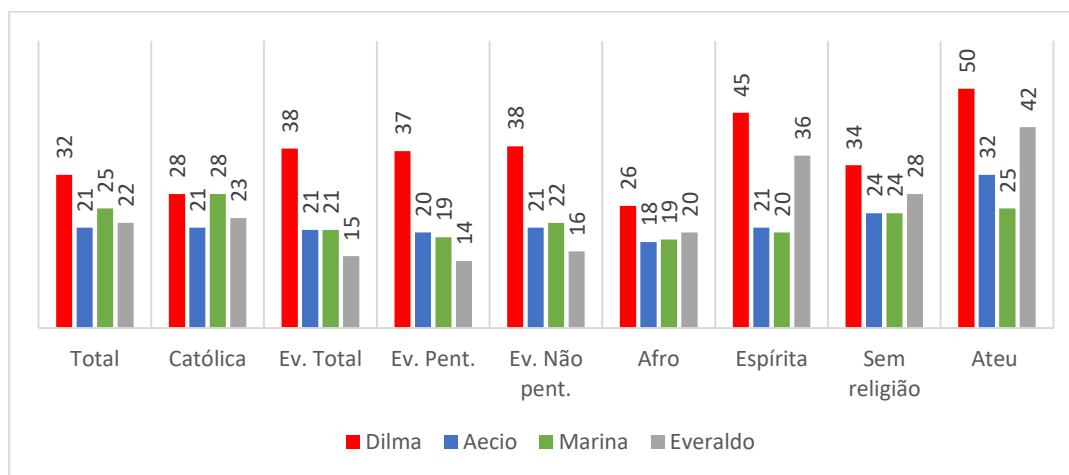


Fonte: Datafolha (2010, 2014) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisas realizadas em 08/10/10 e 20/10/14.

Mais que abstrações numéricas, os números se traduziram na indisposição à reeleição de Dilma. Vejamos no Gráfico 32 abaixo como se deu a taxa de rejeição aos principais candidatos às vésperas do primeiro turno de 2014, segundo a religião. 32% dos eleitores afirmaram não votar em Dilma “de jeito nenhum”. A maior taxa de rejeição à candidata petista ocorreu entre o total dos evangélicos (38%), evangélicos pentecostais (37%) e não pentecostais (38%). Nos três casos, os números são superiores à média nacional (32%). Contudo, os adeptos de religiões afro-brasileiras (26%) e os católicos (28%) foram os grupos mais receptivos à reeleição da candidata do PT. Chama a atenção que 45% dos espíritas e 50% dos ateus não cogitaram apoiar Dilma em nenhum cenário¹²⁰. Sugiro a hipótese de que esses números entre espíritas e ateus estejam relacionados à escolaridade dos grupos.

O candidato do PSDB, Aécio Neves, obteve maior rejeição entre ateus (32%) e a menor entre os afro-brasileiros (18%). Já Marina Silva foi mais rejeitada entre os católicos (28%), revelando a pouca identificação do grupo com a sua candidatura, e menos rejeitada entre afro-brasileiros (19%). O pastor Everaldo foi o mais rejeitado entre os ateus (42%) e menos rejeitado entre os evangélicos pentecostais (14%).

Gráfico 32 - Rejeição - 1º turno de 2014 - por religião (%)



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

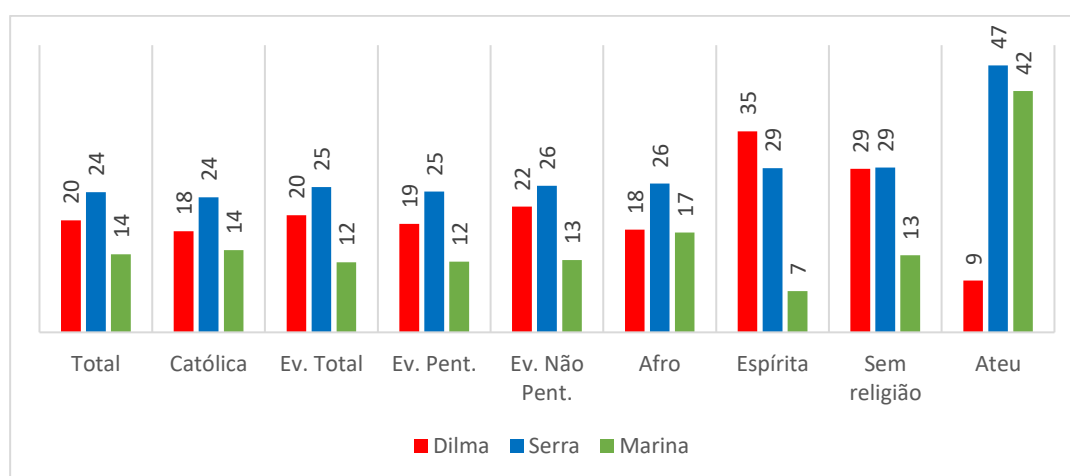
Nota: Pesquisa realizada nos dias 1 e 2/10/14.

O Datafolha havia realizado, em junho de 2010, a mesma pergunta sobre a rejeição dos eleitores aos candidatos à presidência (Gráfico 33). Naquela ocasião, impulsionada pela popularidade de Lula, Dilma encontrou menor resistência ao seu nome. Entre os grupos

¹²⁰ Esse número pode estar relacionado ao fato de os espíritas possuírem maior escolaridade e renda que a média da população e, por esse motivo, serem mais refratários ao PT. No entanto, uma investigação mais aprofundada se faz necessária.

religiosos, a petista foi menos rejeitada entre os ateus (19%) e católicos (18%). Nos segmentos evangélicos, a rejeição foi maior entre os pentecostais (22%). Marina Silva foi menos rejeitada entre os espíritas (7%), nos levando a crer que o número seja influenciado pela alta escolaridade do grupo, e mais rejeitada entre os ateus (42%), demonstrando a pouca aderência do grupo a candidatos com identidade religiosa. Por sua vez, José Serra teve o melhor desempenho entre católicos e o pior entre os ateus, indicando que a mobilização do aborto como agenda eleitoral do tucano não agradou aos eleitores que não acreditam na existência de Deus.

Gráfico 33 - Rejeição - 1º turno de 2010 - por religião (%)



Fonte: Datafolha (2010) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisa realizada em 06/10.

Vimos anteriormente que a insatisfação generalizada com o primeiro mandato de Dilma Rousseff resultou na má avaliação do governo, na alta taxa de rejeição ao seu nome e na menor porcentagem de votos recebida em 2014 quando comparada a 2010. Entre os evangélicos, o descontentamento ocasionou o aumento de 18 p.p. daqueles que diziam não votar na candidata “de jeito nenhum”. Aquilo que os números revelam, objetivamente, pode ser constatado nas formas de engajamento político de dois representantes do evangelismo conservador nas eleições de 2014: Marco Feliciano e Silas Malafaia (ORTUNES *et al.*, 2019). Foram eles os principais porta-vozes do descontentamento evangélico com o primeiro mandato de Dilma. Filiado ao Partido Social Cristão (PSC), Feliciano ganhou notoriedade ao ocupar, em 2013, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CMDHM) da Câmara dos Deputados. Em 2010, o religioso não poupou críticas à petista, como exemplifica uma fala realizada durante um culto na Assembleia de Deus: “Eu queria, aqui dizer, pra você não ser enganado de novo. Fizem a mesma coisa em 2010, eu Marco Feliciano fui um daqueles [...]

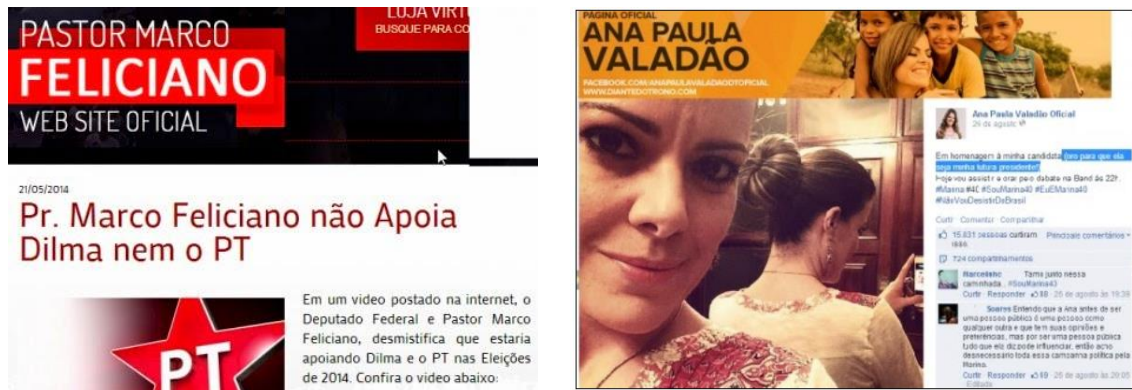
que acabou caindo no conto do vigário, no caso, no conto da presidenta e do PT” (ORTUNES *et al.*, 2019, p. 130).

Ainda que tenha apoiado Dilma em 2010, Feliciano se disse traído pela presidenta e, em 2014, passou a fazer campanha aberta contra a reeleição da petista. O “conto do vigário”, no qual o deputado alegou ter caído, seria o posicionamento de Dilma no tema do aborto. “Ela mentiu, o aborto foi aprovado através do projeto da profilaxia na gravidez” (ORTUNES *et al.*, 2019, p. 130), disse o deputado em referência à Lei nº 12.845, um “cavalo de Tróia”, em sua opinião, ao prever o atendimento de “profilaxia da gravidez” às vítimas de violência sexual. O parlamentar também alegou ter sido vítima dos “evangélicos de esquerda”, que não seriam os “verdadeiros” evangélicos: “são evangélicos chamados evangélicos progressistas [...] Eu conheço esse pessoal, eles não comungam do nosso pensamento”. Diferentemente de 2010, Feliciano chamava os fiéis a votarem contra o PT: “Eu apelo não só para aos evangélicos [...] precisamos mudar e a mudança é não votar na presidenta Dilma, não votar no PT” (ORTUNES *et al.*, 2019, p. 131).

A fim de evitar confusões entre os eleitores, as redes sociais do deputado se apressaram para desmentir boatos de que Feliciano estaria apoiando novamente Dilma em 2014: “eu rompi definitivamente qualquer relacionamento político com o governo que aí está, do PT e com a presidente Dilma. No meu ponto de vista, o PT traiu toda a comunidade cristã brasileira”¹²¹. Outras personalidades do meio evangélico também se posicionaram contra a candidatura petista e fizeram postagens em suas redes sociais em apoio a Marina Silva. Em sua página do Facebook, a cantora gospel Ana Paula Valadão, que em 2013 havia se encontrado pessoalmente com Dilma, escreveu: “Em homenagem à minha candidata [penteado coque]: oro para que ela [Marina] seja a minha futura presidente! Hoje vou assistir e orar pelo debate na Band às 22h”.

¹²¹ Disponível em: <http://www.igrejaatosdeamor.com.br/2014/09/evangelicos-pela-primeira-vez-podem.html>. Acesso em 30 nov. 2021.

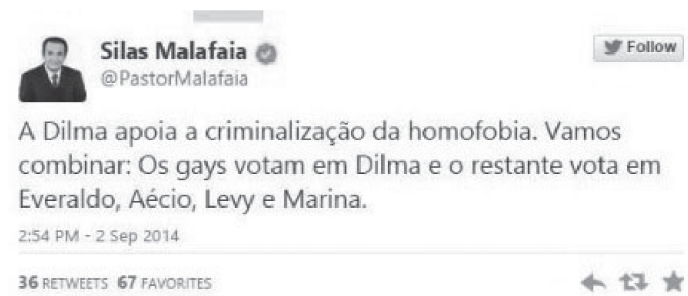
Figura 9 - Propaganda negativa contra Dilma e a favor de Marina



Fonte: Comunidade Evangélica Atos de Amor (2014).¹²²

Silas Malafaia, para convencer o eleitorado evangélico a não votar em Dilma, usou argumentos relacionados ao “terrorismo contra cristãos” e o “ativismo gay”. Em vídeos divulgados no Youtube, o religioso alertava que Dilma havia se posicionado contra a “islamofobia” na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2012, mas se calado diante da “cristofobia”: “Em 2012, a Dilma defende o pessoal da fé islâmica. Em 2014, não tem uma palavra pra falar da cristofobia [...] lamento a omissão da fala da presidente Dilma com os assassinatos em massa de cristãos em 2013”. Sobre o “ativismo gay”, Malafaia se refere ao avanço, durante o governo Dilma, de pautas voltadas à comunidade LGBT, como o projeto de lei que prevê pena para o crime de homofobia.

Figura 10 - Twitter de Silas Malafaia



Fonte: Portal Catraca Livre (2014)¹²³.

¹²² Disponível em: <http://www.igrejaatosdeamor.com.br/2014/09/evangelicos-pela-primeira-vez-podem.html>. Acesso em 01 dez. 2022.

¹²³ <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-selfie-anti-homofobia-silas-malafaia-e-alvo-de-protesto-na-internet/>. Acesso em 01 dez. 2022.

Ainda que isoladas, entre os católicos também houve manifestações públicas contra a reeleição de Dilma. O padre Rodrigo Maria teceu comentários durante uma transmissão no Facebook e foi citado pela revista *Veja*: “Se um cristão apoia um partido, um candidato que é a favor do aborto, a favor da união civil homossexual, a favor da legalização das drogas, ele não é cristão! É uma traição ao Evangelho!”¹²⁴. A Pastoral da Juventude Estudantil, entidade que congrega estudantes católicos, emitiu um comunicado desmentindo que tivesse assinado o manifesto “Jovens católicos criam manifesto em apoio a Dilma Rousseff”, publicado na página do Facebook da campanha petista: “Não coadunamos com o apoio único (contrário ou favoravelmente) a nenhum candidato/a”¹²⁵.

Para estancar a insatisfação evangélica, o governo federal cogitou indicar regime de urgência na tramitação da Lei Geral das Religiões. Proposto pelo deputado George Hilton (PP/MG), ligado à Igreja Universal, o PL 5.598/2009 era uma resposta à concordata católica realizada pelo governo brasileiro com o Vaticano durante o governo Lula¹²⁶. Entretanto, as lideranças partidárias do Senado não estavam dispostas a tocar no tema antes das eleições. Entre os parlamentares evangélicos, a receptividade ao PL foi negativa. “Esse projeto não foi votado antes porque eles [governo] não quiseram. Agora, querem votar isso desse jeito? Acham que somos bobos. Os cristãos do Brasil vão todos com Marina no segundo turno”¹²⁷, disse o senador Magno Malta (XX-SS) à reportagem da *Folha de S. Paulo* em 03/09/2014. A interpretação dos evangélicos era de que o PL tinha o objetivo de enfraquecer a candidatura de Marina Silva.

Não obstante, Dilma conseguiu apoios importantes. Antony Garotinho (PR/RJ), que concorria ao governo do Rio de Janeiro, trabalhou pela reeleição da petista, “apesar de nutrir divergências com o PT”¹²⁸. A fim de blindar a candidata do desagradado religioso, o ministro Gilberto Carvalho, tal como em 2010, deixou o governo para trabalhar na equipe de campanha¹²⁹. Também foi criado um “comitê” evangélico com o objetivo de dialogar com as lideranças religiosas. Contudo, o desânimo de evangélicos e católicos com a candidatura da petista era notório. No acervo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, são raras as notícias

¹²⁴ Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/padre-assembleia-deus-traiu-evangelho-receber-dilma-70400.html>. Acesso em 01 dez. 2022.

¹²⁵ Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/ancoradouro/2014/08/25/pastoral-da-juventude-estudantil-rejeita-participacao-em-manifesto-pro-dilma/>. Acesso em 01 dez. 2022.

¹²⁶ Ver mais em Mariano (2006).

¹²⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1510548-aliados-do-governo-recebem-mal-proposta-de-acelerar-a-lei-geral-das-religoes.shtml>. Acesso em 01 dez. 2022.

¹²⁸ FERNANDES, Leticia. PR confirma Garotinho e apoio a Dilma. *O GLOBO*. 30 de junho de 2014, Matutina, O País, página 4. Acesso em 01 dez. 2022.

¹²⁹ CASTRO, Catarina. Gilberto Carvalho deixa governo para atuar na campanha de Dilma. 01 de julho de 2014, Matutina, O País, página 5.

envolvendo a agenda da candidata em igrejas ou declarações públicas de religiosos em apoio. Movimento discrepante daquele ocorrido em 2010, quando temas morais tensionaram as fronteiras do laico e do religioso.

É preciso dizer que o principal adversário de Dilma no primeiro turno não foi o tucano Aécio Neves, mas sim a candidata evangélica Marina Silva, que concorria pelo PSB. Marina assumiu a cabeça de chapa da coligação “virtual” PSB-Rede, como será visto mais adiante, após o acidente aéreo que vitimou Eduardo Campos (PSB/PE). No final de agosto, a ex-senadora cresceu nas pesquisas e se aproximou da petista na média total (Gráfico 34). Durante duas semanas (28 e 29/8 a 8 e 9/9), Marina aparecia empatada tecnicamente com Dilma nas simulações do Datafolha de primeiro turno e com mais de dez pontos à frente de Aécio. A avalanche de votos vinha, principalmente, dos grupos evangélicos, como pode ser observado nos Gráficos de 35 a 39 abaixo. Entre os evangélicos não pentecostais (Gráfico 37), a candidata do PSB chegou a marcar 22 p.p. a mais que Dilma e abriu 30 p.p. de vantagem em relação a Aécio.

A partir de meados de setembro, a ex-senadora começou a cair nas projeções no total da amostra (Gráfico 34), entre católicos (Gráfico 35) e evangélicos não pentecostais (Gráfico 37). Vítima de uma intensa propaganda negativa do PT, como veremos adiante, a ex-senadora conseguiu se manter estável no meio evangélico pentecostal (Gráfico 36) e, após picos de popularidade entre espíritas (Gráfico 38) e sem religião (Gráfico 39), retornou ao patamar inicial, com 24% das intenções de votos nos dois grupos.

Gráficos de 34 a 39 - Intenção de votos 1º turno de 2014 (%)

Gráfico 34 - Total da amostra

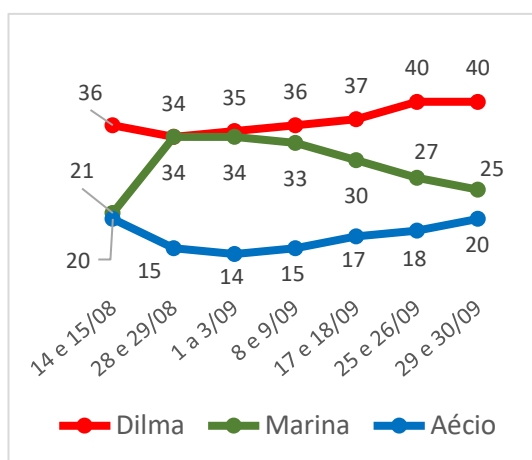


Gráfico 35 - Católicos

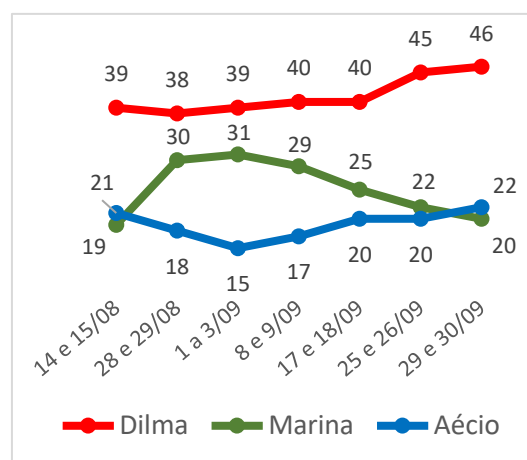


Gráfico 36 - Evangélicos pentecostais

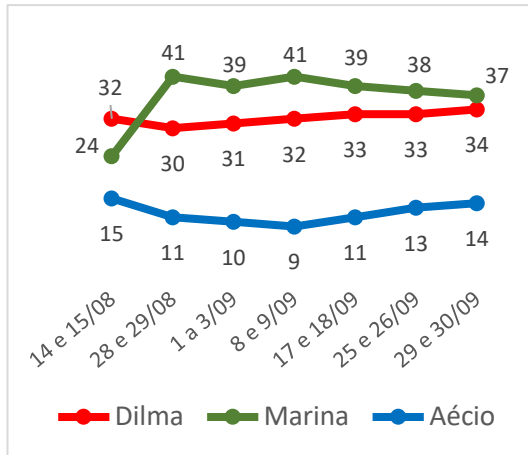


Gráfico 37 - Evangélicos não pentecostais

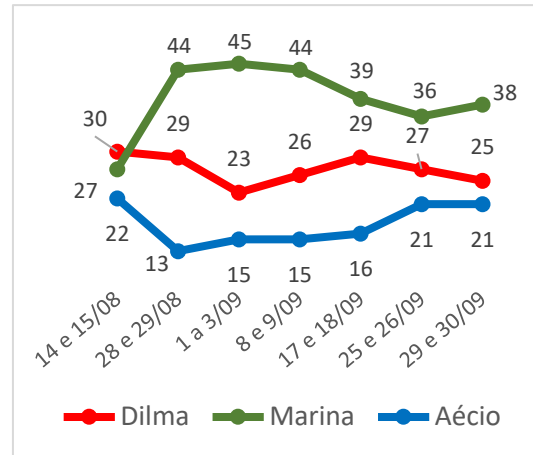


Gráfico 38 - Espírita

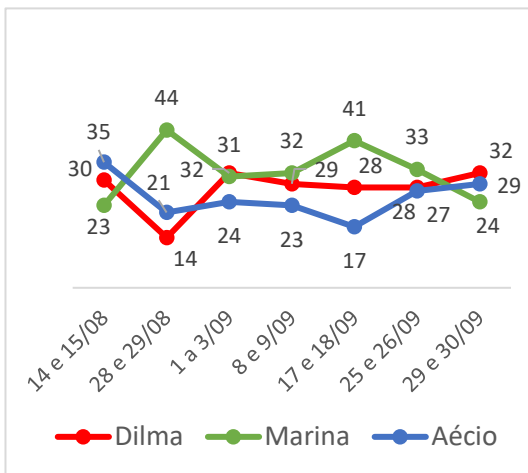
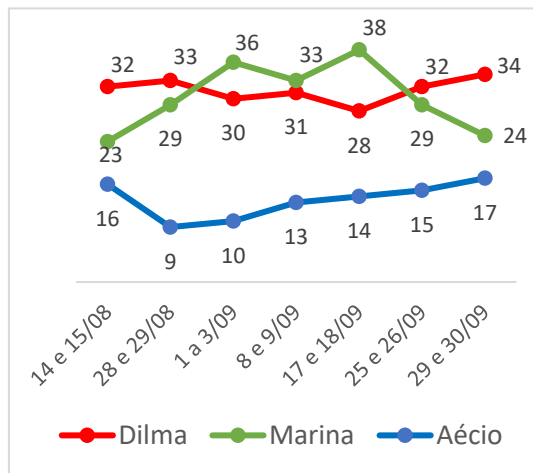


Gráfico 39 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Já nas simulações de segundo turno, conforme os Gráficos de 40 a 45 a seguir demonstram, a ex-senadora aparecia à frente de Dilma no total da amostra (Gráfico 40) até meados de setembro. O Gráfico 40 abaixo evidencia que, ao longo de cinco semanas, a candidata do PSB esteve na liderança e chegou a abrir, no levantamento dos dias 28 e 29 de agosto, dez pontos de vantagem sobre a petista. Somente nas projeções feitas a partir de 25 e 26/9, Dilma conseguiu o favoritismo em um eventual segundo turno contra Marina. Avaliando os números por adesão religiosa (Gráficos 41 a 45), vemos que o grupo católico foi o responsável pela virada de Dilma em cima da ex-senadora. A petista, que aparecia em desvantagem no levantamento dos dias 28 e 29/8, abriu 19 p.p. sobre sua concorrente. Por outro lado, Marina manteve a preferência entre o eleitorado evangélico pentecostal e não pentecostal, com 22 p.p. e 14 p.p. de vantagem, respectivamente, na véspera da eleição, confirmando a solidificação de seu nome entre os eleitores evangélicos. Entre os espíritas, a vantagem da

candidata do PSB também foi de 14 p.p. e, no grupo sem religião, Dilma e Marina empataram com 42% das intenções de voto.

Gráficos 40 a 45 - Intenção de votos 2º turno 2014 - Dilma v.s. Marina (%)

Gráfico 40 - Total

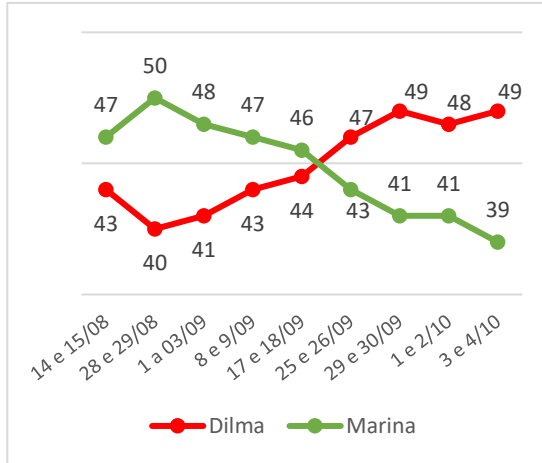


Gráfico 41 - Católica

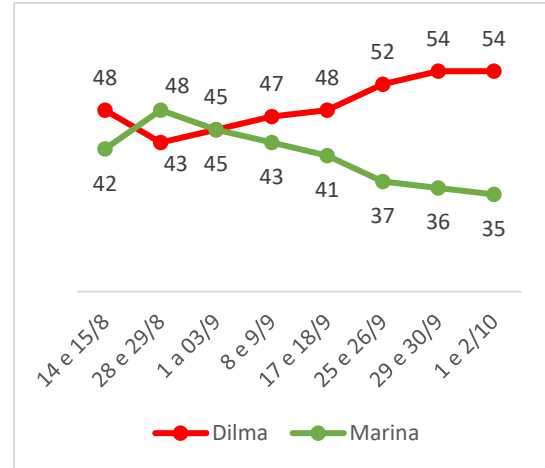


Gráfico 42 - Ev. pentecostal

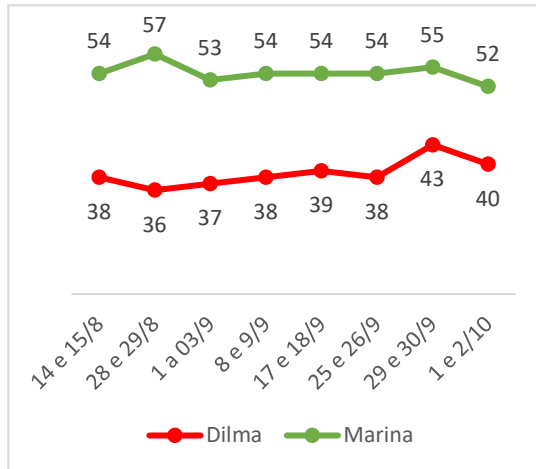


Gráfico 43 - Ev. não pentecostal

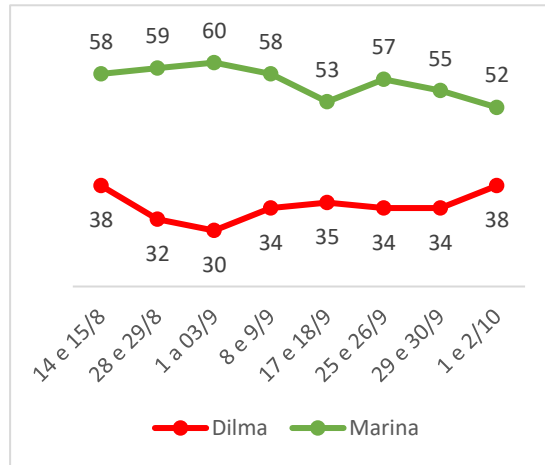


Gráfico 44 - Espírita

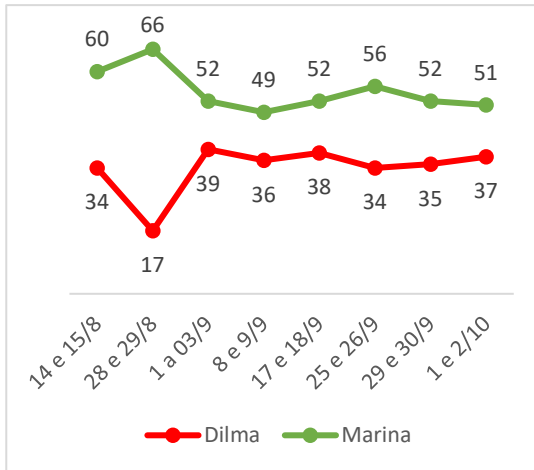
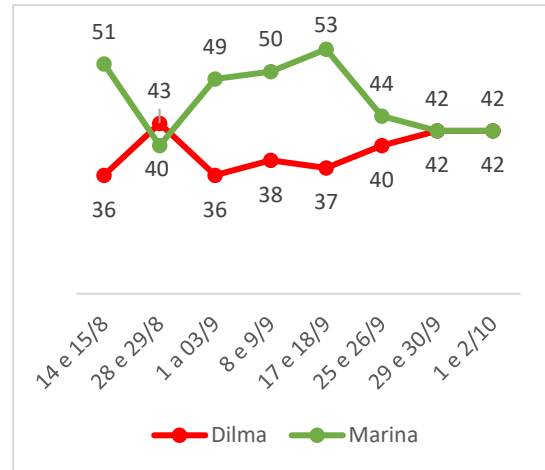


Gráfico 45 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Ainda que o Datafolha não tenha divulgado as intenções de votos de todo o período analisado acima (14 e 15/8 a 1 e 2/10) para os umbandistas, candomblecistas e ateus, fazendo uso dos dados disponíveis (1 a 3/9 a 1 e 2/10), é possível verificar que Dilma obteve, no período, o incremento de 7 p.p. entre os adeptos da umbanda (Gráfico 46), caiu 23 p.p. entre os adeptos do candomblé (Gráfico 47) e perdeu para Marina no segmento ateu por uma diferença de 8 p.p (Gráfico 48).

Gráficos 46 a 48 - Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%)

Gráfico 46 - Umbanda

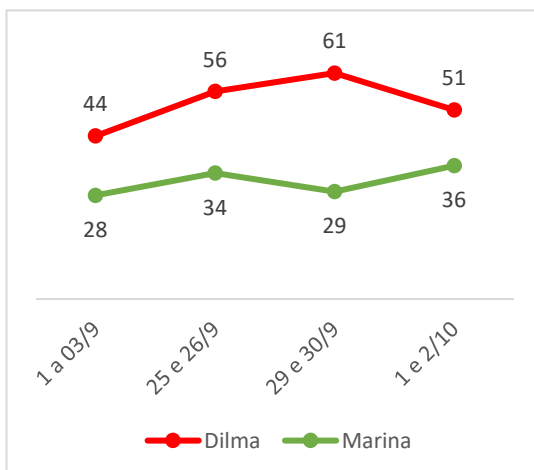


Gráfico 47 - Candomblé

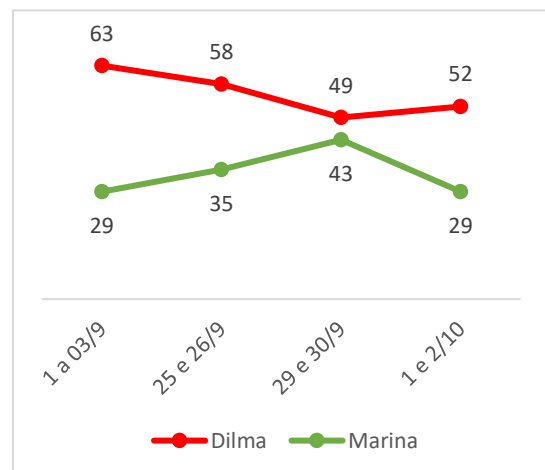
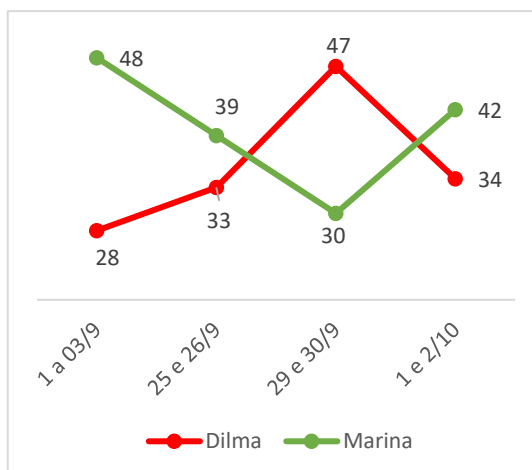


Gráfico 48 - Ateu



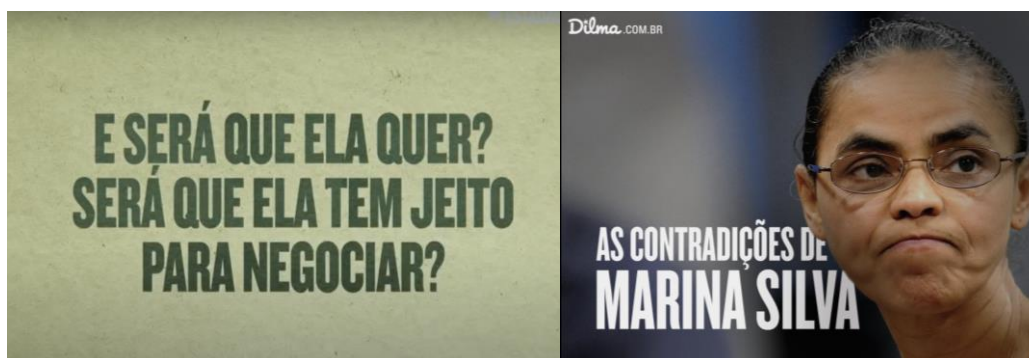
Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Diante da ameaça que Marina representava à reeleição de Dilma, como demonstrei nos Gráficos anteriores, o marketing petista centrou esforços em desconstruí-la junto ao eleitorado. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, a campanha do PT usou 10% do seu tempo de televisão para atacar adversários no primeiro turno¹³⁰. Marina foi o principal alvo. Nas inserções, era mencionado o fato de a candidata do PSB não ter base parlamentar para aprovação de projetos, a falta de disposição à negociação e o simplismo das propostas de combate à corrupção. Além disso, Marina foi comparada a Jânio Quadros e Collor, como uma candidata “salvadora da pátria”, “chefe do partido do eu sozinho” e acusada de ser “contra o pré-sal”. Era a própria Dilma que aparecia nos vídeos atacando Marina: “Surgem vozes que ameaçam essa grande riqueza nacional, a candidata Marina Silva é uma delas, pois tem defendido o fim da prioridade ao pré-sal [...] com consequências terríveis para o desenvolvimento do Brasil”¹³¹.

¹³⁰ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/as-7-vezes-em-que-o-pt-atropelou-marina-veja-o-video-e-saiba-como-a-ambientalista-reagiu/>. Acesso em 01 dez. 2022.

¹³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6krRa1bMOiE>. Acesso em 01 dez. 2022.

Figura 11 - Propaganda negativa do PT contra Marina Silva



Fonte: YouTube.com. (2014).¹³²

Um dia após Marina recuar, em seu plano de governo, da proposta de defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a página no Facebook da campanha petista publicou o texto “Incoerência crônica”. Na postagem, o episódio era explorado como um indicativo das fraquezas e contradições de Marina Silva. A publicação acusava a candidata do PSB de ser “evangélica fervorosa”, leia-se “fundamentalista”, e a aproximava das práticas homofóbicas do deputado Marco Feliciano. Marina também era recriminada por usar o jargão “nova política” e encobrir velhas práticas, como a pouca disposição para investigar a origem do dinheiro usado na compra do avião que vitimou seu colega Eduardo Campos. Outro ponto explorado era o tema do aborto. O texto mencionava que Marina antes “condenava com veemência a legalização” e “hoje acredita que a decisão deve ser tomada após um plebiscito”.

Após a abertura das urnas, o êxito da campanha contra Marina foi atestado. Dilma enfrentaria Aécio Neves no segundo turno e com ele disputaria os 22 milhões de votos recebidos pela ex-senadora do estado do Acre.

No segundo turno, Dilma não angariou nenhum apoio religioso oficial. Nem mesmo o bispo Edir Macedo emitiu alguma declaração pública de voto. Sobre essa apatia do líder da Universal, Malafaia chegou a dizer que o PT escondia ser apoiado pela igreja Universal. Não houve, também, manifestações de apoio do lado católico. As principais lideranças religiosas aderiram à campanha de Aécio Neves. As informações sobre Dilma, no segundo turno, envolvendo religião, resumiram-se a boatos na internet informando que ela teria pedido ajuda ao candomblé para se eleger¹³³. A candidata iniciou o mês de outubro com 2% de votos a menos que o tucano no total de eleitores, como pode ser visto no Gráfico 49 abaixo. Observando os

¹³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6krRa1bMOiE>. Acesso em 10 dez. 2022.

¹³³ Disponível em: <https://www.fuxicogospel.com.br/2014/10/dilma-pediu-apoio-ao-candomble-para-ser.html>. Acesso em 10 dez. 2022.

dados por grupo religioso, conforme os Gráficos 50 a 54, vemos que a principal dificuldade da petista estava justamente entre os evangélicos, sobretudo os não pentecostais. A falta de entusiasmo com a sua reeleição se traduzia em menos votos que Aécio Neves.

Entre os evangélicos não pentecostais, a diferença em relação ao candidato do PSDB era de 30 pontos. Entre os católicos e os evangélicos pentecostais, Dilma estava tecnicamente empatada com seu rival, na primeira pesquisa Datafolha. No entanto, ao longo do mês, a campanha petista obteve sucesso na recuperação de votos entre os católicos, atingindo 50% das intenções de voto, e diminuiu a diferença entre os evangélicos não pentecostais, passando de 30 para 11 pontos a desvantagem em relação ao seu adversário. Já entre os evangélicos pentecostais, o empate técnico se manteve.

Gráficos 49 a 54 - Intenção de votos 2º turno de 2014 - Dilma v.s. Marina (%)

Gráfico 49 - Total da amostra

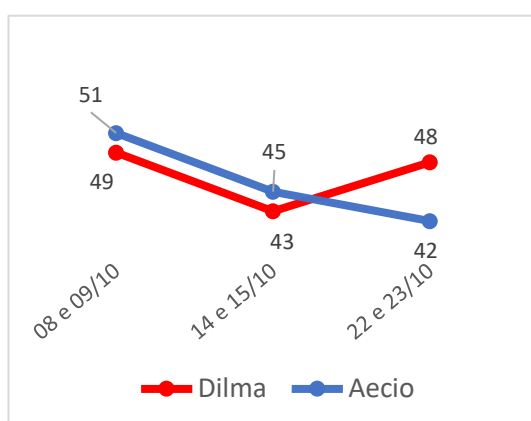


Gráfico 50 - Católicos

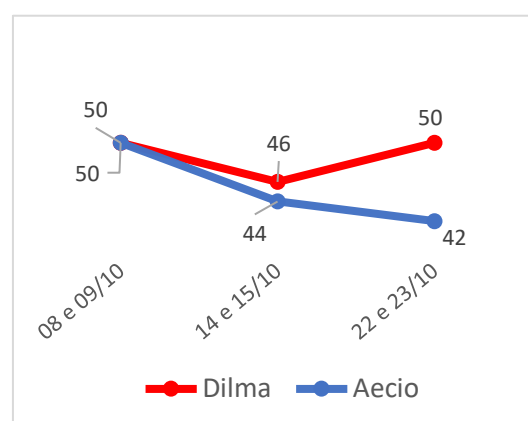


Gráfico 51 - Evangélicos pentecostais

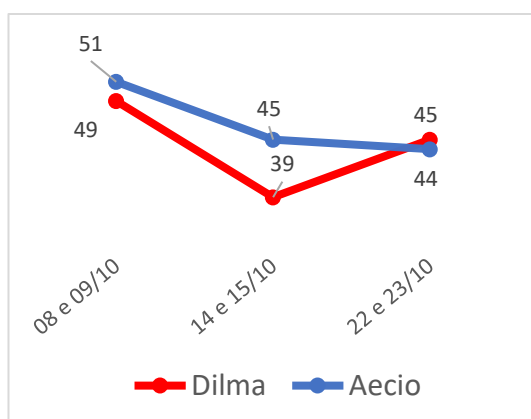
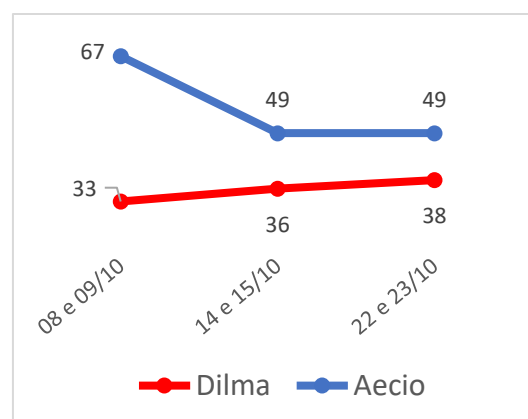
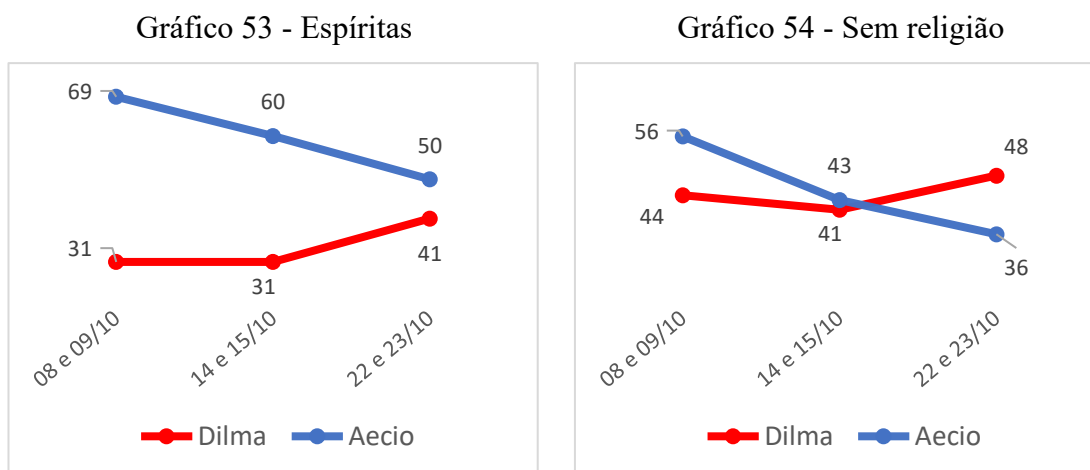


Gráfico 52 - Evangélicos não pentecostais

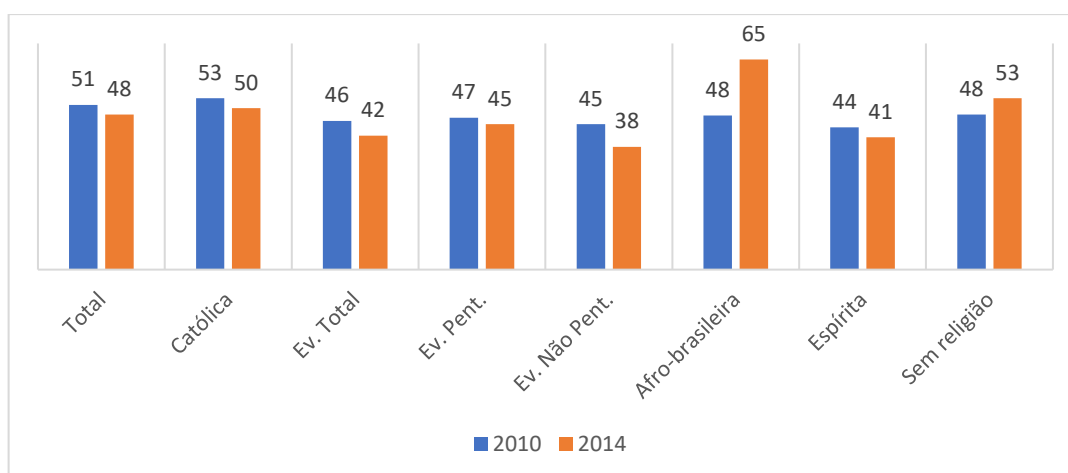




Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Abaixo, o Gráfico 55 compara as intenções de votos em Dilma nas últimas pesquisas Datafolha realizadas antes dos segundos turnos de 2010 e 2014, em que a pergunta sobre adesão religiosa foi realizada. Entre uma eleição e outra, a candidata do PT perdeu 3% de votos no total do eleitorado e, com exceção dos “sem religião”, onde cresceu 5%, a votação recebida foi percentualmente menor em todas as categorias pesquisadas pelo instituto. A maior queda ocorreu entre os evangélicos não pentecostais (-7 p.p.); já a menor redução aconteceu entre os evangélicos pentecostais (-2 p.p.) Entre os adeptos de religiões afro-brasileiras, houve o incremento de dois dígitos (+17 p.p.). Vital *et al.* (2015, p. 9) sugerem que “o ‘voto’ evangélico [em 2014] parecia se concentrar em torno da candidatura de Aécio Neves”, dado o apoio de líderes pentecostais ao tucano. Entretanto, no segundo turno, a diminuição de votos no PT foi tímida, quando comparada à euforia das lideranças religiosas que apoiavam o tucano, como será visto adiante.

Gráfico 55 - Intenção de votos no 2º turno de 2010 e 2014 - Dilma - por religião (%)

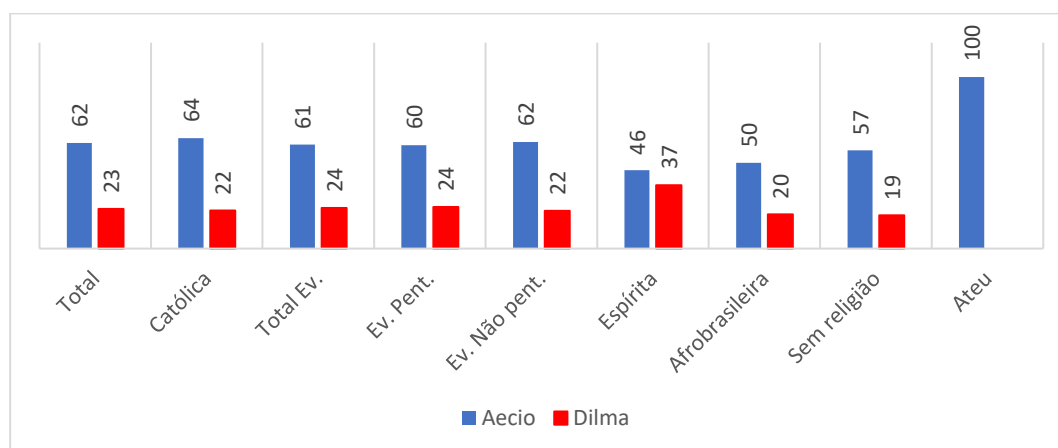


Fonte: Datafolha (2010, 2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisas realizadas nos dias 08/10/10 e 20/10/14.

No Gráfico 56 a seguir, cruzei as informações “voto no 1º turno em Marina Silva” e “intenção de voto no 2º turno” da pesquisa Datafolha do dia 20/10, faltando uma semana para o domingo de votação. A finalidade foi identificar o destino dos votos dos eleitores da candidata do PSB e analisá-lo de acordo com a religião declarada do entrevistado. Conforme o esperado, a tendência de votos no PSDB se confirmou. 62% dos eleitores de Marina Silva, no total da amostra, diziam optar por Aécio Neves no segundo turno e somente 23% por Dilma Rousseff. Por adesão religiosa, a média de escolha por Aécio Neves se manteve entre católicos (64%), evangélicos (62%) e espíritas (62%). Nas religiões afro-brasileiras, o percentual de eleitores de Marina que votariam em Aécio foi menor, de 50%. Já entre os sem religião foi de 57% e, para os ateus, de 100% que votaram em Marina no primeiro turno diziam escolher Aécio no segundo.

Gráfico 56 - Intenção de voto no 2º turno 2014 - eleitores de Marina (%)



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Os dados mostram a dificuldade de Dilma em angariar apoio religioso em 2014. Assim, para contornar essa limitação, o marketing petista buscou, no segundo turno, fugir de assuntos controversos e vincular a agenda de programas sociais do PT “ao chamado de Jesus para cuidar dos ‘mais pequeninos’”¹³⁴, como diziam os folhetos distribuídos aos eleitores evangélicos. Mirando no voto “retrospectivo” e no “lulismo”, a campanha petista teve sucesso na recuperação do eleitor religioso. Assim, Dilma reduziu a diferença em relação ao seu adversário em 9 p.p. entre os não pentecostais e entre os católicos ampliou a vantagem em 8p.p. Isso foi o suficiente para a candidata abrir, faltando 6 dias para o segundo turno, 6 p.p. de vantagem sobre seu oponente, indicando a tendência do eleitorado para reelegê-la, a despeito da indiferença de setores evangélicos em sua reeleição, como ilustrado no início desta seção.

4.2 Aécio surpreendido

Talvez o eleitor médio não saiba, mas Aécio Neves é neto de Tancredo Neves, eleito presidente da república em 1985, no processo de transição para a democracia após o declínio da ditadura civil-militar no Brasil. Além do avô materno Tancredo, seu pai, Aécio Ferreira da Cunha, o avô paterno, Tristão Ferreira da Cunha e o primo Francisco Dornelles também seguiram a carreira política¹³⁵. Formado em Economia pela PUC de Minas Gerais, Aécio presidiu a ala jovem do PMDB (1983-84), foi secretário particular do avô Tancredo, então presidente eleito (1985), diretor de loterias da Caixa Econômica Federal (1985-86) e se elegeu deputado federal (1987-2022), governador de Minas Gerais (2003-10) e senador (2011-19).

Em 2010, o tucano perdeu a disputa interna no PSDB contra José Serra para ser o candidato à presidência do partido. Já em 2013, assumiu o posto de pré-candidato único após a desistência de seu antigo oponente, que decidira concorrer ao governo paulista. Foi o próprio Serra que articulou a participação de Aécio, já no segundo dia de campanha à presidência, em um culto da Assembleia de Deus na zona leste de São Paulo. Os dois se reuniram com o pastor Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no

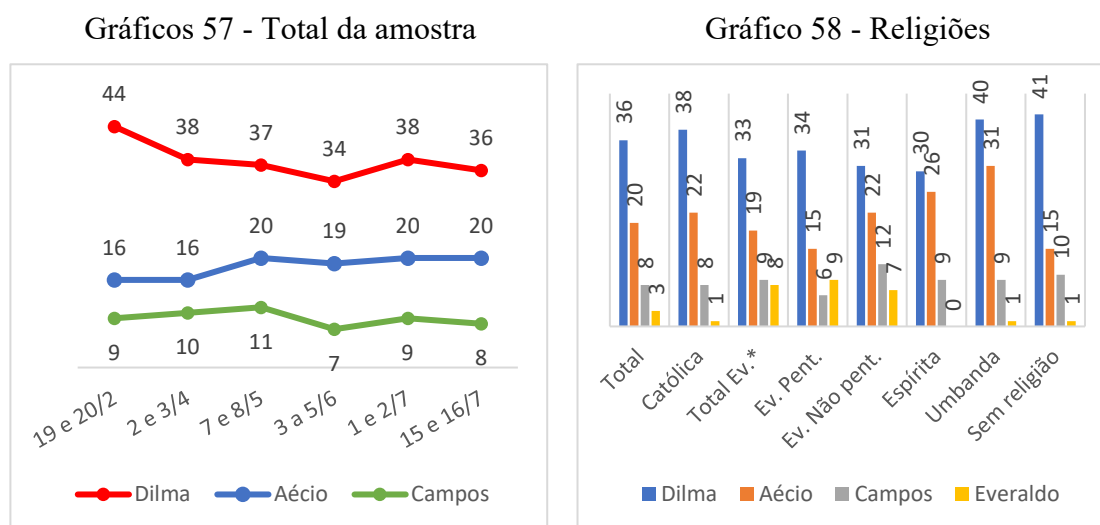
¹³⁴ Disponível em: <https://www.notibras.com/site/malafaia-puxa-evangelicos-para-aecio-dilma-cita-os-pequeninos-de-jesus-e-atrai-edir-macedo/>. Acesso em 20 dez. 2022.

¹³⁵ Tancredo de Almeida Neves foi ministro da Justiça (1951-1954), primeiro-ministro (1961-1962), senador (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984) e presidente eleito em 1985. Seu avô paterno, Tristão Ferreira da Cunha, foi deputado federal por Minas (1947-1963). Seu primo Francisco Dornelles foi ministro da Fazenda (1985), deputado federal pelo Rio de Janeiro (1987-1996, 1998-1999 e 2002-2007), ministro da Indústria, Comércio e Turismo (1996-1998) e ministro do Trabalho e Emprego (1999-2002) e, a partir de 2007, senador. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aecio-neves-da-cunha>.

Brasil¹³⁶. O candidato do PSDB também acenou aos católicos. Em visita ao Centro de Tradições Nordestinas do Rio de Janeiro, Aécio pediu a bênção do Padre Cícero e, ao lado do cantor Fagner, ganhou uma estátua do santo popular¹³⁷.

Em outra investida para cativar o eleitor religioso, Aécio participou do debate promovido pela CNBB, no dia 16/09, e saiu pela tangente ao ser perguntado se apoiava o Projeto de Lei 122/2006, que objetivava criminalizar a homofobia: “qualquer discriminação deve ser considerada crime, inclusive a homofobia”¹³⁸, respondeu o tucano. Já no debate da Band, em 26/08, ao ser questionado por Eduardo Jorge (PV) sobre a legalização do aborto, Aécio se limitou a defender a manutenção da legislação vigente. Até a entrada de Marina como cabeça de chapa do PSB em agosto, o candidato do PSDB ocupava a segunda posição nas pesquisas eleitorais, como mostra o Gráfico 57 abaixo. No primeiro levantamento realizado pelo Datafolha após o início da propaganda eleitoral, em 06/07, o candidato marcou 20% das intenções de votos. Dilma liderava com 36% e Campos, candidato do PSB, tinha 8%.

Gráficos 57 e 58 - Intenção de votos - 1º turno (%)



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: O Gráfico 58 se refere à pesquisa dos dias 15 e 16/07.

Por adesão religiosa, conforme mostra o Gráfico 58 anterior, os melhores resultados do tucano no levantamento dos dias 15 e 16/7 ocorreram entre os espíritas (26%) e seguidores

¹³⁶ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/534148-o-poder-dos-evangelicos-na-politica>. Acesso em 20 dez. 2022.

¹³⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1519617-em-centro-de-cultura-nordestina-aecio-pede-ajuda-a-padre-cicero.shtml>. Acesso em 20 dez. 2022.

¹³⁸ Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/09/16/cnbb-promove-debate-entre-os-presidenciais- hoje-uol-transmite-as-21h30.htm>. Acesso em 20 dez. 2022.

da umbanda (31%); já o pior número ficou entre os evangélicos pentecostais, com 15% das intenções de votos, 5 p.p. abaixo do total os eleitores. Dilma pontuava melhor entre os católicos (38%) e umbanda (40%); Campos entre os evangélicos não pentecostais (12%) e sem religião (15%); e o pastor Everaldo entre os evangélicos pentecostais (9%) e não pentecostais (7%).

Após a oficialização de Marina Silva como cabeça de chapa do PSB, o Datafolha indicou a redução de 5 p.p. das intenções de votos em Aécio, que passou de 20% na média nacional para 15%. Esses eleitores migraram para a candidatura da ex-senadora, que também angariou votos antes direcionados ao evangélico pastor Everaldo (PSC), principalmente dos não pentecostais. Aécio teve a sua votação reduzida, sobretudo entre não pentecostais (-9 p.p.) e sem religião (-6 p.p.), conforme exibe o Gráfico 59. Os dados também mostram que a perda de votos de Aécio e a consequente conquista de votos de Marina se deram principalmente em eleitores com nível superior e de classe média, com renda de 5 a 10 salários-mínimos (Gráfico 58).

Gráficos 59 e 60 - Intenção de votos em Aécio - 1º turno (%)

Gráfico 59 - Religiões

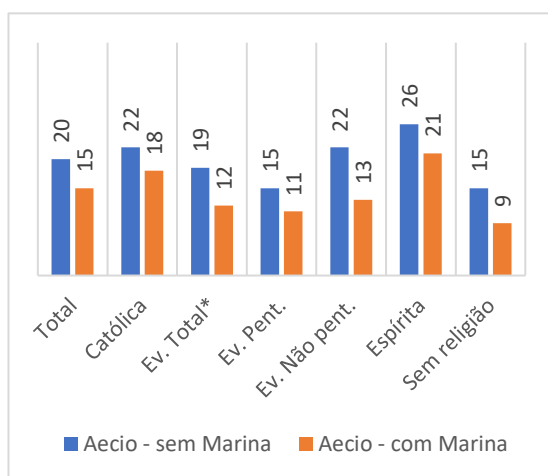
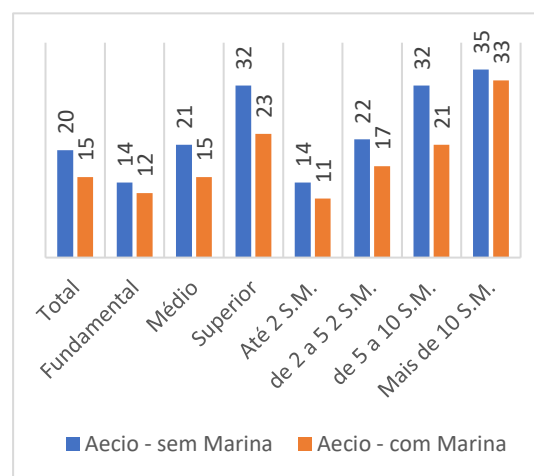


Gráfico 60 - Escolaridade e renda



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: para a elaboração dos Gráficos, utilizei a última pesquisa Datafolha antes da entrada de Marina no pleito como cabeça de chapa (15 e 16/7) e a primeira após a oficialização de sua candidatura pelo PSB (28 e 29/8). O relatório Datafolha dos dias 28 e 29/8 não traz a intenção de votos das religiões afro.

Por esse motivo, levanto a hipótese de que a migração de votos do tucano para Marina entre os não pentecostais ter sido maior do que entre os pentecostais esteja relacionada a outras duas variáveis que reforçam o efeito da religião no primeiro grupo (PIERUCCI; PRANDI, 1994, p. 44): i) escolaridade de nível superior e ii) renda de 5 a 10 salários-mínimos. A amostra do Datafolha dos dias 15 e 16/07 (Gráfico 61) indicou que 22% dos evangélicos não

pentecostais possuíam nível superior e 15% ganhavam acima de 5 salários-mínimos (Gráfico 62), porcentagens superiores aos pentecostais, com 14 e 7%, respectivamente. Por esse motivo, os evangélicos não pentecostais apresentaram as maiores taxas de migração para a candidatura de Marina que os evangélicos pentecostais, grupo de menor escolaridade e renda.

Gráficos 61 e 62 - Perfil da amostra Datafolha 2014 (%)

Gráfico 61 - Escolaridade

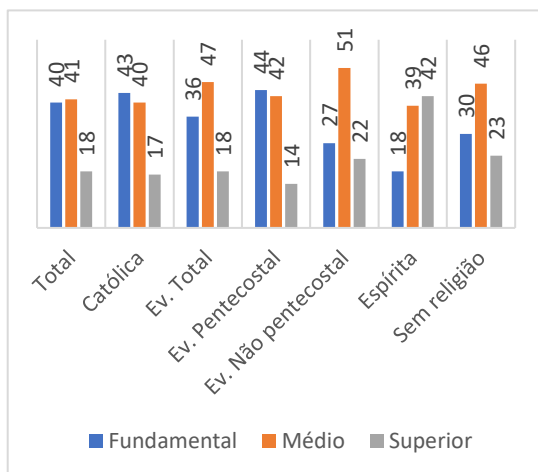
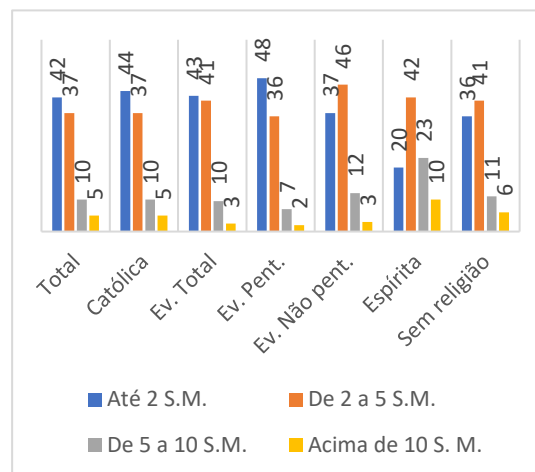


Gráfico 62 - Renda



Fonte: Datafolha (2014) (15 e 16/7) / Elaboração própria (2023).

Nota: os Gráficos 61 e 62 se referem à pesquisa dos dias 15 e 16/07/14.

Surpreendido por perder a segunda colocação nas pesquisas, Aécio precisou mobilizar rapidamente a sua equipe para ajustar a estratégia eleitoral. Sua irmã e assessora de comunicação, Andrea Neves, alertava: “Ou a gente traz Marina para o debate terreno, ou ela vai continuar colhendo desde o voto dos evangélicos até o dos *black blocs*”. Se antes o principal alvo era a gestão petista, após a entrada de Marina na disputa a ex-senadora passou a ser o objeto da propaganda negativa do PSDB. Borba (2019, p. 48) indicou que o tucano usou 44,6% do seu tempo na TV, rádio, debates, imprensa e Facebook para atacar adversários no primeiro turno. Desses, 87% tiveram como foco Marina Silva. Além dos ataques pessoais à candidata do PSB, “caracterizada como frágil, coitadinha, incoerente, inexperiente e sem apoio parlamentar” (BORBA, 2019, p. 51), a campanha do PSDB buscou vinculá-la ao passado petista.

Exemplo disso foi a confecção e distribuição pelo PSDB de São Paulo de panfletos em semáforos da cidade. Em quatro páginas, o folheto vinculava Marina ao episódio do mensalão: “Durante o escândalo do mensalão, Marina e Dilma continuaram no governo do PT”¹³⁹, dizia a manchete. Aécio mirava, sobretudo, no eleitor anti-PT para recuperar os votos

¹³⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/aecio-diversifica-ofensiva-anti-pt-contra-marina-13980438>

que tinham migrado para Marina. Por sua vez, a candidata do PSB se queixava dos ataques e se dizia vítima de um complô do PSDB e PT:

Eu encontrei no interior da Bahia, no Rio Grande do Sul, no Acre e em qualquer lugar desse país: PT e o PSDB juntos, numa campanha desleal, que afronta a inteligência da sociedade brasileira, fazendo todo o tipo de difamação, de calúnia, de desconstrução do nosso projeto político e até mesmo da minha pessoa¹⁴⁰.

A campanha do tucano também usou as redes sociais para atingir a ex-senadora. Nesse espaço, foi explorada a contradição de Marina ao incentivar o repúdio ao PT e, no entanto, ter sido filiada ao partido por 30 anos (SOUSA, 2015, p. 156), inclusive integrando a equipe do governo Lula como ministra do Meio Ambiente. Assim, o lema da campanha da candidata do PSB “nova política” foi atacado pelo tucano em sua página no Facebook. O PSDB também explorou a mudança do programa de governo do PSB, que retirou do texto a proposta de apoiar a legalização do casamento igualitário. Sousa (2015, p. 162) afirma que cerca de 25% das postagens de Aécio no Facebook durante o período eleitoral possuíam conteúdo negativo sobre outro candidato.

Figura 12 - Propaganda negativa de Aécio contra Marina



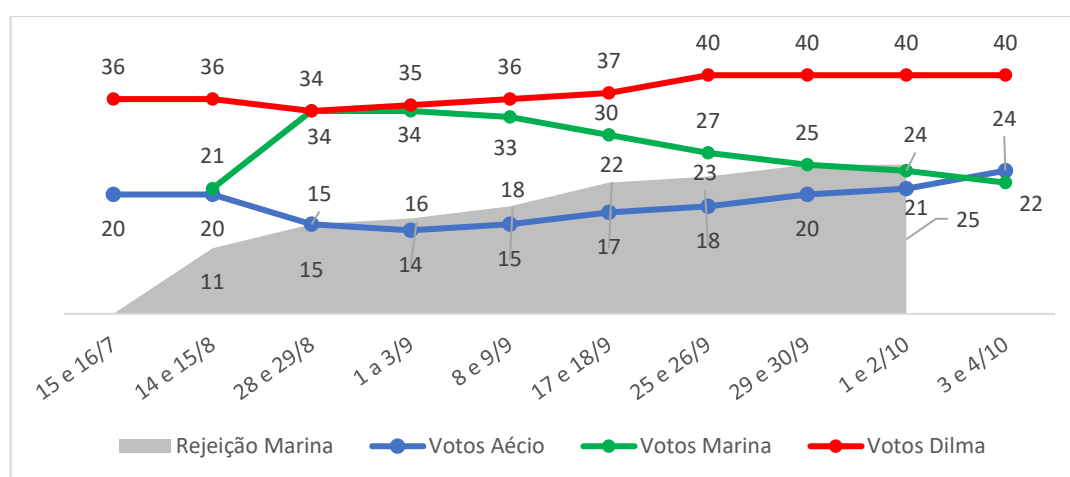
Fonte: Sousa (2015, p. 156).

O Gráfico 63 abaixo exhibe a intenção de votos nos principais presidencialistas no primeiro turno e a taxa de rejeição de Marina. No levantamento do Datafolha feito em 15 e 16/7, logo após o início oficial da campanha, o candidato do PSDB marcava 20% das intenções

¹⁴⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/09/pt-e-psdb-estao-em-uma-campanha-desleal-contra-mim-diz-marina.html>. Acesso em 20 dez. 2022.

de voto no total do eleitorado. Na medição seguinte, já com Marina na disputa, os dois aparecem empatados tecnicamente, com 20 e 21%, respectivamente. Pelo Gráfico, é possível verificar que a curva de crescimento das intenções de votos em Aécio acompanha o aumento da rejeição em Marina, atestando o êxito do marketing tucano e petista na desconstrução da candidata do PSB. No entanto, Dilma se beneficiou menos dos ataques endereçados à ex-companheira de partido. Enquanto a candidata do PT cresceu 6 p.p. e entrou em platô a partir dos dias 25 e 26/9, com 40% das intenções de voto, o tucano expandiu 9 p.p. e manteve a tendência da curva de crescimento, ultrapassando Marina na véspera da votação, no levantamento dos dias 3 e 4/10.

Gráfico 63 - Intenção de votos e rejeição à Marina - 1º turno (%)



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: não houve medição de rejeição pelo Datafolha nos dias 3 e 4/10, véspera da votação.

Diferente do primeiro turno, em que não obteve apoio significativo do meio evangélico, na segunda volta Aécio Neves reuniu em torno de seu nome diversas lideranças religiosas que antes havia optado por Marina e Everaldo e, em 2010, apoiaram Dilma. Os próprios candidatos derrotados declararam apoio ao tucano. Aécio participou de culto dirigido por Everaldo ao lado de Marco Feliciano (ambos apoiaram Dilma em 2010) e outros 300 religiosos¹⁴¹ da CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil), Igreja Renascer em Cristo, Universal do Reino de Deus e Ministério Internacional da Restauração¹⁴².

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/hotsites/elei%C3%A7%C3%B5es-2014/pastores-everaldo-e-malafaia-declaram-apoio-a-aecio-neves-1.929060>. Acesso em 15 jan. 2023.

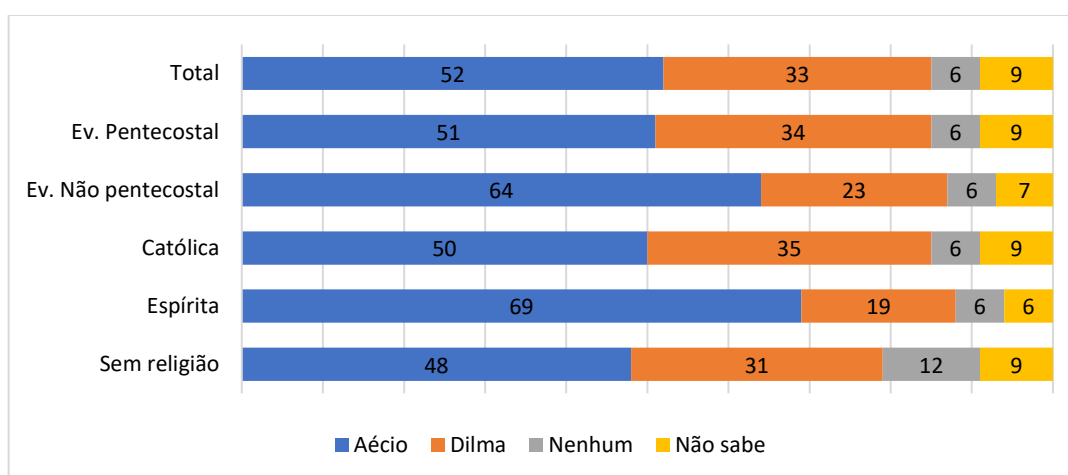
¹⁴² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1533081-a-evangelicos-aecio-promete-combate-a-corrupcao-e-parceria-com-igrejas.shtml>. Acesso em 15 jan. 2023.

Na ocasião, o candidato prometeu parcerias com o segmento em projetos sociais e um “compromisso com a moralidade”¹⁴³, com a educação e o combate à corrupção.

O apoio de Marina veio somente após negociação entre os partidos e a promessa do PSDB de incorporar em seu plano de governo reivindicações da ex-senadora e do PSB. Entre as exigências, estavam a adoção de uma política ambiental sustentável, o ensino integral, a criação de um fundo para solucionar conflitos rurais entre produtores e indígenas e o apoio ao fim da reeleição para cargos executivos. As requisições de Marina foram sintetizadas em uma carta aberta assinada por Aécio intitulada “Juntos pela democracia, pela inclusão social e desenvolvimento sustentável”, semelhante àquela publicizada por Lula em 2002¹⁴⁴. Se em 2002 Lula se comprometeu na “Carta ao povo brasileiro” a dar continuidade à política econômica, em 2014 Aécio pactuou investir na área social. Porém, como demonstrarei mais adiante, o apoio de Marina ao tucano tinha mais importância política do que eficácia em atrair votos.

Entretanto, a maioria do eleitorado torcia para que a candidata do PSB apoiasse Aécio. O Gráfico 64 a seguir mostra a opinião dos eleitores sobre quem Marina deveria apoiar no segundo turno de 2014. Chama a atenção o fato de os evangélicos não pentecostais e os espíritas apresentarem porcentagens muito acima da média nacional, 64% e 69%, respectivamente.

Gráfico 64 - Quem Marina deveria apoiar no 2º turno? (%)



Fonte: Datafolha (2014) (08 e 09/10) / Elaboração própria (2023).

¹⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/190935-aecio-diz-ser-vitima-de-uma-campanha-de-odio.shtml>. Acesso em 15 jan. 2023.

¹⁴⁴ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/19/lula-assina-carta-aos-evangelicos-leia-a-integra.htm>. Acesso em 15 jan. 2023.

Aécio começou o segundo turno em vantagem, algo inédito na história brasileira. Não havia precedentes de o segundo colocado no primeiro turno presidencial iniciar a segunda volta na liderança. Até então, o padrão era o primeiro colocado no primeiro turno liderar as pesquisas de segundo turno do início ao fim (BORBA, 2015). No levantamento do Datafolha após os resultados do primeiro turno, o tucano marcava 46% das intenções de votos e Dilma 44%. Para reverter o cenário desfavorável, o marketing petista usou a mesma fórmula aplicada contra Marina: a campanha negativa. 49,4% da publicidade petista no segundo turno continha ataques ao tucano (BORBA, 2019, p. 49). Aécio, por sua vez, atacou menos: 43% da propaganda do candidato do PSDB no segundo turno possuía mensagens negativas sobre Dilma (BORBA, 2019, p. 49). A presidenta apontava os erros administrativos de Aécio no governo de Minas Gerais para desacreditar o tucano, que também era rotulado de machista, incompetente e defensor dos ricos (BORBA, 2019, p. 31). Já Aécio falava sobre a corrupção nos governos petistas.

Os Gráficos de 65 a 70 a seguir mostram o impacto da propaganda negativa no segundo turno de 2014. Reuni, de acordo com a religião, as respostas dos eleitores à pergunta do Datafolha “em qual candidato você não votaria de jeito nenhum?”.

Gráficos 65 a 70 - Rejeição no 2º turno (%)

Gráfico 65 - Total

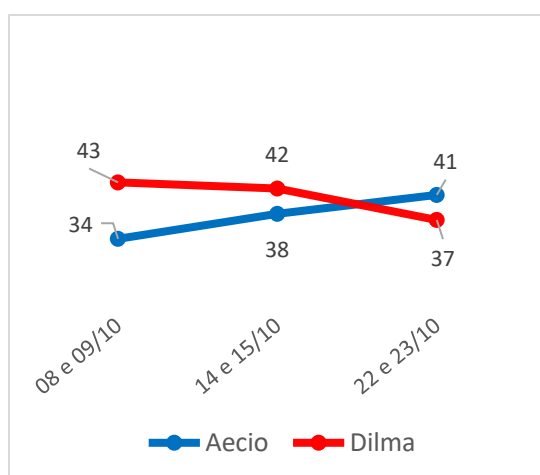


Gráfico 66 - Católicos

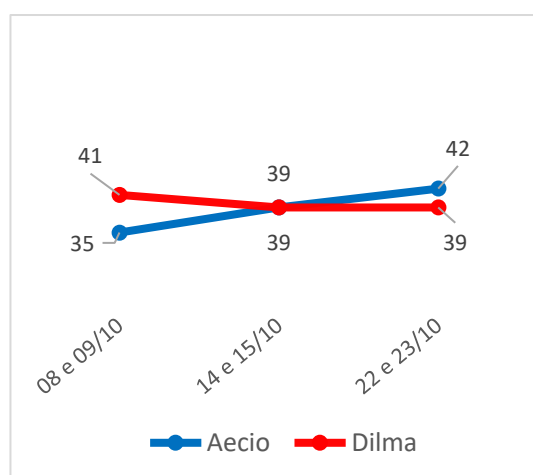


Gráfico 67 - Ev. pentecostais

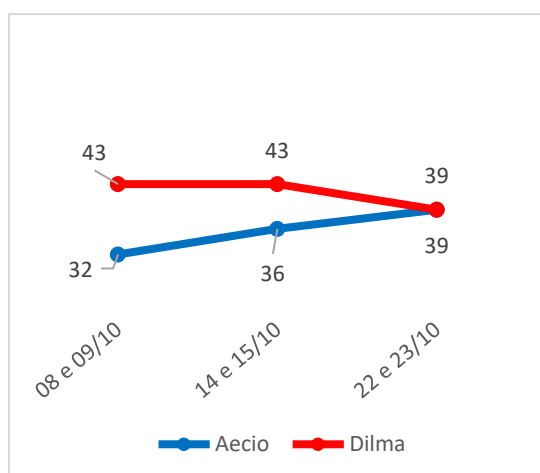


Gráfico 68 - Ev. não pentecostais

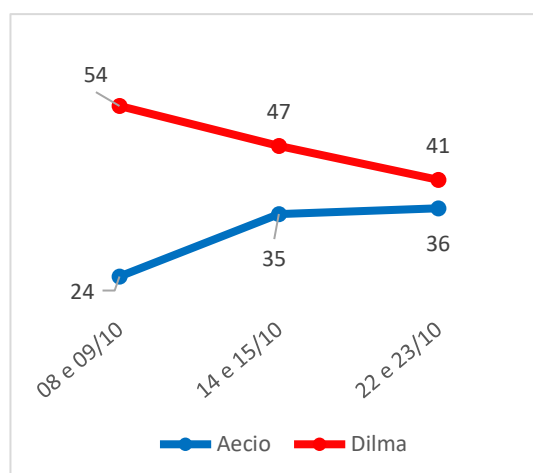


Gráfico 69 - Espíritas

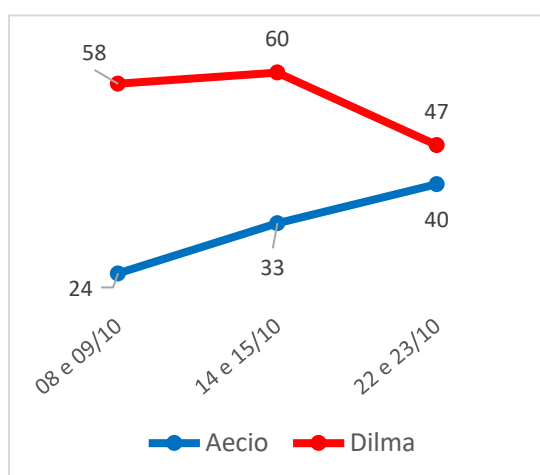
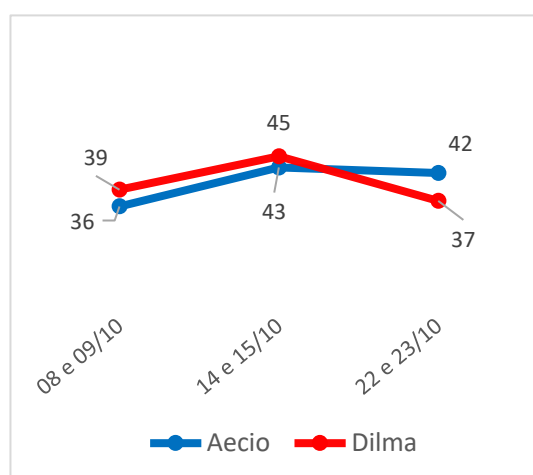


Gráfico 70 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Os dados acima mostram que Dilma teve sucesso e conseguiu reverter a vantagem de Aécio. Em todos os grupos pesquisados, a petista reduziu a rejeição e o tucano aumentou. No total de eleitores (Gráfico 65), Aécio cresceu 7 p.p. na rejeição até a véspera da eleição e Dilma a reduziu em 6 p.p. A candidata do PT alcançou os melhores resultados entre os evangélicos não pentecostais (-13 p.p.) e espíritas (-11 p.p.). Os piores resultados de Aécio também ocorreram nesses grupos. Entre os espíritas, a rejeição ao candidato do PSDB aumentou 16 p.p. e entre os evangélicos não pentecostais 12 p.p. Em uma análise apressada, poderíamos supor que o fato de o eleitor ser evangélico não pentecostal (Gráfico 68) ou espírita (Gráfico 69) jogou a favor de Dilma, visto que houve uma considerável diminuição formando curvas do tipo “tesoura fechada”. Entretanto, é preciso lembrar que a candidata do PT foi derrotada no primeiro turno em três das cinco regiões do país.

Dilma venceu no Nordeste por uma larga vantagem de 12 milhões de votos e no Norte com apenas um milhão de votos a mais que Aécio. O tucano, por sua vez, foi vitorioso no Centro-Oeste (1,1 milhão de votos de vantagem), Sul (2,9 milhões de votos de vantagem) e Sudeste (5,6 milhões de votos de vantagem)¹⁴⁵. Assim, podemos supor que no segundo turno a campanha petista centrou energia (palanques, propagandas negativas, alianças etc.) no Centro-Oeste, Sul e, principalmente, no Sudeste, o maior colégio eleitoral do país, com mais de 45 milhões de eleitores, e reduto eleitoral do tucano, Minas Gerais. Os Gráficos 71 a 76 abaixo mostram a curva de rejeição de Aécio e Dilma no segundo turno por regiões geográficas.

Gráficos de 71 a 75 - Rejeição por regiões geográficas (%)

Gráfico 71 - Sudeste

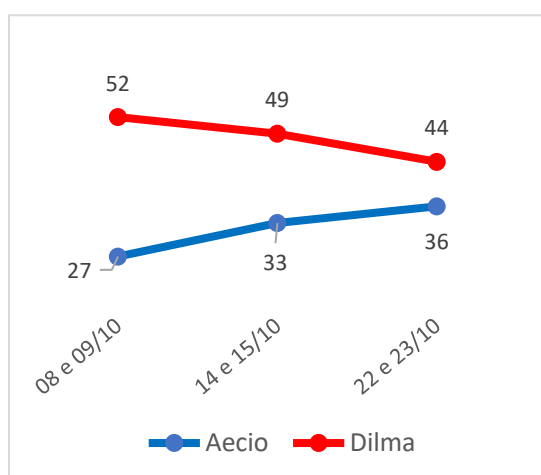


Gráfico 72 - Sul

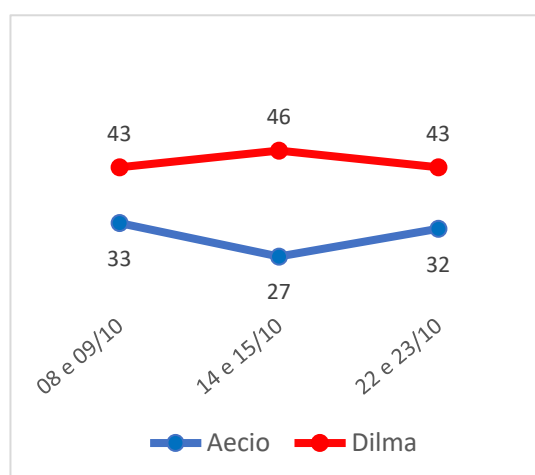


Gráfico 73 - Nordeste

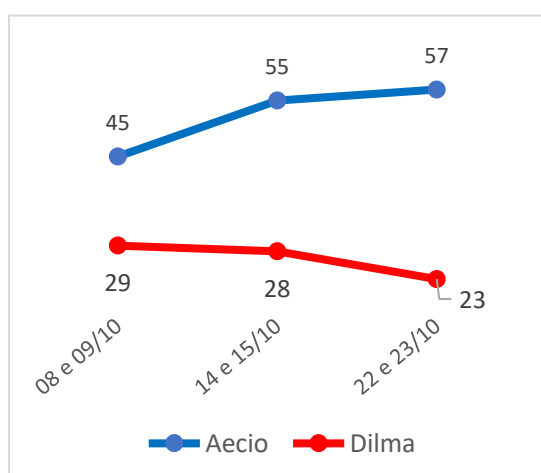
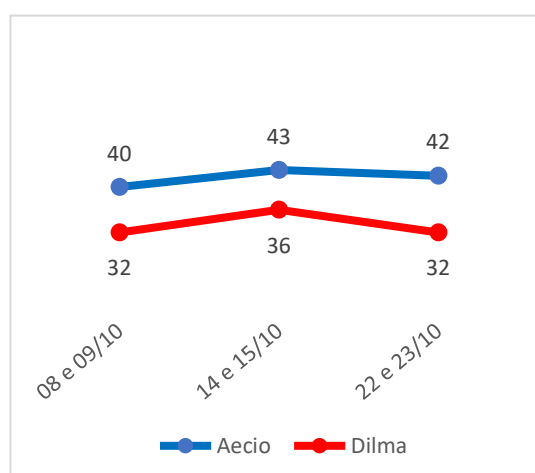
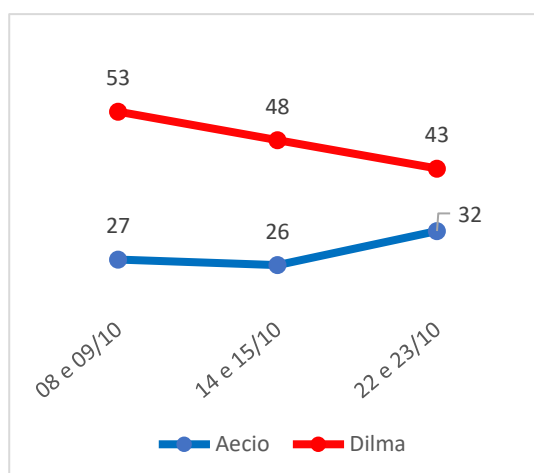


Gráfico 74 - Norte



¹⁴⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/grafico-mostra-vantagem-de-votos-obtida-por-dilma-ou-aecio-nos-estados.html>. Acesso em 15 jan. 2023.

Gráfico 75 - Centro-Oeste

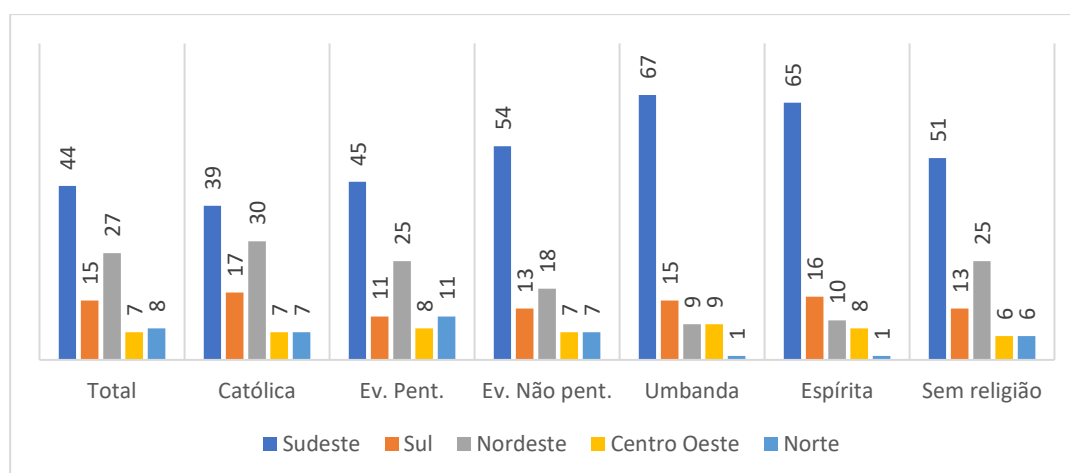


Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Observamos que os gráficos de rejeição da região Sudeste (Gráfico 71) se assemelham às curvas de rejeição entre os não pentecostais (Gráfico 68) e espíritas (Gráfico 69). No início do segundo turno, a diferença da rejeição entre Aécio e Dilma era de 30 p.p. entre os não pentecostais e 34 p.p. entre os espíritas. Na véspera da votação, a diferença diminuiu 7 p.p. entre os espíritas e 5 p.p. entre os não pentecostais. Os números são semelhantes àqueles da região sudeste, onde há uma maior concentração de fiéis dessas duas religiões. No Sudeste, no início de outubro a diferença na rejeição entre Aécio e Dilma era de 25 p.p. e na véspera da votação diminuiu para 8 p.p. Uma vez que o Datafolha em 2014 indicou que cerca de 54% dos não pentecostais e 65% dos espíritas estavam concentrados nessa região, conforme o Gráfico 76 abaixo, temos elementos suficientes para afirmar que o movimento de não pentecostais e espíritas em direção à candidatura de Dilma não se deveu à variável religião, mas sim à localização geográfica desses eleitores¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Entre os evangélicos pentecostais (Gráfico 67), cuja maior concentração também se encontra na região Sudeste, as curvas são igualmente convergentes, acompanhando o Gráfico 71 da região. Porém, notamos que são menos inclinadas, demonstrando uma maior resistência do meio em aderir à candidatura petista.

Gráfico 76 - Religiões por região geográfica (%)



Fonte: Datafolha 2014 (22 e 23/10) / Elaboração própria (2023).

4.3 Marina e a chance da terceira via

Chovia muito no Guarujá. Por causa do mal tempo, o jatinho de modelo Cessna 560 XL, que voava do aeroporto Santos Dummont, no Rio de Janeiro, com destino à Baixada Santista, no litoral de São Paulo, foi obrigado a arremeter. Em seguida, a torre de controle perdeu o contato com o avião. Dez minutos depois, a aeronáutica recebeu a confirmação do acidente. Entre os tripulantes estava o presidiável Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco filiado ao PSB. O trágico acontecimento alterou as relações de força no campo político-eleitoral de 2014. A ex-senadora Marina Silva, que até aquele momento figurava como uma “vice de luxo”, tornou-se a sucessora natural de Campos na “chapa virtual” PSB-Rede.

Marina iniciou 2014 sem expectativas de protagonizar o pleito como “cabeça de chapa”, termo que se dá ao candidato a presidente. Em meados de 2011, a ex-senadora havia deixado o PV sob o pretexto de fundar uma nova legenda, a Rede Sustentabilidade, e concorrer à presidência. Os jornais, entretanto, noticiavam que a saída havia ocorrido após uma disputa interna com José Luiz Penna, presidente do partido havia 11 anos¹⁴⁷. Marina reclamava por maior democratização e renovação na legenda em razão de Penna, supostamente, executar uma manobra interna para se prolongar no comando da agremiação. Uma vez que a Rede não

¹⁴⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/marina-silva-deixa-partido-verde-e-diz-que-vai-criar-novo-movimento.html>. Acesso em 15 jan. 2023.

conseguiu as 491.949¹⁴⁸ assinaturas necessárias para registro¹⁴⁹ no TSE em tempo hábil¹⁵⁰, já no início de 2014 os veículos noticiavam que Marina poderia ser a vice de Campos.

As pesquisas de opinião de julho de 2013 apontavam a ex-senadora como segunda colocada, com 22% das intenções de votos, atrás da candidata à reeleição Dilma Rousseff, que possuía 30% e à frente de Aécio Neves, que tinha 11%. Isso a gabaritou para receber convites de, ao menos, sete partidos. Entre eles, o Partido Ecológico Nacional (PEN), o PPS (Partido Popular Socialista) e o PHS (Partido Humanista da Solidariedade). Contudo, Marina surpreendeu o mundo político ao anunciar, em outubro de 2013, a sua filiação ao PSB. As declarações da ex-senadora aos jornais da época indicavam o esforço da candidata para encontrar uma “saída honrosa”, após a reprovação do registro da Rede Sustentabilidade pelo TSE:

A minha decisão foi de não ficar carimbada como aquela que tentou criar um partido e foi abatida na pista e foi atrás de uma sigla de aluguel, ou como aquela que, querendo ser Madre Teresa de Calcutá da política, se resignou no manto e disse para o Brasil que está aí com esse atraso na política que pode fazer a gente perder umas conquistas que a duras penas ganhamos, eu vou ficar resguardada de tudo isso. A decisão foi de assumir posição, e a posição é programática não é pragmática. O mundo e o melhor de mim estou depositando aqui no projeto por um Brasil que queremos¹⁵¹.

Nomeando-se “militante da Rede e não do PSB”¹⁵², Marina deixava explícito o desejo de se retirar do partido tão logo a sua legenda conquistasse o registro. A primeira aproximação entre ela e Campos ocorreu ainda em 2011, quando Sérgio Xavier, candidato derrotado do PV ao governo de Pernambuco, assumiu a pasta do Meio Ambiente no estado. Em 2013, Xavier interpelou Campos para que assinasse a ficha de apoio à Rede¹⁵³. Esse foi o início das negociações para a composição da chapa Campos-Marina. A filiação da ex-senadora incrementava a candidatura de Campos, um político desconhecido nacionalmente, mesmo que

¹⁴⁸ Marina reclamava da falta de transparência de alguns cartórios que invalidaram ao menos 95 mil assinaturas (BRAGA, Isabel. O último apelo de Marina. O Globo, p.3 01 out 2013).

¹⁴⁹ A Lei dos Partidos Políticos (Lei 996/95) estabelece que, para o registro de uma nova sigla, é necessário que se comprove: “no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles”. Tratava-se de conseguir 491.949 assinaturas validadas.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/10/03/maioria-do-tse-vota-contracao-do-partido-de-marina-silva.htm>. Acesso em 15 jan. 2023.

¹⁵¹ DAMÉ, Luiza *et al.* Uma aliança inesperada. O Globo, 06 out 2013. p. 06.

¹⁵² Disponível

em:

<https://www.google.com/search?q=militante+da+Rede+e+n%C3%A3o+do+PSB&oq=militante+da+Rede+e+n%C3%A3o+do+PSB&aqs=chrome..69i57j33i160.410j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 22 fev. 2023.

¹⁵³ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/edicao/86/>. Acesso em 22 fev. 2023.

herdeiro político do ex-governador pernambucano Miguel Arraes. E, além disso, ainda o aproximava dos evangélicos. Responsável pela interlocução do PSB com o segmento, Marina acompanhava Campos em encontros com pastores da Assembleia de Deus¹⁵⁴.

O anúncio oficial sobre quem seria o “cabeça de chapa” foi adiado somente para 2014. Contudo, em entrevista à revista Piauí¹⁵⁵, Marina revelou que a proposta feita a Campos envolvia o apoio pragmático da Rede como vice. A condição imposta era que o PSB reconhecesse a Rede, mesmo sem registro, como um partido político. Petistas avaliavam que o acordo guiaria as eleições para o segundo turno e prejudicaria Aécio Neves (PSDB), gerando dificuldades ao tucano para se consolidar na segunda posição no primeiro turno. José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT, interpretava a aliança PSB-Rede como uma “grande jogada de Eduardo Campos e ‘pixotada’ de Marina Silva”¹⁵⁶; dado o capital político da ex-senadora ser superior ao do pernambucano.

Os dirigentes do PSB imaginavam que herdariam os 20 milhões de votos recebidos pela ex-ministra em 2010. Assim, elevariam o piso eleitoral de Campos e reforçariam a narrativa da “terceira via”, em oposição ao PT e ao PSDB. Já os partidos da centro-esquerda consideravam que haveria divisão dos votos potenciais de Dilma Rousseff, enfraquecendo a sua candidatura. Em abril, próximo ao anúncio da chapa, Marina tinha 27% nas pesquisas de intenções de voto e Campos 14%, conforme os gráficos 77 e 78 a seguir. Ainda que a ex-senadora estivesse à frente do governador de Pernambuco, optou-se por Campos encabeçar a candidatura, visto ser um quadro histórico do PSB e, por esse motivo, uma figura mais legítima para ocupar a posição. Campos possuía largo potencial de crescimento, pois era desconhecido por 42% do eleitorado. Marina, entretanto, era menos rejeitada. 21% diziam não votar de jeito nenhum na ex-senadora, contra 33% de Campos.

Olhando os dados por adesão religiosa, o governador de Pernambuco era mais citado como opção de voto entre os não pentecostais (19%) e espíritas (18%), os mesmos grupos religiosos que privilegiavam Marina como candidata. Entre os não pentecostais, a ex-senadora possuía 39% das intenções de voto e entre os espíritas 35%. Por outro lado, os piores resultados de Marina e Campos estavam entre os católicos, com 23 e 13% das intenções de votos, respectivamente.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1495796-marina-silva-apresenta-eduardo-campos-a-dois-mil-pastores.shtml>. Acesso em 22 fev. 2023.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ URIBE, Gustavo. Após coligação, PT já admite hipótese de haver segundo turno. O Globo. 06 de outubro de 2013, Matutina, O País, página 4.

Gráficos 77 e 78 - Intenção de Votos - 1º turno 2014 (%)

Gráfico 77 - Cenário com Campos

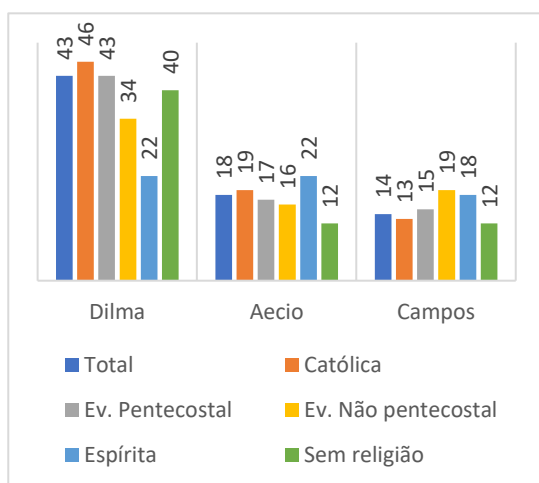
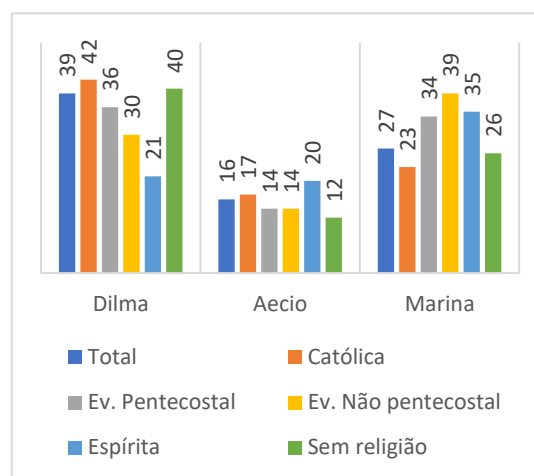


Gráfico 78 - Cenário com Marina



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pesquisa realizada nos dias 02 e 03/4.

Apostando no discurso da “nova política”, adotado pela ex-senadora em 2010, a estratégia de campanha¹⁵⁷ do PSB buscava comunicar ao eleitor que coligação era de natureza prática, e não mero oportunismo eleitoral. Porém, os partidos adversários usaram o argumento para descredenciar a aliança. Em uma investida a fim de solapar a coalizão e se proteger da fragmentação dos votos na centro-esquerda, o PT divulgou em sua página do Facebook um artigo apócrifo acusando Campos de se aproveitar do presidente Lula para se projetar na política nacional e depois traí-lo¹⁵⁸; Campos havia sido ministro da Ciência e Tecnologia do governo Lula entre os anos de 2004 e 2005. Marina também não foi poupada, sendo acusada de “adesista vaidosa” e “se achar a escolhida”, em uma acepção irônica do termo. Disposta a ofuscar o lançamento da dobradinha, realizado em Brasília no dia 20 de maio, Dilma Rousseff programou visita ao Porto de Suape e ao sertão pernambucano na mesma data.

Após a divulgação oficial da candidatura PSB-Rede, o ex-governador pernambucano não avançou nas pesquisas conforme o esperado. Comparado ao período como pré-candidato, Campos recuou 6% nas intenções de votos entre o início de abril, antes do anúncio da chapa, e julho, dois meses após a confirmação de que Marina seria sua vice candidata ao Planalto, como mostram os Gráficos 79 e 80 abaixo.

¹⁵⁷ Nas palavras de Marina, “a Rede Sustentabilidade era o primeiro partido clandestino formado na democracia”. Revista Piauí.

¹⁵⁸ LIMA, Marina. No Facebook, PT chama Campos de tolo e Marina, de adesista. O Estado de S. P. 08 de janeiro de 2014, Matutina, O País, página 6.

Gráfico 79 - Intenções de votos

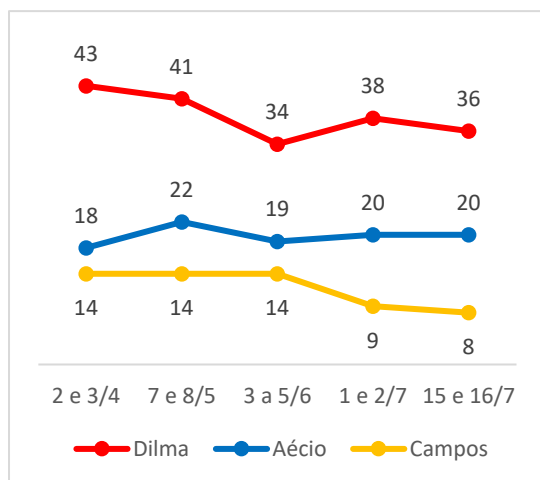
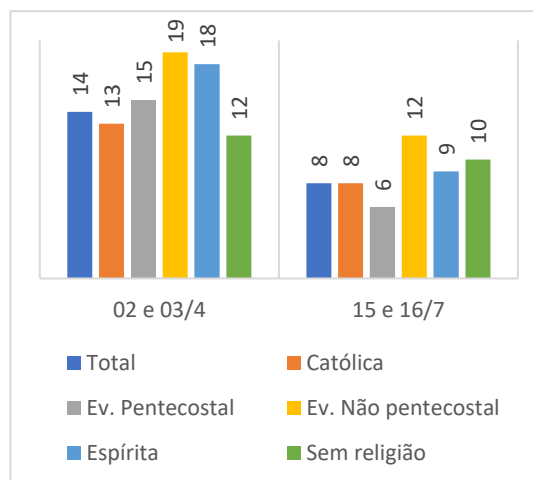


Gráfico 80 - Votos em Eduardo Campos



Fonte: Datafolha (2014)/ Elaboração própria (2023).

Interessante verificar que, após a oficialização de Marina como vice de Campos, o ex-governador pernambucano perdeu mais votos entre os católicos (-5%) e evangélicos pentecostais (-9%). Esse dado sugere a hipótese de que o vice candidato à presidência não é capaz de transferir votos ao “cabeça de chapa”. A literatura em ciência política (ALMEIDA, 2007, p. 21) fala a respeito da efetividade de transferência de votos quando um governante é bem avaliado e indica o seu sucessor. Não há dados, porém, sobre o potencial de transferência do vice. Marina tinha na bagagem quase 20% de votos de 2010, que não foram aproveitados por Campos. Entretanto, com a fatalidade envolvendo o ex-governador, não é possível saber se a comunicação do PSB conseguiria reverter esse quadro até o dia da votação. Também era inédito o fato de o terceiro mais votado na eleição anterior concorrer na eleição seguinte como vice de um candidato menos conhecido do eleitorado. De todo modo, o declínio de Campos nas pesquisas, somado à oposição da Rede à coligação do PSB com PSDB em São Paulo, abalou as relações com Marina¹⁵⁹. Quadros do PSB, e seus aliados, reavaliavam as vantagens de sua presença como vice de Campos. Roberto Freire, presidente da sigla, incomodado com as críticas da ex-senadora ao PSDB em São Paulo, foi enfático:

Eles da Rede não estão entendendo que o que Marina teve em 2010 foi o espaço que sempre teve a terceira via nas disputas presidenciais. Mas Eduardo não é uma terceira via para ter 20 milhões de votos. Ele está na disputa para ganhar. Está na hora de resolver isso¹⁶⁰.

¹⁵⁹ A ex-senadora argumentava que a tática do PSB em apoiar a reeleição do governador de São Paulo, Geraldo Alkmin, ofertando o deputado federal Márcio França como vice na chapa tucana, consolidava a candidatura de Aécio Neves e prejudicava Campos.

¹⁶⁰ Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=dataAscendente&all>

Ademais, Marina se queixava do tratamento dado pelos tucanos à temática ambiental, que resultou em uma das piores crises de abastecimento de água no estado de São Paulo, em 2014¹⁶¹. Isso entrava em rota de colisão com consensos para a união entre Rede e PSB, que se assentava na superação do “modelo predatório de desenvolvimento”¹⁶² e no aprimoramento da política.

Após o acidente envolvendo Eduardo Campos, foi aberta a discussão sobre o nome quem iria ocupar a vaga como cabeça de chapa. Marina era sua substituta natural para o cargo, mas encontrava a resistência de alguns setores do partido, sobretudo no diretório paulista. Outras correntes do PSB apostavam na tese de que Marina trocaria de legenda tão logo a Rede Sustentabilidade conseguisse o registro no TSE; por esse motivo, defendiam que outro nome representasse o partido nas eleições, preferencialmente interno do PSB. Em contrapartida, a ex-senadora tinha o apoio da família de Eduardo Campos, incluindo a viúva Renata Campos e o seu cunhado Antônio Campos, irmão de Eduardo¹⁶³. Não havia, no PSB, outro político de expressão nacional que pudesse encabeçar a candidatura. Campos era o principal articulador da legenda nos estados, diferente de Marina, considerada de difícil negociação.

A direção do PSB exigia que, para ser candidata à presidência, Marina deveria aceitar o plano governo existente e segui-lo, além de passar pela aprovação dos dirigentes da legenda. Os jornais noticiaram a elaboração de uma “carta compromisso” pelo presidente Roberto Amaral e as deputadas Luiza Erundina (PSB-SP) e Lídice da Mata (PSB-BA). Os pontos de destaque envolviam a manutenção de alianças regionais, o planejamento estatal, a meritocracia no serviço público, as reformas tributária e política, a autonomia do Banco Central e a comunicação com o agronegócio¹⁶⁴. Setores do PSB ainda pretendiam incluir o adiamento do debate sobre a criação da Rede Sustentabilidade, a fim de não contaminar a campanha eleitoral.

A ideia era que Marina assinasse o documento em ato público, marcando a sua oficialização como candidata principal do partido. Conforme declarou o jornal Correio

words=marina+silva&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2014&mesSelecionado=6#. Acesso em 22 fev. 2023.

¹⁶¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/sao-paulo-sofreu-pior-crise-de-agua-da-sua-historia-em-2014>. Acesso em 22 fev. 2023.

¹⁶² Marina: união com socialista se baseia em projeto comum de mudança. O Globo. 29 de junho de 2014, Matutina, O País, página 3.

¹⁶³ JUNGBLUTT, C.; LIMA, M.; ALENCASTRO, C. Desafio de Marina agora será unir PSB. O Globo. 14 de agosto de 2014, Matutina, O País, página 7.

¹⁶⁴ Disponível:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/08/20/interna_politica,443198/carta-de-compromissos-do-psb-constrange-aliados-de-marina-silva-no-partido.shtml. Acesso em 22 fev. 2023.

Brasiliense¹⁶⁵, a questão era um ponto de atrito entre PSB e o partido artificial Rede Sustentabilidade. Os “marineiros” alegavam que seria um constrangimento desnecessário a assinatura de um documento dessa natureza, visto que Marina já assumira o compromisso ao se filiar ao PSB. Entretanto, a “carta compromisso” nunca veio a público. Em pesquisa realizada nos meses de julho e agosto, é possível verificar a considerável vantagem que Marina Silva possuía em comparação a Eduardo Campos quando assumia a cabeça de chapa, alcançando 21% das intenções de voto.

Embora os jornais e alguns analistas da época atribuíssem o bom desempenho da ex-senadora à comoção nacional em torno do acidente aéreo envolvendo Campos, é preciso lembrar que Marina Silva já possuía larga votação nas primeiras pesquisas do Datafolha realizadas no final de 2013 e início de 2014. Nesses levantamentos, a intenção de votos na ex-senadora, que aparecia na segunda posição, era de mais de 20%, chegando a pontuar 29% ainda em outubro de 2013. Obviamente que a exposição midiática do acidente aéreo mostrou ao eleitor que Marina era a herdeira natural da posição de Campos; entretanto, não é possível afirmar que o seu bom desempenho tenha sido exclusivamente pela comoção, mas sim também o resultado de seu capital eleitoral anterior.

Gráfico 81 - Cenário com Campos

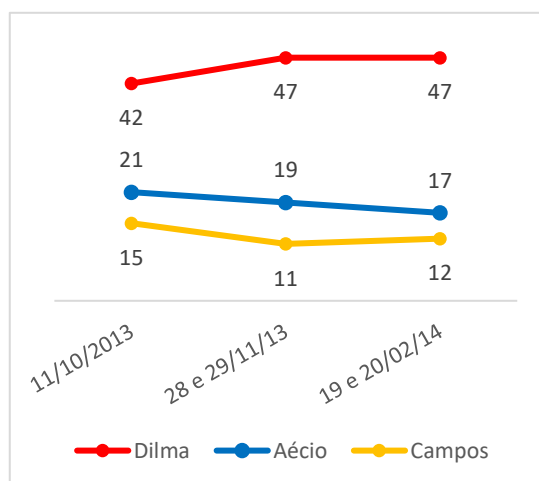
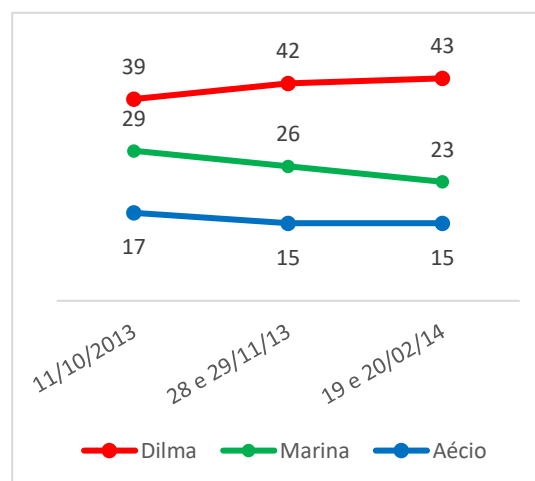


Gráfico 82 - Cenário com Marina



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria.

“Plano de ação para mudar o Brasil”, era esse o nome do plano de governo de Marina apresentado aos eleitores em 29 de agosto. O texto continha seis eixos: 1) Estado e

¹⁶⁵

Disponível

em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2014/08/20/interna_politica,443198/carta-de-compromissos-do-psb-constrange-aliados-de-marina-silva-no-partido.shtml. Acesso em 22 fev. 2023.

democracia de alta intensidade; 2) Economia para o desenvolvimento sustentável; 3) Educação, Cultura e Ciência, Tecnologia e Inovação; 4) Políticas sociais, saúde e qualidade de vida; 5) Novo urbanismo, segurança pública e o impacto pela vida e 6) Cidadania e identidades. Esse último, porém, foi aquele que mais chamou a atenção de lideranças religiosas conservadoras e da mídia, por conter pautas progressistas em defesa da comunidade LGBT:

- Apoiar propostas em defesa do casamento civil igualitário, com vistas à aprovação dos projetos de lei e da emenda constitucional em tramitação, que garantem o direito ao casamento igualitário na Constituição e no Código Civil;
- Articular no Legislativo a votação do PLC 122/06, que equipara a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero àquelas já previstas em lei para quem discrimina em razão de cor, etnia, nacionalidade e religião;
- Comprometer-se com a aprovação do Projeto de Lei da Identidade de Gênero Brasileira – conhecida como Lei João W. Nery –, que regulamenta o direito ao reconhecimento da identidade de gênero das “pessoas trans”, com base no modo como se sentem e se veem, dispensando a morosa autorização judicial, os laudos médicos e psicológicos, as cirurgias e as hormonioterapias;
- Eliminar obstáculos à adoção de crianças por casais homoafetivos.
- Normatizar e especificar o conceito de homofobia no âmbito da administração pública e criar mecanismos para aferir os crimes de natureza homofóbica;
- Incluir o combate ao bullying, à homofobia e ao preconceito no Plano Nacional de Educação, desenvolvendo material didático destinado a conscientizar sobre a diversidade de orientação sexual e às novas formas de família;
- Garantir e ampliar a oferta de tratamentos e serviços de saúde para que atendam às demandas e necessidades especiais da população LGBT no SUS;
- Manter e ampliar os serviços já existentes, que hoje atendem com capacidade ínfima e filas de espera enormes;
- Assegurar que os cursos e oportunidades de educação e capacitação formal atendam aos anseios de formação que a população LGBT possui, para garantir ingresso no mercado de trabalho;
- Dar efetividade ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT¹⁶⁶.

As propostas repercutiram negativamente em segmentos tradicionalistas. Silas Malafaia, apoiador declarado do pastor Everaldo no primeiro turno, realizou uma série de tuítes afirmando que “o programa de governo de Marina é uma defesa vergonhosa da agenda gay”¹⁶⁷; Eduardo Cunha também se manifestou nas redes sociais dizendo que as propostas eram “contrárias à família”¹⁶⁸. No dia seguinte, entretanto, o texto foi reformulado. Alegando “ajustes”, a campanha do PSB retirou da redação o apoio à aprovação da Lei João W. Nery, que regulamenta o reconhecimento da identidade de gênero de transsexuais, e o “apoio à aprovação

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1508239-em-programa-de-governo-marina-defende-que-casamento-gay-vire-lei.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁶⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/30/politica/1409428082_344003.html. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁶⁸ Idem.

de projetos de lei e emendas constitucionais relativas ao casamento igualitário e à articulação no Congresso para o projeto de lei que criminaliza a homofobia” (PLC 122/06)¹⁶⁹.

A nova versão não se comprometia com a sua aprovação, apenas afirmava se tratar de importante passo para a desburocratização do reconhecimento dessas uniões. Sobre a adoção de crianças por casais homossexuais, a versão “corrigida” não defendia abertamente a pauta, limitando-se a citar a igualdade de direitos entre homossexuais e heterossexuais¹⁷⁰. As alterações repercutiram mal entre lideranças do movimento LGBT. O deputado Jean Wyllys se manifestou em sua página no Facebook:

Bastaram quatro tuítes do pastor Malafaia para que, em apenas 24 horas, a candidata se esquecesse dos compromissos de ontem, anunciados em um ato público transmitido por televisão, e desmentisse seu próprio programa de governo, impresso em cores e divulgado pelas redes¹⁷¹.

O candidato a vice, Beto Albuquerque (PSB-RS), afirmou que o equívoco foi uma “invasão de competência”, pois os temas são temas de competência do Congresso¹⁷². Albuquerque ainda considerou as iniciativas para LGBT contidas no programa “mais avançadas do que Dilma ou Aécio”¹⁷³, opinião também divulgada por Marina. A ex-senadora, por sua vez, jogou a responsabilidade das alterações à equipe técnica¹⁷⁴. No entanto, o coordenador do texto sobre direitos LGBT, Luciano de Freitas, deixou a campanha da candidata e passou a trabalhar para a eleição do candidato ao governo de Pernambuco Paulo Câmara¹⁷⁵. Utilizando a “janela de oportunidades” aberta pelo recuo de Marina, fato que ressoou negativamente na imprensa, os adversários concentraram críticas à ex-senadora. O tucano a acusou de “messianismo” e se referiu à candidata como “aquela que acha poder caminhar sobre as águas”¹⁷⁶.

¹⁶⁹ RODRIGUES, A.; BRAGA, I. Marina retira apoio ao casamento civil gay. O Estado de S. Paulo. 31 de agosto de 2014, Matutina, O País, página 5.

¹⁷⁰ No entanto, as acusações não decolaram entre a opinião pública tal como na eleição anterior, de 2010. Lideranças religiosas, católicas e evangélicas já não possuíam o mesmo ânimo para debater o assunto. A importância dada ao tema pelos principais candidatos foi consideravelmente menor. O tempo era outro e o contexto se mostrava menos frutífero para esse tipo de narrativa eleitoral. As menções se limitaram aos debates televisivos, declarações espaçadas na imprensa e eventuais comentários nas redes sociais. O protagonismo dessa agenda coube a Levy Fidelix. O candidato do PRTB defendeu, no debate da Record, “tratamento psicológico” a gays, associando-os à pedofilia.

¹⁷¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/30/politica/1409428082_344003.html. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁷² ILHA, Flávio. Beto: Coordenação do programa desafinou. 01 de setembro de 2014, Matutina, O País, página 5.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Germano; ROXO, Sérgio. Coordenador do núcleo LGBT deixa campanha de Marina. 02 de setembro de 2014, Matutina, O País, página 4.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ AMORIM, Silva. Aécio diz que Marina usa ‘forma messiânica’ para fazer política. O Estado de S. Paulo. 31 de Agosto de 2014, Matutina, O País, página 8

Jean Wyllys também denunciou a distribuição de revistas pró-Marina que chamava a comunidade LGBT e Dilma de “anticristo”. O material continha propaganda da ex-senadora e dos candidatos Ezequiel Teixeira, fundador da igreja Projeto Vida Nova, para deputado federal, e Édino Fonseca, pastor da Assembleia de Deus, para deputado estadual, que foi o responsável pelas impressões do material. Fiéis evangélicos distribuíam as revistas junto com um DVD cujo conteúdo era contrário à comunidade LGBT, na zona oeste da cidade. Na capa, a manchete alertava: “Veja os planos do anticristo: a nova ordem mundial contra a família e a igreja”, e em seguida enumerava: “eutanásia, mercado do feto, prostituição de menores, carícias de homossexuais em lugares sagrados”, etc. Entre outras coisas, os panfletos traziam uma tabela do “mercado do feto” e vinculavam a homossexualidade à pedofilia. A coordenação de campanha da candidata repudiou o material e afirmou que acionaria a Justiça¹⁷⁷.

Figura 13 - Material pró-Marina



Fonte: Carta Capital (2014)¹⁷⁸

Além da controvérsia envolvendo a reformulação da proposta de governo em temas caros aos LGBT, a proximidade de Marina com a socióloga Maria Alice Setúbal, conhecida como Neca Setúbal, herdeira do banco Itaú, também foi alvo de ataques dos adversários. Circulavam na internet “memes” relacionando Marina e Neca, que foi uma das coordenadoras de seu plano de governo. Em uma das imagens, a ex-senadora aparece de cabelo solto com os dizeres “sem rabo preso” e, ao lado, a imagem de Marina e Neca e a frase “com rabo preso”,

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/material-pro-marina-chama-dilma-e-lgbts-de-anticristo-7393/> Acesso em: 10 fev. 2023.

¹⁷⁸ Idem.

em alusão ao comprometimento de Marina com os banqueiros e a proposta da candidata de conceder independência ao Banco Central.

Figura 14 - Meme relacionando Marina Silva a Neca Setubal



Fonte: Blog “Limpinho e Cheiroso” (2014)¹⁷⁹.

Marina terminou a sua trajetória eleitoral em 2014 com 21% dos votos válidos, número um pouco superior àquele conquistado em 2010, quando atingiu 19% da votação. Apesar do crescimento alcançado após o acidente envolvendo Eduardo Campos, a ex-senadora não resistiu às investidas de seus adversários. Marina preferiu não os atacar com a mesma agressividade. Segundo Borba (2019, p. 49), a ex-senadora destinou somente 22,7% de seus conteúdos na TV, rádios, debates, imprensa e Facebook para fazer propaganda negativa de seus concorrentes, contra 44,6% de Aécio e 18,1% de Dilma. As ofensivas de PT e PSDB fragilizaram a combalida campanha da ex-senadora, visto ser uma novata no PSB e não contar com o apoio de 100% da legenda. Os membros da Rede, que se filiaram temporariamente ao PSB, acabaram se envolvendo em disputas internas, como aquela no estado de São Paulo acerca do apoio à reeleição de Alckmin, dividindo forças e mudando o foco da disputa presidencial.

O tempo de TV também não colaborou. Eram apenas dois minutos para desfazer as críticas a ela endereçadas. A imagem de Marina como uma pessoa frágil e pouco decidida colou entre o eleitorado, contribuindo para o crescimento da rejeição ao seu nome. Os Gráficos abaixo (de 83 a 91) mostram o percentual de eleitores que responderam à pergunta do Datafolha “em qual candidato você não votaria de jeito nenhum?”, no total da amostra e por segmento religioso. Na média nacional (Gráfico 83), a rejeição à ex-senadora cresceu 14% entre a oficialização de seu nome como candidata e a véspera da votação, ficando 4 pontos à frente de

¹⁷⁹ Disponível em: <https://limpinhoecheiroso.com/2014/09/03/por-que-o-acre-de-marina-silva-nao-vota-em-marina-silva/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

Aécio e 7 pontos atrás de Dilma. Entre as religiões (Gráficos 84 a 91), os maiores crescimentos na rejeição ocorreram entre os católicos (+16%), em que Marina empatou com Dilma no final do primeiro turno com 28%, e não pentecostais (+13%). No período analisado, Dilma reduziu 3 p.p. a rejeição no universo católico e Aécio aumentou 4 p.p.

Gráficos de 83 a 91 - Rejeição - 1º turno de 2014

Gráfico 83 - Total

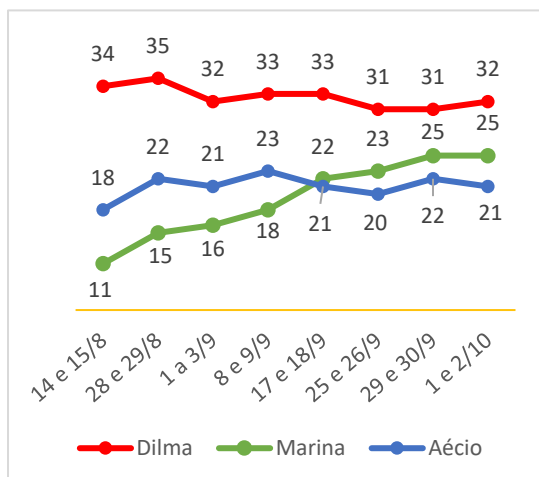


Gráfico 84 - Católica

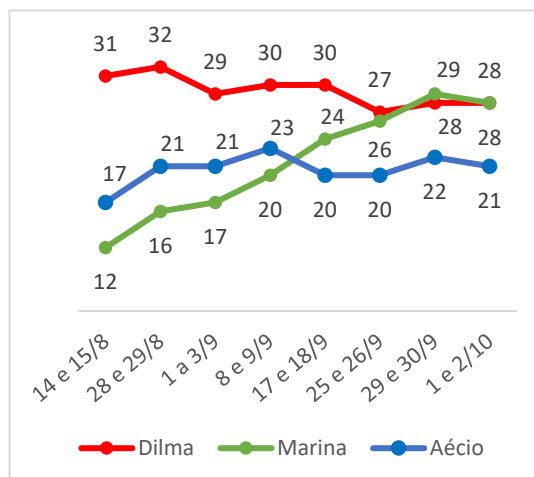


Gráfico 85 - Ev. pentecostal

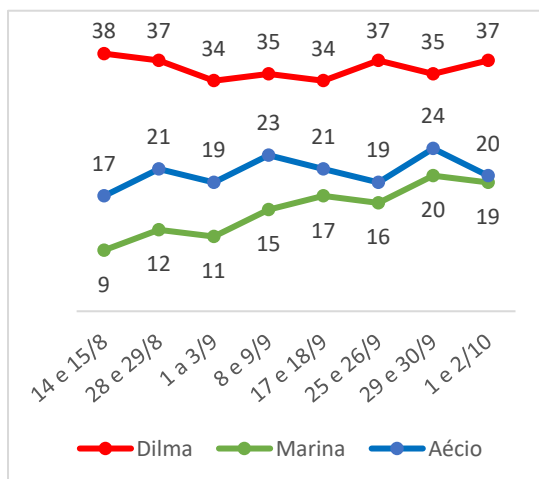


Gráfico 86 - Ev. não pentecostal

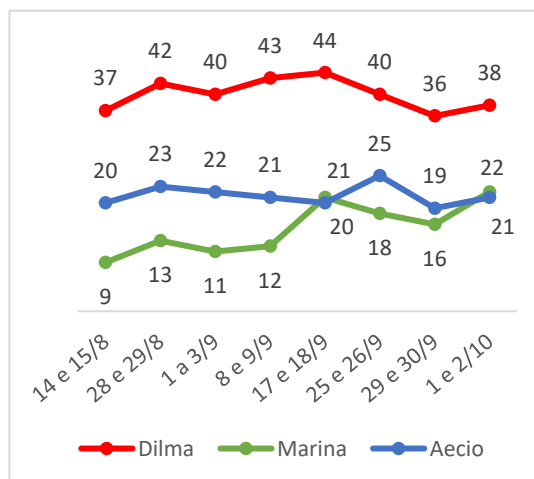


Gráfico 87 - Espírita

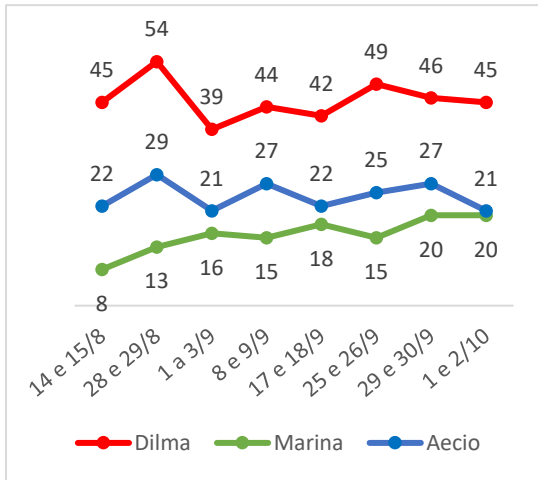


Gráfico 88 - Sem religião

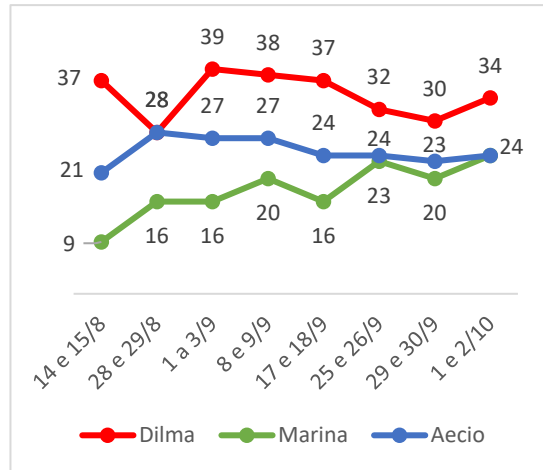


Gráfico 89 - Umbanda

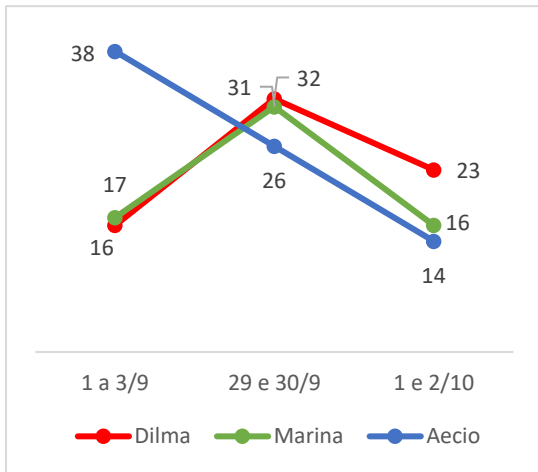


Gráfico 90 - Candomblé

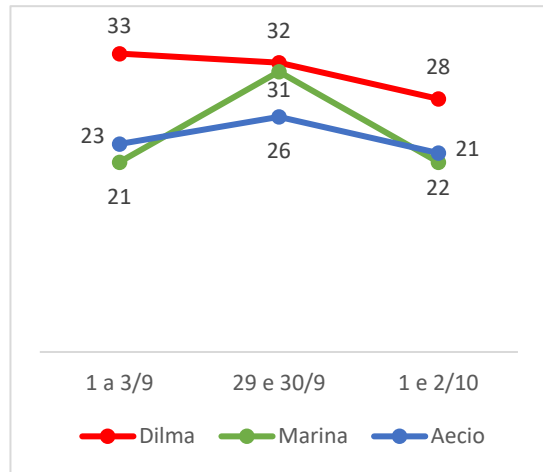
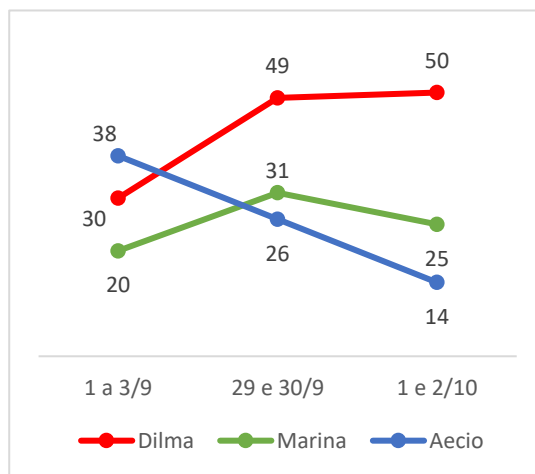


Gráfico 91 - Ateu



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).
 Nota: o Datafolha não divulgou os dados referentes aos dias.

4.4 Everaldo: o precursor da agenda bolsonarista

“Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontram as mesmas águas”, disse o filósofo Heráclito de Éfeso por volta do ano 540 a.C. Desse ponto de vista, o rio Jordão, na fronteira entre Israel e Jordânia, onde João Batista batizou Jesus Cristo, não é o mesmo em que o pastor Everaldo Dias consagrou Jair Bolsonaro. Provavelmente, a imagem em que Everaldo, vestido em uma bata branca, segura os punhos de Jair enquanto lhe mergulha nas águas sagradas, ao lado de Flávio e Carlos, seja a mais popular do religioso. Dois anos antes, Everaldo encabeçou a primeira candidatura confessional evangélica à presidência pelo Partido Social Cristão (PSC) e antecipou a agenda eleitoral bolsonarista. Historicamente interessado em vencer eleições proporcionais, em 2014 o bloco evangélico confirmou o desejo de se tornar “cabeça sim; cauda, não!”¹⁸⁰.

Ainda que Marina Silva também seja membra da Assembleia de Deus, não é possível afirmar que a sua candidatura em 2010 e 2014 (e igualmente em 2018, como será visto adiante) tenha sido de natureza confessional, nos moldes empreendidos por Everaldo. Aqui utilizo o termo “candidatura confessional” significando um conjunto de ideias e crenças religiosas com vistas a torná-las o alicerce de políticas públicas e de agenda governamental. Ao contrário, o que se viu nas campanhas de Marina foi a insistência na laicidade estatal e na defesa de plebiscitos em temas que envolvessem conflitos entre valores religiosos e liberdades individuais. A retórica da presidenciável buscou, estrategicamente, acomodar interesses divergentes de grupos laicistas e religiosos e se preservar de rótulos confessionais, embora sem sucesso.

Não houve, a despeito da sabatina dos veículos de comunicação, operacionalização de sua identidade religiosa para o atendimento de interesses políticos e vice-versa. É importante frisar que Marina Silva concorreu por partidos da centro-esquerda brasileira: o Partido Verde (PV)¹⁸¹, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Rede Sustentabilidade (Rede). Em oposição, o pastor Everaldo saiu candidato por um partido cristão¹⁸² da direita. Na campanha de Everaldo

¹⁸⁰ Pedde (2005, p. 12) explica que a frase foi encontrada em um livreto de divulgação de uma candidatura da Igreja do Evangelho Quadrangular à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O bordão significa que as igrejas evangélicas devem estar em posições decisórias do poder político, não se restringindo a cumpri-las.

¹⁸¹ Segundo o jornalista Fernando Gabeira, um dos fundadores da legenda, a ideia norteadora na formação do PV era criar um partido guiado por questões ecológicas. A inspiração viria da experiência europeia, sobretudo alemã, de uma coligação verde-vermelha (OSÓRIO, 2012, p. 144), unificando temas ambientais e trabalhistas.

¹⁸² O PSC está localizado no polo oposto relativamente ao PV, PSB e Rede, legendas que abrigaram Marina Silva nas eleições de 2010, 2014 e 2018, respectivamente. O partido se situa, portanto, à direita do espectro político. É intenção deliberada da legenda se posicionar publicamente como agremiação de inspiração religiosa. O adjetivo “cristão”, expresso em sua sigla, comunica essa condição de imediato. A logomarca, dois arcos que se cruzam

convergir pautas comportamentais conservadoras e economicamente liberais. É possível dizer que a plataforma eleitoral que elegeu Bolsonaro presidente quatro anos mais tarde fora antecipada por Everaldo em 2014. O cerne do programa objetivava salvaguardar os valores da “família tradicional”: “A vida humana deve ser entendida como tendo início na concepção e a família deve ser respeitada nos termos da Constituição e de sua visão histórica¹⁸³”.

As pautas comportamentais defendidas pelo pastor giravam em torno do casamento heterossexual, da adoção de crianças exclusivamente por casais heterossexuais, da criminalização do uso de maconha e da redução da maioria penal. No eixo econômico, as propostas se situavam na defesa das privatizações e favoravelmente à redução da burocracia estatal (GONÇALVES, 2015). Em sua preparação, Everaldo contou com uma equipe de ultraliberais chefiada por Bernardo Santoro¹⁸⁴, então diretor do Instituto Liberal (ROCHA, 2018, p. 184). A junção de temas do conservadorismo moral e do ultraliberalismo econômico era algo inédito na história brasileira.

A planta baixa começou a ser desenhada em 2014, como demonstra Rocha (2018). Nessa época, ocorreu uma redefinição programática do PSC decorrente do ingresso de novos quadros de militantes iniciados a partir da internet. Esses jovens migraram do universo virtual para instituições políticas já consolidadas, como foi o caso do já mencionado advogado Bernardo Santoro, que ingressou no PSC com o objetivo de circunscrever a plataforma econômica da legenda. Apologistas do livre mercado e de ideais conservadores (ROCHA, 2018, p. 17), os militantes *online* ajudaram a formar a massa crítica de intelectuais responsável pela comunhão entre o evangelismo moral e o ultraliberalismo econômico em eleições presidenciais no Brasil.

formando a silhueta de um peixe, um dos símbolos mais antigos do cristianismo, também não deixa ambiguidades sobre os seus princípios, materializados no estatuto como defesa da “Doutrina Social Cristã” (VALLE, 2018b, p. 86). Em 2018, conforme indica o pesquisador Vinicius Vale (2018), 50% dos quadros do PSC integravam igrejas evangélicas e 80% desses eram membros da Assembleia de Deus. Embora seja reconhecidamente uma denominação heterogênea, fracionada em convenções e ministérios, o conservadorismo moral, de costumes e o posicionamento rígido em relação aos valores cristãos lhe atribui certa unidade (VALE, 2018, p. 91). Outro indicador significativo do grau de confessionalidade do partido é a sua lista de parlamentares. Em 2014, dentre os 12 deputados federais eleitos, nove compunham a Frente Parlamentar Evangélica: seis pertenciam à Assembleia de Deus, dois à Igreja Batista e um à Igreja Presbiteriana Independente. Mesmo que muitos deputados federais do PSC possuam vínculos formais com a Assembleia de Deus, não significa que todos os políticos da igreja estejam no partido, como ocorre com a Igreja Universal e o Republicanos (antigo PRB) (VALE, 2018), que possuem organização centralizada. Muitos parlamentares assembleianos integram outras agremiações, em especial da centro-direita brasileira: PSDB, PSD, Pros, PPS, PT, PTB, PHS, PSB e PR e PRB. Em suma, o PSC não pode ser qualificado como um partido “da” Assembleia de Deus, mas a influência da igreja sobre a legenda é inquestionável.

¹⁸³ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/programa-de-governo-do-pastor-everaldo/>

¹⁸⁴ Bacharel em Direito e mestre em Filosofia e Teoria do Direito. Foi filiado ao PSC entre 2014 e setembro de 2017. Em fevereiro de 2018 retornou ao partido para coordenar a campanha ao governo do Rio de Janeiro do ex-juiz federal Wilson Witzel (ROCHA, 2018, p. 205).

Gonçalves (2015, p. 323) chegou a conclusões semelhantes. Para o pesquisador, a candidatura de Everaldo significou uma nova possibilidade ao eleitor evangélico. Acrescento que, além de ser o representante da fração mais tradicionalista¹⁸⁵ do segmento, Everaldo buscou agradar ao eleitorado da direita conservadora “ativado” a partir das jornadas de junho de 2013 (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p. 102). Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, o pastor explicou a essência política do PSC, o conservadorismo, em suas palavras:

Uma das filosofias mais abrangentes e a que melhor traduz os sentimentos naturais do ser humano, pois ser conservador é trabalhar em busca do bem comum e da dignidade humana. Ser conservador é respeitar os valores humanos e a tradição, inovando-a, e defender a liberdade individual como direito inegociável¹⁸⁶.

Os princípios orientadores da campanha de 2014 de Everaldo, apresentados na “Carta de Princípios e Diretrizes para o Brasil”, seu programa de governo, apontavam para uma gestão participativa e eficiente da máquina pública, fundamentada na doutrina liberal. Os dez princípios eram:

Vida e dignidade da pessoa humana, o da ordem moral tradicional, o do respeito aos costumes sociais, o da democracia, o da prudência, o da estabilidade e inovação como processos complementares, o da desconcentração e descentralização do poder, o da liberdade individual, o da isonomia perante a lei e o da independência civil e propriedade privada¹⁸⁷.

Marcando posição como partido conservador e antipetista, embora tenha integrado a base de sustentação dos governos do PT, o PSC conseguiu realizar uma leitura precisa das manifestações de 2013¹⁸⁸ quanto à demanda do eleitorado por legendas com pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia. Em março, Everaldo atingiu 4% nas pesquisas de opinião entre o total do eleitorado, empatando com Eduardo Campos (PSB). O religioso obteve 5% de votos no estado do Rio de Janeiro e alcançou 9% entre o total dos evangélicos. Os números animaram a militância, as lideranças religiosas e os empresários. Eles estimavam que o pastor receberia cerca de 10% dos votos totais. No entanto, após Marina Silva

¹⁸⁵ Importante destacar que há outros evangélicos de esquerda.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/04/1443236-everaldo-pereira-o-pensamento-que-o-brasileiro-espera.shtml>. Acesso em: 28 mar. 2023.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ As bases do movimento se assentavam sobre um agressivo antipetismo e as pautas de Everaldo acenavam para a possibilidade de efetivação da agenda antipetista, anticorrupção, de liberalismo econômico, de políticas públicas em temas comportamentais do universo privado e de pautas punitivistas.

assumir a cabeça de chapa do PSB no lugar de Eduardo Campos, as intenções de votos no pastor desidrataram e ele terminou o primeiro turno amargando 0,75% dos votos válidos¹⁸⁹.

Everaldo Dias Pereira é natural de Acari, subúrbio do Rio de Janeiro. Nasceu em uma família de evangélicos e morou em um núcleo da Assembleia de Deus em Madureira. Seu pai, Heraldo, era pastor e sua mãe, Dilma, missionária. Ele é casado com a cantora gospel Ester Batista, sua segunda esposa. Everaldo ocupava o cargo de pastor auxiliar na Igreja Assembleia de Deus - Ministério de Madureira, no Rio de Janeiro, na época de sua campanha presidencial em 2014. Sua breve biografia, descrita no livro *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014* (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 18), conta que o pastor começou a trabalhar na infância como camelô e servente de pedreiro. Ao ser aprovado no concurso do Instituto de Resseguros do Brasil, ingressou em Ciências Atuariais na Faculdade de Economia e Finanças do Estado do Rio de Janeiro. Anos depois, abriu o seu próprio escritório de seguros.

O início de sua vida pública ocorreu nos anos 1970, como cabo eleitoral de um amigo candidato a vereador. Mais tarde, em 1982, trabalhou na campanha do deputado constituinte, ligado à Assembleia de Deus, Sotero Cunha (PDC-RJ) e, em 1989, foi aliado de Brizola nas eleições presidenciais, negociando o apoio evangélico ao pedetista no primeiro turno e a Lula no segundo. Em entrevista a Cunha e Lopes (2017, p. 19), Everaldo contou que, a despeito do passado próximo aos partidos de esquerda e de Brizola, considera o início de sua militância partidária somente após a entrada no PSC. Antes disso, suas adesões políticas haviam sido circunstanciais, como ele próprio narra. Entretanto, o pastor oculta a sua passagem pelo PT nos anos 1990, quando foi colaborador de Benedita da Silva (PT-RJ).

Nessa época, Everaldo chegou a ser denominado por Brizola como “uma espécie de chefe de gabinete de Benedita”¹⁹⁰, revelando a natureza informal do cargo. O pastor também integrou o governo Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, ocupando a subsecretaria da Casa

¹⁸⁹ A despeito do encolhimento da candidatura do PSC, o perfil dos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional em 2014 confirma a aderência do liberal-conservadorismo entre o eleitorado nacional. Houve um aumento significativo de congressistas militares, religiosos e ruralistas, reforçando as bancadas da segurança, evangélica e rural. Sincronicamente, houve o decréscimo de parlamentares ligados a causas sociais. A bancada sindical, dos trabalhadores, se retraiu e diminuiu 37 cadeiras, elegendo 46 parlamentares em 2014. Já a bancada empresarial conquistou 190 assentos, aprofundando a distorção representativa do legislativo. A nova composição fez o presidente do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) declarar que se tratava do “Congresso mais conservador desde 1964”. Mesmo ínfimos em termos absolutos, os eleitores de Everaldo representavam os “novos ventos conservadores” da política nacional. 43% daqueles que votaram no pastor em 2014 se autopoicionavam à centro-direita e à direita do espectro político (ESEB, 2014); entre esses, cerca de 95% eram de origem evangélica e 0,5% se declaravam católicos ou sem religião.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6XdwMq8QfSY>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Civil e coordenando o Cheque Cidadão¹⁹¹, em novembro de 1999. O programa recebeu críticas, incluindo seu ex-aliado Leonel Brizola¹⁹², por vincular ação social do estado à religião. Os cupons eram entregues aos beneficiários em templos evangélicos da Assembleia de Deus, da Igreja Universal e outras denominações: “qual é a autoridade do pastor Everaldo se não for dentro de limites muito bem estabelecidos?”¹⁹³, criticou Brizola. Das 250 entidades integrantes do projeto, 214 eram evangélicas¹⁹⁴.

A controvérsia em torno do Cheque Cidadão foi um dos motivos para o rompimento, em abril de 2000, da aliança entre o PT e o governo Garotinho. Ao ser questionado pela Folha de S. Paulo se deixaria o cargo no governo carioca, Everaldo disse que permaneceria ao lado do governador, seu “líder político”, e o “PT decide o que quiser decidir”¹⁹⁵. Essa foi uma resposta ao presidente estadual do PT, Carlos Santana. A manchete do jornal sentenciava: “Pastor do PT não quer sair do governo”, corroborando o passado petista de Everaldo. “Se ele não sair, a gente expulsa. Foi a palavra do presidente nacional do partido. Não dá para admitir que ninguém fique no governo”¹⁹⁶, alertou Santana em entrevista à Folha. Em contrapartida, o episódio fortaleceu as relações do pastor com o clã Garotinho. Em 2002, Everaldo foi um dos coordenadores da campanha de Garotinho ao Palácio do Planalto.

O ex-governador do Rio perdeu a eleição, mas sua esposa, Rosa Garotinho, venceu. Como governadora do Rio de Janeiro, Rosinha nomeou Everaldo para o cargo de presidente do Rioprevidência, o fundo de aposentadoria dos servidores estaduais. Nessa mesma época, em 2003, incentivado por Anthony Garotinho, o religioso entrou para o PSC, ocupando a vice-presidência. Em 2010, se candidatou ao senado na segunda suplência de Jorge Piacinni (PMDB), mas não conseguiu se eleger. No mesmo ano foi o articulador do PSC em alianças com os grandes partidos. Às vésperas da campanha, a legenda abandonou o apoio a José Serra (PSDB) e aderiu à candidatura de Dilma Rousseff (PT)¹⁹⁷ e, posteriormente, integrou a base do governo federal.

¹⁹¹ Tratava-se de um programa social do governo do Rio de Janeiro cujo objetivo era complementar a renda de famílias com ganhos inferiores a um terço do salário-mínimo. Como contrapartida, os menores de 18 anos deveriam estar na escola e apresentar a carteira de vacinação atualizada.

¹⁹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6XdwMq8QfSY>. Acesso em: 28 abr. 2023.

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1304200022.htm>. Acesso em: 28 abr. 2023.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Everaldo já havia, inclusive, participado de eventos religiosos e orado pelo candidato tucano. Pouco tempo depois, a imprensa divulgou o repasse de 4,7 milhões do PT ao PSC, levantando suspeitas sobre a compra de apoio. O montante representava 30% do total arrecadado pelo PSC naquele ano. Como justificativa, o pastor alegou divisões internas no PSC e acordos com o PT sobre temas caros aos evangélicos. Sobre o repasse financeiro do PT, o pastor apenas afirmou que a aliança fora exclusivamente de natureza política, não envolvendo a concessão de verba. O desembarque da campanha tucana e o engajamento à candidatura petista não se resumiu a essas

O convívio entre os dois partidos durante esse período não foi inteiramente pacífico. Ainda assim, o PSC manteve-se fiel à agenda de votações de interesse do Planalto. Contudo, na esteira da crise envolvendo o governo federal e a base aliada¹⁹⁸ em 2014, e a consequente reforma ministerial, o PSC deixou o bloco governista. O objetivo maior era lançar Everaldo candidato a presidente¹⁹⁹ e chegar ao segundo turno: “estarei no segundo turno, acredito em milagres”, declarou o pastor ao jornal O Estado de S. Paulo²⁰⁰ em um misto de otimismo e reconhecimento das limitações de sua candidatura de baixo orçamento, pouca capilaridade nos estados e somente 1 minuto e 15 segundos de TV.

Segundo o próprio Everaldo revelou, a insatisfação com o governo Dilma e a consequente decisão de lançar candidatura própria eram anteriores a 2014. As resoluções foram tomadas pelo partido no início do mandato de Dilma, em 2011. Entre os pontos de incômodo listados pelo candidato estavam o “aparelhamento” do Estado e a falta de envolvimento do PSC nas decisões políticas federais. Na perspectiva do religioso, isso tornava o Brasil um potencial regime de tipo cubano ou venezuelano. Ainda havia o desagrado evangélico com a revisão, pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, da atuação das comunidades terapêuticas (CUNHA et al. 2017, p. 26). O órgão ambicionava proibir a atividade religiosa em fundações que atendessem a dependentes químicos: “O governo comete uma atrocidade ao proibir Deus nas entidades de tratamento a viciados em drogas”²⁰¹.

Em junho, diante de uma plateia formada principalmente por membros da Assembleia de Deus e da Igreja Mundial do Poder de Deus, e ao lado dos deputados Jair Bolsonaro, Ratinho Jr., Marco Feliciano e do aspirante a político, o cirurgião plástico Dr. Ray, Everaldo foi confirmado como o nome do PSC à presidência. Durante a solenidade, realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, o pastor se apresentou como “o único candidato da

controvérsias. Como havia o descontentamento público do pastor com as políticas do governo Lula envolvendo o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aos olhos dos analistas a aliança era improvável. A mídia divulgou, à época, que o PT oferecera cargos no governo ao PSC, e a já mencionada ajuda financeira, em troca de cooperação eleitoral. Outra versão exposta pela mídia mencionava o enfraquecimento da relação PSDB-PSC diante da indiferença de José Serra com a legenda cristã. Em visita a São Paulo, Serra teria faltado a um encontro com Everaldo cujo objetivo era selar o apoio (CUNHA; LOPES; LUI, 2017, p. 26). Ao se sentir desprestigiado por Serra, Everaldo decidiu pelo rompimento da coalizão e a adesão ao PT como um modo de revanche.

¹⁹⁸ Havia um descontentamento generalizado dos partidos em relação ao descumprimento de acordos para a liberação de emendas, à demora da reforma ministerial e à exclusão de aliados das decisões políticas e do lançamento de programas do governo, conforme noticiado pelo portal G1, quando o PMDB anunciou autonomia em relação às orientações do Planalto. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/em-meio-crise-bancada-do-psc-declara-independencia-do-governo.html>

¹⁹⁹ Na pesca, secretário deve assumir vaga de Crivella. O Globo. O País, 13 de março de 2014. p. 5

²⁰⁰ VENCESLAU, Pedro. Nanicos já batem ponto na corrida pela presidência. O Estado de S. Paulo. 26 de jan de 2014. p. 8.

²⁰¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/pastor-everaldo-entrara-na-justica-contra-resolucao-sobre-comunidades>. Acesso em: 14 abr. 2023.

mudança”²⁰². A “mudança” a que se referia compreendia a redução no número de ministérios de 39 para 20, as reformas administrativa e fiscal, um novo pacto federativo e, sobretudo, a redução do Estado. Medidas em consonância com o ideário ultraliberal que fez parte de seu programa de governo ao lado de políticas comportamentais conservadoras.

A agenda animou as lideranças evangélicas. Robson Rodovalho, pastor da igreja Sara Nossa Terra, publicou o artigo “Antes pedintes, hoje negociadores”²⁰³, na Folha de S. Paulo em junho de 2014. O texto sintetizava a visão evangélica da candidatura do PSC: “Terá a preferência dos evangélicos aquele que, além desse acerto para a vida fora de casa [industrialização, saúde, segurança, etc.], também tenha e se comprometa com valores que permitam rever a vida dentro de casa”²⁰⁴.

A campanha de Everaldo se concentrou em igrejas, eventos evangélicos, encontros financiados por empresários, entrevistas para TV e sites (CUNHA *et al.* 2017, p. 38). Essa estratégia demonstra o empenho do PSC na busca do voto evangélico. Não surpreende que uma candidatura de fronteiras confessionais mirasse no eleitorado religioso. Contudo, a tática esbarrava no potencial dos votos do segmento em eleições majoritárias – cerca de 28% dos eleitores eram evangélicos em 2014, segundo o Datafolha – e na entrada de Marina no pleito. Com exceção dos meios evangélico pentecostal e não pentecostal, Everaldo não passou de 1% das intenções de voto. O Gráfico 92 abaixo mostra que o maior percentual alcançado por Everaldo foi entre os evangélicos pentecostais, pontuando 9% antes da entrada de Marina no jogo como “cabeça de chapa”.

²⁰² GRANJEIA, Juliana. Pastor Everaldo se lança como o “único” candidato da mudança. O Globo. O País, 15 junho 2014, p. 6.

²⁰³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1476384-robson-rodovalho-antes-pedintes-hoje-negociadores.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²⁰⁴ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/06/1476384-robson-rodovalho-antes-pedintes-hoje-negociadores.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Gráfico 92 - Intenção de votos

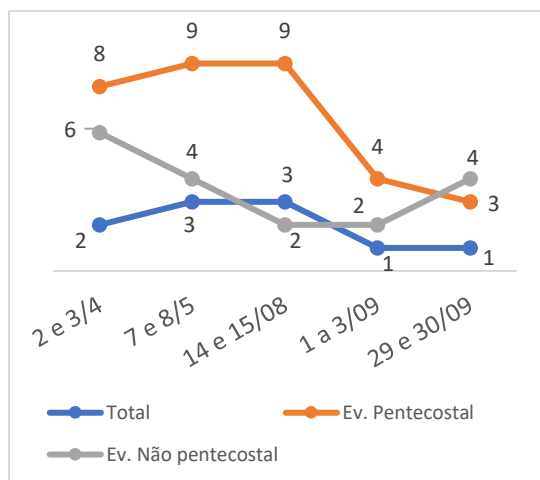
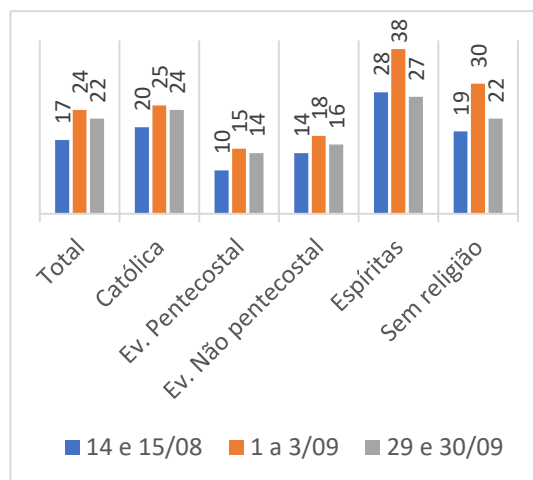


Gráfico 93 - Rejeição



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Na pesquisa feita após a oficialização da candidatura da ex-senadora, Everaldo perdeu 5% dos votos entre os evangélicos pentecostais e 2% entre os não pentecostais, diminuindo de 4 para 2% nesse segmento. Mesmo após o crescimento da rejeição ao nome de Marina, como visto neste capítulo, o pastor não recuperou a votação entre os pentecostais, embora a taxa de rejeição desse segmento fosse a menor entre todas as categorias pesquisadas. A maior rejeição ao nome do pastor ocorreu entre os espíritas, com 38% de eleitores, no início de setembro, que afirmavam não votar em Everaldo de jeito nenhum. Em relação ao perfil do eleitor, os Gráficos abaixo (94 a 96) fornecem elementos para afirmar que, embora majoritariamente feminino, confirmando as pesquisas sobre a face feminina dos evangélicos pentecostais brasileiros (BALLOUSSIER, 2020), houve oscilação no perfil de escolaridade e idade dos votantes de Everaldo.

Gráficos de 94 a 96 - Rejeição ao Pastor Everaldo (%)

Gráfico 94 - Sexo

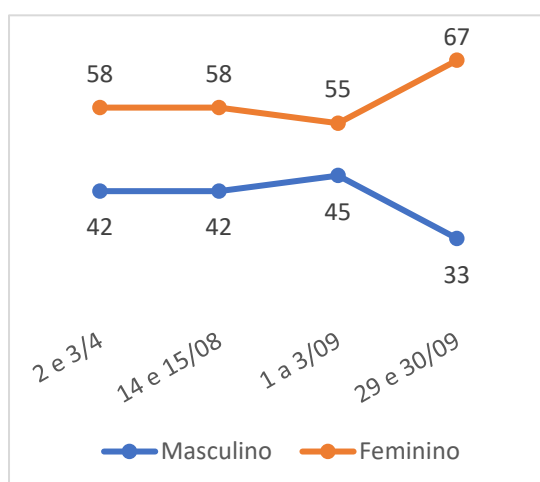


Gráfico 95 - Escolaridade

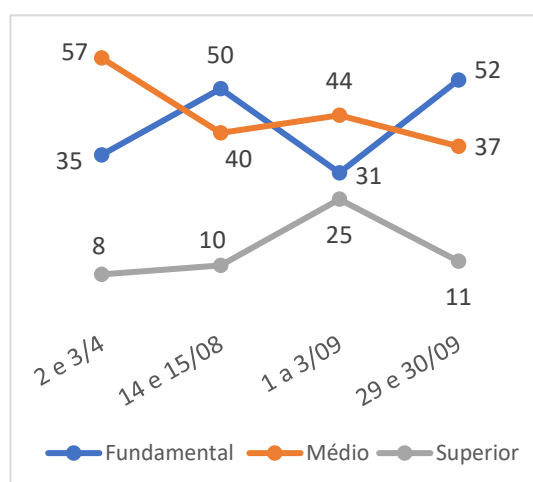
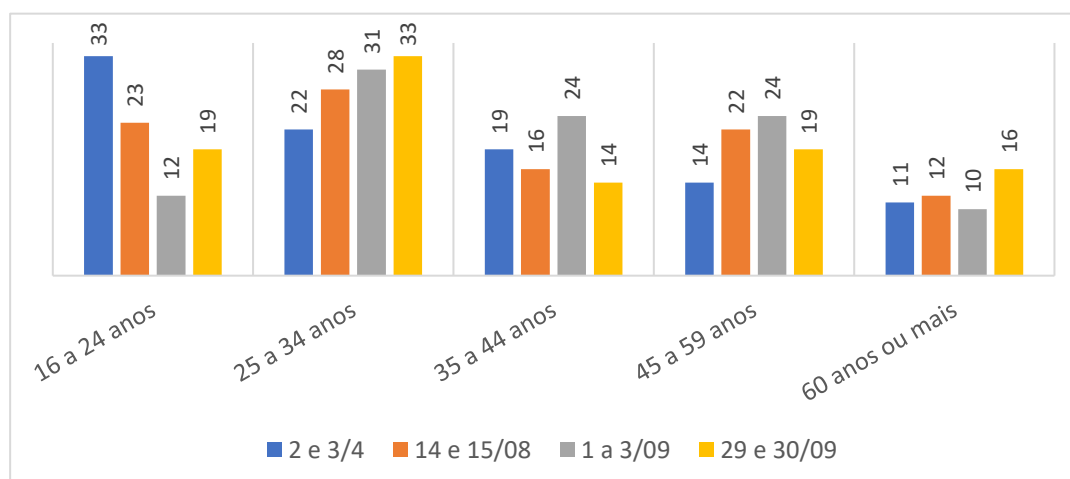


Gráfico 96 - Idade



Fonte: Datafolha (2014) / Elaboração própria (2023).

Em relação ao sexo (Gráfico 94), as curvas divergentes evidenciam que houve o aumento da adesão feminina à candidatura de Everaldo na reta final da campanha. Nas primeiras medições, 58% dos eleitores do pastor eram do sexo feminino; na véspera da votação, as mulheres já correspondiam a 67% dos eleitores de Everaldo. Sustento que esse é o resultado da intensificação da campanha do religioso no meio pentecostal, reconhecidamente de maioria feminina. Em relação à escolaridade (Gráfico 95), em abril, a maioria do eleitorado do pastor possuía ensino médio, 57%. Durante os meses de campanha, esse percentual regrediu 20 pontos e aumentou o número de eleitores com ensino fundamental, passando de 35 para 52% do eleitorado do pastor. Já nas características etárias (Gráfico 96), o eleitor de Everaldo possuía em média 39 anos, segundo o Datafolha. Entretanto, em abril, no período pré-eleitoral, o candidato do PSC atraía mais os jovens. 33% estavam na faixa etária de 16 a 24 anos. Nos

meses de campanha, esse percentual se reduziu consideravelmente, passando para 19% nessa faixa etária (16 a 24 anos). Também caiu a porcentagem de eleitores de 35 a 44 anos (-5%); e aumentou o número de eleitores com idade entre 25 e 34 anos (+11%), entre 45 e 59 anos (+5%) e aqueles com 60 anos ou mais (+5%). O instituto também indicou que cerca de 70% dos eleitores do pastor ganhavam até 2 salários-mínimos.

As palavras “família” e “corrupção”, sintetizadas no slogan “Mais Brasil, Menos Brasília”²⁰⁵, foram os termos mais citados por Everaldo em suas inserções televisivas, os “pontos nodais”²⁰⁶ de seu discurso (GONÇALVES, 2015, p. 337). Uma das pautas caras ao candidato do PSC, capaz de fazê-lo “fechar o semblante”, segundo o jornal O Globo²⁰⁷, era o tema da educação sexual nas escolas. Everaldo argumentava que o assunto deveria ser trabalhado “dentro de casa”, pela família, e não no sistema de ensino. O pai e a mãe seriam os responsáveis por “dar o exemplo” do que é “certo e errado”. À escola caberia ofertar uma instrução voltada ao convívio social, como ensinar a “não desperdiçar água, a respeitar o meio ambiente, obedecer às leis de trânsito, etc.”²⁰⁸, sem espaço para o pensamento crítico.

Outro ponto significativo de sua agenda moral, que ia ao encontro da defesa de uma educação sexual familiar, era a enérgica oposição ao aborto. Everaldo qualificava a prática como um assassinato, comparando-lhe a um homicídio: “Você pega uma pessoa, dá à luz uma criança e asfixia aquela criança e mata-lhe com umas horas de nascida. Ela é uma criminosa, vai ser presa”. Dada a repercussão negativa de suas declarações, o candidato tentou se esquivar de temas polêmicos. Entretanto, ao ser pressionado por jornalistas, se irritava, como ocorreu em sabatina do jornal O Globo em setembro de 2014. Perguntado três vezes sobre o atendimento público a mulheres que praticam o aborto, o candidato disse: “Nunca concordarei com o aborto. Sou contra o aborto”²⁰⁹. Algumas das inserções televisivas de Everaldo exibiam mulheres grávidas. Seu programa de governo previa combater a “prática do aborto enquanto recurso paliativo de uma política inconsequente de planejamento familiar”²¹⁰.

Essa posição coloca em evidência o entendimento cristão sobre o início da vida humana, que começaria na concepção. O feto, desse modo, seria um sujeito portador de

²⁰⁵ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511251-feliz-a-democracia-que-tem-candidatos-evangelicos-diz-pastor-everaldo.shtml?origin=folha>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²⁰⁶ Gonçalves (2015, p. 341) explica que “trata-se de uma categoria desenvolvida por Ernesto Laclau para compreender o estímulo da prática discursiva através de um ponto capaz de articular as mais diversas demandas diante de uma fronteira antagonista instável”.

²⁰⁷ Intransigente nos pontos de vista, pastor encarna fundamentalista cordial. O Globo. 10 set 2014. O País, p. 10.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Pastor Everaldo PSC: sou contra educação sexual nas escolas. O Globo. 10 de setembro 2014. O País, p. 10.

²¹⁰ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/programa-de-governo-do-pastor-everaldo/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

interesses e direitos. Além disso, a prática do aborto ofenderia a sacralidade da vida (DWORKIN, 2009, p. 12), que só poderia ser retirada, em última instância, por Deus. O aborto significaria interromper o seu curso natural. Nesse sentido, e em oposição ao aborto, o programa de governo de Everaldo continha políticas voltadas à valorização da vida humana. Uma delas propunha a desburocratização dos processos de adoção de crianças, mas restrito aos casais formados por um homem e uma mulher²¹¹, por ser a “forma natural de perpetuação da espécie” e de acordo com o conceito de família expresso na Constituição Federal de 1988²¹².

Diferente de Marina, o candidato do PSC não considerava distinções entre o casamento do ponto de vista religioso e a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Os argumentos de Everaldo se baseavam na reprodução da espécie, conforme deixou claro em uma entrevista à Folha de S. Paulo:

Folha: Se o Congresso aprovar a legalização do aborto e o casamento gay, o sr. vetará?

Everaldo: Vetarei. É uma prerrogativa da democracia.

Folha: Essa decisão não estará sendo influenciada pela religião?

Everaldo: Será influenciada pela minha consciência e pelo que entendo de sociedade. Nenhuma sociedade sobreviveu até hoje a não ser pelo casamento heterossexual.

Folha: Os interesses da nação, representados pelo Congresso nesses casos, não têm que vir em detrimento das suas crenças?

Everaldo: Meus princípios são inegociáveis. O Parlamento tem a prerrogativa de derrubar o veto. A democracia é assim.²¹³

“Pastor Everaldo para presidente da República”, era esse o título do programa de governo do PSC. O documento possuía três grandes eixos: i) “qualidade de vida”, que incluía o respeito à família e à vida humana desde a concepção; ii) “segurança nacional”, em que eram defendidas a redução da maioria penal, a reestruturação das forças armadas e a reforma do processo penal; e iii) “governança”, com maior ênfase à área econômica, coordenada pelo ultraliberal Bernardo Santoro. Era dada ênfase a políticas de mínima interferência do Estado. Isso significava a abertura ao livre mercado, a redução de tributos e o acesso facilitado ao crédito, considerado como “historicamente a política pública mais eficiente de redução da pobreza”²¹⁴.

²¹¹ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511251-feliz-a-democracia-que-tem-candidatos-evangelicos-diz-pastor-everaldo.shtml?origin=folha>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²¹² Pastor Everaldo PSC: sou contra educação sexual nas escolas. O Globo. 10 de setembro 2014. O País, p. 10.

²¹³ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1511251-feliz-a-democracia-que-tem-candidatos-evangelicos-diz-pastor-everaldo.shtml?origin=folha>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²¹⁴ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/programa-de-governo-do-pastor-everaldo/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Com respeito às propostas de transferência de renda, o plano previa a distribuição de vouchers²¹⁵, nomeados de “vales”, nos moldes do Cheque-cidadão coordenado por Everaldo durante o governo Garotinho no Rio de Janeiro. Com eles, os beneficiários podiam trocar cupons de 100 reais por alimentos e produtos em estabelecimentos credenciados, excluindo bebidas alcoólicas e cigarros. O Bolsa-família também era citado no plano como uma política de sucesso para a redução da pobreza. Quando questionado sobre o programa vitrine do governo Lula, Everaldo confirmava a sua continuidade, mas ponderava que apresentaria um modelo “20 vezes melhor” à população, não oferecendo maiores detalhes, no entanto.²¹⁶

No programa também era vigorosa a defesa da privatização “ao máximo” do Estado. Curiosamente, o termo “privatização” foi utilizado somente duas vezes no texto. Em seu lugar, eram empregados eufemismos, como no item que citava urgência na “revogação de todas as leis que buscassem restringir de maneira indevida o direito de propriedade privada”²¹⁷. A gestão estatal era considerada o motivo da reduzida oferta de “bens e serviços, gerando inflação, defasagem tecnológica no setor industrial” e corrupção: “A Petrobras hoje é a vergonha nacional. Com a privatização, o dinheiro que ia para o ralo com a corrupção vai sobrar no Tesouro, para que a gente possa investir em saúde, educação e segurança pública”²¹⁸.

O programa econômico de Everaldo se situava no contexto da agenda econômica pró-mercado incorporada no Brasil por atores conservadores a partir da década de 1980. A pesquisadora Camila Rocha (2018, p. 81) explica que, nessa época, vários intelectuais e empresários apoiadores diretos do golpe de 1964 passaram a frequentar os chamados *think tank*²¹⁹, dando projeção e se alinhando a uma ideologia de livre mercado em contraposição ao nacionalismo militar. Caso semelhante teria ocorrido nos EUA, como chama a atenção Alexandre Fonseca (2019, p. 109), ao citar um estudo desenvolvido por Kruse (2015). Lá, na América do Norte, a reação do empresariado ao New Deal colaborou para o amadurecimento

²¹⁵ A distribuição de “vouchers” pelo poder público é uma concepção do economista Milton Friedman, expoente do ultraliberalismo na chamada Escola de Chicago de Economia. Inicialmente, a política foi pensada para estimular a competição entre os estabelecimentos educacionais privados nos EUA, melhorando a qualidade e desonerando o Estado do fornecimento de ensino público. O Cheque-cidadão, extrapolou o conceito para o comércio de alimentos. O objetivo era de que os beneficiários do programa não utilizassem os valores para outros fins.

²¹⁶ Singer (2012) chama a atenção para o realinhamento eleitoral ocorrido nas eleições de 2006, em que a base do chamado “Lulismo” passou a ser composta, em sua maioria, por eleitores das classes menos favorecidas. Dentre os fatores responsáveis pela mudança, estão os programas sociais criados no 1º governo Lula, que determinaram uma agenda de longo prazo “da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (SINGER, 2012, p.13).

²¹⁷ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/programa-de-governo-do-pastor-everaldo/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/184162-feliz-a-democracia-que-tem-dois-candidatos-evangelicos.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²¹⁹ Camila Rocha (2018, p. 49) explica que a expressão *think tank* surgiu nos EUA na década de 1960 para designar organizações da sociedade civil ocupadas em realizar pesquisas científicas e “divulgação de ideias no campo das políticas públicas da forma mais autônoma e independente possível em relação a grupos de interesse específicos”.

de um discurso aceitável de união do capitalismo com o cristianismo (BRASIL, 2019, p. 109) e a construção da imagem de uma “América Cristã”.

Nos dois casos, houve o foco no individualismo e na iniciativa privada ao lado da “defesa de valores morais relacionados à cultura branca, masculina, evangélica e heterossexual”; a esse fenômeno, Fonseca (2019, p. 109) denomina de “discurso da integridade”. Embora Gonçalves (2015, p. 342) nomeie a política econômica proposta pelo PSC de “conservadorismo econômico”, sem fundamentar o uso do conceito, o termo guarda certa imprecisão. As propostas de Everaldo possuem as características essenciais do ultraliberalismo²²⁰ que, conforme descreveu Rocha (2018, p. 127), significa a exacerbação do ideário liberal.

O pastor foi questionado, em entrevista ao Jornal Nacional no dia 19 de agosto, acerca de suas convicções nas propostas econômicas que divulgou durante a campanha. O jornalista William Bonner fez referência ao passado de Everaldo nos governos petistas e de Leonel Brizola (PDT), todos localizados na centro-esquerda, cujas pautas econômicas privilegiavam um Estado vigoroso e a fortificação de empresas estatais. A esse respeito, Everaldo tentava conciliar, apesar do paradoxo, o passado mais próximo à esquerda e o presente ultraliberal.

Pra mim, que nasci menino pobre, essa proposta [de inserção social] era a melhor, mas no último governo da atual presidente eu vi que foi estabelecido um aparelhamento do Estado que contrariava os princípios que eu acredito, do empreendedorismo, da iniciativa privada²²¹.

O programa de governo do PSC também previa, contraditoriamente, a desburocratização e a ampliação do mercado para as operadoras de planos de saúde e o aumento da eficiência do sistema público de saúde, incluindo a oferta de incentivos aos médicos na forma de planos de metas e premiações financeiras, além da eliminação de impostos sobre insumos médicos e hospitalares e do incentivo à ampliação de cursos de medicina na rede privada (CUNHA, et al 2017, p. 52). Essas promessas evidenciavam a fundamentação ultraliberal, privilegiando a privatização, inclusive, de serviços públicos básicos, paulatinamente

²²⁰ Segundo um interlocutor de Rocha (2018, p.139), o ultraliberalismo [...] se diferenciaria do neoliberalismo por defender a abolição de uma série de políticas e instituições advogadas pelos neoliberais, como o monopólio da moeda; o Banco Central; uma política monetária ativa; órgãos de defesa da concorrência (antitruste); agências reguladoras estatais; investimentos estatais em infraestrutura essencial como estradas e portos; educação e saúde básicas públicas; políticas de renda mínima; harmonização das leis e impostos entre os estados” (ROCHA, 2018, p. 139).

²²¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1503137-pastor-everaldo-do-psc-diz-que-privatizaria-a-petrobras.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

transferidos para a iniciativa privada. Havia certa incoerência nas falas do pastor ao defender a necessidade de diminuir o tamanho do Estado para realizar investimentos em áreas fundamentais (Saúde, Educação, Segurança Pública), conforme entrevista concedida ao *Jornal Nacional*: “Tudo o que for possível passar para a iniciativa privada, nós vamos passar, pegar os recursos e alocar na saúde, na educação e na segurança pública”²²².

Após o acidente aéreo vitimando o candidato do PSB, em agosto, houve a recolocação dos players evangélicos no jogo eleitoral de 2014. Potenciais aliados e importantes quadros políticos passaram a enxergar na candidatura de Marina Silva maiores chances de eleger um evangélico como presidente da República. Robson Rodovalho, da igreja Sara Nossa Terra, que publicara um artigo em junho acenando apoio a Everaldo, comunicou em setembro a adesão à candidatura de Marina Silva após a candidata do PV recuar nos pontos de seu programa de governo a respeito do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Como justificativa, Rodovalho mencionou que a considerava uma candidata “mais completa”²²³ do que Everaldo.

Assim, Everaldo caiu de 3% para 1% nas intenções de voto. Com o redesenho eleitoral, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP) passou a declarar na imprensa que a melhor estratégia a ser adotada pelo segmento evangélico seria concentrar votos em Marina. Dessa forma, o melhor para Everaldo seria desistir da sua candidatura: “Se eu estivesse no lugar do Pastor Everaldo, eu pensaria em declinar da campanha e migrar para Marina, para não haver divisão no meio cristão”²²⁴. Feliciano também acenou a Marina Silva após a retirada dos itens do programa de governo relativos ao casamento homoafetivo²²⁵. O deputado argumentava ser importante que os cristãos, evangélicos e católicos se unissem para evitar a vitória de Dilma Rousseff, considerada abortista e doutrinadora infantil em temas sexuais.

Silas Malafaia, que em 2010 rompera com a então candidata do PV e em 2014 aparecia na propaganda eleitoral do PSC pedindo votos para Everaldo, também declarou apoio a Marina²²⁶, em reconhecimento das poucas chances de Everaldo ir ao segundo turno: “O

²²² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1503137-pastor-everaldo-do-psc-diz-que-privatizaria-a-petrobras.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1509962-marina-e-mais-completa-que-pastor-everaldo-diz-lider-da-sara-nossa-terra.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²²⁴ CARAM, Bernardo. Feliciano pede ‘frente cristã’ pró-Marina. *O Estado de S. Paulo*. Política, p. 9. 03 set 2014.

²²⁵ Em menos de um dia, a coordenação da campanha divulgou uma errata alterando os trechos em que se comprometia em articular no Congresso a aprovação de projetos sobre o tema, como o casamento civil gay e a criminalização da homofobia. Como consequência, Luciano Freitas, militante do PSB e secretário nacional LGBT do partido, se retirou da campanha de Marina. Ao ser questionada sobre a saída de Freitas, Marina se limitou a dizer que não o conhecia, uma vez que era recém-chegada ao partido e que a errata fora decorrência de um “erro de processo”, em que textos de propostas dos movimentos sociais entraram na redação final do programa sem a verificação de sua equipe.

²²⁶ “É uma vergonha o programa de governo do PSB de Marina no que tange à causa gay – prevê casamento e adoção de crianças” (Silas Malafaia).

ativismo gay retira apoio de Marina. Maravilha! No 1º turno vou votar no Everaldo, pois tenho palavra. No 2º voto em Marina”²²⁷, escreveu em seu Twitter. A despeito da pressão para desistir e do esvaziamento do apoio evangélico, Everaldo manteve a sua candidatura e participou de debates televisivos. Chamou a atenção de jornalistas e analistas políticos a “tabelinha” entre Everaldo e Aécio Neves no último debate da campanha, realizado na TV Globo no dia 02 de outubro de 2014. Na primeira intervenção de Everaldo, a sua pergunta foi dirigida a Aécio Neves. O pastor questionou o tucano sobre as denúncias de corrupção nos Correios durante o governo petista, mencionando ter sido o início do episódio do mensalão²²⁸.

Em outra oportunidade, o “bate-bola” ficou ainda mais evidente. Everaldo perguntava sobre as obras do PAC a Aécio Neves quando foi advertido por William Bonner de que o tema sorteado era “previdência”. Ao refazer a pergunta, o pastor perguntou ao tucano “qual é o seu plano para a previdência?”²²⁹, gerando risadas da plateia e dos candidatos. O questionamento era muito singelo para um debate entre presidencialistas. No dia seguinte, o jornal Folha de S. Paulo noticiou que, após o término do programa, Everaldo permaneceu mais de dez minutos no camarim de Aécio Neves²³⁰ “para cumprimentá-lo”, conforme justificou a assessoria de imprensa. No segundo turno, o candidato do PSC anunciou apoio ao presidencialista tucano. O PSC não solicitou qualquer alteração no programa de governo do PSDB como condicionante para a adesão.

Três anos após o episódio, em delação premiada no contexto da Operação Lavajato, Fernando Reis, ex-presidente da Odebrecht Ambiental, revelou ter pedido ao presidencialista do PSC para que “ajudasse” Aécio Neves em um debate daquele ano. Os executivos da empreiteira consideravam desproporcional o valor de seis milhões de reais, pagos na forma de caixa 2 à campanha de Everaldo, diante do débil desempenho do candidato nas pesquisas de opinião: “uma contribuição muito grande para quem tem pouco para dar”²³¹. Isso fez com que os executivos se sentissem confortáveis para solicitar que Everaldo colaborasse com Aécio para que tivesse mais tempo para expor suas propostas nos debates:

Como a gente se sentia credor por ter contribuído tanto para a campanha dele, nós sugerimos que usasse o debate sempre para perguntar ao candidato Aécio, porque aí

²²⁷ CARAM, Bernardo. Feliciano pede ‘frente cristã’ pró-Marina. O Estado de S. Paulo. Política, 03 set 2014, p. 9.

²²⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/03/politica/1412298781_330470.html. Acesso em: 28 abr. 2023.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/188860-painel.shtml>. Acesso em: 28 abr. 2023.

²³¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/odebrecht-pediu-que-pastor-everaldo-ajudasse-aecio-em-debate/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

daria mais tempo ao Aécio. E analisando a transcrição do debate do primeiro turno, se nota que ele fez perguntas absolutamente simples e inócuas para que o candidato Aécio pudesse ter tempo na televisão²³².

O pastor se defendeu das acusações alegando que sua campanha custara somente dois milhões de reais e afirmou ter realizado perguntas a todos os candidatos nos debates de que participou.

Em análise retrospectiva, a candidatura de Everaldo, mesmo que pouco votada nas urnas em 2014, significou o surgimento de um projeto político de centro-direita moralista em questões comportamentais e defensora da livre economia de mercado. A esse projeto, Rocha (2018, p. 59), em referência ao argentino Jorge Nállim (2014), denomina de liberal-conservadorismo, em vez de neoconservadorismo, como usado por alguns autores (HALL, 1983; HARVEY, 2008; BIROLI *et al.*, 2020). O sintagma proposto se refere, mais rigorosamente, à fusão do conservadorismo à defesa do capitalismo de livre mercado. O vocábulo “neoconservadorismo” seria impreciso, segundo a autora, por ocultar a influência do liberalismo econômico, além de ter passado a designar, a partir da década de 1970, grupos norte-americanos nacionalistas defensores de maior agressividade na política internacional.

No Brasil, esse processo transcorreu sob o véu do cristianismo pentecostal em união ao catolicismo conservador. O seu ápice foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, como será visto adiante. O candidato do PSL obteve êxito ao servir-se da tríade ideológica gestada no PSC em 2014 e exposta pela primeira vez em uma eleição presidencial por Everaldo: i) conservadorismo moral, ii) liberalismo econômico e iii) performance de persona cristã, seja evangélica ou católica. Concordo com a classificação de Rocha (2018) ao denominar o projeto de liberal-conservador. No entanto, se ela argumenta que é necessário evidenciar a dimensão econômica do fato, também é imperativo salientar o seu peso religioso.

A política contrária às minorias, favoráveis à redução da maioria penal, contra a legalização da maconha e do aborto, não se tratava de mero tradicionalismo, mas repousava em uma leitura ortodoxa da bíblia, própria de determinadas vertentes conservadoras dos pentecostais evangélico e catolicismo. Assim, o termo “liberal-conservadorismo cristão” soa mais fidedigno como categoria explicativa do fenômeno inaugurado pela campanha do pastor Everaldo nas eleições presidenciais de 2014.

²³² Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/odebrecht-pediu-que-pastor-everaldo-ajudasse-aecio-em-debate/> Acesso em: 28 abr. 2023.

4.5 Conclusões do capítulo

Neste capítulo, demonstrei que a súbita entrada de Marina Silva no pleito desestruturou a estratégia tucana de antagonizar com a candidata petista Dilma Rousseff. Diferente de quatro anos antes, os temas religiosos tiveram menor presença no decurso das campanhas. Com exceção de situações envolvendo os evangélicos Marina Silva e Pastor Everaldo, o volume de questões religiosas em 2014 foi menor em comparação a 2010. Por consequência dos escândalos existentes no primeiro mandato de Dilma, e a baixa aprovação do governo, o núcleo da narrativa eleitoral em 2014 girou em torno da corrupção. Em outras palavras, a religião “pegou menos”. Além disso, o apoio de religiosos no primeiro turno, especialmente de evangélicos, migrou de Aécio para Marina. O maior impacto ocorreu entre os não pentecostais, 9% abandonaram Aécio e aderiram à candidata do PSB. Enfraquecida pela munção disparada por PT e PSDB, a ex-senadora influenciou menos na escolha do candidato da segunda volta em comparação a 2010.

Em relação ao eleitorado, os dados apontam a consistência do padrão encontrado na eleição anterior, ou seja, a tendência de votos dos católicos na candidatura petista e dos evangélicos na oposição. Para confirmar a inclinação dessas preferências eleitorais, além da usual curva de intenções de votos, este capítulo analisou as taxas de rejeição. O Gráfico 33 demonstrou que a propaganda negativa de PT e PSDB contra Marina Silva encontrou maior receptividade entre os católicos do que entre os evangélicos. No período compreendido entre o início da campanha e a véspera da votação, a ex-senadora aumentou de 16 p.p. na rejeição católica, 9 p.p. entre os evangélicos pentecostais e 12 p.p. entre evangélicos não pentecostais. Por outro lado, o segmento católico foi aquele que menos rejeitou Dilma no primeiro turno (28%), contra cerca de 38% dos evangélicos pentecostais e não pentecostais.

O vigor petista em reativar o voto católico se confirmou na reversão da taxa de rejeição de Dilma no segmento, terminando com 39% e Aécio 42%. O mesmo feito se repetiria apenas entre os sem religião (36 a 48%). No grupo evangélico pentecostal, a candidata governista empataria na rejeição com o tucano (39 a 39%) e no grupo evangélico não pentecostal seria a mais rejeitada (41 a 36%), ainda que tenha diminuído em 13 p.p. por efeito da localização geográfica dos eleitores. Em resumo, as eleições de 2014 ratificaram a divisão eleitoral entre católicos e evangélicos nas preferências eleitorais registradas em 2010, processo que será consolidado nas eleições de 2018, como será visto no próximo capítulo.

5 ELEIÇÕES 2018: A CONSOLIDAÇÃO

Provavelmente o grande elemento diferenciador das eleições de 2018 seja a fixação de um padrão de votação baseado no pertencimento religioso. Neste capítulo, evidenciarei que houve um crescente de eleitores que diziam votar em Bolsonaro entre o final de 2017 e a véspera do primeiro turno, em outubro de 2018. Mas ainda que a ampliação tenha ocorrido em todo o eleitorado, ao analisar as curvas de intenções de votos de acordo com a religião declarada do eleitor, o Gráfico assume o formato de tesoura aberta, comprovando que os evangélicos possuem uma inclinação acima da média nacional em aderir à candidatura do ex-capitão, enquanto os católicos se engajam cerca de 10 p.p. a menos. Ser católico ou evangélico, portanto, se revelou um importante preditor do voto, mas que pode interagir com outras variáveis, como renda e gênero.

Aqui, também demonstrarei que a candidatura de Bolsonaro se tratou de uma versão competitiva da plataforma eleitoral antecipada pelo Pastor Everaldo em 2014, reunindo o discurso religioso cristão conservador, o ultraliberalismo econômico e o antipetismo, acrescido do ideário armamentista. Com exceção desse último, o candidato do PSL aglutinou as características ansiadas por lideranças pentecostais. Entretanto, o eleitorado, incluindo os evangélicos, demorou a ser “ativado” pelo discurso bolsonarista. Isso ocorreu somente em setembro, após a saída de Lula do pleito. O ex-presidente, contudo, não foi capaz de transferir votos na mesma intensidade que nas eleições anteriores²³³, comprometendo o desempenho de seu substituto, Haddad, e pavimentando o caminho para que Bolsonaro percorresse com largueza até o segundo turno.

Este capítulo apresenta, inicialmente, a candidatura de Bolsonaro, fazendo um paralelo com o programa de governo do Pastor Everaldo, e analisa os Gráficos de intenção de votos do primeiro e do segundo turno, relacionando-os com os principais eventos da campanha de 2018. Em seguida, são investigadas as participações de Fernando Haddad, Marina Silva,

²³³ Em 2010, na véspera da eleição, cerca de 64% dos eleitores diziam votar em um candidato apoiado por Lula, segundo o Datafolha. Em 2014, por volta de 60%. Já em 2018, esse número correspondia a 48%. À época, em 2018, pesquisadores de opinião pública estimavam que o saldo de Lula para Haddad ficaria abaixo de 30%, como explicou o diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, à BBC em 19 de julho de 2018. No entanto, fazendo cálculos com base nos números do Datafolha relativos ao percentual de entrevistados que diziam votar com certeza ou talvez votar em um candidato apoiado por Lula e as intenções de votos na véspera das eleições, identifiquei que o petista transferiria cerca de 45% de seu potencial de votos ao candidato Haddad, em 2018. Em 2014 seriam em torno 66% do potencial transferidos a Dilma. Já em 2010, Lula transferiria a sua sucessora por volta de 72% de seu potencial de votos. Ou seja, em 2018 o petista “rendeu menos” votos ao seu candidato quando comparado às duas eleições anteriores. É preciso mencionar os fatores conjunturais de cada eleição. Entre outros, é possível destacar que em 2010 Lula batia recordes de aprovação, em 2014 havia o desgaste do 1º mandato e Dilma e em 2018 Lula havia sido preso sob a acusação de corrupção.

Cabo Daciolo e Geraldo Alkmin, focalizando os deslocamentos silenciosos do eleitorado religioso desses candidatos, nem sempre perceptíveis nos dados agregados divulgados pelos institutos de pesquisa. O objetivo é compreender o processo de consolidação da religião como um tema inevitável em eleições presidenciais e o aprofundamento da clivagem eleitoral se opôs católicos e evangélicos a partir de 2010.

5.1 Bolsonaro: a irresistível marcha²³⁴

Cavalão e Xerife bolaram um plano: explodir a Adutora do Guandu, responsável pelo abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro. O croqui, desenhado em um pedaço de papel, indicava a posição exata onde a bomba-relógio seria instalada. Os rabiscos continham setas com os nomes dos materiais necessários: espoleta elétrica, trinitrotolueno (TNT), relógio e duas pilhas. O objetivo era que, junto com a água, jorrassem também o governo Sarney e o seu ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. A operação “Beco sem Saída” era uma resposta aos baixos salários, à prisão de um colega de categoria e ao comportamento da cúpula do ministério. Apesar da forma, o plano não fora pensando por guerrilheiros urbanos marxistas. “Xerife” era o apelido de Fábio Passos e “Cavalão” a alcunha de Jair Bolsonaro, ambos capitães do Exército brasileiro.

O imbróglio tivera início um ano antes, em 1986, com a publicação na revista *Veja* do artigo “O salário está baixo”²³⁵, assinado por Bolsonaro. A grande repercussão do caso deu quinze minutos de fama e quinze dias de prisão disciplinar ao capitão de artilharia. Um ano depois, a mesma revista *Veja* trouxe a matéria descrita acima, “Pôr bomba nos quartéis, um plano na EsAO”²³⁶, na edição de 28/10/1987, noticiando a existência da operação que também pretendia explodir dinamites em quartéis, na Vila Militar e na Academia de Agulhas Negras, caso o reajuste salarial prometido pelo governo ficasse abaixo de 60%. Chamado a dar explicações, Bolsonaro negou. Foi aberta uma sindicância. Acusado pelo ministro Gonçalves de “indignidade para o oficialato”, o réu foi julgado pelo STM e, por fim, absolvido. Enviado para a reserva, o episódio marcou o término da carreira militar do capitão do Exército e o início da vida política de Jair Bolsonaro.

²³⁴ Título inspirado em Singer (2021).

²³⁵ BOLSONARO, Jair Messias. O salário está baixo. *Revista Veja*, ed. 939, semana de 3 de setembro, 1986.

²³⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980>. Acesso em: 03 mai. 2023.

A fama conquistada lhe possibilitou a eleição para vereador no Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Cristão (PDC), em 1988. Dois anos mais tarde, elegeu-se deputado federal, também pelo PDC. A peregrinação por partidos políticos teve início em 1993. Ao todo foram oito legendas: PPR (1993-95), PPB (1995-2003), PTB (2003-2005), PFL (2005), PP (2005-2016), PSC (2016-2017) e o PSL (2018-2019), partido pelo qual se elegeu presidente do Brasil em 2018²³⁷. Durante a sua carreira no legislativo, Bolsonaro integrou o chamado “baixo clero”, composto por políticos de centro e baixa expressão política. Seus posicionamentos conservadores o aproximaram de membros da bancada evangélica, principalmente após o episódio do chamado “kit gay”, em 2016, um *plot point* em sua trajetória pública. A partir desse ano, assumindo a identidade de persona cristã, batizado pelo pastor Everaldo nas águas do Jordão e pregando o antipetismo, o então deputado entrou em campanha antecipada e iniciou viagens pelo Brasil com o lema “o Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

“O público evangélico está de olho em um candidato que seja liberal na economia e conservador nos valores”²³⁸. Essa foi a previsão do bispo Robson Rodovalho, da igreja Sara Nossa Terra, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, em janeiro de 2018, sobre o perfil buscado por eleitores do segmento para as eleições daquele ano. Na mesma reportagem, Silas Malafaia revelou que estava em tratativas com Bolsonaro. Desanimado com a performance de Henrique Meireles (MDB) nas pesquisas de opinião e tendo se distanciado de Dória (PSDB), o líder religioso da Assembleia de Deus Vitória em Cristo começava a galantear o ex-capitão. As demais igrejas neopentecostais, Mundial do Poder de Deus, Internacional da Graça e Universal do Reino de Deus, aguardavam o desenrolar da campanha para definir os seus posicionamentos. Essa última, IURD, inicialmente descartou a aproximação com Lula e Bolsonaro: “Estaremos no centro, com certeza. Não temos condição de estar ao lado da esquerda, muito menos da extrema-direita”²³⁹, disse o presidente do PRB, Marcos Pereira, à reportagem d’O Globo. Entretanto, o apoio ao capitão reformado viria no segundo turno.

Em março, o cenário começou a se definir. Malafaia selou o apoio a Bolsonaro, que aderiu ao Partido Social Liberal (PSL). O ex-capitão esperava contar com a influência do religioso nas mídias sociais, a sua principal estratégia de marketing, a fim de compensar o baixo orçamento de campanha e o reduzido tempo de TV. Malafaia possuía 30 mil visualizações em

²³⁷ No momento de escrita desta tese, Bolsonaro está filiado ao Partido Liberal (PL).

²³⁸ PRADO, Thiago. Candidaturas de centro dividem líderes evangélicos. O Globo. 14 jan. 2018. Acesso em 10/10/21. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=bolsonaro+evang%C3%A9lic&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2018#>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²³⁹ Idem.

seus vídeos no YouTube e uma valiosa base de dados telefônicos no WhatsApp. Segundo pesquisa Datafolha realizada em outubro de 2018, 65% dos eleitores possuíam o aplicativo e 24% o utilizavam para divulgar mensagens políticas. Entre os grupos religiosos, os evangélicos compartilhavam mais informações políticas que os católicos, 27 contra 21%. Munido desse arsenal, Malafaia exaltava ter ajudado a desconstruir candidaturas nas eleições municipais de Cuiabá, Nova Friburgo, Belém e Sorocaba, em 2016. O seu principal recurso era a propaganda negativa. Para isso, associava candidatos da esquerda a, por exemplo, “erotização de crianças” e o envolvimento com *black blocs*:

Vou continuar jogando pesado nas redes sociais. O (Geraldo) Alckmin ‘deu mole’ para a gente ao fazer sinalizações para o movimento gay. A Marina (Silva) também vai ‘apanhar’ muito de mim. Em 2010, já tinha deixado de apoiá-la quando ela disse que faria um plebiscito sobre aborto, caso eleita.²⁴⁰

Malafaia sugeriu que Bolsonaro escolhesse uma vice mulher, em vez do senador evangélico Magno Malta, que era cotado para a posição, por considerá-lo desnecessário, uma vez que o ex-capitão já contava com a simpatia do segmento. Entretanto, o senador do Espírito Santo mantinha-se fiel ao ex-capitão e o acompanhou no processo de negociação com Malafaia e na cerimônia de filiação ao PSL, em março de 2018²⁴¹. Malta também ciceroneou Bolsonaro na Marcha para Jesus²⁴². A despeito da “cartinha de amor”²⁴³ enviada pelo presidente do PSL ao senador, não houve consenso com o PR, partido de Malta. A legenda optou por aderir, juntamente com DEM, PP e SD, ao tucano Geraldo Alckmin. Na busca por um vice, ainda foram cogitados os nomes do general Augusto Heleno, da advogada Janaína Pachcoal e do príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança. No fim das contas, optou-se pelo general da reserva Hamilton Mourão, do PRTB.

Bolsonaro não era unanimidade no meio evangélico. Além da Universal, que negou aproximação no primeiro turno, o apóstolo Estevam Hernandes, da igreja Renascer em Cristo, idealizador da Marcha para Jesus, também se opunha ao candidato: “Eu respeito o discurso

²⁴⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/radicalismo-de-bolsonaro-afasta-parte-dos-evangelicos-afirmam-lideres.shtml><https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&alwords=bolsonaro+evang%C3%A9lic&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2018#>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁴¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/jair-bolsonaro-se-filia-ao-psl-para-disputar-o-planalto.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁴² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/marcha-para-jesus-tera-bolsonaro-doria-e-franca-apos-edicao-esvaziada-de-politicos.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁴³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/magno-malta-diz-que-nao-sera-vice-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

dele, mas o discurso raivoso não é bíblico [...] ele precisa pregar mais ‘amor e tolerância’ se quiser conquistar os evangélicos”²⁴⁴. Quatro meses mais tarde, contudo, o apóstolo faria “vista grossa” à beligerância do candidato e subiria no bonde do bolsonarismo. É importante frisar, no entanto, que a apologia ao armamento, pauta eleitoral de Bolsonaro, não agradava a totalidade dos evangélicos: “Ele perde muita gente por causa do radicalismo no parlamento, porque existe uma forte influência pacifista no meio evangélico”²⁴⁵, opinava o pastor Luiz Roberto Silvado, presidente da Convenção Batista Brasileira. Para quebrar a resistência de algumas lideranças evangélicas, o candidato do PSL prometia, inclusive, transferir a embaixada do Brasil para Jerusalém²⁴⁶.

É necessário destacar que Bolsonaro não se declara evangélico, embora tenha sido batizado no Jordão. Ainda assim, obteve êxito ao manejar a identidade religiosa defensora dos interesses cristãos conservadores. Para isso, apoiava-se na pertença de sua esposa, Michele Bolsonaro, da Igreja Batista Atitude, com sede em Brasília. Durante visita do casal à igreja, em 19 de agosto, o pastor Josué Valandro Jr. intercedeu para que não houvesse fraude nas urnas eletrônicas e profetizou a vitória do capitão reformado:

Que nem os hackers consigam mudar, oh, Deus, aqueles votos das urnas. Que ninguém consiga, de alguma maneira, desfazer o propósito melhor para a nossa nação. Capacita Jair Bolsonaro. E que em outubro tenhamos uma resposta do céu sobre a vida do teu filho. E querendo, Senhor, no dia 1º de janeiro, este seu filho suba a rampa do Planalto para começar uma nova história do Brasil²⁴⁷.

Mencionei no capítulo anterior que Everaldo Dias (PSC) antecipou em quatro anos a agenda eleitoral que consagraria a vitória de Bolsonaro em 2018. Inclusive, o slogan “Mais Brasil e menos Brasília”, um dos motes do religioso em 2014, foi recuperado pelo ex-capitão em seu programa de governo, em uma explícita referência às propostas do pastor da Assembleia de Deus. Mais que isso, as agendas de Everaldo e Bolsonaro guardam afinidades com determinadas correntes do cristianismo conservador, sobretudo o evangélico. À semelhança de Everaldo, o candidato do PSL concentrou as suas pautas em torno do conservadorismo moral e do ultraliberalismo econômico. Bolsonaro foi uma espécie de materialização do candidato ideal descrito por Robson Rodovalho, da igreja Sara Nossa Terra, em janeiro. A novidade, entretanto,

²⁴⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/bolsonaro-precisa-pregar-mais-amor-e-tolerancia-diz-lider-da-marcha-para-jesus.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/radicalismo-de-bolsonaro-afasta-parte-dos-evangelicos-afirmam-lideres.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2023.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/a-costura-politica-que-uniu-bolsonaro-aos-evangelicos-23211834>. Acesso em: 03 mai. 2023.

estava na defesa da ampliação do porte legal de armas, assunto inexistente na campanha do PSC em 2014 e ainda controverso no segmento evangélico em 2018.

Com traços de amadorismo, a proposta de plano de governo do PSL “O caminho da prosperidade” era dividida em cinco eixos: i) Valores e compromissos; ii) Mais Brasil, menos Brasília; iii) Segurança e combate à corrupção; iv) Saúde e Educação; e v) Economia e Infraestrutura. Apesar da dificuldade em se apreender as diretrizes do futuro governo Bolsonaro a partir desse documento, visto ser a mera reunião de ideias soltas, procurei indicar as principais ideias alinhadas ao liberalismo econômico, à defesa de pautas morais e à ampliação do porte de armas. O primeiro eixo temático, “Valores e compromissos”, sintetiza os princípios nos quais o futuro governo se basearia: a liberdade individual, a família e a propriedade privada. Nesse item, a redação adota um tom religioso ao considerar a propriedade privada e família – o “fruto da vida” – sagrados:

Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta em uma economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADA! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!

Os frutos de nossas escolhas afetivas têm nome: FAMÍLIA! Seja ela como for, é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas.²⁴⁸

Lacerda (2020, p. 294) aponta o discurso do ex-capitão no início da 55ª legislatura, iniciada em 2015, como o momento em que Bolsonaro resume as pautas que farão parte de sua agenda política. A inovação está na centralidade da família e da religião. O deputado já se opunha anteriormente aos avanços das pautas LGBT, mas sem enfatizar a proteção à família tradicional. A defesa da propriedade privada também foi uma novidade. No passado, a atuação política do ex-capitão na Câmara se concentrou em torno do corporativismo militar, reivindicando pensão para filhos de militares, aposentadoria e melhores salários (LACERDA, 2020, p. 292). Digna de nota também é a menção, no discurso da 55ª legislatura, a Olavo de Carvalho, autointitulado “parteiro da nova direita” (LACERDA, 2019, p. 292). O ideólogo seria influente nos posicionamentos de Bolsonaro alinhados ao pensamento neoconservador.

No eixo “Mais Brasil, menos Brasília”, o programa expôs o desenho de gestão e a “nova forma de governar”. Atacando a esquerda, o texto afirmava que o Brasil jamais empregou ideias liberais em suas políticas econômicas. Diferente do comunismo, a liberal-democracia é

²⁴⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2023.

considerada como meio de diminuir o desemprego e a corrupção, gerando “renda, prosperidade e inclusão social”. O documento também fala sobre a importância de conter a inflação e garantir a estabilidade fiscal, orientações em consonância com as dimensões do liberalismo econômico (BOLLE, 2019, p. 90) que pregam a “sustentabilidade fiscal e dos preços”.

Graças ao Liberalismo, bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento emprego e oportunidades.

O documento também faz uma enfática defesa da redução de ministérios e do tamanho do Estado. Os ministérios são acusados de serem locais de aparelhamento e corrupção. Como proposta de combate, seria implementada a política do “orçamento base zero”, invertendo a lógica de previsibilidade da administração pública. Assim, as pastas não disporiam de orçamentos aprovados para investir nas respectivas áreas. Ao contrário, cada ministro justificaria a necessidade dos gastos para obter o recurso. Acerca da fusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio, foi argumentado que o efeito seria a diminuição do protecionismo estatal, no entanto, não eram fornecidos maiores detalhes sobre como isso aconteceria:

Com o fim do aparelhamento dos ministérios, inverteremos a lógica tradicional do processo de gastos públicos. Cada gestor, diante de suas metas, terá que justificar suas demandas por recursos públicos. Os recursos financeiros, materiais e de pessoal serão disponibilizados e haverá o acompanhamento do desempenho de sua gestão. O montante gasto no passado não justificará os recursos demandados no presente ou no futuro. Não haverá mais dinheiro carimbado para pessoa, grupo político ou entidade com interesses especiais. Prioridades e metas passam a ser a base do Orçamento Geral da União, para gastar o dinheiro do POVO obtido pelos impostos.

A realização de privatizações, tema que gerou atritos entre Bolsonaro e seu futuro ministro da Economia, Paulo Guedes (BOLLE, 2019, p. 91), em virtude da visão nacionalista do ex-capitão, era encarada no plano de governo como um modo de reduzir a dívida pública e aumentar a competição dos mercados. O ambiente de concorrência empresarial geraria melhores serviços e a diminuição do preço final para o consumidor, estimulando a economia:

O debate sobre privatização, mais do que uma questão ideológica, visa a eficiência econômica, bem-estar e distribuição de renda [...], esse debate envolve um elemento extra: o equilíbrio das contas públicas. Em nossa proposta, todos os recursos obtidos com privatizações e concessões deverão ser obrigatoriamente utilizados para o pagamento da dívida pública [...] a linha mestra de nosso processo de privatizações terá como norte o aumento na competição entre empresas [...] com mais empresas

concorrendo no mercado a situação do consumidor melhora e ele passa a ter acesso a mais opções, de melhor qualidade e a um preço mais barato.

A escolha do ultraliberal Paulo Guedes, com passagens pela Escola de Chicago de Economia e pelo governo Pinochet, no Chile, como ministro da Economia, demonstra o viés da política econômica que seria adotada no futuro governo. Segundo Ronaldo Almeida (2019, p. 41), a nomeação do “superministro” sinalizava um jogo econômico maior, para além da conquista da simpatia do mercado. O autor ressalta a afinidade entre a ética da Teologia da Prosperidade das igrejas evangélicas neopentecostais e o liberalismo econômico no estímulo ao empreendedorismo. A demonização do Estado residiria, argumenta Almeida, mais na recusa à corrupção e aos privilégios do setor público do que na oposição à oferta de serviços básicos à população, em virtude da situação de precarização social de grande parte dos fiéis das igrejas pentecostais e neopentecostais. Por isso a ênfase nas propostas, de Bolsonaro em 2018 e Everaldo em 2014, no investimento público em Educação e Saúde a partir da privatização de empresas estatais.

A contradição do discurso guarda uma lógica refinada que acomoda precariedade social e corrupção estatal no desenho eleitoral da política econômica. Também é importante lembrar que o manifesto “O Brasil para os brasileiros”, entregue pela Frente Parlamentar Evangélica a Bolsonaro faltando poucos dias para o segundo turno, possui, para além da agenda de costumes, diretrizes econômicas alinhadas ao liberalismo econômico, como demonstrou Bolle (2019, p. 84), minuciosamente detalhadas.

No entanto, é preciso lembrar que, durante as quase três décadas em que foi deputado federal, Bolsonaro adotou um discurso contrário às privatizações. Lacerda diz que o capitão reformado nunca foi um neoliberal (LACERDA, 2020, p. 297). Ao contrário, entre 2000 e 2018, a pesquisadora mostra que a menção de Bolsonaro à economia foi para se contrapor às privatizações realizadas durante do governo Fernando Henrique Cardoso. A mudança veio somente em 2018, já no contexto eleitoral. Há um corte nítido entre Bolsonaro deputado e Bolsonaro candidato. Enquanto o primeiro é nacionalista, o segundo é ultraliberal, defensor do Estado mínimo, da redução de impostos e da flexibilização das leis trabalhistas. Porém, estrategicamente, o candidato não se opôs a programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Vinha Vida.

Em relação às pautas morais, o documento apresentado por Bolsonaro ao TSE usa referências religiosas como recursos argumentativos. No item sobre os direitos e deveres dos cidadãos, é feita uma alusão aos Dez Mandamentos. Na bíblia cristã, no livro de Êxodo, Deus

dita a Moises, no monte Sinai, os mandamentos que seriam transmitidos ao povo hebreu. Para o cristianismo, os mandamentos são uma síntese das prescrições do antigo testamento. A redação do plano de governo do PSL recupera o quinto (não matar), o sétimo (não furtar) e o oitavo (não levantar falso testemunho) mandamento como limitações à liberdade individual: “Todo cidadão, para gozar de seus plenos direitos, deve obedecer às leis e cumprir com seus deveres (não matar, não roubar, não participar de falso testemunho, não sonegar impostos etc.)”.

Mais adiante, o texto argumenta que as mazelas do Brasil seriam o resultado do “marxismo cultural”, originando corrupção e deteriorando os valores da família brasileira. Referências à esquerda e ao PT como a origem da degeneração social e familiar estão presentes em alguns slides do programa de governo do PSL e falas de Bolsonaro a partir do segundo mandato de Dilma. Almeida (2019, p. 43) relembra que, com a crise econômica no segundo mandato da petista e as acusações de corrupção envolvendo o PT em negociações da Petrobras, a associação entre esquerda e a corrupção foi colocada em primeiro plano nas eleições de 2018. O PSL recuperou a associação de modo a antagonizar com a ordem política vigente: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”.

Também foi durante o governo Dilma que Bolsonaro incluiu a moral sexual em seu repertório discursivo (LACERDA, 2020, p. 293). O ex-capitão liderou a oposição ao material do Programa Escola sem Homofobia, em 2011, que visava promover políticas de não discriminação relativas à orientação sexual nas escolas. Apelidado de “kit gay” pelo então deputado, e divulgado como o “ensino da homossexualidade nas escolas”, a pauta o aproximou de setores evangélicos. Lacerda (2020, p. 294) contou 80 menções de Bolsonaro ao “kit gay” no ano de 2011. Os embates entre Bolsonaro e o deputado federal do PSOL Jean Wyllys, a partir do episódio, consolidaram os posicionamentos conservadores em matéria sexual. Em seu programa de governo, o conteúdo esteve presente no item “Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce”. Quando entrevistado pelo Jornal Nacional na campanha de 2018, o candidato do PSL mostrou no ar uma publicação que, supostamente, integraria o “kit gay” distribuído pelo governo. Mas na verdade se tratava do livro “Aparelho sexual e cia.”, de Zep e Hélène Bruller, e jamais havia sido comprado pelo MEC.

Por fim, no item “Segurança e combate à corrupção”, era feita a defesa do armamento da população. Após apresentar fatos correlacionando a posse de armas a uma maior pacificação social, o texto assinala que as armas sozinhas não causam vítimas, mas sim as pessoas que as manipulam, se forem boas ou más, em uma lógica maniqueísta de frágil

sustentação empírica. O símbolo principal da campanha de Bolsonaro era a simulação de uma arma com as mãos: “As armas são instrumentos, objetos inertes, que podem ser utilizadas para matar ou para salvar vidas. Isso depende de quem as está segurando, pessoas boas ou más. Um martelo não prega e uma faca não corta sem uma pessoa...”

Não estavam contidas em seu programa, mas Bolsonaro defendeu em aparições públicas e ao longo de sua carreira como deputado federal, além da ampliação do porte de armas, a redução da maioria penal e políticas de encarceramento. Essas pautas, com exceção da temática armamentista, ainda controversa no meio evangélico, encontravam amplo apoio no segmento. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, evangélico da Assembleia de Deus de Madureira, foi o responsável por pautar o projeto de redução da maioria penal e realizar manobra regimental para aprová-lo em uma votação já perdida (ALMEIDA, 2019, p. 45). Embora não fosse um assunto caro os evangélicos, como as pautas comportamentais, Almeida (2019, p. 45) pondera que o tema da segurança pública se trata de uma “linha auxiliar” dos interesses evangélicos em consonância com a plataforma eleitoral de Bolsonaro. Esse conteúdo programático, abreviado no combate à desmoralização política e social dos treze anos do PT no governo, sairia vitorioso em 2018.

Os Gráficos abaixo mostram a intenção de votos em Bolsonaro no primeiro turno de 2018 a partir do recorte de filiação religiosa. O Gráfico 97 indica que as curvas de crescimento das intenções de votos entre católicos e evangélicos acompanham o movimento do eleitorado em geral. Entretanto, os católicos votam menos no ex-capitão do que a média nacional e os evangélicos votam acima da média nacional. Apesar da exposição midiática de lideranças pentecostais e neopentecostais em declarações de apoio a Bolsonaro, os grupos que mais declararam que votariam no ex-capitão, às vésperas do primeiro turno, foram os evangélicos tradicionais (46%) e outras evangélicas (47%), como demonstra o Gráfico 96. É digno de nota mencionar que em nenhum momento do período pré-eleitoral ou durante a campanha, os neopentecostais estiveram à frente na preferência por Bolsonaro quando comparados com outros segmentos evangélicos. Em meados de julho, empataram com “outras evangélicas”; em agosto, somente 17% dos neopentecostais diziam votar em Bolsonaro e, na véspera da eleição, empataram com os pentecostais na preferência pelo candidato do PSL.

Gráficos 97 e 98 - Intenção de votos em Bolsonaro 1º turno 2018 (%)

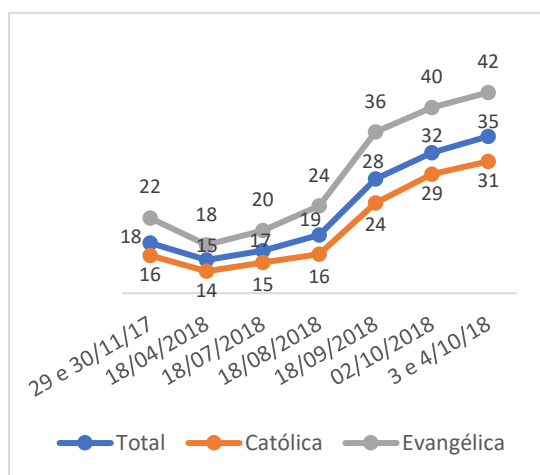
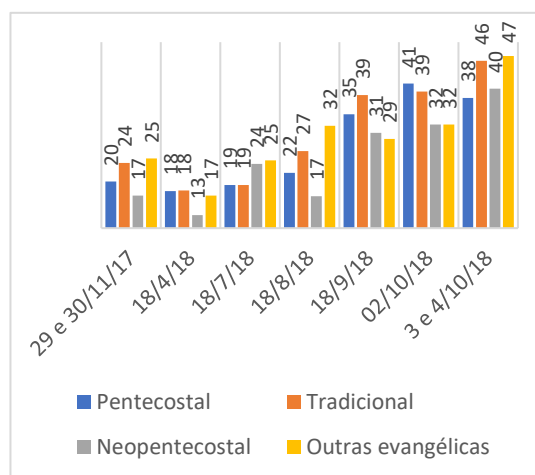
Gráfico 97 - Total, Católicos e
Evangélicos

Gráfico 98 - Segmentos evangélicos



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

De acordo com os dados acima, é possível concluir que os neopentecostais (de acordo com a classificação do Datafolha discutida na introdução desta tese) não foram o principal grupo evangélico eleitor de Bolsonaro. Além de apoiarem menos o ex-capitão em comparação aos outros segmentos evangélicos, eles contabilizam, na medição do instituto, somente 2% do eleitorado. O maior poder de mobilização estaria entre os evangélicos tradicionais, com 16% dos eleitores e 46% de intenções de voto no segmento às vésperas do primeiro turno, e entre os pentecostais (38%), que possuem 12% dos eleitores. Embora sejam importantes percentualmente, com 47% de intenções de votos no início de outubro, as igrejas classificadas em “outras evangélicas” contabilizam apenas 1% de eleitores.

Quando avaliamos comparativamente o desempenho de Bolsonaro e Lula (e Haddad após a saída do ex-presidente do pleito), é interessante notar que, em todos os grupos religiosos pesquisados pelo Datafolha entre o final de 2017 e a véspera do primeiro turno, em outubro de 2018 (Gráficos de 99 a 105), o candidato do PT liderava até a divulgação do julgamento de sua inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 31 de agosto. Os

dados mostram que houve uma discreta retração de 5% no total das intenções de votos no petista após sua prisão, em 05 de abril. Entretanto, o instituto detectou a recuperação de Lula no levantamento de 18 de agosto, a última vez que seu nome apareceu no questionário usado pelo Datafolha para aferir as intenções de voto. No levantamento posterior (18 de setembro), já com Haddad ocupando a cabeça de chapa petista, Bolsonaro saltou de 19 para 28% na média nacional e passou a liderar em todos os segmentos religiosos pesquisados, com exceção dos afro-brasileiros e ateus. Nesse último grupo, Haddad conquistaria a liderança nos dois últimos levantamentos antes do domingo de votação.

Gráficos de 99 a 105 - Intenção de votos 1ºT 2018 (%)

Gráfico 99 - Total

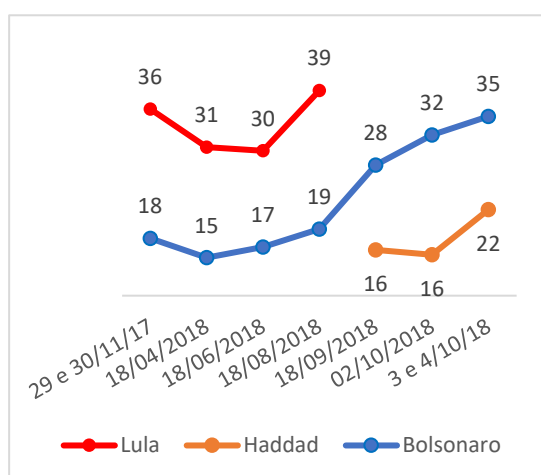


Gráfico 100 - Católica

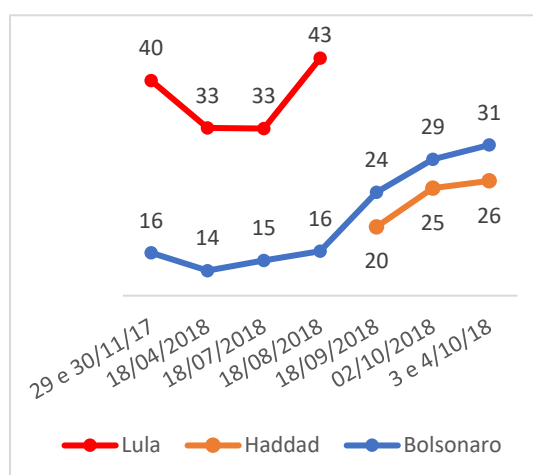


Gráfico 101 - Evangélica total

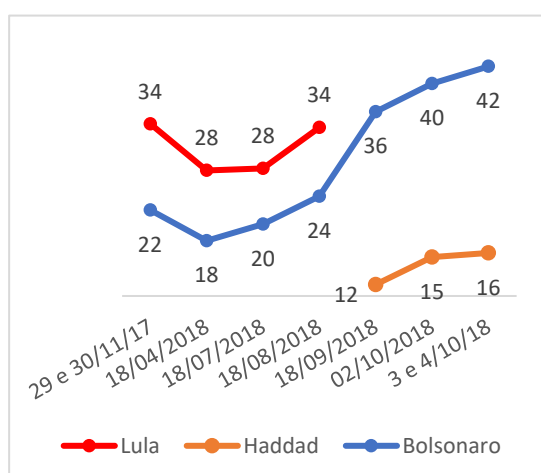


Gráfico 102 - Espírita

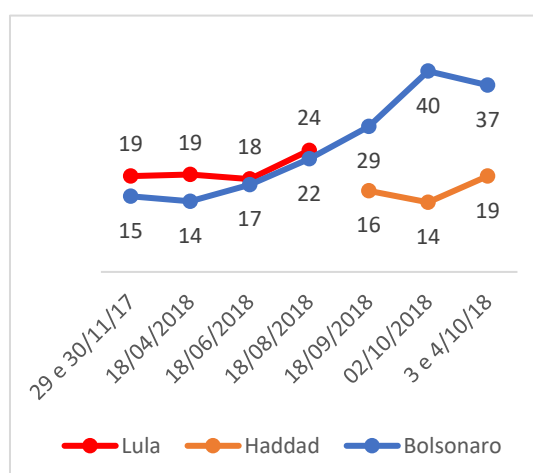


Gráfico 103 - Afro-brasileira

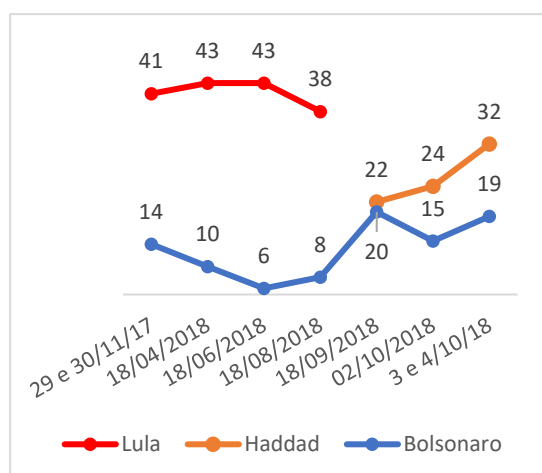


Gráfico 104 - Sem religião

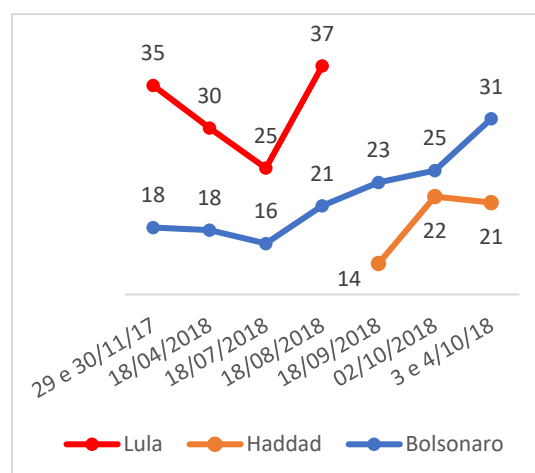
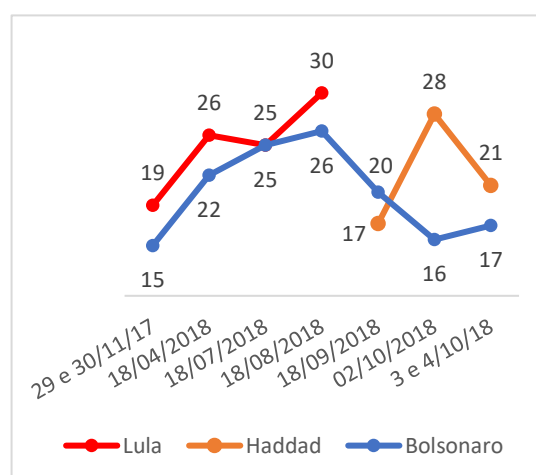


Gráfico 105 - Ateu



Fonte: Datafolha (2017/2018)/ Elaboração própria (2023).

A maior vantagem de Lula foi entre os católicos, com 27 pontos à frente de Bolsonaro em agosto. Já o pior desempenho ficou entre os espíritas, empatando tecnicamente com o capitão reformado (24 a 22%). No total do segmento evangélico, o petista manteve o padrão observado desde o final de 2017, com cerca de 10 pontos a mais que o candidato do PSL. Entre os ateus e afro-brasileiros, a entrada de Haddad no pleito ocasionou a diminuição das intenções de votos em Bolsonaro, oferecendo indícios de que parcela desses eleitores possuía resistência ao nome de Lula e preferiram, após o registro da candidatura de Haddad, abandonar o apoio a Bolsonaro. Entre os sem religião, Lula perdeu 10 pontos após a prisão por condenação no caso de corrupção envolvendo um triplex do Guarujá, em abril. Nos levantamentos seguintes, entretanto, conseguiu se recuperar e abriu 17 pontos de vantagem.

Em nenhum dos grupos pesquisados, Lula foi capaz de transferir 100% de seus votos ao substituto Haddad, no primeiro turno. Sustento a hipótese de que, até agosto, o

eleitorado possuía esperanças de que Lula tivesse seu registro de candidatura autorizado pelo TSE e que isso significaria, na visão dos eleitores, a inocência do candidato nos processos da LavaJato. Com a negativa dos ministros do TSE, o eleitorado teria compreendido que Lula seria, de fato, culpado. Assim, a punição do eleitor à corrupção petista seria a transferência dos votos de Lula para Bolsonaro. Dado que o ex-capitão foi o candidato que melhor performou a oposição ao PT e ao sistema político, embora dele fizesse parte há cerca de 30 anos, o eleitor protestou contra a corrupção no meio político.

Os Gráficos de 106 a 109 abaixo mostram a evolução das intenções de votos nos segmentos evangélicos. Entre os tradicionais, Bolsonaro se aproximou de Lula no último levantamento do Datafolha antes da proibição da candidatura do petista pelo TSE, em agosto. Entretanto, o capitão reformado já possuía uma curva de crescimento desde abril, quando Lula foi preso. Após a inelegibilidade de Lula, em setembro, o candidato do PSL cresceu 21 pontos até o dia da votação e Haddad estagnou na casa dos 15%. No meio evangélico pentecostal, a saída de Lula do pleito também impactou no crescimento de Bolsonaro, aumentando em 13% as suas intenções de voto.

Já os evangélicos neopentecostais foram aqueles cuja prisão de Lula, em abril, mais impactou negativamente. Em novembro de 2017, o petista era o preferido por 45% dos neopentecostais para ocupar novamente a presidência. Em abril de 2018, o ex-presidente despencou 21 pontos e marcou 24%. Nos meses seguintes, entretanto, reconquistou 14% das intenções de votos. Em agosto, a diferença entre Lula e Bolsonaro no segmento era de 20%. Com a saída do petista do pleito, o ex-capitão angariou 14% a mais de votos e Haddad apresentou a tendência de queda, diminuindo de 20% em agosto para 17% em outubro. Não é possível sugerir que a queda de Haddad no segmento neopentecostal esteja associada à sua fala em 12 de outubro, ao sair de uma missa, em que associou a Igreja Universal a “charlatanismo” e “fome de dinheiro”, como fizeram alguns analistas. O evento ocorreu após a votação do primeiro turno, em 7 de outubro. Entretanto, há indícios de que no interior das igrejas evangélicas já houvesse um movimento contra a candidatura de Haddad anterior à sua fala contra Edir Macedo.

No segmento “outras evangélicas”, diferente dos anteriores, Bolsonaro alcançou a maioria dos votos ainda com Lula na disputa, em junho. Nesse mês, o candidato do PSL marcou 25% nas intenções de voto, ultrapassando o petista, que obteve 19%. A reação de Lula no mês de agosto foi tímida, quando comparada ao potencial de recuperação nos outros segmentos. O capitão reformado manteria a tendência de crescimento e chegaria, às vésperas do domingo de

votação, com 47% das intenções de votos, o maior percentual entre os grupos evangélicos pesquisados pelo Datafolha.

Gráficos de 106 a 109 - Intenção de votos 1º turno 2018 (%)

Gráfico 106 - Evangélica tradicional

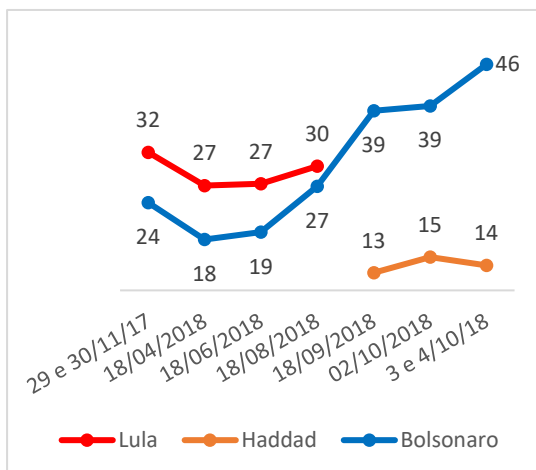


Gráfico 107 - Evangélica pentecostal

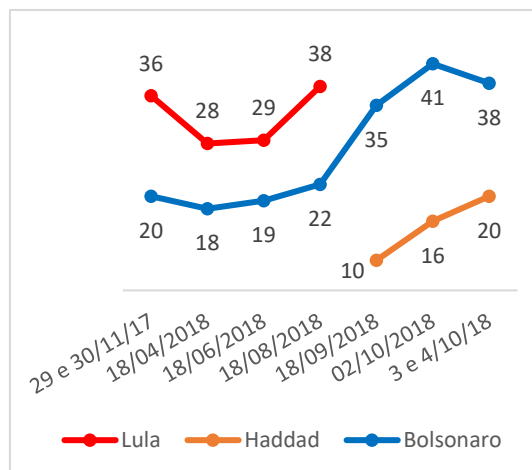


Gráfico 108 - Evangélica neopentecostal

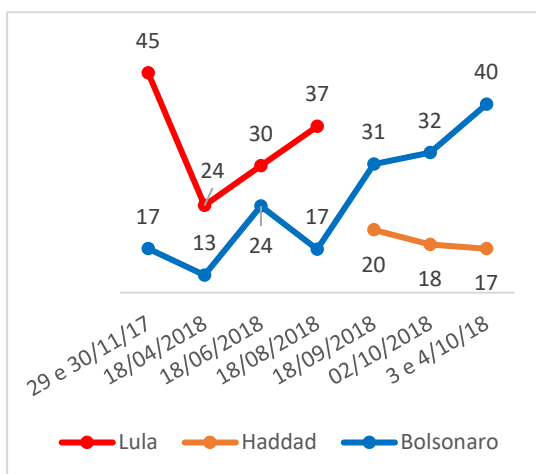
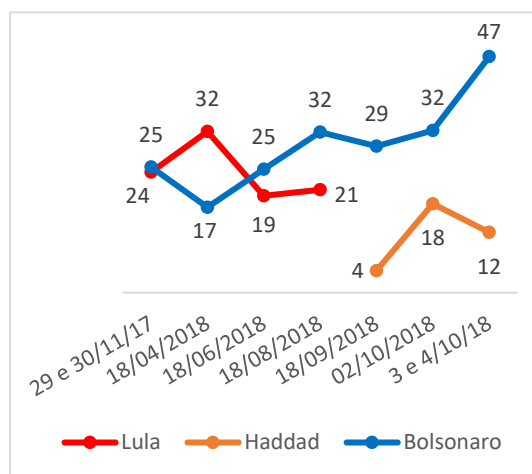


Gráfico 109 - Outras evangélicas



Fonte: Datafolha (2017 e 2018) / Elaboração própria (2023).

É necessário lembrar que a facada sofrida por Bolsonaro em Juiz de Fora²⁴⁹ coincide com a saída de Lula dos questionários das pesquisas de opinião do Datafolha e com a intensificação da presença de Haddad no marketing petista. Desse modo, também defendo a hipótese de que a migração, no primeiro turno, de eleitores do ex-presidente Lula para a

²⁴⁹ Durante um ato de campanha na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Bolsonaro foi atingido por uma facada no abdômen. O fato teve ampla repercussão midiática e gerou uma onda de comoção em parcela dos eleitores. Alguns analistas políticos atribuem ao fato o aumento na votação do ex-capitão. Entretanto, esta tese assume uma perspectiva multifatorial. A ressonância do caso na mídia não explica totalmente a votação recebida pelo candidato, por outro lado, não pode ser desprezada das análises políticas.

candidatura do ex-capitão foi potencializada pela comoção nacional e a repercussão midiática do incidente em Minas Gerais. Soma-se a isso a vedação do TSE às aparições de Lula na propaganda partidária na TV, rádio e internet. Sem poder se comunicar com o eleitorado, Lula não tinha chances de se defender das acusações recebidas ou protestar contra a decisão dos magistrados. Tampouco podia trabalhar na transferência de votos para Haddad. Com o caminho livre do seu principal opositor, a corrente bolsonarista entre os evangélicos se intensificaria no segundo turno.

O apoio do bispo Edir Macedo, da Universal, veio somente em 30 de setembro, contradizendo a posição anterior da igreja que descartava se alinhar à extrema direita. Após quatro eleições ao lado do PT, Macedo divulgou em suas redes sociais que votaria em Bolsonaro. Durante o segundo turno, a relação do candidato do PSL com a igreja se estreitou. Em 4 de outubro, a veiculação de uma entrevista exclusiva do ex-capitão à Rede Record, no mesmo horário do debate da Rede Globo entre os demais presidencialistas, selou a aliança. Bolsonaro manteve no segundo turno a mesma estratégia praticada no primeiro de não participar de debates e concentrar a comunicação de campanha nas redes sociais, principalmente o WhatsApp. Além disso, o espaço conquistado no jornalismo da Rede Record ampliou a exposição de seu nome e suas ideias na TV aberta, uma vantagem que Haddad não desfrutava.

O capitão reformado também cumpriu agenda com religiosos católicos. Em 17 de outubro, o candidato se reuniu com o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta²⁵⁰. Durante o seu período de recuperação, Bolsonaro já havia recebido a visita dos conhecidos padres Jorjão e Omar Raposo, reitor do santuário no Cristo Redentor, no Rio de Janeiro²⁵¹. O padre Paulo Ricardo, divulgador de mensagens associando Dilma ao aborto em 2014, também anunciou o seu voto em Bolsonaro²⁵². Ainda no primeiro turno, o religioso sugeriu durante uma palestra que a facada recebida por Bolsonaro, em Juiz de Fora, seria uma espécie de “cala boca”²⁵³ de setores de esquerda ao candidato da direita.

Em virtude da adesão de setores católicos à candidatura de Bolsonaro, em meados de outubro uma série de *fake news* vinculado Bolsonaro a alterações no catolicismo passou a

²⁵⁰ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/candidatos-presidencia-se-reunem-com-catolicos-e-evangelicos>

²⁵¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/padres-usam-missas-e-redes-sociais-para-apoiar-bolsonaro-e-haddad.shtml>

²⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/padre-anti-pt-cita-facada-em-bolsonaro-ao-falar-de-perseguido-moral.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

²⁵³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/padre-anti-pt-cita-facada-em-bolsonaro-ao-falar-de-perseguido-moral.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

circular na internet. Em uma delas, o candidato do PSL era acusado de intencionar, por sugestão de Edir Macedo, a trocar a cor preta da pele da imagem de Nossa Senhora Aparecida por branca²⁵⁴. Outro boato falava que Eduardo Bolsonaro havia proposto um projeto de lei para mudar o termo “padroeira do Brasil” para “padroeira dos católicos apostólicos romanos”. Na realidade, o projeto era do deputado Victorio Galli, à época ligado ao MDB e posteriormente filiado ao PSL.

Figura 15 - Montagem do jornal Folha de S. Paulo noticiando informação falsa



Fonte: Universal.org (2018)²⁵⁵

Embora o apoio de lideranças católicas a Bolsonaro tenha sido considerável, a maioria dos religiosos que revelou votar no candidato do PSL vinha do universo evangélico. No dia 04/10, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) divulgou uma carta aberta em que declarava o apoio à eleição do capitão reformado. Assinada pelo presidente da FPE, o deputado Takayama (PSC-PR), o texto reafirmava a proteção da família, dos valores cristãos e das crianças, que estariam ameaçados com uma vitória da esquerda: “Mais que uma questão natural, é uma questão espiritual. Está acima de qualquer doutrina partidária. É a defesa dos valores da

²⁵⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/nao-e-verdade-que-bolsonaro-propos-mudar-representacao-de-n-sra-aparecida.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2023.

²⁵⁵ Disponível em <https://www.universal.org/noticias/post/falso-universal-quer-sancao-de-lei-que-extingue-titulo-de-padroeira-do-brasil/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

família cristã”²⁵⁶, dizia a carta. Em entrevista ao jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, Takayama disse que o apoio a Bolsonaro era uma consequência do avanço da esquerda contra os cristãos:

São exatamente essas pessoas, que fizeram atos como no Rio Grande do Sul, que defecaram e urinaram dentro das igrejas, em cenas que chocam a família cristã e de que maneira nenhuma estão contribuindo para um povo que tem a base cristã, seja católica ou evangélica²⁵⁷.

Para medir a adesão dos segmentos religiosos à candidatura de Bolsonaro no segundo turno de 2018, elaborei os Gráficos de intenções de votos a seguir (110 a 116). Os dados se referem à série histórica das simulações do Datafolha sobre um eventual embate de segundo turno entre Bolsonaro e os candidatos do PT. Isso permite analisar a movimentação do eleitorado com o nome de Lula ainda na disputa, o impacto de sua prisão e o efeito da mudança do cabeça de chapa, assumida por Haddad. Na média nacional (Gráfico 110), Lula possuía 18 pontos de vantagem no final de 2017, perdeu 3 p.p. após sua prisão em abril e voltou a se recuperar em agosto, ficando 20 pontos à frente de Bolsonaro no último levantamento em que seu nome é apresentado ao eleitor como opção de voto. Lula também liderava em todos os grupos religiosos, com 29 p.p. de vantagem entre os católicos, 7 p.p. no total dos evangélicos, 5 p.p. entre os espíritas, 45 p.p. no grupo afro-brasileiro, 14 p.p. entre os ateus e 20 p.p. entre os sem religião.

Após a saída do ex-presidente do pleito, fato que coincide com a facada recebida por Bolsonaro em Juiz de Fora - MG, no dia 6 de setembro, Haddad e o ex-capitão empataram na média nacional nas simulações do segundo turno até a véspera do primeiro turno, nos dias 3 e 4 de outubro. Depois disso, nos levantamentos seguintes, já com candidatos da segunda volta definidos, o ex-capitão se distanciou 13 pontos de Haddad no total da amostra, cresceu 6 p.p. entre os católicos, 10 p.p. no total dos evangélicos e atingiu o pico de 61% entre os espíritas, 46% entre os afro-brasileiros e 66% no universo ateu. Sugiro a hipótese de que a primeira fase do movimento “Ele não”²⁵⁸, iniciada em 12 de setembro e realizada no dia 29 de setembro nas ruas tenha sido a responsável pela ampliação da vantagem de Bolsonaro nesses grupos, somada à comoção nacional e à repercussão da facada.

²⁵⁶ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/10/bancada-evangelica-da-camara-oficializa-apoio-a-bolsonaro-cjmuqr5jk00nz01n5f129t918.html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Manifestações nacionais organizadas por mulheres, nos meses de setembro e outubro de 2018, em protesto à candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República, devido à suas falas misóginas.

A mobilização “Ele não” deu origem a uma corrente de *fake news* que passou a circular no aplicativo WhatsApp. Vídeos falsos associavam a manifestação a ataques à “família tradicional”, como o uso de drogas e a livre expressão sexual. A resultante dessa contraofensiva conservadora foi a queda das intenções de voto em Haddad e o aumento significativo de Bolsonaro. A corrente bolsonarista seria revertida no grupo dos ateus e sem religião, demonstrando o relativo sucesso do movimento “vira voto”²⁵⁹, na reta final da campanha.

Quando olhamos para as religiões, identificamos que, após a decisão do TSE indeferindo a candidatura do ex-presidente Lula, Bolsonaro passou a liderar entre no total dos evangélicos (Gráfico 112), com 17 p.p. à frente de Haddad, e, entre os espíritas (Gráfico 113), marcando 3 pontos a mais que o petista. Nas religiões católica (Gráfico 111), afro-brasileira (Gráfico 114) e entre ateus (Gráfico 115), o capitão reformado perdia para a Haddad após a saída de Lula do pleito. Com exceção dos evangélicos, verificamos que Bolsonaro obteve “picos” de popularidade entre o final do primeiro turno (02/out) e meados do segundo turno (10/out). A partir de então, o movimento “vira voto” se intensificou. A “corrente” bolsonarista seria interrompida entre os afro-brasileiros, ateus e sem religião, com a maioria dos votos destinados a Haddad.

Gráficos de 110 a 116 - Intenção de votos 2º turno (%)

Gráfico 110 - Total

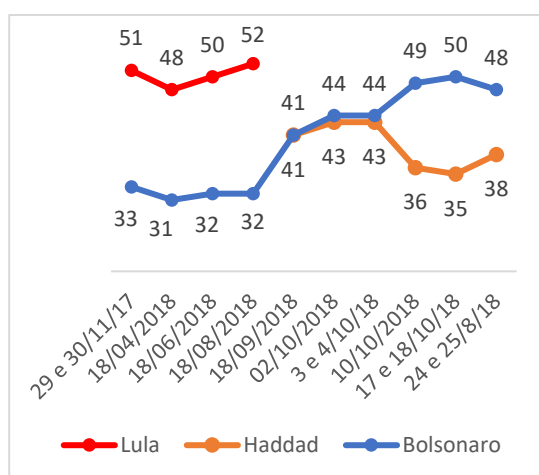
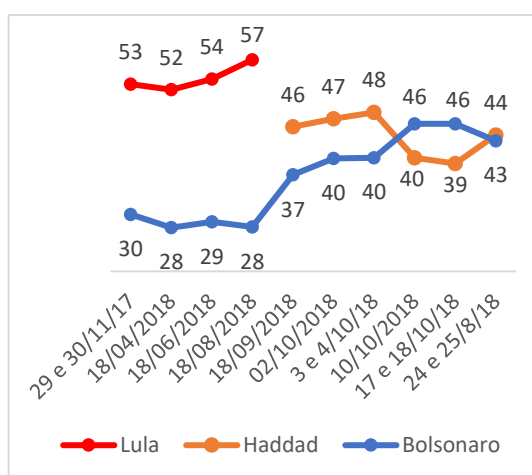


Gráfico 111 - Católica



²⁵⁹ A campanha teve início nas redes sociais em meados de outubro e se destinava a convencer eleitores indecisos, ou que optariam por Bolsonaro no segundo turno, a converterem seus votos para Haddad. A reunião de depoimentos e a divulgação de celebridades na internet ajudaram a alavancar o movimento. Em algumas cidades, as pessoas foram para as ruas a fim de esclarecer dúvidas de indecisos.

Gráfico 112 - Evangélica total

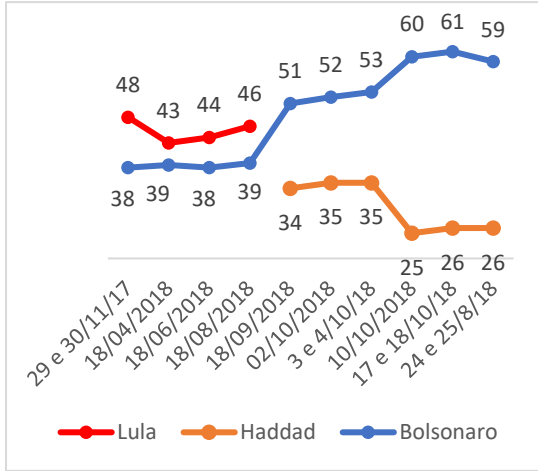


Gráfico 113 - Espírita

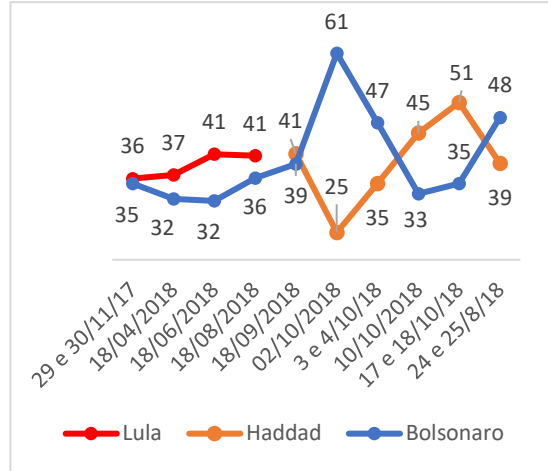


Gráfico 114 - Afro-brasileira

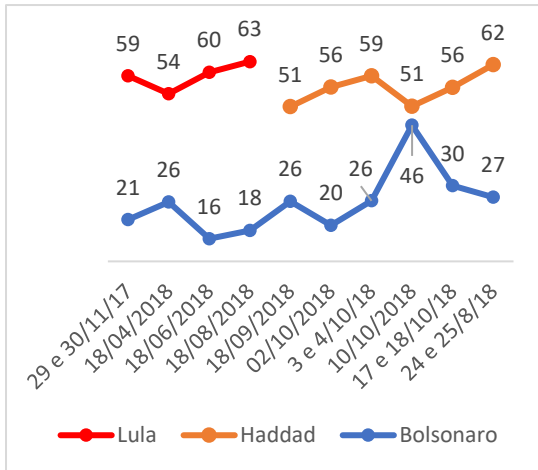


Gráfico 115 - Ateu

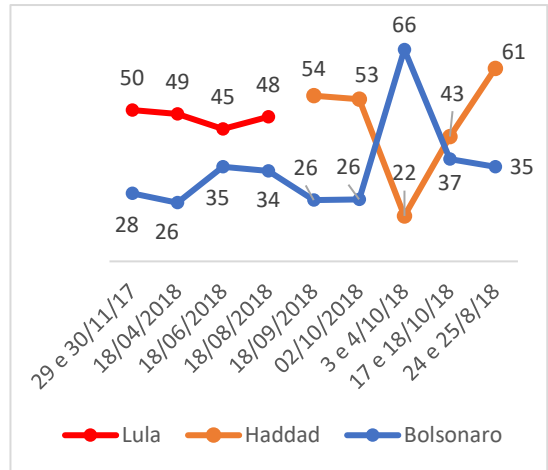
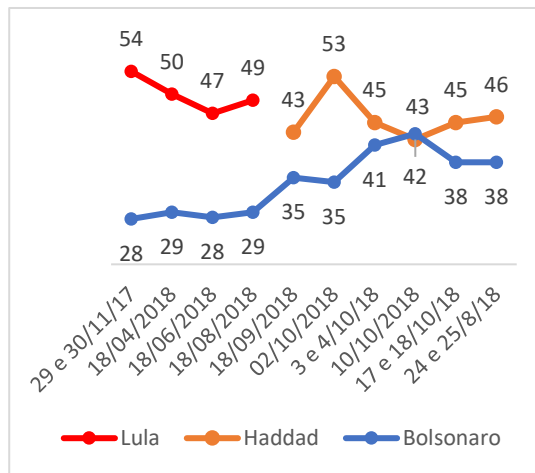


Gráfico 116 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2017 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Sugiro a hipótese de que o maior acesso dos membros dessas religiões (espírita, afro-brasileira, ateus e sem religião) à internet seja a variável explicativa para os picos de popularidade de Bolsonaro entre o final do primeiro turno e meados do segundo, como também para a maior efetividade do movimento “vira voto” na reta final do segundo turno. Ambas as mobilizações possuíam forte apelo virtual. O Gráfico 117 abaixo mostra que o percentual de usuários de redes sociais nesses segmentos, em 2018, se aproximava de 90%. Por outro lado, entre os católicos e evangélicos ainda era alta a porcentagem de pessoas sem contas em redes sociais, 40 e 30%, respectivamente. Número semelhante à utilização do aplicativo WhatsApp²⁶⁰, como mostra o Gráfico 118, a principal rede social usada para disseminação de informações sobre os candidatos em 2018.

Gráfico 117 - Possui conta em redes sociais? (%)

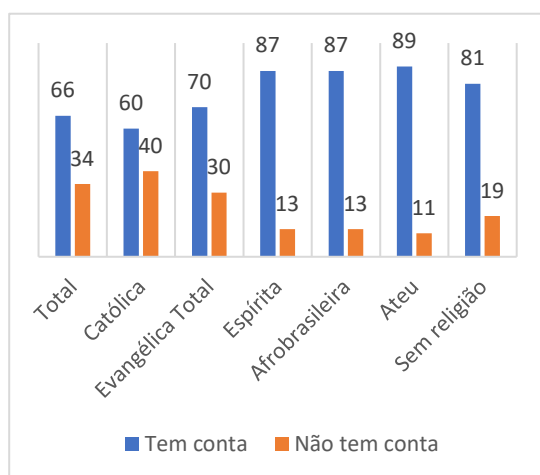
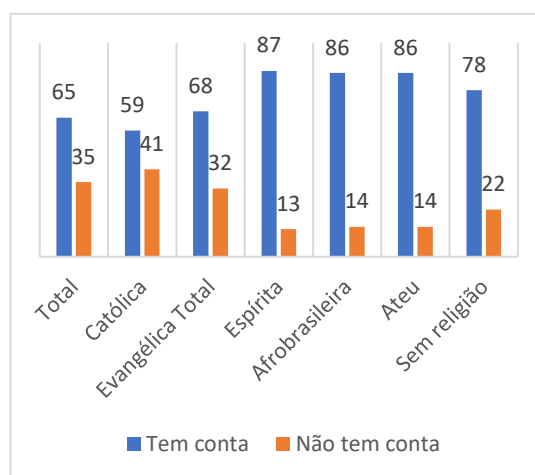


Gráfico 118 - Possui conta no WhatsApp? (%)



Fonte: Datafolha (2017 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Os Gráficos de 119 a 124 a seguir se referem à intenção de votos em Bolsonaro, Lula e Haddad para o segundo turno nos subgrupos evangélicos pesquisados pelo Datafolha em 2018. A maior vantagem de Lula no último levantamento com seu nome como possível candidato ocorreu entre os evangélicos neopentecostais (Gráfico 121). Nesse segmento, o petista tinha 21 pontos de vantagem sobre Bolsonaro. Após a entrada de Haddad como cabeça de chapa, o PT perdeu 7 pontos percentuais e o candidato do PSL avançou 16%. Bolsonaro abria 30 pontos de vantagem no levantamento dos dias 17 e 18 de outubro. Entretanto, perderia

²⁶⁰ FONSECA (2021, p. 80) demonstrou haver um intenso uso de grupos de WhatsApp por evangélicos. Isso, provavelmente explica, diz o autor, uma maior percepção da circulação de fake News entre os membros desse segmento religioso.

8% na reta final, possivelmente como o resultado da campanha “vira voto”. Foi entre os neopentecostais também que Bolsonaro obteve a menor vantagem sobre Haddad, às vésperas do domingo de votação: 15%.

No grupo pentecostal (Gráfico 120), o capitão reformado se distanciaria 29 pontos de Haddad após se classificar para o segundo turno, demonstrando o entusiasmo do grupo com a possibilidade de eleição de um candidato com uma agenda eleitoral alinhada aos valores do cristianismo tradicionalista. Nesse segmento, diferente dos demais, Bolsonaro não perderia eleitores com o movimento “vira voto” e alcançaria 38 pontos à frente de Haddad na véspera do domingo de votação. A vantagem final de Bolsonaro entre os evangélicos tradicionais (Gráfico 119) foi menor. O ex-capitão terminaria com 29 pontos a mais que Haddad. Nesse segmento, Lula possuía a menor vantagem antes de ser impedido de sair candidato, somente 4%. Com Haddad no jogo, Bolsonaro avançaria 20 pontos.

O segmento “outras evangélicas” (Gráfico 122) foi o único em que o ex-presidente não liderava na pesquisa feita em agosto. Nesse mês, Bolsonaro já possuía 22 pontos de vantagem sobre o petista. A vantagem do candidato do PSL foi consolidada acima de 50% com a entrada de Haddad representando o PT e se manteve estável até o início da campanha do segundo turno, quando a diferença foi ampliada de 32 para 40 pontos percentuais. Entretanto, o movimento “vira voto” obteve relativo sucesso no segmento e, na véspera da votação, a diferença entre Bolsonaro e Haddad caiu para 29% das intenções de votos.

Gráficos 119 a 124 - Intenções de votos - 2º turno - 2018 (%)

Gráfico 119 - Evangélica tradicional

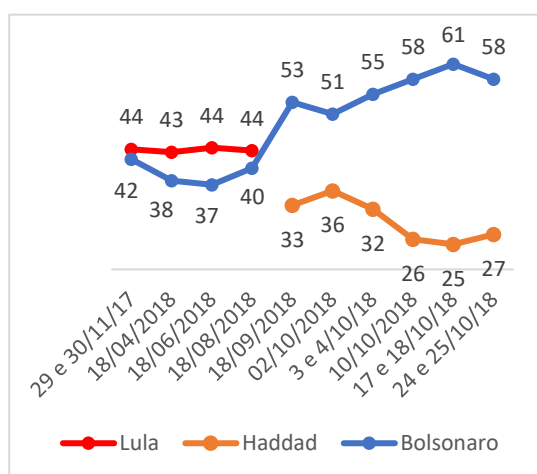


Gráfico 120 - Evangélica pentecostal

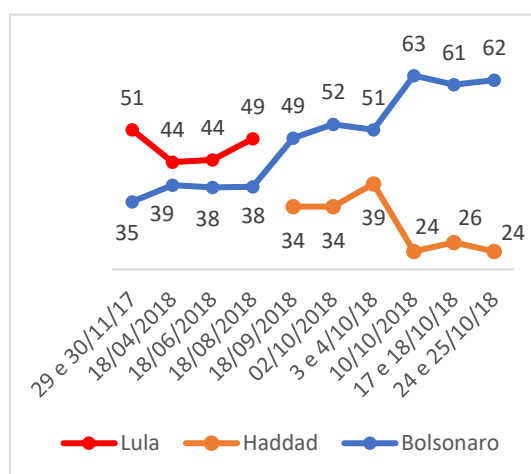


Gráfico 121 - Evangélica neopentecostal

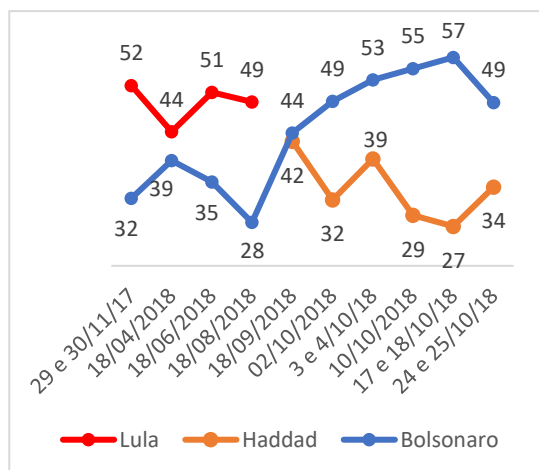


Gráfico 122 - Outras evangélicas

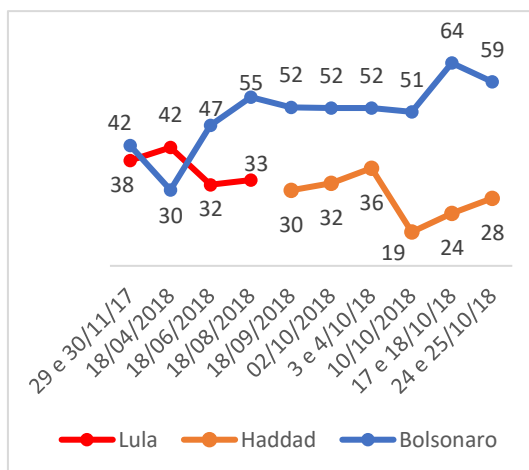


Gráfico 123 - Feminino

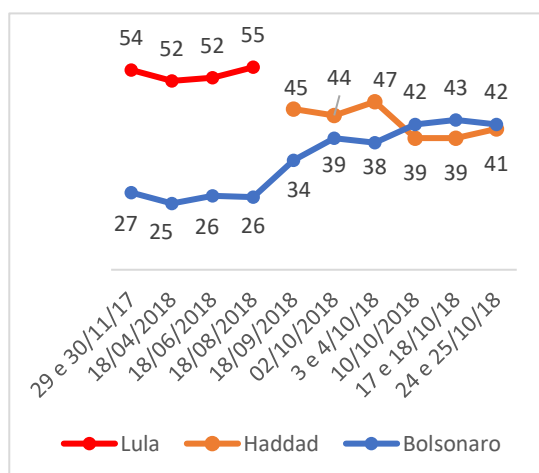
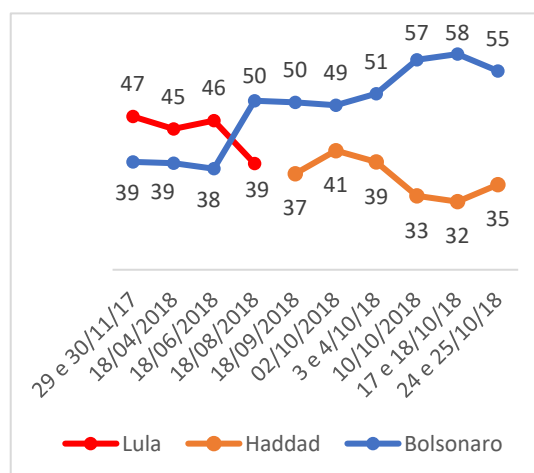


Gráfico 124 - Masculino



Fonte: Datafolha (2017 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Após o resultado, em 30 de outubro, Bolsonaro levou uma multidão ao delírio: “Eu tenho certeza de que não sou o mais capacitado, mas Deus capacita os escolhidos”. A frase foi dita durante um culto liderado por Silas Malafaia na Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Ovationado, o ex-capitão agradeceu a Deus por estar vivo e disse que o Brasil se encontrava em uma “situação complicada”, com crise ética, moral e econômica. Enquanto o presidente eleito discursava, Malafaia balançava a cabeça em sinal de aprovação, orgulhoso do sucesso eleitoral de seu favorito. A cena ilustra a “corrente social”, em termos durkheimianos, que chacoalhou o universo religioso cristão no segundo turno de 2018.

5.2 Haddad e o candidato ausente

Eu vou dizer para vocês o que é o Bolsonaro: ele é o casamento do neoliberalismo desalmado, representado pelo Paulo Guedes, que corta direitos trabalhistas e sociais, com o fundamentalismo charlatão do Edir Macedo. Isso que é o Bolsonaro. E sabe o que está por trás dessa aliança? Em latim se chama “aura sacra fames”, fome de dinheiro. Só pensam em dinheiro. É isso.²⁶¹

Era feriado de Nossa Senhora Aparecida, dia 12 de outubro. Fernando Haddad, presidenciável do PT, saía de uma missa na catedral dedicada à santa católica, no interior de São Paulo, quando foi parado por jornalistas. O petista, acompanhado de Manuela D’Ávila (PC do B), candidata a vice, deixou de lado a costumeira serenidade e elevou o tom contra o seu oponente. Aproveitou a ocasião e espinafrou o bispo da Igreja Universal, Edir Macedo. A fala, transcrita acima, foi replicada nas redes sociais do PT. Notadamente direcionada ao público católico, a declaração tinha o objetivo de reverter a queda nas intenções de votos no segmento religioso mais importante para o partido. Entre o resultado do primeiro turno, em 7 de outubro, e o dia do episódio (12), Haddad havia perdido 8 p.p. de intenções de votos no universo católico (caindo de 48 para 40%) e Bolsonaro assumido a liderança, com 46%. No último levantamento do Datafolha antes do domingo de votação do segundo turno, em 27 de outubro, entretanto, Haddad passaria a frente do ex-capitão no segmento com 1 p.p. de vantagem – como exibe o Gráfico 111 desta tese, demonstrando que a linguagem áspera do petista não fora totalmente em vão.

Fernando Haddad é professor do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. A sua carreira política teve início no movimento estudantil da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, nos anos 1980. Formou-se em Direito em 1985 e depois cursou o mestrado em Economia e o doutorado em Filosofia, todos pela USP. Já como professor da universidade, em 2001, foi chefe de gabinete da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do município de São Paulo, no início da gestão de Marta Suplicy. Em 2003, foi convidado a integrar a equipe de Guido Mantega, no Ministério do Planejamento, e, um ano depois, assumiu o cargo de secretário executivo do Ministério da Educação (MEC). De 2005 a 2012, foi ministro da pasta. Haddad deixou o MEC para concorrer à prefeitura de São Paulo. Vitorioso, governou a capital paulista de 2013 a 2016. Porém, perdeu a reeleição em 2016, de modo acachapante e no primeiro turno, para João Dória, do PSDB. O petista recebeu apenas 16,7% dos votos contra 53,2% do tucano.

²⁶¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/rdTbq4QiniM>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Nas eleições de 2018, Haddad assumiu a cabeça de chapa do PT após o TSE decidir pela inelegibilidade de Lula, em agosto. O partido manteve a escolha de protocolar o registro da candidatura do ex-presidente mesmo após a sua prisão em abril. Lula foi condenado em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro e em segunda instância²⁶² pelo Tribunal Federal da 4ª Região pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A ação envolvia a compra de um triplex no Guarujá, litoral paulista. Haddad, que possui registro na OAB, passou a integrar a equipe de advogados de Lula e teve o acesso facilitado ao cárcere da Polícia Federal em Curitiba, onde o ex-presidente estava preso. Foi noticiado pela Folha de S. Paulo que o pedido veio do próprio Lula. O ex-presidente pretendia definir o plano de governo do PT com Haddad. Esgotadas todas as alternativas jurídicas para que Lula fosse candidato, Haddad teve a responsabilidade de substituí-lo nas eleições e a difícil tarefa de derrotar a crescente onda bolsonarista.

O Datafolha perguntou, em abril, se eleitores consideravam a prisão de Lula justa ou injusta. O Gráfico 125 abaixo mostra o resultado total e por adesão religiosa. Na média nacional, 54% dos eleitores avaliavam que a Justiça havia agido corretamente ao prender o ex-presidente e 40% acreditavam que a prisão era injusta. Entre as religiões pesquisadas, o maior percentual a favor da prisão estava no grupo espírita, com 71% afirmando ter sido justo o encarceramento. Provavelmente se trata de outro caso em que a variável religião é reforçada por outras características demográficas (PIERUCCI; PRANDI, 1994, p. 44), como escolaridade e renda²⁶³, uma vez que os espíritas possuem, relativamente, altas escolaridade e renda. O instituto indicou que 53% do segmento possuía ensino superior e 39% renda acima de 5 salários-mínimos. No Gráfico 126 a seguir, observamos que à medida em que a escolaridade, a renda e a classe social aumentam, também cresce a aprovação à prisão do ex-presidente.

²⁶² A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135 de 2010) determina que candidatos com o mandato cassado, que renunciem para evitar a cassação ou que tenham sido condenados em órgãos colegiados, mesmo com a possibilidade de recurso, não podem concorrer a eleições. Lula se encaixava nesse último critério. Embora a decisão de condenação em primeira instância tenha sido monocrática do juiz Sérgio Moro, o petista foi condenado pelo colegiado do TRF4 e teve a sua pena aumentada em 2 anos, além dos dez anos e seis meses determinados por Moro.

²⁶³ Os espíritas formavam, em 2018, o grupo religioso de maior escolaridade e renda. Segundo o Datafolha, cerca de 53% dos adeptos possuíam nível superior e 39% ganhavam acima de 5 salários-mínimos.

Gráficos 125 e 126 - Opinião acerca da prisão de Lula (%)

Gráfico 125 - Religião

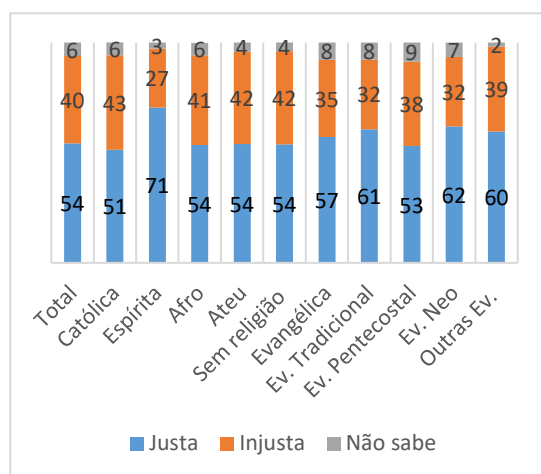
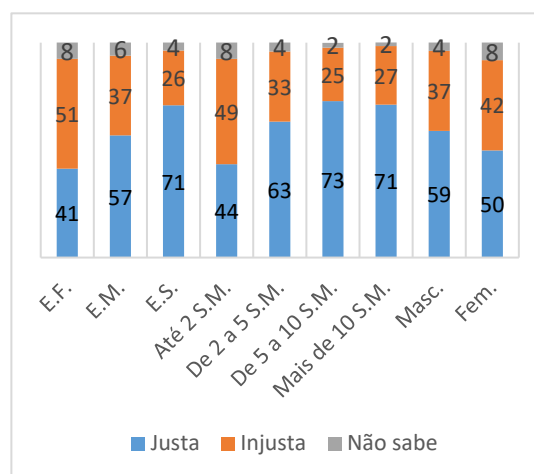


Gráfico 126 - Escolaridade, renda e sexo



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Nota: Pergunta: No sábado passado Lula foi preso. Na sua opinião, a prisão de Lula foi justa ou injusta? Pesquisa realizada no dia 18/04/18.

Por outro lado, o mesmo fenômeno não explica a concordância de 62% dos evangélicos neopentecostais com a prisão do petista, como mostra o Gráfico 125 anterior. Em razão da baixa escolaridade e da menor renda do grupo, a expectativa seria que a concordância com a prisão do petista fosse abaixo de 44% na medição realizada pelo instituto em abril. Assim, a religião aparenta ser a principal variável explicativa para a alta aprovação do encarceramento de Lula no segmento neopentecostal. Nas demais categorias evangélicas, a porcentagem de apoio à prisão de Lula ficou acima da média nacional (54%), com exceção dos pentecostais, em que 53% consideraram justa a prisão. Já o menor percentual de apoio à prisão do ex-presidente ocorreu entre os católicos, o único grupo religioso abaixo da média nacional, com 51% considerando a prisão do ex-presidente justa.

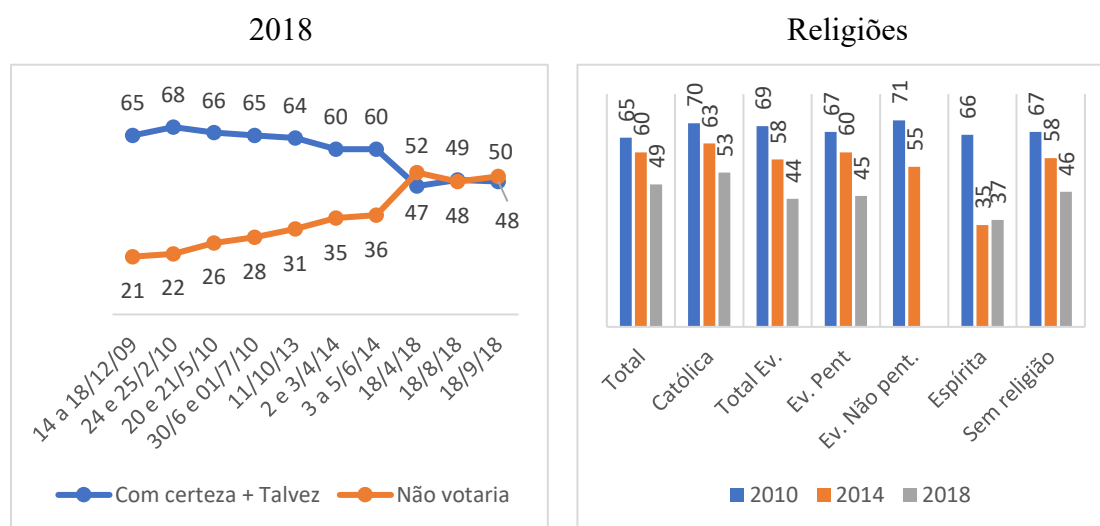
Também foi entre os pentecostais o maior índice daqueles que não sabiam dizer se a prisão havia sido justa ou injusta, 9%. Esse número sugere um possível conflito entre os interesses de classe e a filiação religiosa evangélica, visto que a sustentação eleitoral do lulismo estaria na base da pirâmide social, como demonstrou Singer (2012, p. 16). A alta taxa de eleitores que consideravam justa a prisão e o impedimento da candidatura de Lula, como mostrei nos Gráficos anteriores, se refletia no potencial de transferência de votos do ex-presidente. O Gráfico 127 a seguir mostra a redução de 15 p.p., entre 2009 e 2018, no total de eleitores que votariam “com certeza” ou “talvez” votassem em um candidato indicado pelo ex-presidente.

Por grupo religioso, entre 2010 e 2018, como mostra o Gráfico 128 a seguir, a redução foi de 17 p.p. entre os católicos e 25 p.p. no total de evangélicos. Também chama a atenção que, no grupo sem religião, a capacidade de Lula atrair votos tenha diminuído 21 p.p. e entre os espíritas 29 p.p., sendo a mais alta do período. Sugiro novamente a hipótese de que, no grupo espírita, as variáveis escolaridade e renda interajam com a religião, potencializando o seu efeito. Os segmentos de classe média, renda e escolaridade elevadas foram os mais refratários às acusações de corrupção envolvendo a Petrobrás durante o governo Dilma e os principais integrantes das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013, conforme demonstraram Telles (2016)²⁶⁴ e Singer (2013)²⁶⁵.

Gráficos 127 e 128 - Potencial de transferência de votos de Lula (%)

Gráfico 127 - Série histórica - 2009 a

Gráfico 128 - 2010, 2014 e 2018 -



Fonte: Datafolha (2009 a 2018) / Elaboração própria (2023).

Nota: No gráfico 128, as pesquisas foram realizadas nos dias 30/06 e 01/07/2010, 03 a 05/06/2014 e 18/08/2018.

Examinando os levantamentos realizados pelo Datafolha em 2018 em que havia a pergunta sobre o potencial de atração de votos do ex-presidente, percebemos que na média nacional Lula manteve o índice em cerca de 48%. Entre os fiéis católicos, o avanço foi discreto entre abril (mês de sua prisão) e setembro, apenas 3 p.p. Nas religiões afro-brasileiras, ateus e

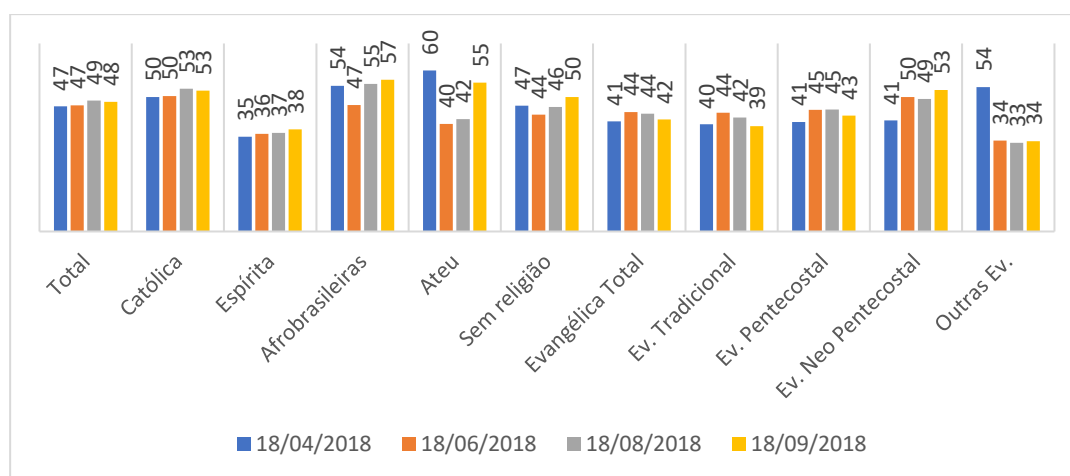
²⁶⁴ A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno.

²⁶⁵ Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Singer identifica dois pontos de vista sobre os acontecimentos de junho de 2013. De um lado, pesquisas de opinião que apontam que o perfil dos manifestantes era de classe média; de outro, pesquisadores que diziam ser populações do precariado. O autor opta por um terceiro caminho, ou seja, considerar que o movimento aglutinou ambos os grupos: a classe média tradicional e o “novo proletariado”, trabalhadores com carteira assinada, mas de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

os sem religião, houve o decréscimo da influência do ex-presidente entre abril e junho, com a tendência de recuperação acima da média nacional no mês de setembro. Já entre os espíritas, o apoio de Lula mais afastava do que atraía votos. Em setembro, apenas 39% do segmento dizia considerar votar em um candidato apoiado pelo ex-presidente.

Nos blocos evangélicos, como mostra o Gráfico 129 a seguir, apesar de as somas totais ficarem abaixo das médias nacionais, chama a atenção que o grupo neopentecostal apresente uma curva ascendente da influência de Lula como cabo eleitoral. Entre abril e setembro, houve o aumento de 12 p.p. no número de eleitores neopentecostais que afirmavam considerar votar em um candidato apoiado por Lula. Dois meses após a prisão do petista, em junho, o aumento foi da ordem de 9 p.p. Os dados permitem concluir que fatores de curto prazo e a interação de variáveis com a religião tenham ocasionado a ampliação da influência do petista no grupo, mesmo após a sua prisão, fenômeno semelhante àquele observado entre os afro-brasileiros e ateus.

Gráfico 129 - Potencial de transferência de votos de Lula - 2018 (%)



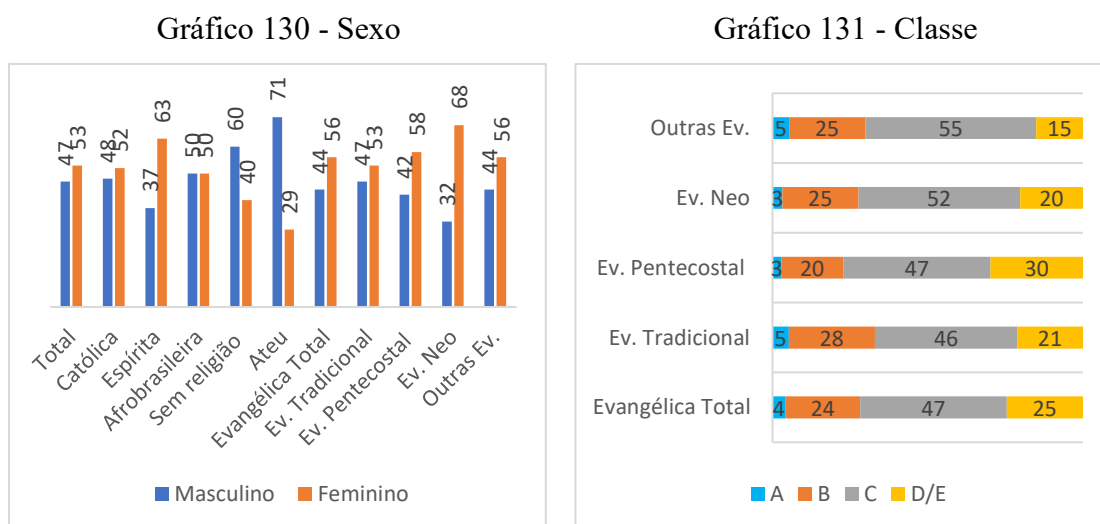
Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Em um primeiro momento, podemos supor que a variável religião, no caso dos neopentecostais, esteja sendo reforçada pela classe social do entrevistado, uma vez que o grupo advém predominantemente das camadas populares. Ainda que isso seja verdade, a amostra do Datafolha de 2018 indicou que o total dos evangélicos possuem características de classe social semelhantes ao subgrupo neopentecostal. Nessa situação, as curvas de crescimento da influência de Lula deveriam ser análogas nos dois casos. Todavia, no total dos evangélicos a curva é uma parábola voltada para baixo e, no grupo neopentecostal, uma curva positiva, como visto no Gráfico 129 anterior. Assim, temos elementos para concluir que outra variável, em

interação com religião e classe social, seja a responsável pelo crescimento da influência do petista entre os neopentecostais.

A variável explicativa, nesse caso, é o sexo declarado do eleitor. Os dados do Datafolha confirmam que, além de serem majoritariamente das classes C e D, os neopentecostais são formados predominantemente por mulheres. De acordo com as informações coletadas pelo instituto em abril de 2018, 68% dos eleitores neopentecostais eram do sexo feminino (Gráfico 130), a maior porcentagem de mulheres entre as religiões pesquisadas, e apenas 32% homens. O Gráfico 131 abaixo mostra a estrutura de classes do universo evangélico segundo o Datafolha de outubro de 2018. As porcentagens não diferem significativamente de modo a justificar o crescimento da influência de Lula no segmento neopentecostal.

Gráficos 130 e 131 - Perfil da amostra 2018 (%)



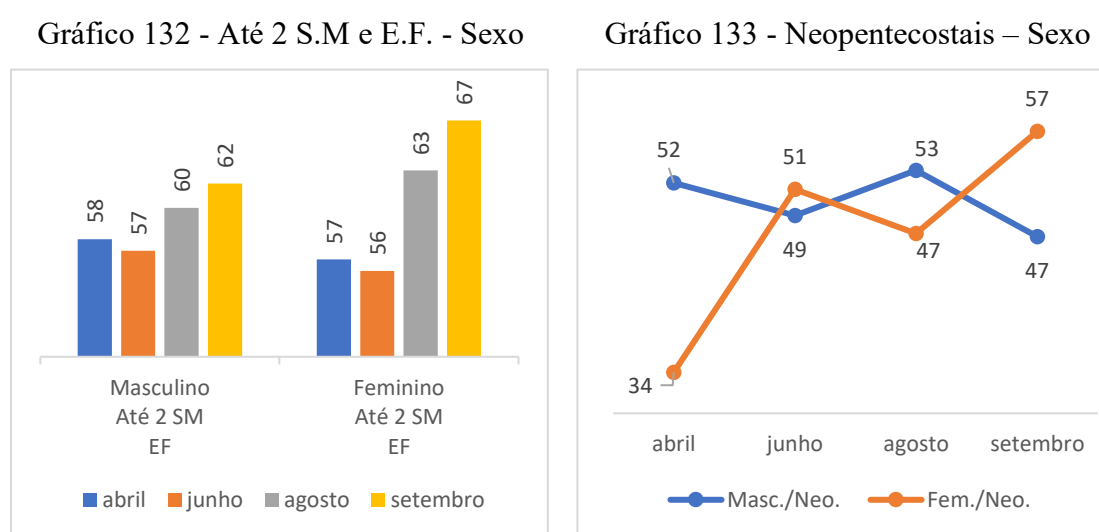
Fonte: Datafolha (2018) (03 e 04/10/18) / Elaboração própria (2023).

Para comprovar a hipótese da interação das variáveis religião, sexo e classe (considerando as suas dimensões de renda e escolaridade) no crescimento da influência de Lula entre os neopentecostais, elaborei os Gráficos a seguir. O primeiro, Gráfico 132, mostra o percentual de eleitores, de acordo com o sexo, que possuem até o ensino fundamental completo, ganham até 2 salários-mínimos e responderam afirmativamente que “votariam com certeza” ou “talvez” votassem em um candidato apoiado pelo ex-presidente. Entre os meses de abril e setembro, o crescimento no grupo masculino foi de 4 p.p. e 10 p.p. entre as mulheres. Já o Gráfico 133 exibe a curva das respostas à mesma questão, considerando apenas o grupo neopentecostal e o sexo do entrevistado. No universo neopentecostal masculino, a influência de

Lula é flutuante, com a perda total de 5% no período (de 52 para 47%) e não repete a tendência de crescimento do Gráfico 132.

Já no universo feminino neopentecostal (Gráfico 133), a trajetória da curva é ascendente e o incremento foi da ordem de 23 p.p. entre abril e setembro²⁶⁶. Na última rodada da pesquisa, 57% das mulheres neopentecostais diziam votar com certeza ou poderiam votar em um candidato apoiado por Lula, 9 p.p. a mais que a média nacional, mostrada no Gráfico 132, e 10 p.p. acima do segmento neopentecostal masculino.

Gráficos 132 e 133 - Potencial de transferência de votos de Lula (%)



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Além de corroborar a hipótese que defendo acerca da interação das variáveis religião, sexo e classe (escolaridade e renda) na explicação do crescimento da influência de Lula entre os neopentecostais, os dados acima problematizam a tese de Araújo (2019) a respeito do voto dos evangélicos das camadas empobrecidas da população. O autor argumenta que o pentecostalismo “fomenta a rejeição aos partidos de esquerda entre os eleitores de baixa renda”²⁶⁷ (p. 13). Esses, em vez de votarem em políticos com agendas redistributivas, optariam por candidatos defensores de pautas morais conservadoras, convergentes com as suas crenças religiosas e divergentes de seus interesses econômicos. No caso acima (Gráfico 133), o fato de

²⁶⁶ É importante mencionar que Edir Macedo, líder da Universal, irá manifestar apoio a Bolsonaro somente no dia 30/09. Infelizmente não há pesquisas de opinião com o nome de Lula após esse período, o que permitiria comparar o impacto das declarações de Macedo no potencial de transferência de votos do petista.

²⁶⁷ É preciso lembrar que, em 2002, o evangélico Antony Garotinho concorreu por uma legenda de esquerda, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e foi o mais votado entre os evangélicos. Não obstante, o político se apresentava em algumas situações como o “o mais comunista” entre todos os candidatos.

57% das mulheres neopentecostais cogitarem votar em um candidato indicado por Lula demonstra que fatores de curto prazo são capazes de alterar o sentido do voto.

Podemos supor que, à medida em que as posições misóginas de Bolsonaro ficavam evidentes para o eleitor neopentecostal ao longo dos meses de campanha, culminando no movimento “Ele Não” realizado em setembro, aumentava a probabilidade dos homens e diminuía a das mulheres neopentecostais de votar no ex-capitão. Ademais, é preciso questionar se os “nativos” classificam as agendas eleitorais da direita e da esquerda²⁶⁸ tal qual o pesquisador. Para responder a essa questão, produzi os Gráficos (134 e 135) abaixo com base na pesquisa Datafolha de abril. O instituto perguntou aos eleitores qual candidato, Haddad ou Bolsonaro, defendia os pobres. Na média nacional (Gráfico 135), a maioria considerou Haddad o candidato que defendia os pobres, 54%, e apenas 31% disse ser Bolsonaro. Entretanto, há uma considerável amplitude entre as diferentes confissões religiosas. Enquanto cerca de 70% dos seguidores de religiões afro-brasileiras e ateus atribuem a Haddad a defesa dos pobres, somente 44% no total dos evangélicos possuem a mesma opinião sobre o candidato do PT. Olhando os números pelo recorte de classe, 64% dos membros das classes D e E disseram que Haddad era o defensor dos pobres e 21% Bolsonaro.

Gráficos 134 e 135 - Qual candidato defende os pobres? (%)

Gráfico 134 - Religião

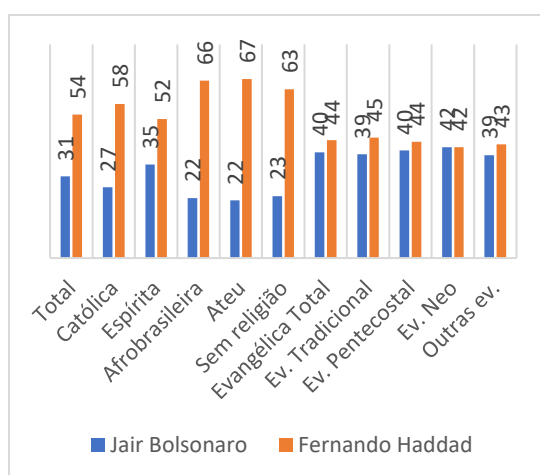
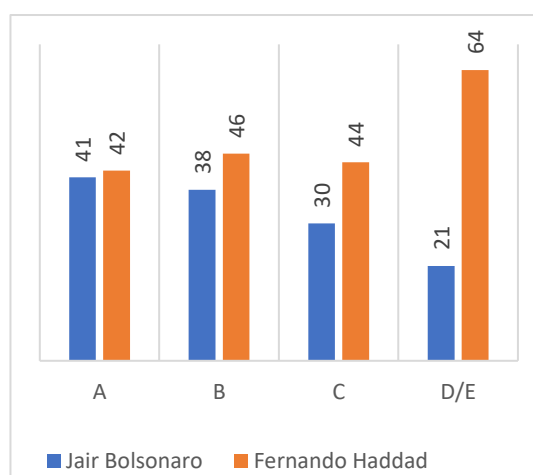


Gráfico 135 - Classe

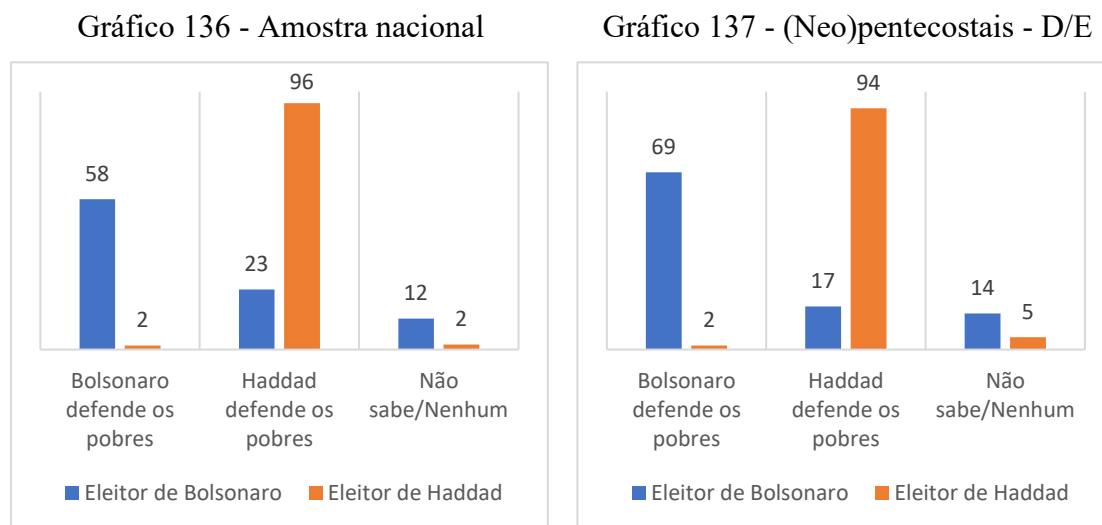


Fonte: Datafolha / Elaboração própria (2023).
Nota: pesquisa realizada em 18/04/18.

²⁶⁸ Bobbio (2011, p. 111) afirma que o critério mais frequentemente utilizado para diferenciar esquerda e direita é a postura diante do ideal de igualdade. Entretanto, o entendimento dos eleitores pode não corresponder às expectativas do pesquisador. Singer (2002, p. 21) faz um consistente levantamento da literatura internacional e brasileira sobre a relação entre ideologia e voto. O tema é amplo e complexo.

As informações acima, em uma leitura apressada, parecem abrir caminho para a comprovação da tese de Araújo (2019). Entretanto, os dados a seguir dão “uma volta a mais no parafuso”. No Gráfico 136, cruzei a informação “qual candidato defende os pobres?” de acordo com a intenção de votos da amostra nacional. 58% dos eleitores de Bolsonaro enunciaram que o ex-capitão era o candidato que mais defendia os pobres e 23% Haddad. Já o Gráfico 137 mostra a mesma informação, “qual candidato defende os pobres?”, de acordo com a intenção de votos, mas se restringe ao público pentecostal e neopentecostal das classes D e E. Os dados revelaram que 69% dos (neo)pentecostais das classes D e E que tinham a intenção de votar em Bolsonaro o consideravam o principal defensor dos pobres. Esse número é 38 p.p. acima da média nacional (31%) mostrada no Gráfico 134 anterior, e 10 p.p. a mais que o total dos eleitores do capitão reformado (Gráfico 136). Assim, temos elementos para concluir que há um descompasso entre a classificação dos programas dos candidatos feita pelos eleitores (neo)pentecostais e àquela cunhada pelo pesquisador.

Gráficos 136 e 137 - Qual candidato defende os pobres? (%)



Fonte: Datafolha (2018) (18/04/18) / Elaboração própria (2023).

Nota: uma vez que Araújo (2019) não faz uma distinção entre igrejas pentecostais e neopentecostais, aglutinei na mesma variável os dois segmentos pesquisados pelo Datafolha.

Para a maioria dos evangélicos (neo)pentecostais das classes D e E, votar em Bolsonaro significou, sim – embora não aos olhos do cientista –, escolher uma agenda de governo que privilegiava as populações mais carentes. Na visão do “nativo”, não há qualquer incoerência entre voto e classe social. Esse achado precisaria ser mais bem explorado por meio de pesquisas qualitativas, mas é possível afirmar que a premissa segundo a qual “os eleitores são capazes de identificar programas eleitorais com propostas redistributivas” (ARAÚJO, 2019,

p. 12) não se confirma empiricamente. Pelo menos não conforme a expectativa do investigador. Outras perguntas que cabem é questionar se o “nativo” se considera pobre, qual é o tipo de “defesa” que os eleitores julgam que seus candidatos podem executar dos “pobres” e se a estratégia de marketing dos partidos de direita “enganam” o eleitor ao transmitir a imagem de defesa dos pobres, não a cumprindo na prática. Essas questões, entretanto, fogem ao escopo desta tese.

Concordo com Araújo (2019, p. 14) que exista uma disposição no meio evangélico de votar contra o PT. Pesquisas de opinião têm mostrado isso desde 1989. Todavia, é somente meia verdade afirmar que o eleitor (neo)pentecostal de baixa renda vota contra pautas redistributivas. Se a “religião distrai os pobres”, ela não altera, apesar disso, a sua percepção acerca das necessidades materiais de sobrevivência. Ao votar em plataformas de direita motivados por pautas morais, os pobres (neo)pentecostais acreditam que estão escolhendo um programa de governo que irá trabalhar para a melhoria de suas condições materiais básicas de subsistência, e não o contrário.

O deputado evangélico Sóstenes Cavalcante (DEM-AL) resumiu a escolha de Haddad como presidenciável no lugar de Lula de modo irônico: “O PT está de parabéns, pois conseguiu um feito que nem Jesus conseguiu, unir todos os evangélicos”. O assembleiano Silas Malafaia também alfinetou o partido e nomeou a decisão de “lambança”²⁶⁹. É preciso lembrar que Haddad chefiava o Ministério da Educação em 2011 quando foi elaborado o programa Escola Sem Homofobia, logo depois apelidado por Jair Bolsonaro de “kit gay”. Lideranças religiosas usaram o episódio para desgastar o governo Dilma e a gestão de Haddad na pasta, alegando “forçarem temas morais”, nas palavras de Malafaia. “Aí nós deitamos e roamos, jantamos o Haddad no mundo evangélico”²⁷⁰, completou o pastor em entrevista à Folha de S. Paulo no dia da votação do primeiro turno de 2018.

Levando em conta as falas acima, é possível dar outra volta no parafuso na compreensão da queda de 22 p.p. nas intenções de votos do PT após Haddad assumir a cabeça de chapa no lugar de Lula, conforme mostrei no Gráfico 99. Mais que o antipetismo existente nas igrejas evangélicas desde primeira eleição direta da Nova República, o segmento era refratário à hipótese de o ex-ministro da Educação se tornar presidente em razão do imbróglio do chamado “kit gay”. Além disso, Haddad possuía o desafeto da Igreja Universal desde as eleições municipais de 2012, quando concorreu contra Celso Russomano, candidato do PRB,

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

partido ligado à igreja²⁷¹. Ademais, ao longo da gestão do petista na prefeitura de São Paulo, houve uma polêmica envolvendo o alvará de construção e funcionamento do Templo de Salomão, a menina dos olhos de Edir Macedo²⁷². A indisposição a Haddad somada ao relativo desconhecimento de seu nome pelo amplo eleitorado ocasionaram a diminuição de 10 p.p. no total dos evangélicos após se credenciar para o segundo turno, enquanto Bolsonaro ganhou 7 p.p. (Gráfico 112).

Na tentativa de diminuir a rejeição de seu candidato entre os evangélicos, o PT recuperou a tática usada nas eleições anteriores de correlacionar os programas sociais dos governos petistas aos valores cristãos, sobretudo o cuidado com os pobres. Em outra investida, o partido lançou nas redes sociais uma comparação do casamento longevo de Fernando Haddad e sua esposa, Ana Estela, às três uniões de Bolsonaro²⁷³. Ana Valle, a segunda mulher do ex-capitão, já o havia acusado de furtar suas joias e de agressividade²⁷⁴. A propaganda do PT visava questionar a bandeira de Bolsonaro em torno da família, mostrando que a legítima família tradicional era a de Haddad. Na contraofensiva, Flávio Bolsonaro publicou em suas redes sociais uma postagem do escritor Olavo de Carvalho afirmando que candidato do PT escrevera um livro promovendo o incesto para implantar o socialismo²⁷⁵.

O escritor, radicado nos EUA, se referia à obra *Em defesa do socialismo*, de autoria de Haddad e publicada pela editora Vozes, em 1998. Fotos das páginas do livro *Decálogo de Lênin*, falsamente atribuído à Vladimir Ilyich Ulyanov, líder da revolução russa, passaram a circular na internet como se estivessem sido escritas por Haddad²⁷⁶. Sites de checagem contataram a editora e desmentiram a *fake news*. Para conter os boatos digitais no meio religioso, o PT se aproximou de líderes evangélicos. Em meados de outubro, Haddad se reuniu com cerca de 200 lideranças das igrejas Metodista, Luterana, Batista, Anglicana, Assembleia de Deus e Presbiteriana²⁷⁷. No encontro, foram gravados vídeos refutando as acusações recebidas pelo

²⁷¹ Cerqueira (2021, p. 15) faz uma análise do modo como a Igreja Universal “instrumentalizou sua atuação política ao criar seu próprio partido, o Republicanos”. Gutierrez (2017) também fez um importante estudo sobre a relação entre o partido e a igreja de Edir Macedo.

²⁷² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/atritos-de-haddad-e-edir-macedo-vem-da-epoca-da-liberacao-de-templo-salomao.shtml>

²⁷³ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/opinio-casamentos-de-haddad-e-bolsonaro-va-entrar-na-campanha/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/e-falso-que-haddad-defende-incesto-em-livro-publicado-em-1998/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁷⁶ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-fernando-haddad-defendeu-em-livro-sexo-entre-pais-e-filhos/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁷⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/haddad-usa-encontro-com-evangelicos-para-rebater-fake-news-23162606>. Acesso em: 29 mar. 2023.

petista. Os religiosos oraram pela vitória e o candidato relembrou seu avô paterno, Cury Habib Haddad, que foi padre da Igreja Ortodoxa no Líbano.

Outras notícias falsas circularam nos grupos de WhatsApp evangélicos. Em setembro, durante a onda de protestos do “Ele Não”, organizada por mulheres em razão das posições misóginas de Bolsonaro, vários grupos de WhatsApp com religiosos receberam supostas imagens das manifestações com “mulheres com o peito de fora” e “homens se beijando”, como disse o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Hidekazu Takayama, à reportagem da Folha de S. Paulo²⁷⁸. O político já havia criticado o avanço de pautas LGBT durante o governo petista: “onde já se viu, Adão casado com Evo, ou Eva com Ada”²⁷⁹. Para o religioso, Bolsonaro seria “uma espécie de inseticida contra os extremistas do outro lado”²⁸⁰.

Para conter o avanço da “corrente social”, no sentido durkheimiano do termo²⁸¹, ao redor da candidatura do ex-capitão, Haddad se aproximou de evangélicos progressistas. Apesar de diminuta, a ala evangélica “mais à esquerda” cumpria o papel de deslegitimar as acusações recebidas pelo PT de ser anticristão, a favor do aborto e de que fecharia igrejas no caso da vitória de Haddad. A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito publicou, em setembro, um manifesto se opondo à candidatura de Bolsonaro²⁸². No documento, os religiosos criticavam as opiniões do candidato do PSL sobre o armamento de civis, racismo, misoginia, apologia à tortura, entre outros. Uma das lideranças do movimento, Ariovaldo Ramos, pastor da Comunidade Cristã Reformada, considerava não ser possível amparar as falas de Bolsonaro na cosmovisão cristã. O religioso também contestou, em entrevista à Rede Brasil Atual²⁸³, as pesquisas que mostravam o amplo apoio de evangélicos a Bolsonaro e circunscrevia o fenômeno às lideranças evangélicas.

Para acenar ao meio, Haddad divulgou, durante um encontro com evangélicos no mês de outubro, uma carta aberta endereçada ao segmento. O texto citava passagens da bíblia, em uma evidente confrontação ao slogan de Bolsonaro, João 8:32, “E conhecereis a verdade, e

²⁷⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/antipetismo-joga-maiores-lideres-evangelicos-do-brasil-no-colo-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/antipetismo-joga-maiores-lideres-evangelicos-do-brasil-no-colo-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁸¹ Musse (2007, p. 12) define corrente social como fatos sociais não cristalizados que possuem objetividade e ascendência sobre os indivíduos: “os grandes movimentos de entusiasmo, de indignação e de compaixão que se produzem não tem origem em nenhuma consciência particular. Chega a cada um de nós de fora, e são suscetíveis de nos mover apesar de nós”. Assim, podemos compreender a “onda” bolsonarista que varreu as igrejas evangélicas no segundo turno de 2018 como uma corrente social

²⁸² Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/frente-de-evangelicos-publica-manifesto-contra-a-candidatura-de-bolsonaro/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁸³ Idem.

a verdade vos libertará”. O documento mencionava o livro de Provérbios 12:22, “O Senhor odeia os lábios mentirosos, mas se deleita com os que falam a verdade”. O petista criticava o uso do WhatsApp para a disseminação de notícias falsas – lembrando a perseguição sofrida pelo PT desde 1989 –, se afirmava cristão e frisava ser casado há 30 anos com a mesma mulher. O petista ainda rememorava as suas ações no MEC, desmentia as acusações envolvendo ideologia de gênero, proibição de cultos e fechamento de igrejas e sugestionava que, caso eleito, revogaria a reforma trabalhista²⁸⁴. Por fim, pedia justiça contra as acusações mentirosas e o voto dos evangélicos.

Entretanto, as iniciativas não foram suficientes para reverter a corrente social que se formou em torno da candidatura de Bolsonaro. Os Gráficos abaixo (de 138 a 144) mostram a taxa de rejeição de Haddad e Bolsonaro entre o final do primeiro turno e a véspera da votação do segundo turno. Na média nacional (Gráfico 138), Haddad obteve o acréscimo de 14 p.p. de eleitores que diziam não votar “de jeito nenhum” no petista. A partir dos dados, é possível apreender que o crescimento da rejeição na média nacional ao candidato do PT se deveu principalmente ao movimento de católicos (Gráfico 139) e do total dos evangélicos (Gráfico 140). No grupo católico, a rejeição ao petista cresceu 12 p.p. passados dez dias da votação do primeiro turno. No mesmo período, houve o incremento de 20 p.p. de rejeição no total dos evangélicos. Por outro lado, no segmento espírita (Gráfico 141), a rejeição a Bolsonaro cresceu e a de Haddad diminuiu 3 p.p.

Nos demais blocos pesquisados, afro-brasileiras (Gráfico 142), sem religião (Gráfico 143) e ateus (Gráfico 144), Bolsonaro foi mais rejeitado que Haddad. O maior impacto do movimento “Ele não” ocorreu entre os eleitores das religiões afro-brasileiras e ateus. Após o crescimento da rejeição ao petista nos primeiros dez dias de campanha para o segundo turno (10 p.p. entre afro-brasileiros e 16 p.p. entre ateus), houve a diminuição de 10 p.p. em cada um dos segmentos.

²⁸⁴ Promulgada durante o governo de Michel Temer (PMDB), a reforma trabalhista alterou cerca de 200 pontos da legislação. Setores críticos argumentavam que ela reduziria os direitos dos trabalhadores. Para saber mais, ver em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/04/reforma-trabalhista-um-ataque-aos-direitos-historicos-conquistados-no-brasil/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Gráficos 138 a 144 - Rejeição no 2º turno de 2018 (%)

Gráfico 138 - Total

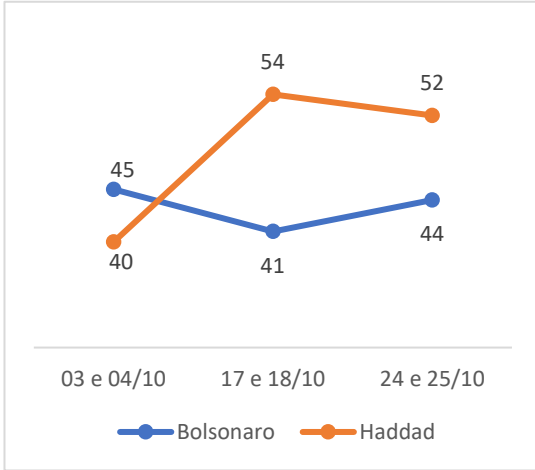


Gráfico 139 - Católica

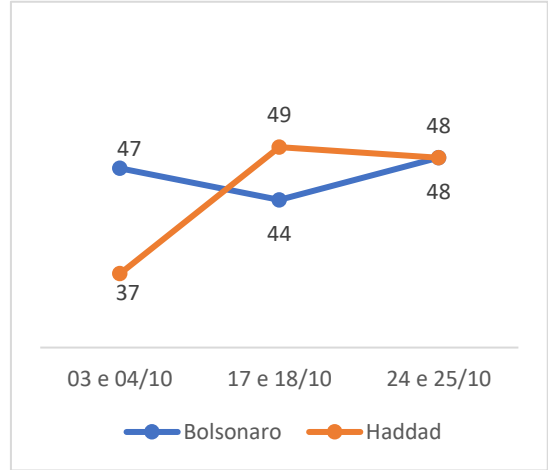


Gráfico 140 - Total evangélica

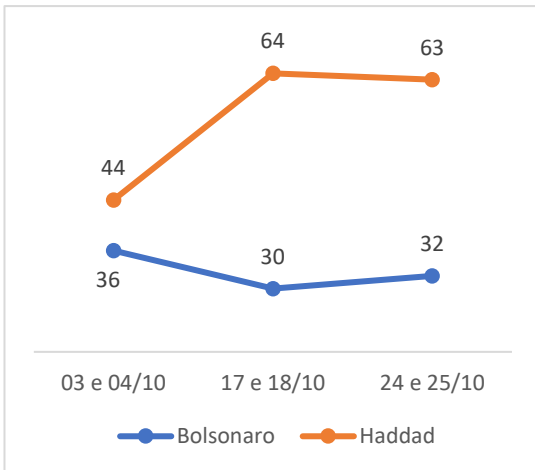


Gráfico 141 - Espírita

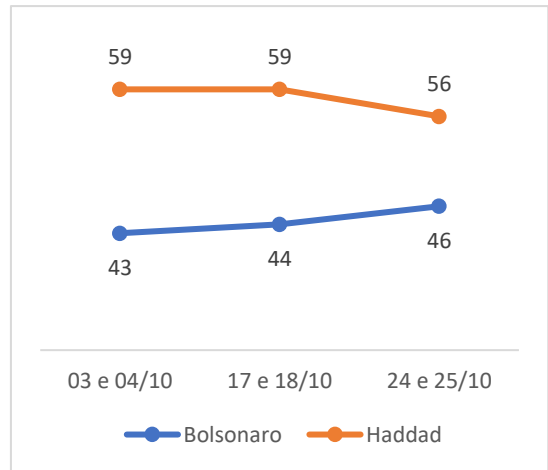


Gráfico 142 - Afro-brasileiras

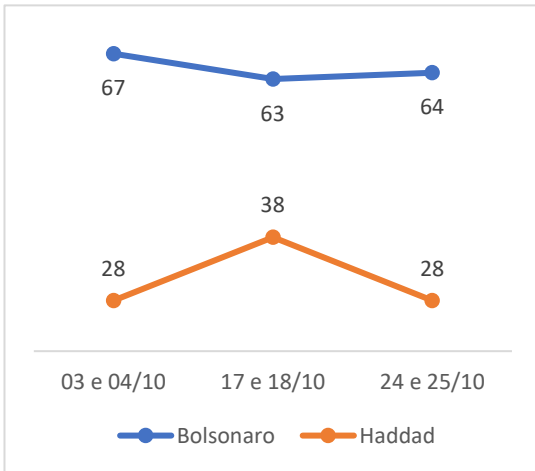


Gráfico 143 - Sem religião

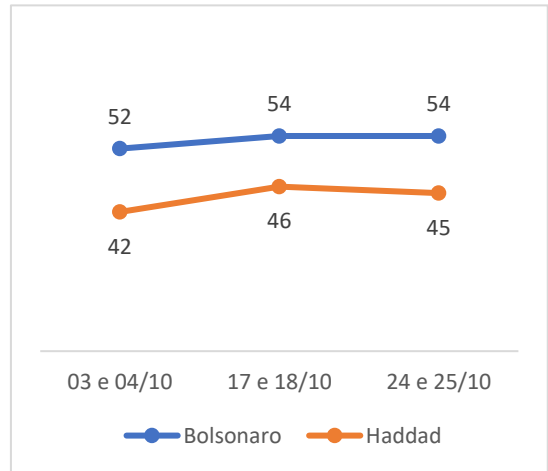
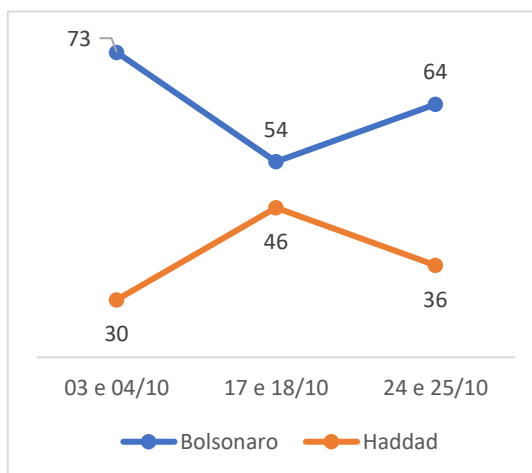


Gráfico 144 - Ateu



Fonte: Datafolha (2018)/ Elaboração própria (2023).

Quando olhamos para a rejeição nos diferentes segmentos evangélicos (Gráficos de 145 a 148 abaixo), temos uma dimensão da corrente social que varreu as igrejas entre o final do primeiro turno e a véspera do segundo. Faltando três dias para o domingo de votação do primeiro turno, Bolsonaro possuía 13 pontos a menos que o candidato do PT na rejeição dos evangélicos tradicionais (Gráfico 145) e neopentecostais (Gráfico 147), 8 p.p. a menos em “outras evangélicas” (Gráfico 148) e ganhava de Haddad por apenas 1 p.p. no segmento evangélico pentecostal (Gráfico 147). Passadas duas semanas, a vantagem de Bolsonaro havia se ampliado para 35% entre os evangélicos tradicionais, 34% entre pentecostais, 25% entre neopentecostais e 44% em “outras evangélicas”. Conforme mostrei anteriormente, o êxito do movimento “Ele Não” ocorreu no segmento neopentecostal, uma vez que a rejeição a Haddad diminuiu 7 p.p. e foi acompanhada pelo crescimento em 10 p.p. da rejeição a Bolsonaro. O grupo “outras evangélicas” também foi impactado pelo movimento: nele houve a diminuição de 8 p.p. na rejeição a Haddad e o crescimento de 5 p.p. daqueles que diziam não votar “de jeito nenhum” no ex-capitão.

Gráficos 145 a 148 - Rejeição nos segmentos evangélicos (%)

Gráfico 145 - Evangélica tradicional

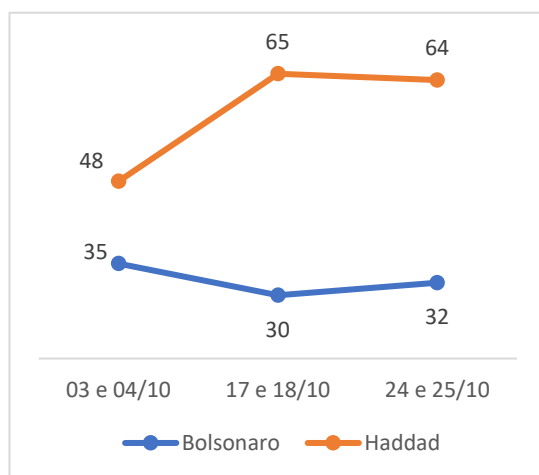


Gráfico 146 - Evangélica pentecostal

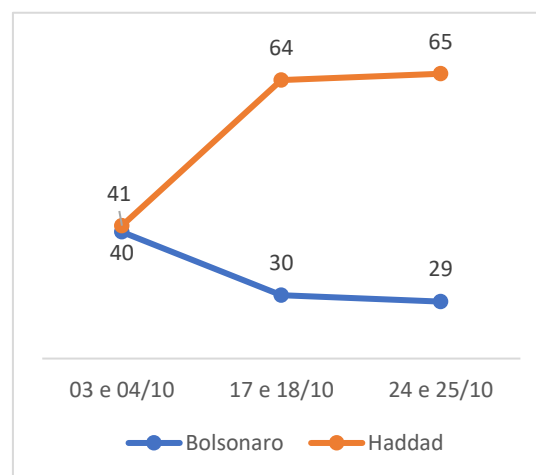


Gráfico 147 - Evangélica neopentecostal

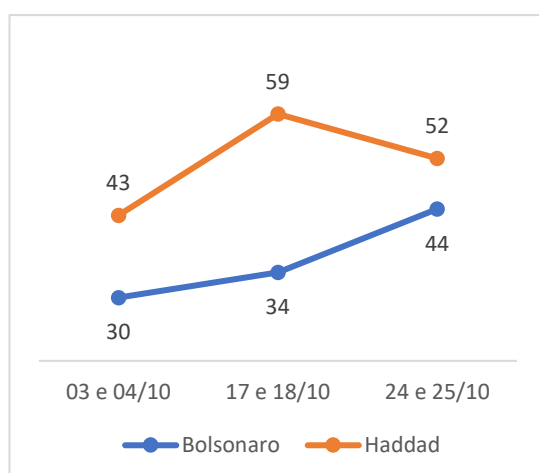
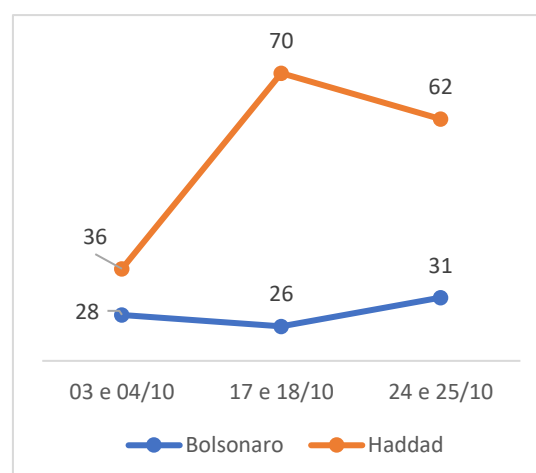


Gráfico 148 - Outras evangélicas



Fonte: Datafolha (2018)/ Elaboração própria (2023).

5.3 Marina e o declínio da terceira via

“As *fake news* não foi o Trump que inventou. Foi o João Santana, na campanha da Dilma, porque me pintaram como se [eu] fosse uma exterminadora do futuro”²⁸⁵.

Marina Silva, em 2018, ainda se queixava da ostensiva propaganda negativa montada pelo PT e PSDB a fim de desconstruir a sua candidatura quatro anos antes, como demonstrei nas seções anteriores. Em junho de 2018, a poucos meses da eleição, o TSE,

²⁸⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/eleicao-de-2014-foi-uma-fraude-afirma-marina.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

motivado por uma ação da Rede Sustentabilidade, partido de Marina Silva, solicitou ao Facebook a retirada de cinco postagens publicadas em 2017²⁸⁶ que acusavam a candidata de envolvimento na Operação Lava Jato²⁸⁷. As notícias mencionavam que a ex-senadora havia recebido propina da OAS, Odebrecht e de Eike Batista. Com as ações, Marina pretendia reverter o alto índice de rejeição herdado de 2014. Ao que tudo indica, a publicidade acusatória veiculada por petistas e tucanos na eleição anterior originou uma “indisposição de longo prazo” em parcela do eleitorado contra a ex-senadora. Levanto a hipótese de que esse fator, em interação com a “onda antissistema” da opinião pública, tenha sido o responsável por sua ampla rejeição e baixa votação nas eleições de 2018.

O Gráfico 149 abaixo mostra a taxa de rejeição de Marina a poucos dias das votações de primeiro turno em 2010, 2014 e 2018, e cruza com a intenção de votos nas mesmas datas. Mesmo que a candidata da Rede não tenha ocupado nenhum cargo eletivo no período, o percentual de eleitores que afirmava não votar nela “de jeito nenhum” cresceu 8 p.p. entre 2010 e 2014 e 5 p.p. entre 2014 e 2018, totalizando um aumento de 13 p.p. no período. Concomitantemente, a curva de intenção de votos cresceu 9 p.p. entre 2010 e 2014 e despencou 20 p.p. entre 2014 e 2018.

Olhando para a taxa de rejeição segundo as religiões pesquisadas em 2014 e 2018²⁸⁸, o principal aumento aconteceu no total dos evangélicos (Gráfico 150), com 10 p.p. a mais de eleitores que não pretendiam votar na ex-senadora. Nos grupos “sem religião” e “ateu”, a rejeição a Marina manteve-se inalterada em cerca de 25%. Já a rejeição, de acordo com as variáveis escolaridade e renda (Gráfico 151), revela que o maior incremento ocorreu nos segmentos no topo da pirâmide. Entre os eleitores com ensino superior, o aumento foi de 21 p.p. e, entre aqueles que possuem renda de 5 a 10 salários-mínimos, houve a adição de 20 p.p. na rejeição à candidata da Rede.

²⁸⁶ O perfil na rede social se autodenominava como uma “página dedicada aos mais de 84 milhões de brasileiros que são contra este governo corrupto, mentiroso e incompetente”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/tse-atende-a-pedido-de-marina-e-manda-apagar-noticia-falsa-sobre-ela.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Em 2010, o Datafolha não trouxe a informação por grupos religiosos.

Gráficos 149 a 151 - Taxas de rejeição à Marina (%)

Gráfico 149 - Rejeição e intenção de votos - Total (%)

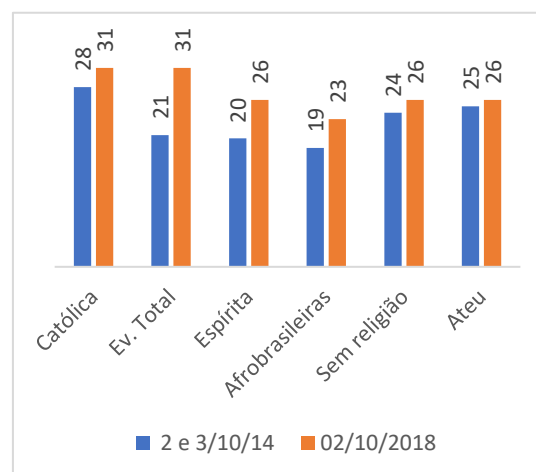
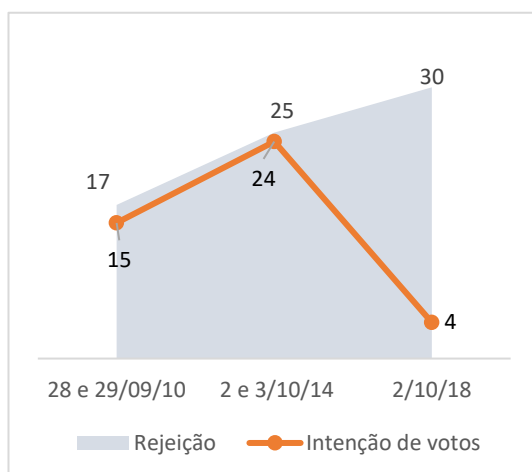
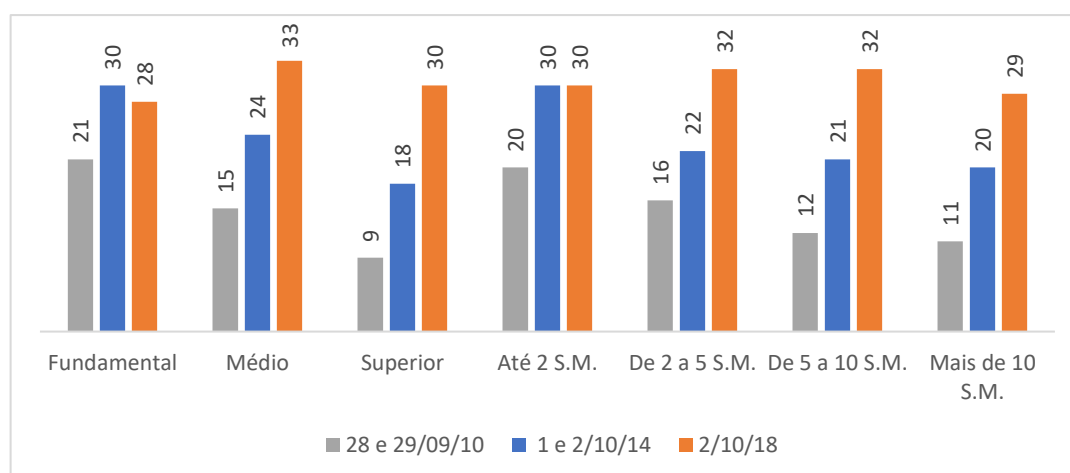


Gráfico 151 - Escolaridade e renda (%)



Fonte: Datafolha (2010, 2014 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Marina Silva teve dificuldades para formar uma coligação em 2018. Até o mês de julho, a ex-senadora não tinha um nome para ocupar o posto de candidato à vice-presidência. A fim de contornar a falta de apoio, a saída encontrada foi se aproximar de movimentos da sociedade civil como o Acredito, Agora!, Brasil 21 e Frente Favela Brasil²⁸⁹. Ainda que tenha sondado as siglas PHS, PMN, PPL, Pros e até mesmo o ator Marcos Palmeira, em busca de um vice, o escolhido pela ex-senadora foi Eduardo Jorge, seu antigo companheiro no PV. Sem outras adesões partidárias, em sintonia com a proposta da Rede Sustentabilidade de não fazer

²⁸⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/em-3a-tentativa-de-ser-presidente-marina-silva-recorre-a-partido-com-o-qual-rompeu.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

política de conveniência, foi criada a coligação “Unidos para transformar o Brasil”, aumentando o tempo de TV de Marina de 8 para 24 segundos diários.

Contudo, havia divergências entre a candidata e o vice Eduardo Jorge. Diferentemente da ex-senadora, Jorge era favorável à descriminalização do aborto e das drogas, apoiava o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais e a criminalização da homofobia²⁹⁰. Quando questionado sobre a discrepância de opiniões²⁹¹, o político dizia que “ela [Marina Silva] é a cabeça de chapa. Nesses pontos [...] a gente respeita as posições da candidata”²⁹². A ex-senadora, por sua vez, defendia a manutenção das regras vigentes para o aborto em casos de estupro, risco de vida da mãe e fetos anencéfalos. Após defender, tal como em 2014, a realização de plebiscitos sobre temas sensíveis, Marina voltou atrás e, nas diretrizes da coligação Rede/PV, registradas no TSE, defendeu a decisão do Conselho Nacional de Justiça que regulamentou a celebração do casamento civil de pessoas do mesmo sexo e o “tratamento igual aos casais adotantes [...] homo ou heteroafetivos”²⁹³.

Marina iniciou sua campanha com as bênçãos de um clérigo: “Deus ilumine vocês”²⁹⁴, disse o padre Luiz José de Almeida Souza no primeiro dia de Marina nas ruas. Interessada em diminuir a resistência de eleitores católicos, uma vez que em 2014 esse foi o grupo religioso que mais se opôs à sua candidatura, com 28% afirmando que não votaria na candidata de jeito nenhum, a ex-senadora abriu a agenda de campanha de 2018 na Igreja Bom Jesus do Cangaíba, na zona Leste de São Paulo. Após a visita a um ambulatório anexo à igreja, onde trabalhavam médicos voluntários, a ex-senadora discursou na sala paroquial. Dirigindo-se às mulheres, segmento no qual possuía mais eleitores naquela data, 16 agosto, com 10% das intenções de votos, Marina lembrou que mais de 50% do eleitorado era do sexo feminino. Ainda assim, a depender da iniciativa, os resultados não foram satisfatórios.

O Gráfico 152 abaixo mostra a intenção de votos na candidata considerando o total da amostra e o sexo do entrevistado. No segmento feminino, a intenção de votos em Marina

²⁹⁰ Esses itens integraram o plano de governo de Eduardo Jorge em 2014, quando concorreu à presidência pelo PV.

²⁹¹ Na época da criação da Rede Sustentabilidade por Marina, Eduardo criticou a iniciativa ao dizer que “nunca tem bom futuro um partido à imagem e semelhança de uma pessoa”. Na contraofensiva, Marina criticou as negociações entre PV e PSDB para apoiar Serra no segundo turno e a oferta de quatro ministérios aos verdes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/vice-de-marina-silva-eduardo-jorge-e-pro-aborto-e-ja-criticou-criacao-da-rede.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/vice-de-marina-silva-eduardo-jorge-e-pro-aborto-e-ja-criticou-criacao-da-rede.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁹³ Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171/proposta_1535040841979.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

²⁹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/marina-silva-mira-mulheres-e-fala-de-saude-e-igreja-em-estreia-na-rua.shtml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

possui percentuais acima da média nacional e entre os homens, abaixo. Porém, a curva é negativa em todo o período. À medida que o primeiro turno se aproximava, Marina perdia votos nos dois segmentos, homens e mulheres. Entre a primeira pesquisa de 2018, feita em abril, até o início de outubro, a ex-senadora perderia 8 p.p. entre as mulheres e 5 p.p. entre os homens. Nada semelhante aos números da eleição anterior, quando assustou a campanha petista ao empatar com Dilma Rousseff em 34% das intenções de votos e abrir dez pontos de vantagem nas simulações de segundo turno.

Já o Gráfico de rejeição por sexo (153) mostra que Marina cresceu, entre o final de 2017 e dias antes da votação, em outubro de 2018, 6 p.p entre os homens e 6 p.p. entre as mulheres. Ao longo dos meses de campanha, o veto à candidata manteve-se estável, sendo o pico no mês de setembro. Nem mesmo o sermão da candidata a Bolsonaro durante o debate promovido pela Rede TV/IstoÉ, no dia 17 de agosto, foi capaz de reverter a queda das intenções de votos e a curva de rejeição. Na ocasião, Marina afirmou que o ex-capitão não poderia minimizar o fato de as mulheres serem preteridas no mercado de trabalho somente pelo fato de serem mulheres e que os valores cristãos não compactuavam com a apologia à violência²⁹⁵.

Gráfico 152 - Intenção de votos em Marina em 2018 - sexo (%)

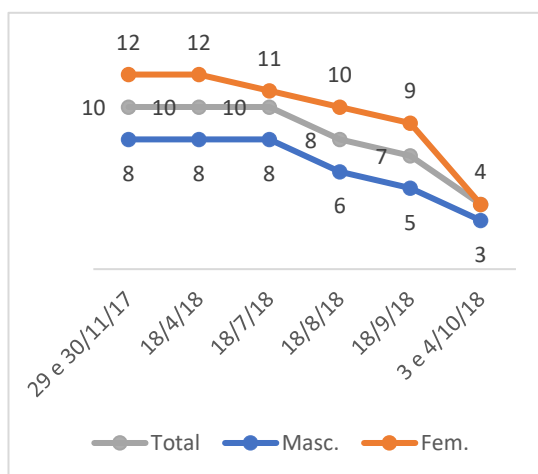
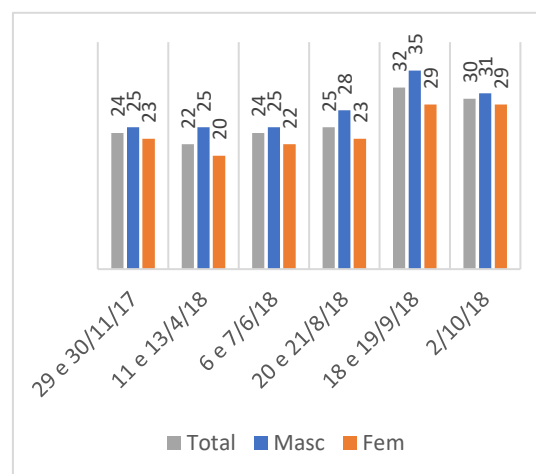


Gráfico 153 - Rejeição a Marina em 2018 - sexo (%)



Fonte: Datafolha (2017 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Além de concentrar esforços nos segmentos feminino e católico, a campanha de Marina optou por realizar viagens ao Nordeste, visando capturar o eleitor que ficaria “órfão”

²⁹⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/so-marina-ao-encurrular-bolsonaro-aproveitou-formato-de-ringue-no-debate.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

de Lula²⁹⁶ após o petista se tornar inelegível. Viagens ao Ceará pretendiam animar a militância, uma vez que em 2014 a ex-senadora conquistara somente 14% dos votos no estado, e visitas a Pernambuco, reduto do ex-governador Eduardo Campos, miravam na consolidação dos votos recebidos quatro anos antes, quando a ex-senadora alcançou 48% no estado, vencendo Dilma Rousseff e Aécio Neves. Entretanto, os números apontam que a estratégia foi equivocada. O principal adversário de Marina em 2018 não era mais o PT, tal como em 2014, mas sim Bolsonaro. A maior desvantagem de Marina ocorreu nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (Gráfico 154). No Sudeste, a ex-senadora viu a sua rejeição crescer 18 p.p. entre 2010 e 2018 e a sua votação cair 28 p.p. em 2018 (Gráfico 155) quando comparada àquela recebida em 2014. Já no Centro-Oeste, a rejeição à Marina cresceu 17 p.p. entre 2010 e 2018 e a votação diminuiu 27 p.p. entre 2014 e 2018. Sudeste e Centro-Oeste são duas das três regiões em que Bolsonaro obteve as maiores votações no primeiro turno de 2018 com, respectivamente, 58 e 53% de votos.

Gráfico 154 - Rejeição - Região geográfica (%)

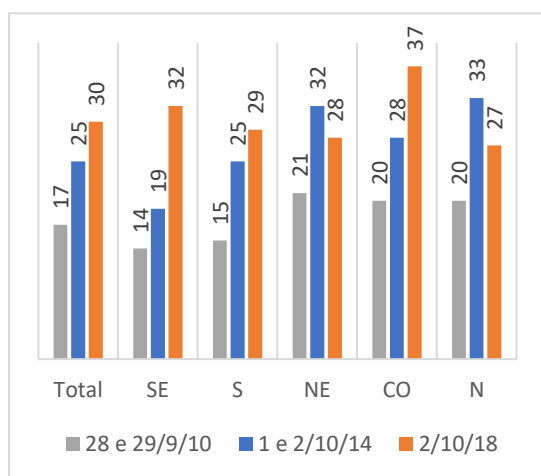
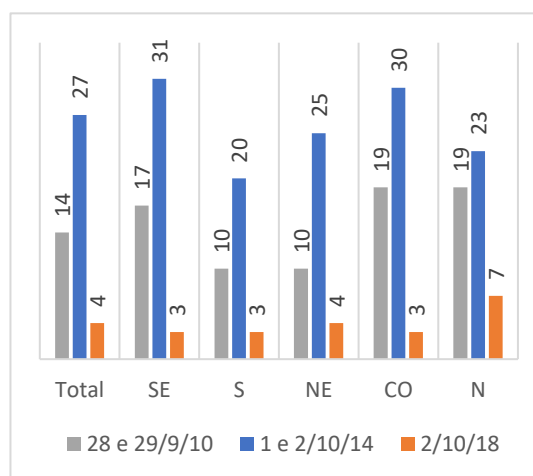


Gráfico 155 - Intenção de votos - Região geográfica (%)



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Na tentativa de reajustar a sua narrativa após o confronto com o ex-capitão no debate da Rede TV/IstoÉ, Marina passou a ser mais agressiva nas entrevistas que concedia. Durante uma sabatina do UOL/Folha/SBT, em 03 de setembro, a candidata afirmou ser contrária à fusão entre religião e política feita por Bolsonaro, em referência ao slogan “O Brasil

²⁹⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/de-olho-em-eleitorado-lulista-marina-focara-campanha-no-nordeste.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

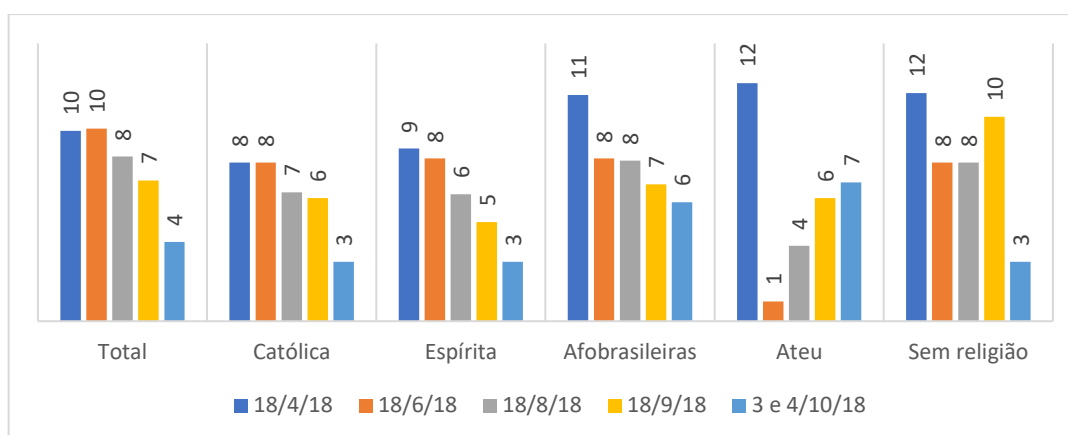
acima de tudo, Deus acima de todos”²⁹⁷. Em outra oportunidade, sinalizando novamente ao eleitorado feminino, a presidenciável criticou a fala do candidato a vice Hamilton Mourão (PRB), que nomeou os lares cujas chefes de família são mães e avós de “fábrica de desajustados” para o narcotráfico²⁹⁸. As ações, entretanto, não reverteram a queda nas intenções de voto da ex-senadora. Sem estrutura partidária, com baixo orçamento e administração sôfrega das redes sociais, a coordenação de campanha recorria aos “marineiros”, eleitores mais fiéis, para participar de mutirões de doação de sangue e orientava a militância sobre como imprimir santinhos e adesivos de acordo com a legislação eleitoral.

O Gráfico 156 a seguir mostra a evolução das intenções de votos na candidata da Rede, de acordo com a religião do entrevistado. Chama a atenção a queda brusca de 11 p.p. no segmento dos ateus entre os meses de abril e junho e a posterior tendência de recuperação a partir de agosto. No grupo dos “sem religião”, Marina também perdeu votos entre os meses de abril e junho e, após um crescimento em setembro, voltou a perder votos a poucos dias da eleição. No demais grupos, católicos, espíritas e afro-brasileiras, a curva da ex-senadora é decrescente em todo o período. Houve a perda de 5 p.p. no segmento católico, 6 p.p. nos espíritas e 5 p.p. entre afro-brasileiros. Levanto a hipótese de que esses resultados estejam relacionados ao “voto útil” de eleitores que migraram para outras candidaturas mais competitivas, como Fernando Haddad e Ciro Gomes. O Datafolha dos dias 3 e 4 de outubro de 2018 divulgou que mais de 60% dos eleitores de Marina cogitavam mudar de candidato, o maior percentual entre todos os candidatos, confirmando a alta volatilidade, em 2018, do eleitorado “marineiro”.

²⁹⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/marina-silva-critica-em-sabatina-promessometro-de-rivals-e-guerra-santa.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

²⁹⁸ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/17/marina-critica-vice-de-bolsonaro-por-declaracao-polemica-e-uma-afronta.htm>. Acesso em: 21 abr. 2023.

Gráfico 156 - Intenção de votos Marina 2018 - Religiões (%)



Fonte: Datafolha / Elaboração própria (2023).

Entretanto, a maior redução ocorreu nos segmentos evangélicos. No total dos evangélicos, a ex-senadora regrediu 9 p.p. entre abril e outubro. Enquanto no meio pentecostal e evangélico tradicional a curva de intenção de votos é decrescente em todo o período (-7 p.p. entre pentecostais e -9 p.p. entre evangélicos tradicionais), nos segmentos neopentecostal e “outras evangélicas” a candidata obteve uma recuperação significativa nos meses de junho e agosto, porém, seguida de uma queda acentuada em setembro e outubro, chegando à véspera da votação com 2% entre neopentecostais e 5% em “outras evangélicas”. Sugiro que esses votos tenham migrado para Bolsonaro, à medida que o ex-capitão se consolidava na preferência do segmento e Marina demonstrava pouca competitividade. Já os Gráficos 157 e 158 a seguir mostram que Marina perdeu votos em todos os níveis de escolaridade, com destaque para os eleitores que completaram até o ensino médio. O resultado abaixo do esperado nos números divulgados pelo Datafolha em setembro preocupou a equipe de campanha da coligação Rede/PV e exigiu da candidata a elevação do tom contra Bolsonaro e a sua antiga legenda, o PT.

Gráficos 157 e 158 - Intenção de votos Marina 2018 (%)

Gráfico 157 - Evangélicos

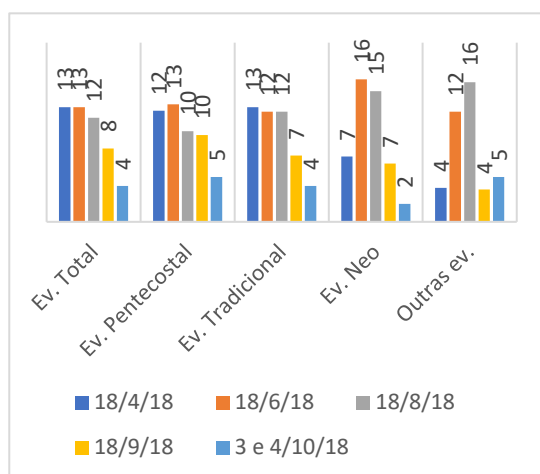
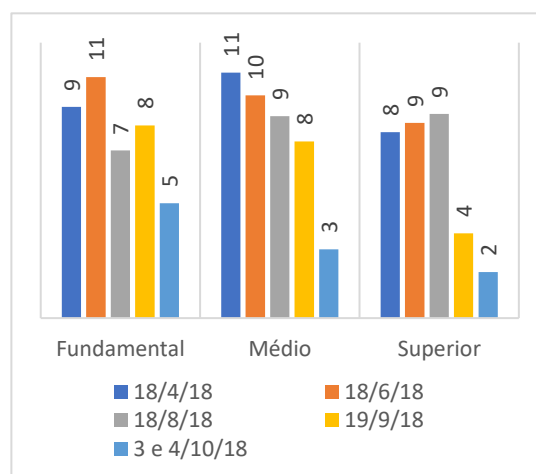


Gráfico 158 - Escolaridade



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Nas simulações de segundo turno (Gráficos de 159 a 162, a seguir), a candidata da Rede/PV foi ultrapassada, na pesquisa do dia 10 de setembro, por Ciro (Gráfico 159) e Alckmin (Gráfico 160). Em um hipotético confronto contra Haddad (Gráfico 161), a ex-senadora perdeu votos gradativamente para o candidato do PT, chegando à última rodada da pesquisa, dos dias 18 e 19 de setembro, em empate técnico. Já no teste contra Bolsonaro (Gráfico 162), Marina flutuou em torno de 45% dos votos durante todo o período pesquisado (29 e 30 de janeiro a 18 e 19 de setembro), porém, o ex-capitão cresceu 7 p.p. entre agosto e setembro, empatando com a ex-senadora na última rodada da pesquisa, nos dias 18 e 19.

Gráficos 159 a 162 - Simulações de 2º turno - 2018 (%)

Gráfico 159 - Marina vs. Ciro

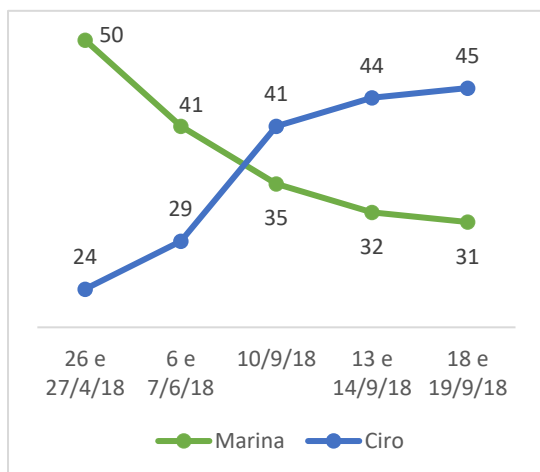


Gráfico 160 - Marina vs. Alckmin

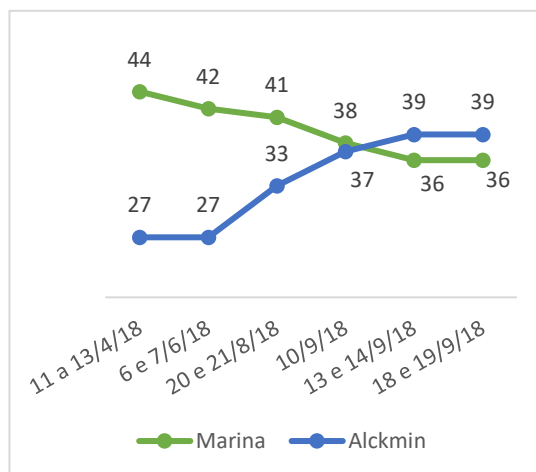


Gráfico 161 - Marina vs. Haddad

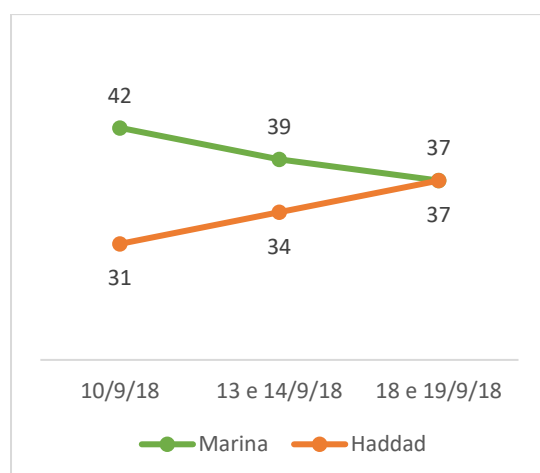
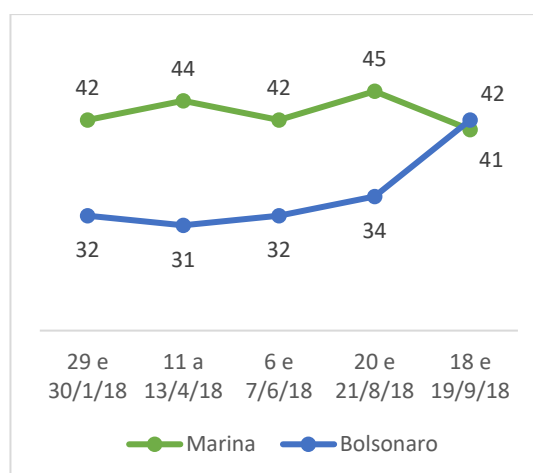


Gráfico 162 - Marina vs. Bolsonaro



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Em um cenário extremamente desfavorável, Marina partiu para ao ataque e passou a criticar a blindagem em torno de Fernando Haddad ao dizer que o petista não explicava por que durante os governos Dilma o Brasil tinha perdido “tudo de bom que havia no governo Lula”²⁹⁹. A ex-senadora ainda investiu contra Bolsonaro, ao afirmar que o ex-capitão governaria para somente os ricos e era contrário às minorias, negros, índios e mulheres; também disse que no Brasil estavam usando a mesma técnica do exterior para manipular as eleições³⁰⁰, em referência a Donald Trump, nos Estados Unidos. Outra estratégia usada pela ex-senadora foi intensificar a frequência das publicações nas redes sociais. Como resultado, os voluntários digitais conseguiram subir a hashtag #ElaSim, de apoio a Marina, em contraposição ao #EleNão, contra Bolsonaro, nos assuntos mais comentados do Twitter no dia 15 de setembro³⁰¹.

A coordenação de marketing da ex-senadora, além disso, organizou o “dia M”, que consistiu na panfletagem realizada por voluntários em diversas cidades em busca de converter votos. O redesenho da campanha da Rede/PV também priorizou a agenda de rua em detrimento de entrevistas para veículos de comunicação no eixo Rio-São Paulo³⁰². No entanto, a tática esbarrava no baixo orçamento da campanha³⁰³. Ainda assim, o discurso de conciliação foi mantido de modo a oferecer aos eleitores uma alternativa à polarização PT-Bolsonaro,

²⁹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/apos-queda-marina-silva-eleva-tom-e-tenta-turbinar-campanha-em-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/estagnada-nas-pesquisas-marina-silva-redesenha-estrategia-de-campanha.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³⁰³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/em-queda-nas-pesquisas-marina-silva-patina-em-estrategia-de-rua.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

sobretudo após o atentado sofrido pelo ex-capitão em Juiz de Fora-MG. Ainda assim, com todas essas ações, Marina amargou a oitava posição, alcançando apenas 1% dos votos válidos, atrás de, até mesmo, Cabo Daciolo, que conquistou 1,26%.

Cobrada, ainda em 2018, sobre o apoio dado a Aécio Neves (PSDB) em 2014, incriminado na Operação Lavajato, fato que pôs em xeque o seu discurso de combate à corrupção, Marina declarou inicialmente que não votaria em nenhum candidato. Depois voltou atrás e afirmou que daria um voto crítico a Fernando Haddad³⁰⁴. Assim, a ex-senadora frustrou os planos do PT de formar uma ampla frente democrática para se contrapor a Bolsonaro. Durante uma entrevista coletiva após o resultado do primeiro turno, Marina se limitou a dizer que não possuía “nenhuma identificação com nenhum projeto autoritário”³⁰⁵, em referência ao militar reformado, e que a democracia é “prejudicada [tanto] pelas ideias autoritárias quanto pelo uso da corrupção que distorce a vontade dos eleitores”³⁰⁶, em referência ao PT. Questionada pela baixa adesão do eleitorado à sua candidatura, Marina atribuiu a culpa à entrada de Haddad no pleito e ao “voto útil” na reta final. Porém, os dados mostram que o capital político da ex-senadora já não era o mesmo de 2014 e foi desidratando ainda mais ao longo da campanha.

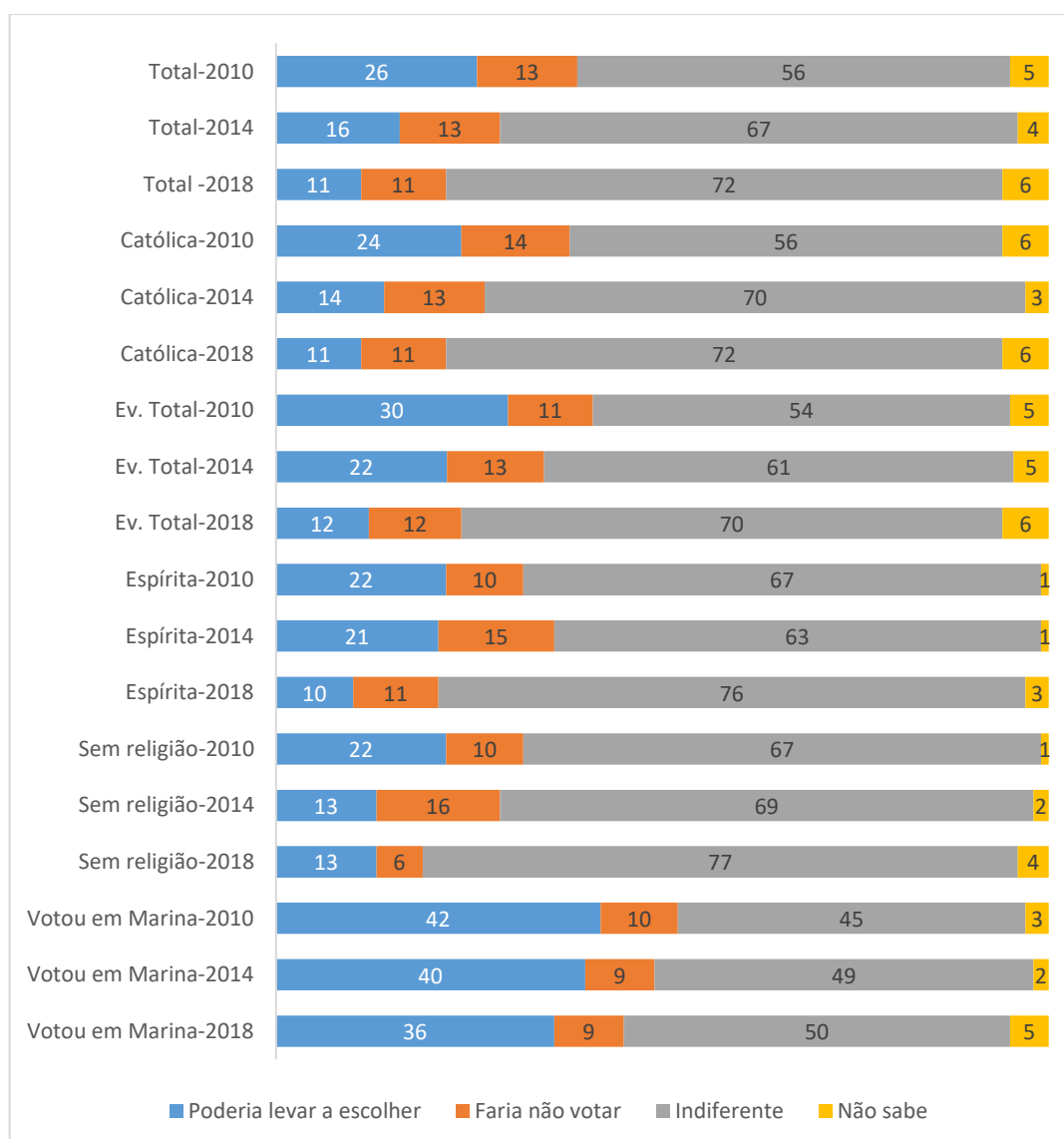
No Gráfico 163 abaixo, elaborei um comparativo da taxa de influência de Marina Silva no segundo turno das eleições de 2010, 2014 e 2018, de acordo com a religião do entrevistado. Na média nacional, entre 2010 e 2018, a ex-senadora perdeu 15 p.p. de eleitores que afirmavam que o seu apoio no segundo turno poderia levá-los a escolher um candidato, e aumentou em 16 p.p. o número daqueles que afirmavam que o apoio de Marina Silva era indiferente. Nos grupos religiosos, a maior perda de influência ocorreu no segmento evangélico. Em 2018, 18 p.p. a menos do total de evangélicos diziam que o apoio de Marina poderia influenciá-los na escolha de um candidato. Nos demais segmentos, Marina perdeu 13 p.p. de influência entre católicos, 12 p.p. entre espíritas e 9 p.p. entre os sem religião.

³⁰⁴ ROXO, Sérgio; AGUIAR, Tiago. Marina Silva declara voto crítico em Haddad. O Estado de S. Paulo. 23 de outubro de 2018, Matutina, O País, p. 8.

³⁰⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/marina-silva-evita-se-posicionar-sobre-2o-turno-e-diz-que-sera-oposicao-a-qualquer-governo.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³⁰⁶ Idem.

Gráfico 163 - Influência de Marina no segundo turno (%)



Fonte: Datafolha (2010, 2014 e 2018) / Elaboração própria (2023).

Nota 1: foram comparadas as primeiras pesquisas após o resultado do 1º turno.

Nota 2: Os dados se referem às pesquisas dos dias 08/10/10, 08 e 09/10/14 e 10/10/18.

Também chama a atenção a perda de 6 p.p. de influência entre aqueles que depositaram o voto na ex-senadora no primeiro turno. Em 2010, 42% dos eleitores que votaram em Marina cogitavam seguir a sua indicação no segundo turno. Já em 2018, esse grupo representava apenas 36%. Como hipótese para a menor influência e popularidade de Marina no segundo turno de 2018 em relação a 2010, sugestiono que a artilharia de propaganda negativa de PT e PSDB direcionada à ex-senadora tenha sido a principal responsável. Em 2010, Marina manteve-se em terceiro lugar nas pesquisas de primeiro turno, abaixo de 20%, sem ameaçar o segundo colocado, José Serra, e, nas simulações de segundo turno, não perturbava Dilma, ficando abaixo de 40% nas intenções de voto. Já em 2014, ao surgir abruptamente como

candidata disputando o segundo lugar com Aécio e aparecendo à frente de Dilma nos cenários de segundo turno, a propaganda negativa do PT e PSDB buscou atingi-la. Assim, sugiro que o êxito de petistas e tucanos na desconstrução da candidatura de Marina em 2014 criou uma indisposição de longo prazo no eleitorado ao seu nome e colaborou para a sua parca votação nas eleições de 2018.

5.4 Cabo Daciolo: o bombeiro e a chama do Espírito Santo

“Cabo Daciolo desce o Monte das Oliveiras para participar do debate de hoje”³⁰⁷. A pitoresca manchete acima, publicada no jornal Folha de S. Paulo em 17 de agosto de 2018, noticiou que o presidenciável de nome civil Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos havia deixado o Monte das Oliveiras, na zona oeste do Rio de Janeiro, após dois dias de jejum. Filiado ao Patriotas, o candidato faltara a uma entrevista da Rede Record³⁰⁸, no dia 15, com a justificativa de orar contra “uma guerra no plano espiritual”. Em um vídeo postado nas redes sociais durante o retiro, Daciolo pregou a um grupo de fiéis: “eles [sociedade secreta Illuminati³⁰⁹] querem me matar, mas aqui não toca, só com autorização divina”. O candidato ainda faria um segundo jejum, dessa vez de 21 dias, em desagravo à Nação e pela recuperação de Bolsonaro, vítima de um atentado em Juiz de Fora: “a nossa luta não é contra pessoas, mas contra potestades”³¹⁰.

Nascido em Santa Catarina, Daciolo passou boa parte da vida no Rio de Janeiro. Entrou para o Corpo de Bombeiros do estado em 1998, onde permaneceu até 2011, quando liderou uma greve da categoria e a invasão a um quartel. Punido, foi desligado da corporação. Em 2014, recebeu o convite para se filiar ao PSOL e conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Porém, acabou sendo expulso do partido antes de terminar o mandato. Contrariando o estatuto da legenda, o deputado apresentou a “PEC dos Apóstolos”³¹¹. O texto sugeria a substituição de artigo 1º da Constituição “todo poder emana do povo” por “todo poder emana de Deus”. Em seguida, entrou para o PT do B e se destacou na greve dos caminhoneiros de

³⁰⁷ Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/08/17/5456-aovivo.shtml#post379220>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³⁰⁸ Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/08/15/5453-4-aovivo.shtml#post379060>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³⁰⁹ Possivelmente Daciolo se referia aos Illuminati da Baviera, uma sociedade secreta existente durante o período histórico do Iluminismo. Acesso em: 21 abr. 2023.

³¹⁰ Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/2018/09/07/5486-5-aovivo.shtml#post380474>. Acesso em: 21 abr. 2023.

³¹¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/apos-polemicas-psol-expulsa-deputado-cabo-daciolo-do-partido-5792/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

2018 ao ceder ao líder “Chorão” a tribuna da Câmara para discursar. No mesmo ano, Daciolo foi escolhido para ser candidato a presidente pelo Patriotas, após a desistência de Bolsonaro, que optou pelo PSL.

Mesmo integrando o rol dos nanicos, com menos de 1% das intenções de votos, o candidato do Patriotas logo se tornou conhecido do amplo eleitorado. Sua espontaneidade nos debates e as propostas de difícil efetivação, como a diminuição de 50% no valor da gasolina, fizeram sucesso nas redes sociais, assim como o bordão “Glória a Deus” (prolongando o “s” em força e extensão). Os Gráficos 164 e 165 abaixo mostram a intenção de votos e a curva de rejeição de Daciolo na média nacional (Gráfico 164) e segmentado por religião (Gráfico 165). Interessante analisar as duas informações conjuntamente, pois à medida em que o candidato se tornava conhecido, diminuía a rejeição, sem se traduzir, no entanto, em votos. Daciolo iniciou a campanha em setembro com 1% das intenções de voto na média nacional e chegou à véspera do domingo de votação com o mesmo número, 1%. Entretanto, a sua taxa de rejeição caiu 5 p.p. no mesmo período.

Já o Gráfico 165 exhibe a intenção de votos e a porcentagem de eleitores que disseram que não votariam de jeito nenhum em Daciolo, na pesquisa dos dias 03 e 04 de outubro, a última com dados de adesão religiosa antes do domingo de votação. Chama a atenção o candidato ser rejeitado por 31% dos ateus, mais que o dobro da média nacional (14%). O dado sugere que o uso intenso de falas religiosas por Daciolo foi mais reprovado por ateus que pelos “sem religião” (19%). Os católicos rejeitavam menos o candidato do Patriotas (14%), entretanto, o ex-bombeiro não pontuou nas intenções de votos nesse segmento, tampouco entre espíritas e umbandistas.

Gráficos 164 e 165 - Rejeição e Intenção de votos em Daciolo - 1ºT 2018 (%)

Gráfico 164 - Evolução - Total

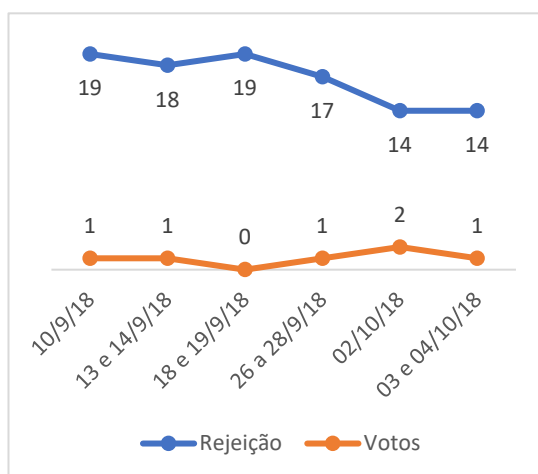
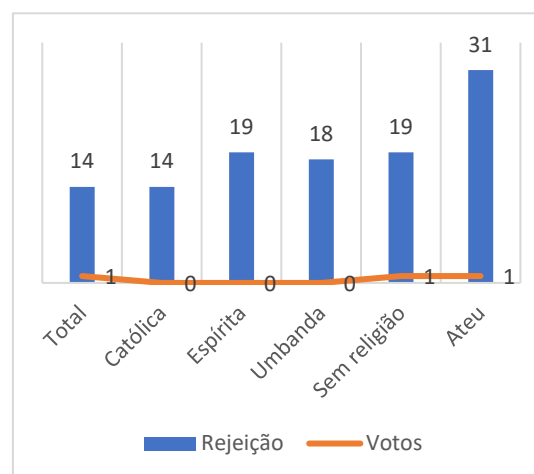


Gráfico 165 - Religião



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).
 Nota: O gráfico 163 se refere à pesquisa dos dias 03 e 04/10/18.

Olhando somente para os evangélicos (Gráfico 166 a seguir), a rejeição ao ex-bombeiro era menor em quase todos os grupos, e as intenções de votos, maiores. No total dos evangélicos, Daciolo chegou à véspera do primeiro turno com 13% de rejeição e 3% de votos. O pior desempenho ficou entre os evangélicos tradicionais, com 15% de rejeição e 2% de intenções de votos, e o melhor no bloco “outras evangélicas”, em que pontuou 8% de rejeição e 4% de intenções de votos. O Gráfico 167 mostra a rejeição ao candidato de acordo com sexo, idade e renda. Daciolo foi mais rejeitado entre os homens, eleitores mais velhos e de maior poder aquisitivo.

Gráfico 166 - Rejeição e intenção de votos em Daciolo 1ºT 2018 - Evangélicos (%)

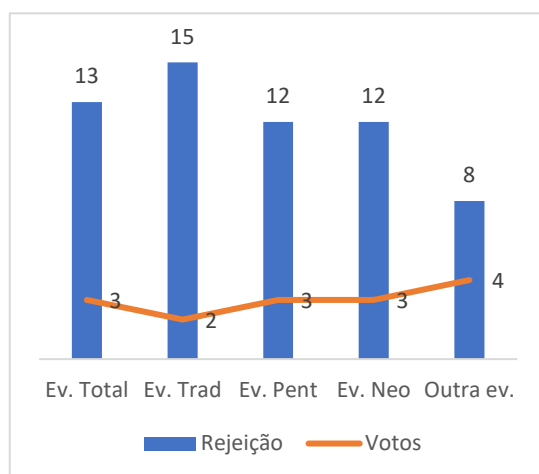
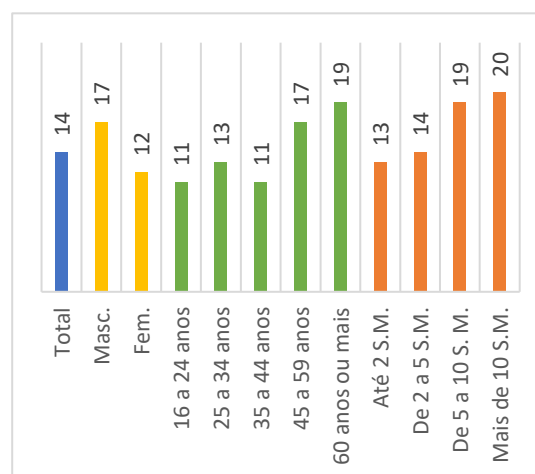


Gráfico 167 - Rejeição a Daciolo 1ºT 2018 (%)



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).
Nota: Pesquisas realizadas nos dias 03 e 04/10/18.

Ainda que distantes na adesão do eleitorado, Daciolo e Bolsonaro, discursivamente, possuíam elementos em comum. Os dois criticavam a “velha política”, a corrupção, usavam o exaustivamente a palavra “deus” e evocavam os “valores da família”³¹². Tal como Bolsonaro, Daciolo também defendia o voto impresso. No debate da Band, realizado em 10 de agosto, o candidato do Patriotas indagou Geraldo Alckmin sobre o que ele achava das fraudes nas urnas eletrônicas³¹³, sem, no entanto, apresentar informações empíricas para comprovar a sua tese. Flertando com o mesmo eleitorado do ex-capitão, a ala bolsonarista iniciou uma campanha virtual para desconstruí-lo. Não demorou e passou a circular nos grupos de WhatsApp uma foto em que o ex-bombeiro segurava uma biografia de Karl Marx ao lado de Cyro Garcia, presidente do PSTU, no Rio de Janeiro. Em um vídeo explicativo publicado no Facebook, Daciolo confirmou a veracidade da imagem e buscou relacionar Marx e Jesus: “O pai de Karl Marx era cristão. Karl Marx foi criado no berço ouvindo a palavra de Jesus Cristo. Faltou alguém ali falando algo para ele, porque ele desviou em determinado caminho”³¹⁴.

Em conjunto, a foto e o vídeo condensam a visão política de Daciolo. Possivelmente, ele seja o primeiro candidato na história republicana brasileira a defender uma espécie de “conservadorismo progressista”³¹⁵. A análise do programa de governo do ex-

³¹² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/de-desconhecido-a-protagonista-no-debate-conheca-cabo-daciolo.shtml>. Acesso em: 10 mai. 2023.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/foto-de-cabo-daciolo-em-lancamento-de-biografia-de-karl-marx-e-verdadeira.shtml>. Acesso em: 10 mai. 2023.

³¹⁵ Aqui, denomino como “conservadorismo progressista” a junção de pautas morais e comportamentais conservadoras e progressistas na área econômica, isto é, a defesa de um Estado de bem-estar social forte.

bombeiro mostra que as temáticas comportamentais e morais se aproximavam dos ideais da direita cristã. O texto falava em “reconstruir o Brasil com bases que honrem a Deus”³¹⁶, citava a “ideologia de gênero” e a “tese da legalização do aborto” como destruidoras da família “em seus moldes naturais”. Ainda mencionava que o “estímulo sorrrateiro” à pedofilia ambicionava destruir o que há de mais sagrado na sociedade. Em resumo, o programa de Daciolo argumentava que tais liberdades não configurariam laicidade, mas sim “desmoralização da pátria”. Segundo o presidenciável, seu governo construiria um “dique contra todas essas mazelas sem que isso signifique dar voz ao preconceito [...] [oferecendo] condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida”.

Afora as temáticas morais, o plano de governo do candidato possuía seis eixos. O primeiro deles, “O Brasil necessita recuperar a noção de soberania”, defendia o aumento dos investimentos e a reestruturação da carreira de militares. O segundo eixo, “Educação”, previa a aplicação de 10% do PIB na área, acessibilidade a alunos deficientes, educação básica em período integral, valorização dos professores, elevação do piso salarial da categoria, criação de novas universidades e institutos federais e a erradicação do analfabetismo. No tópico “Saúde”, eram propostas a ampliação do SUS, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, a interiorização dos médicos, a recuperação da rede de urgência e emergência e o fim do desequilíbrio “na relação com as operadoras de planos de saúde”.

No eixo “Segurança Pública”, eram previstos o investimento de 10% do PIB nas Forças Armadas, o aumento do efetivo policial, a criação de Centro de Operações em áreas de fronteiras, melhores condições de trabalho aos militares, criação do piso salarial de policiais, a reestruturação do sistema penitenciário e o combate ao tráfico de armas e drogas, considerados a base do crime organizado. No tópico “Infraestrutura e Transportes”, o plano de governo pretendia pavimentar 100% das estradas federais e ampliar a malha de ferrovias e hidrovias para diminuir a pressão sobre o transporte rodoviário. Também era mencionada a necessidade de se elevar a qualidade e a segurança das estradas, integrando infraestrutura e segurança pública nos níveis federal, estadual e municipal.

No último eixo, “Economia”, Daciolo prometia reduzir a taxa de juros e a carga tributária, cortar despesas públicas, fortalecer a produção nacional, desburocratizar o registro de patentes e promover o desenvolvimento de pequenos e médios produtores e empresários. É importante frisar que, ao contrário do programa do PSL, o plano de governo do ex-bombeiro

316

Disponível

em:

<https://www.google.com/search?q=programa+de+governo+cabo+daciolo&oq=programa+de+governo+cabo+daciolo&aqs=chrome..69i57.5565j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acesso em: 10 mai. 2023.

afirmava que “empresas estatais estratégicas jamais serão privatizadas em nosso governo”. Como alternativa, propunha a modernização das estatais e abertura de capital, entretanto, não fornecia maiores detalhes. Ainda falava em fortalecimento das *commodities*, da ciência e da tecnologia para que o Brasil deixasse de ser um país exportador de matéria-prima. Por fim, mencionava que a soberania de um país passava pela “formação social e psicológica de seus cidadãos [...] e na promoção dos valores da família, sobretudo, os cristãos”. No encerramento, o texto citava Salmos 33:12: “Bem-aventurada é a Nação cujo Deus é o Senhor”.

Se por um lado Daciolo e Bolsonaro possuíam semelhanças em temas comportamentais, ambos recorrendo à argumentação religiosa em defesa da família e dos valores cristãos, por outro, no campo econômico e social, as duas propostas de governo diferiam enormemente. É importante frisar que o ex-bombeiro fora deputado federal filiado ao PSOL, uma legenda de esquerda. Dessa forma, Daciolo defendia pautas de proteção da economia e fortalecimento da máquina estatal, com promessas de ampliação de universidades, do SUS e aumento salarial de categorias profissionais. Em nada lembrava a agenda ultraliberal bolsonarista discutida no anteriormente nesta tese. Apesar da proximidade ideológica ao ex-capitão em temas de costumes, possibilitando que o ex-bombeiro fosse uma alternativa à candidatura de Bolsonaro pelo Patriotas, Daciolo não entusiasmou o eleitorado, mesmo com a ampla repercussão de seu nome na imprensa.

5.5 Alckmin: o numerário sem votos

Era 02 outubro de 1928, festa dos Santos Anjos da Guarda, quando o sacerdote espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer teve uma revelação divina: fundar o Opus Dei (SILVA, 2009, p. 23), “Obra de Deus”, em Latim. A finalidade seria evangelizar por meio da formação espiritual e do atendimento pastoral. Contudo, os métodos ortodoxos de controle de seus adeptos, chamados de “numerários”, fizeram o movimento ser visto como um dos mais conservadores da Igreja Católica. Ex-membros narram³¹⁷ os interditos sexuais aos quais eram submetidos, como a obrigatoriedade de vestirem macacões “antimasturbação” e se confessarem, caso praticassem o ato. O uso do cilício, uma espécie de cinto de metal com pontas perfurantes preso na altura da coxa, por duas horas diárias, evocando o sofrimento de Cristo na cruz, também causa espanto. Em regra, são recrutados jovens em idade universitária ou pré-

³¹⁷ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR72877-6014,00.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

universitária, que passam a viver em retiros sem o contato com as famílias, uma vez que elas podem ter “ciúmes da Obra”³¹⁸.

Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à presidência em 2018, era mencionado como um “supernumerário”, nome que se dá aos integrantes do Opus Dei com o direito de constituir família e patrimônio próprio³¹⁹. O boato ganhou força em 2006, quando o secretário da Cultura de São Paulo, Andrea Matarazzo, durante uma troca de correspondências com diplomatas americanos, teria afirmado que Alckmin fazia parte do grupo³²⁰. Obtido pelo site WikiLeaks, o telegrama de 14 de junho de 2006 dizia que o governador de São Paulo era um católico conservador. Eliane Brum e Ricardo Mendonça também investigaram a relação do candidato com o movimento³²¹. Segundo os jornalistas, a entrada de Alckmin teria sido mediada por uma parente. O então vice-governador de São Paulo teria pedido à sua prima, Maria Lúcia Alckmin, numerária desde os 18 anos, a indicação de um sacerdote para se confessar. Foi sugerido José Teixeira, padre da Obra. Teixeira, por sua vez, apresentou Alckmin ao jornalista Carlos Alberto Di Franco. Assim, tiveram início as “Palestras do Morumbi”³²², formações cristãs no Palácio do Bandeirantes com a presença do governador e empresários, guiadas por Di Franco. Em entrevistas, o tucano negou fazer parte do movimento, mesmo com as evidências existentes.

Apesar da estreita relação com o catolicismo conservador, nas eleições de 2018 Alckmin fora pressionado por lideranças evangélicas a se posicionar sobre temas morais e a assumir um tom mais ideológico em seus discursos e declarações³²³. A avaliação feita pelos religiosos era de que se não fizesse críticas contundentes ao aborto, às drogas, ao casamento gay e ao projeto de lei que criminaliza a homofobia, o tucano perderia votos para Bolsonaro. Entretanto, caso tendesse à orientação dos evangélicos, Alckmin desagradaria os setores mais à esquerda do PSDB. É importante ressaltar que, ao lado de Henrique Meireles (MDB), o tucano era o candidato preferido das lideranças evangélicas durante a pré-campanha. Para se aproximar do segmento, antes de renunciar ao governo de São Paulo, Alckmin ofereceu um jantar no Palácio dos Bandeirantes às lideranças religiosas. Contra ele, no entanto, circulava um vídeo em grupos de WhatsApp em que se posicionava a favor da diversidade sexual. Uma fonte

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0503201104.htm>. Acesso em: 10 mai. 2023.

³²¹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR72901-6014,00.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

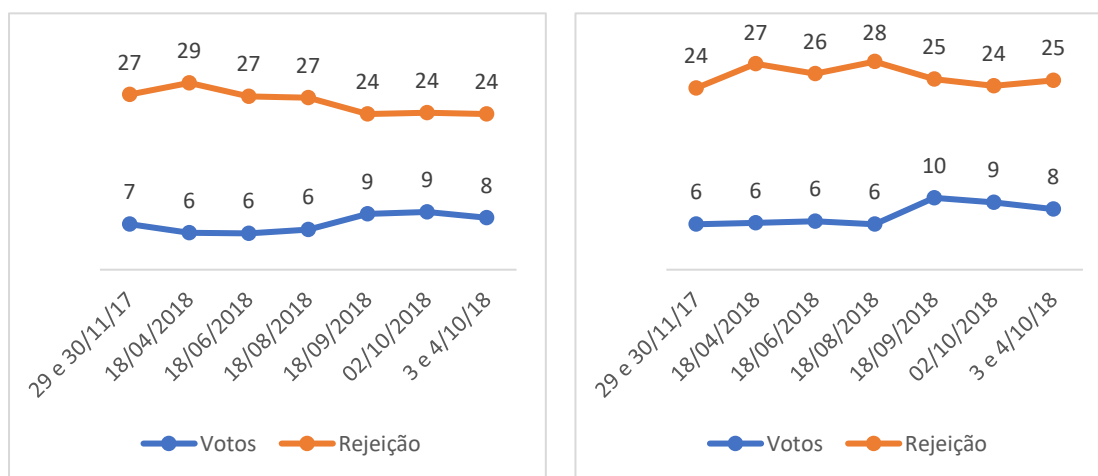
³²² Idem.

³²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/evangelicos-pressionam-alckmin-por-discurso-cristao-em-favor-da-familia.shtm>. Acesso em: 10 mai. 2023.

anônima contou à reportagem da Folha de S. Paulo³²⁴ que, por conta do vídeo, o tucano era “massacrado” pelos usuários do aplicativo.

Na busca por estreitar laços com os evangélicos, Alckmin se reuniu, em agosto, com o apóstolo Waldomiro Santiago, da igreja Mundial do Poder de Deus, e o candidato ao governo de São Paulo, João Dória, na sede da igreja, para uma conversa a portas fechadas. A despeito do empenho, as pesquisas de opinião indicavam apenas uma discreta melhoria nas intenções de votos do tucano no meio evangélico. Os Gráficos a seguir mostram as curvas de intenções de votos e rejeição do candidato do PSDB no total de eleitores (Gráfico 168) e no total dos evangélicos (Gráfico 169). Os dados apontam que entre o final de 2017 e a véspera do primeiro turno, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2018, houve pouca variação. No período, Alckmin reduziu em 3% a rejeição no total do eleitorado e somente 1% no total dos evangélicos. Já nas intenções de votos, o tucano teria como saldo 1 p.p. a mais no total de eleitores e 2 p.p. no total dos evangélicos.

Gráfico 168 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Total) Gráfico 169 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Evangélica total)



Fonte: Datafolha (2017, 2018)/ Elaboração própria (2023).

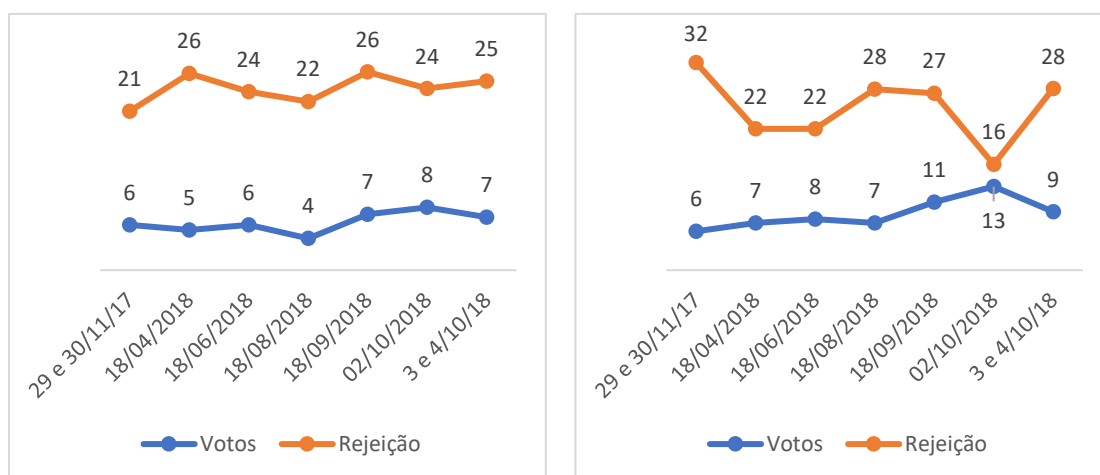
Quando voltamos o olhar para as subcategorias evangélicas pesquisadas pelo Datafolha, notamos que a aparente estabilidade nas intenções de votos e na rejeição no total do eleitorado e no total dos evangélicos, mostradas anteriormente, escondem consideráveis oscilações, sobretudo na rejeição ao tucano. No grupo evangélico tradicional (Gráfico 170), Alckmin cresceu somente 1 p.p. nas intenções de votos entre novembro de 2017 e a véspera do

³²⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/evangelicos-pressionam-alckmin-por-discurso-cristao-em-favor-da-familia.shtm>. Acesso em: 10 mai. 2023.

primeiro turno, em outubro de 2018. Por outro lado, aumentou 4 p.p. na rejeição no mesmo período. No segmento evangélico neopentecostal (Gráfico 171), o tucano reduziu 10 p.p. da rejeição entre o final de 2017 e o primeiro levantamento de 2018, em abril. Contudo, a melhora no nível de rejeição não se traduziu em votos. O auge das intenções de votos do candidato do PSDB (13%) e o ponto mínimo da curva de rejeição (16%) aconteceram em 02 de outubro.

Nesse dia, o Datafolha captou o impacto do movimento “Ele não”, principalmente entre mulheres de baixa renda, que são a maioria dos fiéis das igrejas neopentecostais, abarcando cerca de 59%, segundo o instituto. Na data, somente 7% das mulheres neopentecostais que ganhavam até 2 salários-mínimos diziam não votar em Alckmin “de jeito nenhum”; no mês anterior, o número correspondia a 24%. Infelizmente, não há banco de dados disponível no CESOP com a pesquisa dos dias 3 e 4 de outubro, e o relatório divulgado pelo instituto não traz informações que permitam analisar a evolução da rejeição das mulheres neopentecostais de baixa renda ao candidato tucano.

Gráfico 170 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Ev. tradicional) Gráfico 171 - Rejeição e intenção de votos em Alckmin (Ev. neopentecostal)



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Ainda que o grupo “outras evangélicas” (Gráfico 172 a seguir) possua mais mulheres que o segmento neopentecostal, com 68% de fiéis do sexo feminino, segundo o Datafolha, a maioria de seus adeptos são jovens, com idade entre 16 e 24 anos, 47%, contra 15% das igrejas neopentecostais na mesma faixa etária. Possivelmente, essa seja a razão para o comportamento diferente apresentado no Gráfico 172. Percebemos que a curva de rejeição ao tucano possui trajetória ascendente e depois um declive, justamente no mês de agosto, que marcou o registro das candidaturas, o início da campanha eleitoral e o encontro de Alckmin

com o apóstolo Valdomiro Santiago, da igreja Mundial do Poder de Deus. O declínio da rejeição se refletiu diretamente no aumento das intenções de votos, com o pico de 18% no mês de setembro. Nos levantamentos subsequentes, marcados pela “corrente bolsonarista” que tomou as igrejas evangélicas no final do primeiro turno, houve a diminuição das intenções de votos no tucano e o aumento da rejeição.

Entre os evangélicos pentecostais (Gráfico 173), os dados foram mais estáveis durante o período. No entanto, no mês de agosto de 2018, como foi dito, mês de início das campanhas e tentativa de aproximação de Alckmin dos evangélicos, ocorreu o aumento da rejeição entre os pentecostais, com o pico de 33%. Porém, nos meses seguintes, o número de eleitores pentecostais que diziam não votar no tucano “de jeito nenhum” retornou ao patamar anterior de 25% e houve a uma discreta melhoria de 3 p.p. nas intenções de votos.

Gráfico 172 - Votos e rejeição 1º turno
(%) (Outras evangélicas)

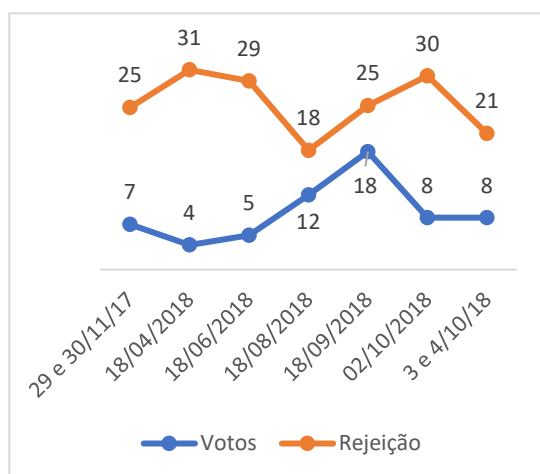
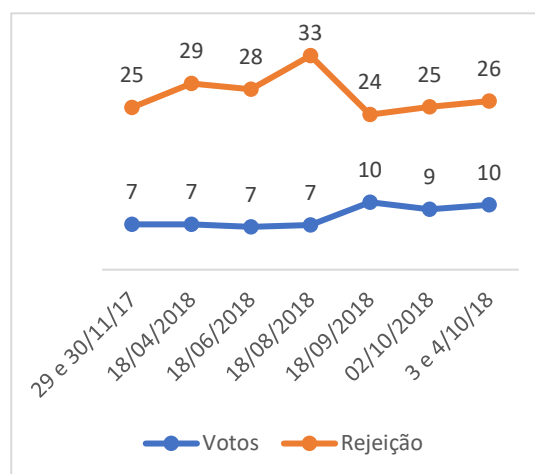


Gráfico 173 - Votos e rejeição 1º turno
(%) (Ev. Pentecostal)



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

No segmento católico (Gráfico 174 a seguir), Alckmin diminuiu em 5 p.p. a rejeição entre o final de 2017 e a véspera do domingo de votação, em 2018. Porém, o acréscimo de votos foi de apenas 2 p.p., saindo de 7 para 9%. Entre os afro-brasileiros (Gráfico 175), o tucano diminuiu 22 p.p. a rejeição após o início da campanha no rádio e na televisão e chegou a marcar 16% nas intenções de votos. Entretanto, o marketing do PSDB não foi capaz de manter os bons números no segmento e o seu candidato voltou a subir na rejeição e diminuir na intenção de votos em 02 de outubro, na ocasião do movimento “Ele não”, que favorecia diretamente o petista Fernando Haddad. Nos demais grupos, espíritas, ateus e sem religião (Gráficos de 176 a 178), Alckmin conseguiu reduzir consideravelmente a curva de rejeição, mas não foi capaz de motivar o eleitorado a escolhê-lo como presidente. O desempenho fraco nas pesquisas pode ter sido um fator decisivo para que os eleitores optassem por candidaturas mais competitivas no contexto de polarização entre Bolsonaro e o PT, desidratando o tucano.

Gráficos 174 a 178 - Votos e rejeição 1T - 2018 (%)

Gráfico 174 - Católica

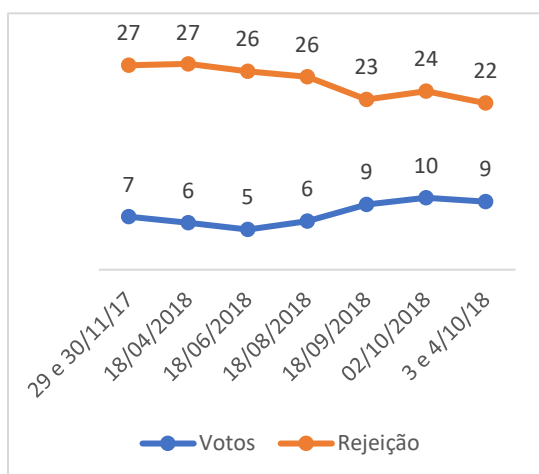


Gráfico 175 - Afro-brasileiras

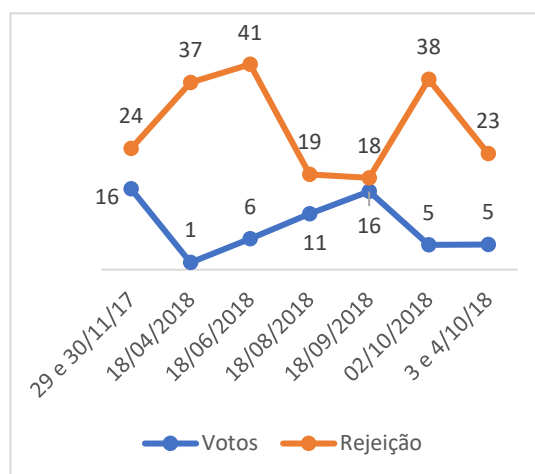


Gráfico 176 - Espírita

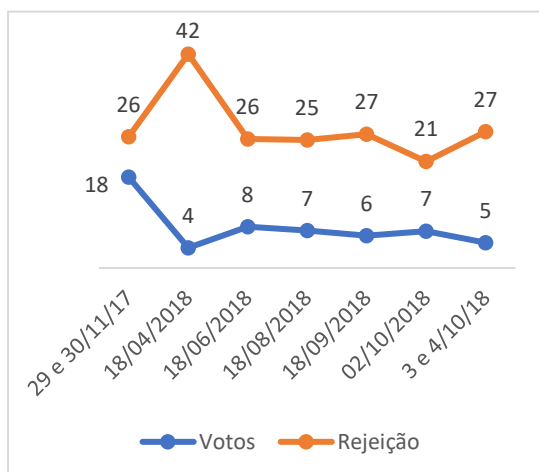


Gráfico 177 - Ateu

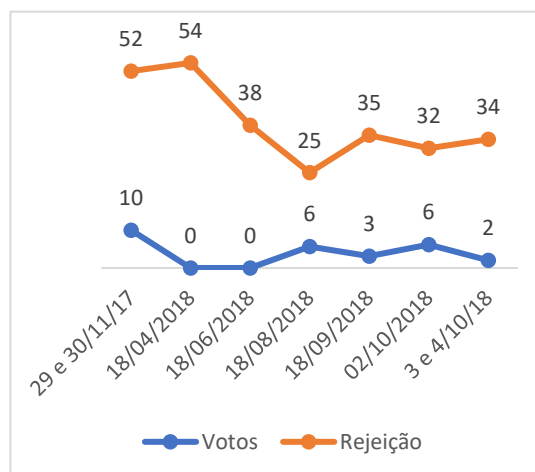
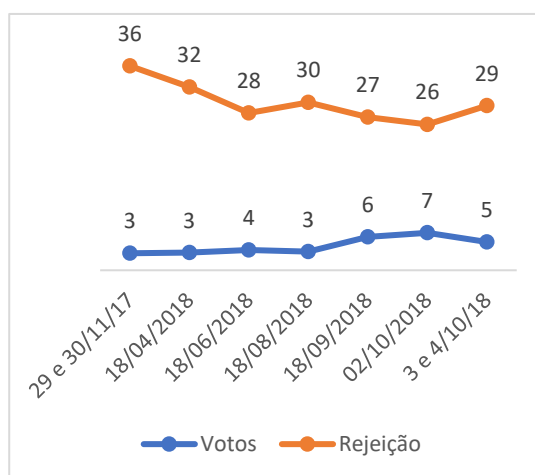


Gráfico 178 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2017 e 2018)/ Elaboração própria (2023).

Nas simulações de segundo turno, como mostram os Gráficos de 179 a 189, Alckmin venceria Bolsonaro na média nacional e em todos os grupos pesquisados, com exceção dos segmentos evangélicos. Nos dias 3 e 4 de outubro, o tucano possuía 9 p.p. de vantagem entre os católicos; 2 p.p. entre os espíritas; 26 p.p. entre afro-brasileiros; 36 p.p. entre ateus e 4 p.p. entre os “sem religião”. Por outro lado, o capitão reformado marcava 14 p.p. de vantagem no total dos evangélicos; 17 p.p. entre evangélicos tradicionais; 15 p.p. entre neopentecostais; 9 p.p. entre pentecostais e 18 p.p. em “outras evangélicas”.

Gráficos de 179 a 189 - Segundo turno Alckmin vs. Bolsonaro - Religião (%)

Gráfico 179 - Total

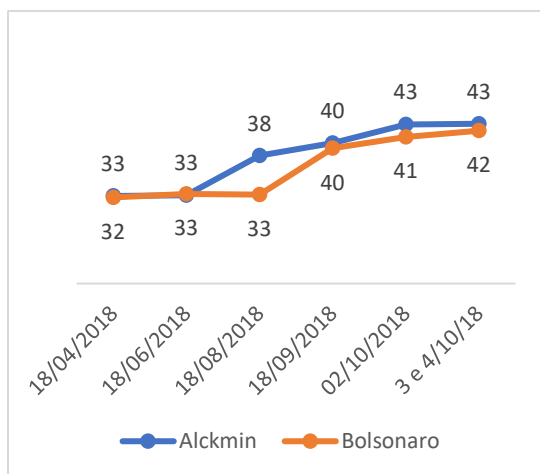


Gráfico 180 - Católica

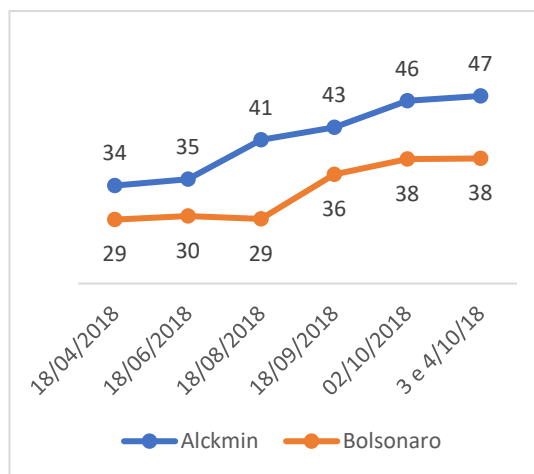


Gráfico 181 - Ev. total

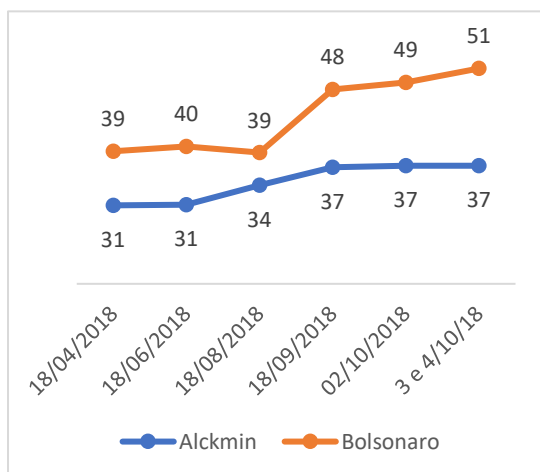


Gráfico 182 - Ev. tradicional

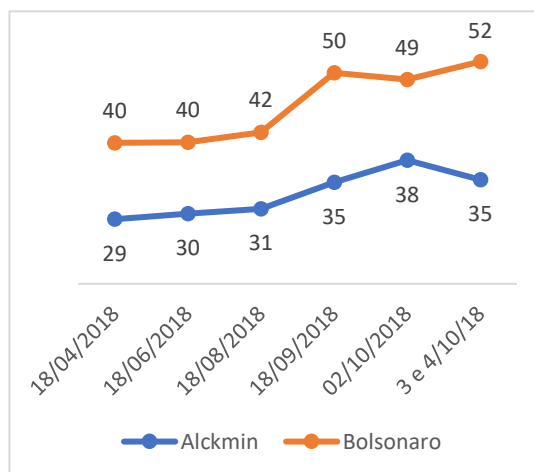


Gráfico 183 - Ev. neopentecostal

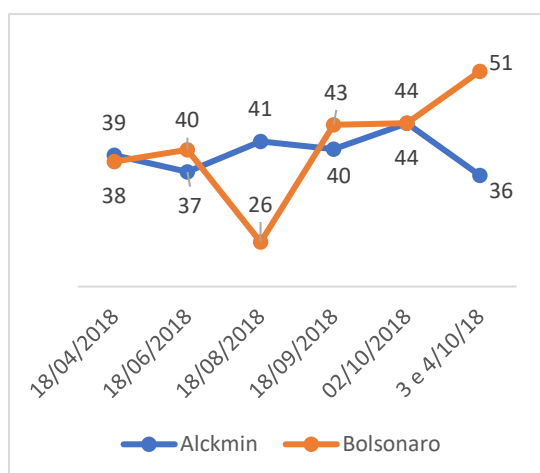


Gráfico 184 - Ev. pentecostal

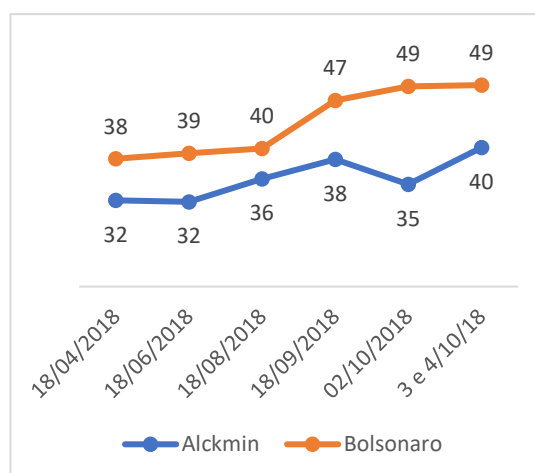


Gráfico 185 - Outras evangélicas

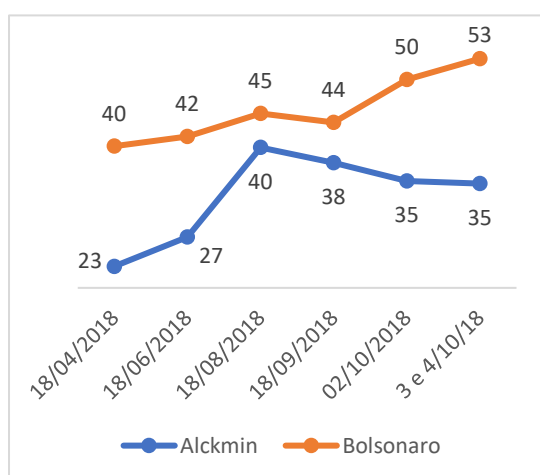


Gráfico 186 - Espírita

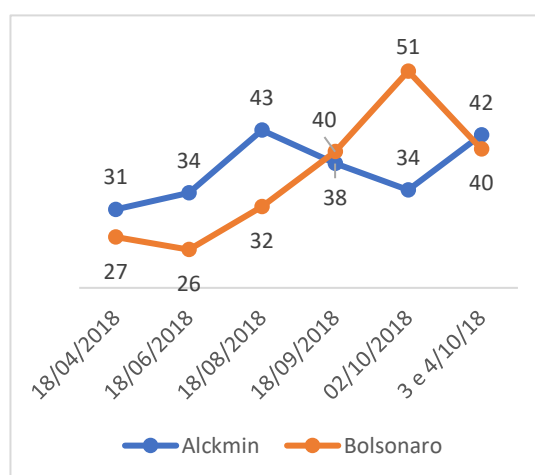


Gráfico 187 - Afro-brasileira

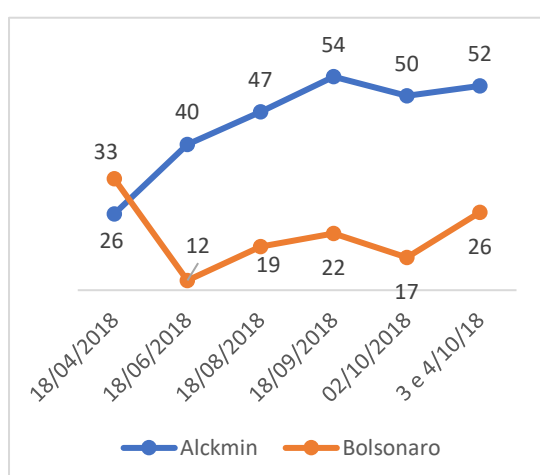


Gráfico 188 - Ateu

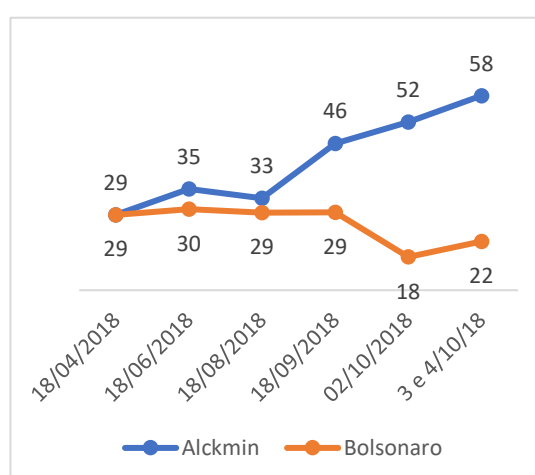
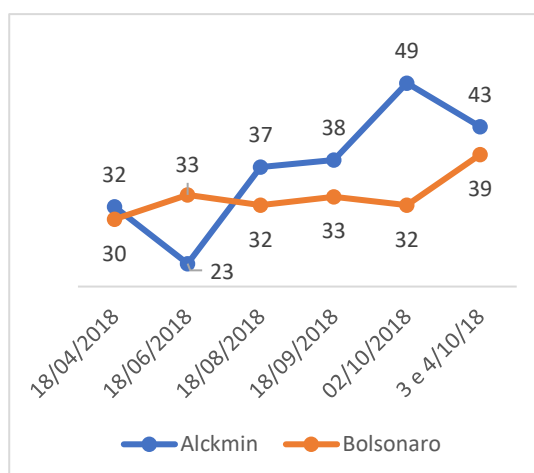


Gráfico 189 - Sem religião



Fonte: Datafolha (2018) / Elaboração própria (2023).

Tal como uma violenta corrente marítima capaz de sugar banhistas na praia, Alckmin foi absorvido pelo bolsonarismo em 2018 e amargou o pior resultado da história do PSDB em eleições presidenciais, somando apenas 5% dos votos válidos, número semelhante àquele das pesquisas do final de 2017, quando obtinha 7% das intenções de votos na média nacional. Assim como no mar é inútil nadar no sentido contrário ao da corrente de retorno, sendo a melhor alternativa embarcar nela ou, no máximo, nadar em sua diagonal, os políticos do PSDB que sobreviveram ao afogamento eleitoral de 2018 flutuaram na onda bolsonarista durante a campanha daquele ano, a exemplo de João Dória e seu slogan “bolsodoria”, na disputa ao governo de São Paulo. Porém, diferente de Dória, Alckmin pleiteava o mesmo cargo que Bolsonaro. Não lhe restava outra opção, portanto, além de confrontá-lo na briga pelo mesmo eleitorado de centro-direita na tentativa de se credenciar para o segundo turno. Para que a vitória em cima do ex-capitão fosse possível, como demonstram as simulações acima, antes era necessário um milagre, fenômeno que os templos evangélicos não deixaram que acontecesse.

5.6 Conclusões do capítulo

É inquestionável a reviravolta político-eleitoral ocasionada pela eleição de Bolsonaro. Como em um jogo de baralho, em que uma súbita carta coringa pode redefinir as estratégias dos apostadores, a vitória do ex-capitão remodelou o sistema político nacional. Minha hipótese aponta que o triunfo bolsonarista consolidou uma mudança significativa na orientação do voto, iniciada em 2010. O realinhamento eleitoral ocorreu, particularmente, na base da pirâmide: os católicos de baixíssima renda (até 2 salários-mínimos) votando no PT e os

evangélicos da mesma classe preferindo a oposição, como será visto adiante. Nesse imaginado carteadado, as ações do PSDB foram bloqueadas pelo ex-capitão, que se valeu de “fichas” entre evangélicos pobres para confrontar o PT, por seu turno, amparado por católicos do subproletariado (SINGER, 2009, p. 98)³²⁵, consistentes no apoio ao partido mesmo em seu pior momento desde as eleições de 1989.

Este capítulo demonstrou que a corrente bolsonarista no segundo turno varreu as igrejas evangélicas, fazendo despencar a intenção de votos, já reduzidas, no candidato petista Haddad. Mesmo que o potencial de transferência de votos de Lula tenha aumentado no público feminino neopentecostal de abril a setembro, isso não foi o suficiente para que Haddad se tornasse competitivo no grupo. A carência de dados referentes aos meses subsequentes dificulta a análise da eficácia de Lula, preso em Curitiba, como cabo eleitoral. Não obstante, deduzo que a religião, em interação com o sexo, foi preditora da influência eleitoral do ex-presidente entre os meses de abril e setembro de 2018. Isso explica a curva ascendente entre neopentecostais, como exibe o Gráfico 129. Portanto, ficou comprovado que estímulos de curto prazo podem alterar a decisão do eleitor religioso e mudar o direcionamento do voto (ou anulá-lo). A esse fenômeno, Lipset (1967, p. 214) daria o nome de “pressões cruzadas”.

Por fim, cabe dizer que o redemoinho bolsonarista também trouxe Marina Silva e Geraldo Alckmin. Não restam dúvidas de que o eleitorado, sobretudo o evangélico, cuja tendência outrora seria optar por um desses dois candidatos, foi “ativado”, para usar a expressão de Singer (2021, p. 705), pelo discurso do ex-capitão, consolidando um processo iniciado ainda em 2010, por José Serra, de clivagem entre católicos e evangélicos nas preferências eleitorais, detalhado a seguir. No caso de Marina, é preciso acrescentar as sequelas da campanha negativa de PT e PSDB quatro anos antes, que gerou uma “indisposição de longo prazo” ao seu nome. Em suma, as eleições de 2018 solidificaram a religião como uma variável inescapável para a compreensão do voto no Brasil.

³²⁵ Tomada de empréstimo do economista Paul Singer (1981), a categoria “subproletariado” significa uma fração da classe trabalhadora que não encontra no mercado quem esteja disposto a adquirir a sua força de trabalho por um valor que possibilite a normalidade de sua reprodução (SINGER, 2009, p. 98).

6 CONCLUSÕES FINAIS

No jogo eleitoral, a religião se consolidou, nos últimos treze anos, como um tema obrigatório na agenda dos candidatos à presidência. Essa é uma batalha ganha por movimentos do cristianismo conservador que, desde a redemocratização, pressionam o sistema político a fim de incorporarem suas pautas ao debate público. Nesse sentido, a religião se tornou uma predisposição de longo prazo³²⁶, capaz de influenciar a orientação do voto. O primeiro candidato competitivo a dar visibilidade acentuada a temas religiosos em campanhas presidenciais foi José Serra (PSDB), em 2010. Sem margem para confrontar o legado lulista, diante de recordes de aprovação, Serra usou a religião para guiar as discussões, no lugar de temas clássicos, relativos às áreas econômica e social.

Assim, é importante destacar que a religião tem ocupado o espaço de embates outrora atribuídos à taxa de juros, inflação, crise social e programas de redistribuição de renda. Na ausência de fronteiras programáticas claras entre os partidos, temas morais, comportamentais e religiosos se tornam o eixo diferenciador entre direita e esquerda, progressistas e conservadores³²⁷. Existe, portanto, uma maior probabilidade de que esses assuntos “emplaquem” nas agendas eleitorais ao final de governos bem avaliados, como ocorreu em 2010. Na carência de um mote para mobilizar o eleitorado contra o candidato governista, esses tópicos são facilmente acionados pela oposição e encontram aderência em uma sociedade marcada pela tradição cristã e um processo inacabado de secularização.

Já nos pleitos ao final de governos mal avaliados, como na reeleição de Dilma, em que 56% dos eleitores consideravam a sua gestão regular, ruim ou péssima³²⁸, tais assuntos perdem força e temas clássicos da política voltam a guiar as candidaturas. Em 2014, o principal tema da campanha foi a corrupção, motivado por acusações envolvendo a Petrobrás e ativada por Aécio Neves. Isso não significa, porém, que a religião esteja ausente da agenda eleitoral, mas sim, que ela possui menor relevância. Basta comparar o volume de notícias veiculadas pela

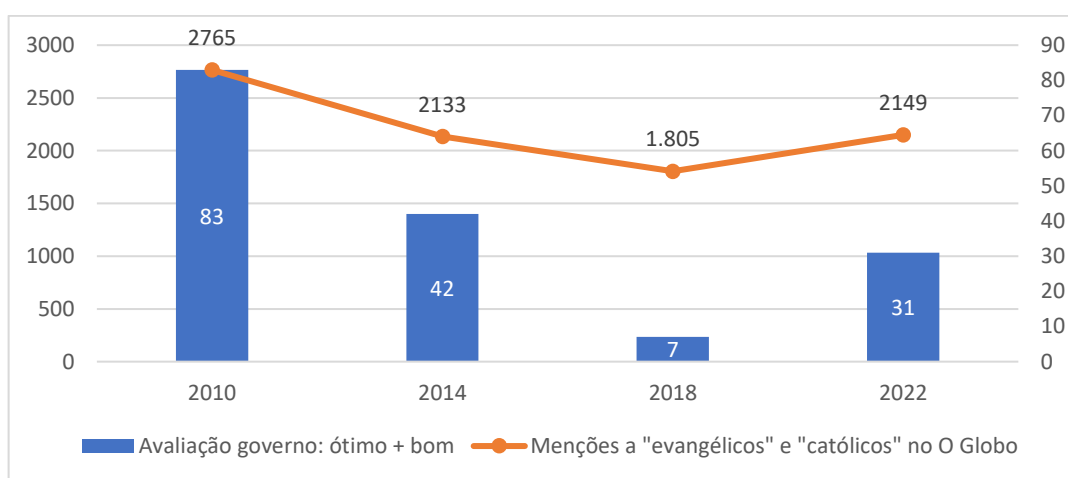
³²⁶ Em seu livro *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro* (2002), Singer associa o comportamento eleitoral ao clima. Isto é, da mesma forma como no clima existem variáveis de longo prazo, ou seja, que se repetem, como as massas de ar e as correntes marítimas, há fatores de curto prazo, como as chuvas inesperadas. Assim, esta tese defende que a religião se tornou, nas últimas eleições, uma variável de longo prazo; em outras palavras, uma forte preditora do comportamento eleitoral do brasileiro.

³²⁷ Singer (2009, p. 100) afirma que, ao defender a estabilidade econômica, Lula retirou dos partidos de centro plataforma capaz de mobilizar os mais pobres, sobrando apenas o tema da corrupção, e conclui: “diante da dificuldade de ganhar eleições presidenciais só com a classe média, os oposicionistas não sabem para onde ir”. A hipótese desta tese sustenta que o caminho encontrado pelos partidos de direita e centro-direita para mobilizar os mais pobres se abriga em pautas morais e comportamentais de fundo religioso.

³²⁸ Datafolha (23/10/14).

imprensa para se ter uma noção do seu grau de circulação social. Em 2010, quando a pauta do aborto dominou o noticiário, é possível encontrar 2.765 resultados com as palavras-chave “católico” e “evangélico” no acervo do jornal O Globo; em 2014 são 2.133, em 2018 1.805 e 2149 em 2022. Haveria, portanto, uma tendência de correlação entre avaliação do governo e a presença de temas envolvendo grupos religiosos ao longo dos anos eleitorais, como mostro no Gráfico 190 a seguir:

Gráfico 190 - Avaliação do governo e menções a “evangélicos” e “católicos” no jornal O Globo



Fonte: Datafolha e O Globo (2010, 2014 e 2018) / Elaboração própria (2023).

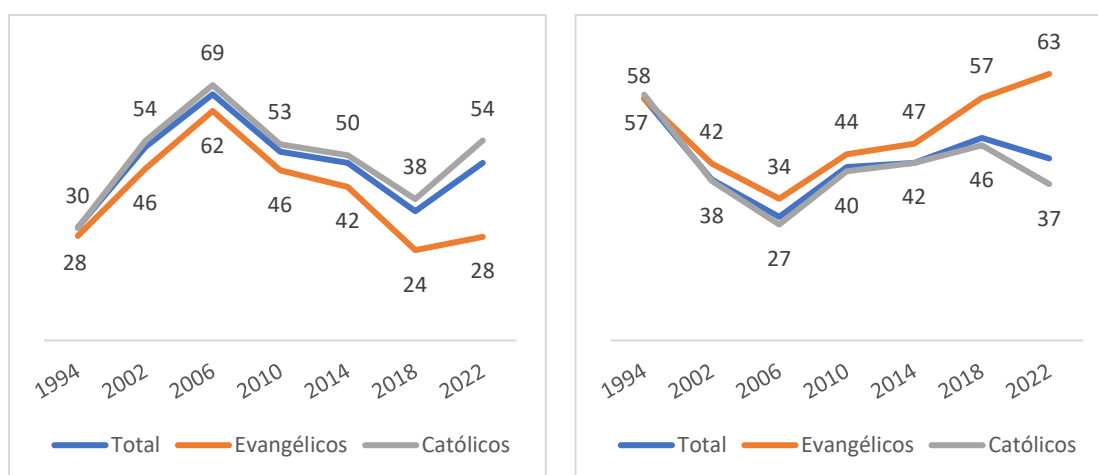
Afirmar que a religião é uma “predisposição de longo prazo” significa dizer que ela se tornou um assunto inevitável, ora “emplacando” como temática principal das eleições, ora sendo ofuscada por questões clássicas. É possível ir além e sustentar a hipótese de que existiria um teto e um piso de circulação de assuntos religiosos em anos eleitorais. Por mais que a avaliação do governo aumente ou diminua drasticamente, as taxas de circulação de tópicos religiosos não se alterariam para além de alguns limites. Isso ocorreu ao final do governo Temer. Com 7% de aprovação, a queda no número de resultados contendo as palavras-chaves “evangélicos” e “católicos” não se deu na mesma intensidade. Ademais, é preciso considerar elementos de “curto prazo”; em 2018, o Brasil possuía um governo formado após um processo de impeachment e a polarização PT-Bolsonaro orientava o debate político. No entanto, a relação apresentada no Gráfico anterior foi encontrada.

Outras pesquisas são necessárias para detalhar esse achado, o que excederia os limites desta tese. Por ora, é suficiente explicar que o advento da religião como uma predisposição eleitoral de longo prazo resulta do aumento numérico de fiéis evangélicos, do

maior capital político do segmento, conquistado ao longo dos últimos 30 anos e da pressão de lideranças do cristianismo conservador por pautarem as agendas eleitorais, como demonstrado por diversos estudos (MARIANO e GERARDI, 2019; CAMURÇA, 2018; ALMEIDA, 2017; VITAL e LOPES, 2014; MACHADO, 2012; PIERUCCI, 2011; ORO, 2006; FRESTON, 1993).

Associadamente, houve o aprofundamento de uma clivagem existente no Brasil desde os anos 1990, gerando um novo realinhamento eleitoral: de um lado os católicos, que votam acima da média nacional no PT e, de outro, os evangélicos, que votam abaixo da média nacional no PT, preferindo os candidatos de oposição. O Gráfico 191 a seguir mostra que a diferença de votos no PT entre católicos e evangélicos passou de 2 p.p. em 1994 para 26 p.p. em 2022. No mesmo período, como o esperado, a diferença de votos entre os dois grupos na oposição aumentou de 1 p.p. em 1994 para 26 p.p. em 2022. Os dados sugerem que o Brasil assiste atualmente à reestruturação de uma nova divisão eleitoral. Em vez do realinhamento da base petista encontrado por Singer (2009, p. 15), a partir de 2006, que afastou a classe média (motivado por escândalos de corrupção) e aproximou os pobres (como o resultado de políticas sociais do primeiro mandato de Lula), agora, a cisão eleitoral se daria entre católicos e evangélicos.

Gráfico 191 - 2º turno presidencial - Total (%) - Votos no PT Gráfico 192 - 2º turno presidencial - Total (%) - Votos na oposição



Fonte: Datafolha (1994 a 2022) / Elaboração própria (2023). Foram utilizadas as pesquisas disponíveis mais próximas das eleições em cada ano. As datas de coleta, são: 09/1994; 02/2002; 10/2006; 10/2010; 10/2014; 10/2018; 10/2022.

Pelos Gráficos de 193 a 196 a seguir, é possível ver que o realinhamento do eleitorado petista sofreu uma inflexão a partir de 2010 nos grupos de baixíssima, baixa e média

renda, indicando o preâmbulo de reativação da direita³²⁹ no Brasil. Diferente de Singer (2021, p.724), que atribui às manifestações de junho, à Lavajato, à crise econômica de 2015 e à radicalização discursiva de Bolsonaro os motores do fenômeno, considero o ano de 2018 somente o ápice de uma marcha iniciada em 2010 por José Serra pela via da retórica religiosa, como demonstrei no capítulo 2. Entre os eleitores de baixíssima renda, com ganhos familiares de até 2 salários-mínimos, há uma queda de 19 p.p. de votos no PT em 2010 em comparação a 2006. Já entre os eleitores de baixa renda, com ganhos familiares acima de 2 até 5 salários-mínimos, houve uma redução de 14 p.p. no mesmo período. Por sua vez, a classe média, com ganhos acima de 5 até 10 salários-mínimos, abandonou o apoio ao PT já em 2010, 48% preferiam José Serra a Dilma Rousseff (45%). Entre os mais ricos, com renda familiar superior a 10 salários-mínimos, já havia uma diferença de 15 p.p. em 2010 a favor do candidato da oposição, Serra.

Gráficos de 193 a 196 – 2º turno de 1994 a 2022 para presidente – renda (%)

Gráfico 193 - Até 2 SM

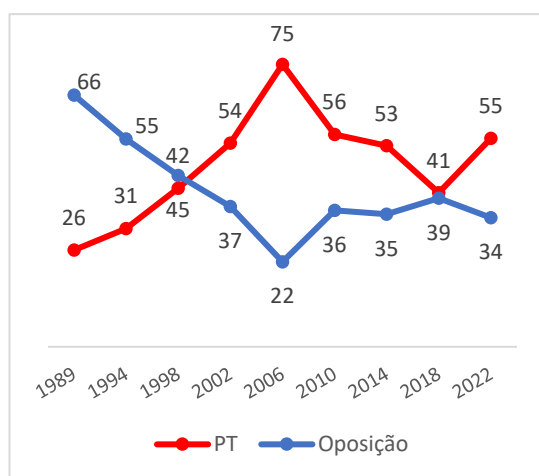
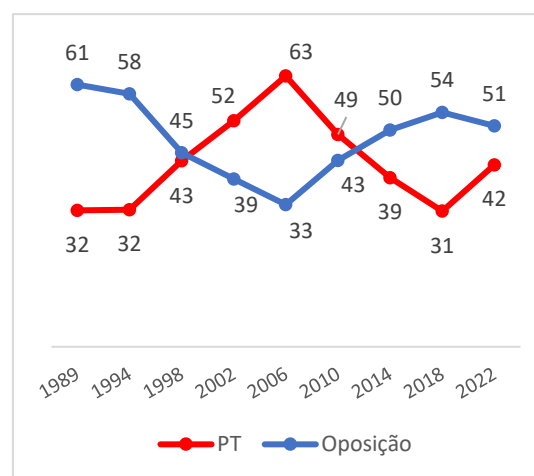


Gráfico 194 - + de 2 a 5 SM



³²⁹ Singer (2021, p. 710) afirma que, entre 2006 e 2014, Lula teria desativado a predisposição conservadora do eleitorado de baixa e baixíssima renda, possibilitando o realinhamento da base petista entre os mais pobres.

Gráfico 195 - + de 5 a 10 SM

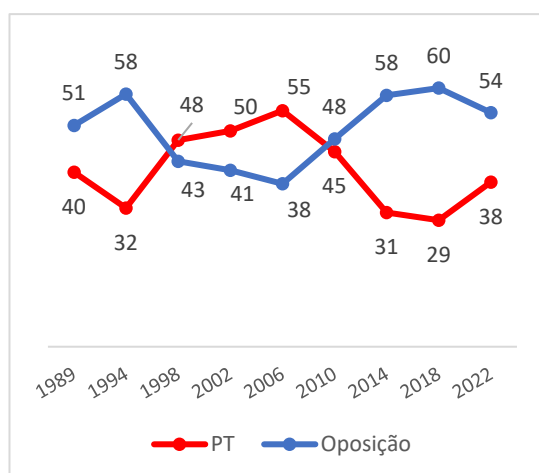
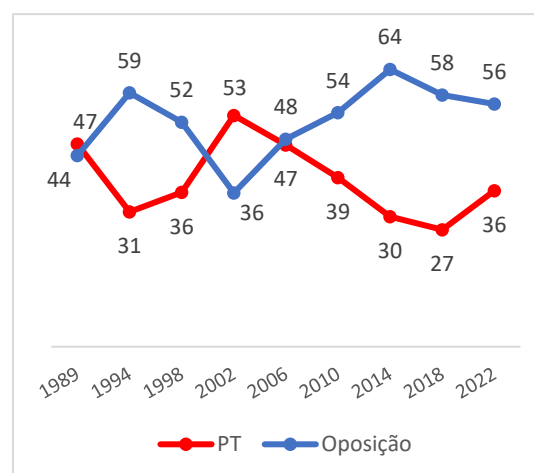


Gráfico 196 - + de 10 SM



Fonte: Datafolha (1994 a 2022) / Elaboração própria (2023). Foram utilizadas as pesquisas disponíveis mais próximas das eleições em cada ano. As datas de coleta, são: 03/1990 (pós-eleitoral); 09/1994; 05/1998; 02/2002; 10/2006; 10/2010; 10/2014; 10/2018; 10/2022.

Assim, defendo que o decréscimo no apoio ao PT visto na camada de baixíssima renda a partir de 2010 (marcando o fim da desativação da direita pelo lulismo nessa fração de classe), seja o reflexo do aprofundamento da clivagem entre evangélicos e católicos nas preferências eleitorais, como demonstram os Gráficos a seguir (197 a 200). É reconhecido pela literatura em sociologia da religião que a maior parte do bloco evangélico é composta por indivíduos do ramo (neo)pentecostal, mais de 60%³³⁰, localizados na base da pirâmide social. Logo, à medida em que a população evangélica cresce numericamente – fato a ser confirmado pelo próximo Censo – e a bifurcação eleitoral entre católicos e evangélicos se amplia, a curva de votos no PT no segmento de até 2 salários-mínimos, cai.

Entretanto, mais surpreendente que isso, é identificar que nos estratos com ganhos acima de 2 salários-mínimos, as eleições de 2022 marcaram uma reviravolta na tendência de queda de votos no PT entre os católicos, oferecendo indícios de um provável realinhamento eleitoral das classes mais abastadas desse segmento religioso, que tornariam a preferir o PT em eleições presidenciais. Key (1955, p. 3), autor do conceito “realinhamento eleitoral”, aponta que para satisfazer a noção, além da significativa mudança na clivagem dos votos, o fenômeno deve ocorrer em sucessivas eleições. Ainda que o PT não tenha formado maioria nos grupos com rendimentos acima de 2 salários-mínimos, a singularidade do evento nas classes mais altas

³³⁰ IBGE, Censo Demográfico (2010).

demonstra que movimentos silenciosos ocorrem no interior das classes sociais, isto é, abaixo da superfície dos números brutos, para usar uma expressão do próprio Key (1955, p. 4).

Gráficos de 197 a 200 – 2º turno - Votos no PT - Religiões e Renda (%)

Gráfico 197 - Até 2 SM

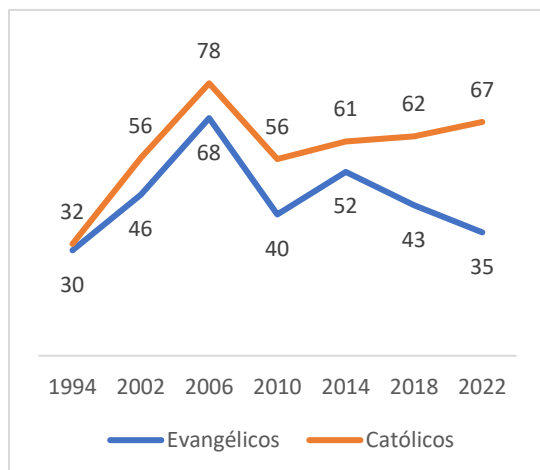


Gráfico 198 - + de 2 a 5 SM

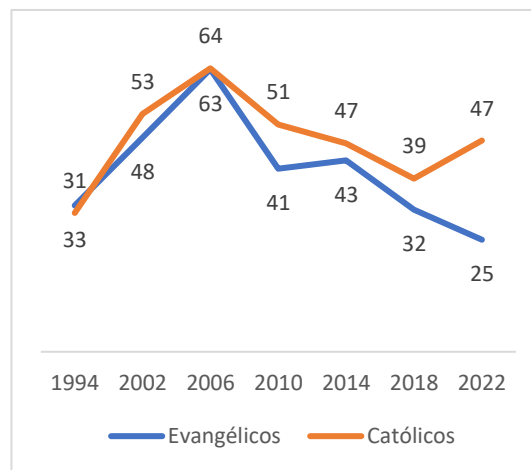


Gráfico 199 - + de 5 a 10 SM

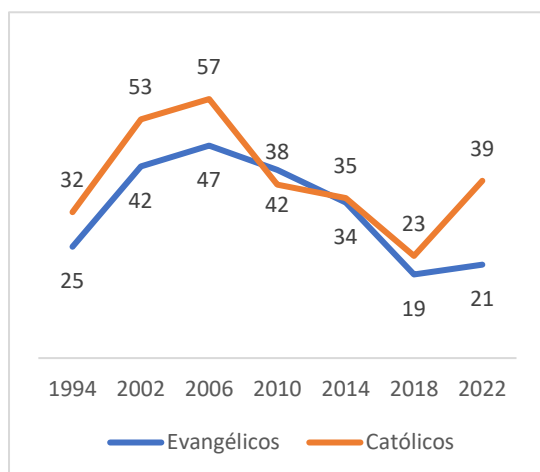
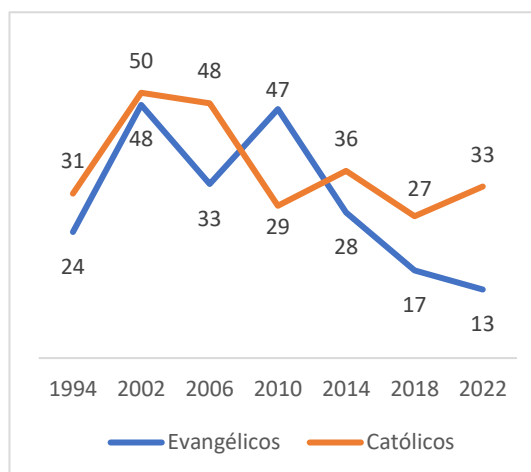


Gráfico 200 - + de 10 SM



Fonte: Datafolha (1994 a 2022) / Elaboração própria (2023). Foram utilizadas as pesquisas disponíveis mais próximas das eleições em cada ano. As datas de coletas, são: 09/1994; 02/2002; 10/2006; 10/2010; 10/2014; 10/2018; 10/2022.

Na porção de baixíssima renda, ou subproletariado, os dados indicam a consolidação das diferenças eleitorais como o resultado do acúmulo gradual de mudanças estruturais de longo prazo, iniciadas em 2010, configurando um realinhamento de tipo secular³³¹. Assim, as modificações que separaram as preferências de católicos e evangélicos

³³¹ A principal diferença entre o realinhamento de tipo crítico e secular diz respeito à velocidade das mudanças do comportamento eleitoral.

que ganham até 2 salários-mínimos, possuem raízes mais profundas do que nos demais segmentos de renda. Sugiro a hipótese de que isso se deve à maior aderência do grupo a pautas religiosas, morais e comportamentais, estimuladas por “pressões cruzadas” (LIPSET, 1976, p. 214) das comunidades religiosas. Há décadas as igrejas evangélicas conservadoras rejeitam o comunismo (e sua versão antipetista), abarcando ameaças à moralidade e o fechamento de igrejas em caso de vitória da esquerda; disposições ativadas e desativadas por partidos da direita e da centro-direita sempre que eleitoralmente conveniente.

Já o crescente de votos no PT entre católicos do subproletariado se explicaria, grosso modo, pela memória das políticas sociais do partido durante os mandatos de Lula e em consequência da relação histórica da legenda com a Igreja Católica. Isso resultaria na ausência, ou menor incidência, de pressões cruzadas da comunidade religiosa contra o PT e no estímulo ao voto no partido. Entre os eleitores católicos que ganham acima de 2 salários-mínimos, a reversão na tendência de queda nos votos do partido em 2022, se explicaria, em boa medida, pela oposição à reeleição de Bolsonaro.

Os Gráficos de 197 a 200 indicam que os evangélicos de todos os grupos de renda são consistentes na adesão aos candidatos de oposição; já os católicos com ganhos acima de 2 salários-mínimos, estariam mais sujeitos a predisposições de curto prazo (SINGER, 2002, p. 16), como a insatisfação a um governo abertamente antidemocrático. Esses dados complexificam a tese de Singer (2021, p. 706) sobre a reativação da direita no Brasil e apontam que ela estaria fortemente associada à filiação religiosa do eleitor. Em suma, a ativação da direita teria “pegado” entre os eleitores evangélicos de todas as classes sociais e no grupo católico somente entre as classes de baixa, média e alta renda, excluindo a baixíssima renda.

Em 2022, a curva de votos no PT entre católicos das classes mais abastadas, com rendimentos acima de 2 salários-mínimos muda de trajetória e apresenta sinal positivo, marcando um ensaio de “reativação da esquerda” entre os católicos (Gráficos de 198 a 200). Também é possível supor que isso tenha ocorrido, além da insatisfação com a gestão Bolsonaro, em virtude de um provável “efeito fariseu” contra o ex-capitão. Ao exagerar em suas qualidades religiosas, Bolsonaro teria afastado os eleitores de fé católica (e evangélica, como vimos na introdução, porém em menor taxa). Para responder a essa questão, será necessário aguardar o próximo pleito, que sinalizará a existência de uma reativação da esquerda entre os católicos, ou indicará que 2022 se tratou somente de uma “eleição desviante” (LAVAREDA, 1999, p. 68), em razão de seu caráter excepcional, ao opor um candidato à reeleição e um ex-presidente bem

avaliado por dois mandatos. Nesse caso, o realinhamento à direita dos católicos de maior renda retomaria o seu curso anterior e 2026 assumiria um caráter corretivo.

Por fim, compartilho um questionamento a ser investigado no próximo pleito: caso o realinhamento eleitoral de católicos das camadas de renda mais elevada se confirme nas próximas eleições presidenciais, estaria o Brasil caminhando para uma divisão, não mais entre ricos e pobres, como dita por Singer (2009, p. 15), mas sim entre católicos e evangélicos? Em outras palavras, a religião se tornaria uma variável mais relevante que a classe social na predição do voto? Espero que essa e outras janelas abertas por esta tese inspire gerações de pesquisadores que olharem através delas e ajudem a compreender as relações entre religião e eleições presidenciais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor**. São Paulo: Record, 2007.
- ALMEIDA, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **CADERNOS PAGU**, v. 50, p. 5-30, 2017.
- ALMEIRA, R. Dez Anos do “Chute na Santa”: a Intolerância com a Diferença. *In*: SILVA, V. G. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2015.
- ALMEIDA, R. Deus acima de todos. *In*: **Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- ANDRADE, P. F. C. (org.). **O censo e as religiões no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Reflexão, 2014.
- ARRUDA, R. Enquadrado, Vannuchi considera solução satisfatória e fica no cargo. **O Estado de S. Paulo**. 14 jan. 2010. Caderno Nacional. p. A4.
- BALLOUSSIER, A. V. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em 15 abr, 2022
- BARBOSA, C. **A cruz e o lulismo: um estudo de caso na periferia de São Paulo com fiéis da Igreja Universal nas eleições de 2014**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2016.
- BERGER, P. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.
- BERGER, P. **Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BERGER, P. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 2018.
- BIROLI, F. *et al.* **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOHN, S. R. Contexto político-eleitoral, minorias religiosas e voto em pleitos presidenciais no Brasil (2002-06). **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 13, p. 366-382, 2007.
- BOLLE, M. Em nome de quê? A política econômica no governo Bolsonaro. *In*: **Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

BRASIL, A. Discurso evangélico de uma nova direita cristã brasileira. *In*: SOLANO, E. **Brasil em colapso**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. *In*: BURITY, J.; MACHADO, M. das D. C. (org.). **Os Votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Massangana, 2006. p. 173-213.

BURITY, J. Duas formas de religião pública e democracia nas eleições de 2022. **Revista Intolerância Religiosa**, v. 3, p. 1-14, 2023.

CALDEIRA, R. C.; TONIOL, R. Catolicismo Eclipsado. **Folha de S. Paulo**, 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/07/31/artigo-mostra-importancia-do-catolicismo-para-ascensao-do-conservadorismo-no-brasil/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAMARGO, C. P. F. de. Religiões em São Paulo. *In*: MARCONDES, J. V. (org.). **Espírito, Povo e Instituição**. São Paulo: Pioneira, 1968.

CAMINHO DO CÉU. Folha de S. Paulo. 14 de novembro de 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1411200818.htm>. Acesso em 15 abr. 2022.

CAMPOS, L. S. Os políticos de Cristo - uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. *In*: BURITY, J.; MACHADO, M. das D. C. (org.). **Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. 1. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2006, v. 1. p. 29-90.

CAMURÇA, M. A. As condições de laicidade no Brasil contemporâneo: percurso histórico e atualidade. *In*: SENRA, F. *et al.* (org.). **Religião & contemporaneidade: atualidade do fenômeno religioso**. 1. ed. São Paulo: Fonte Editorial, 2017a. v. 1, p. 07-198.

CAMURÇA, M. A. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 15, p. 855-886, 2017b.

CAMURÇA, M. A. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de sociologia (UFPE)**, v. 2, p. 3-212, 2019.

CAMURÇA, M. A. A relação do catolicismo com o governo Bolsonaro: entre o apoio dos setores conservadores e a crítica das instâncias institucionais e dos movimentos progressistas. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 207-234, 2023.

CASANOVA, J. Reconsiderar la Secularización: Una perspectiva comparada mundial. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, n. 7, nov. 2007.

CATROGA, F. **Entre Deuses e Césares: Secularização, Laicidade e Religião Civil**. São Paulo: Almedina, 2010.

CERQUEIRA, C. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino e o Republicanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 107, 2021.

CONNELL, R. O Império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 309-336, jul./dez., 2012.

CONRADO, F. **Cidadãos do Reino de Deus: Representações, Práticas e Estratégias Eleitorais**. Um estudo da Folha Universal nas eleições de 1998. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

CUNHA, C.; LOPES, P.; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil & Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2017.

D'EPINAY, C. L. **O refúgio das massas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

DUARTE, L. F. D. *et al.* (org.). **Valores Religiosos e Legislação no Brasil. A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. v. 1.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DWORKIN, R. **Domínio da vida: aborto, eutanásia e liberdades individuais**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

EISENSTADT, S. N. **Múltiplas Modernidades: Ensaio**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

FELIX, A. L. **Religião, Direitos Humanos e Política: Da União Civil ao Casamento Igualitário no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, 2016.

FERNANDES, R. C. Governo das almas: as denominações evangélicas no Grande Rio. *In: ANTONIAZZI, A. et al. Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 163-203.

FONSECA, A. B. Discursos evangélicos de uma nova Direita Cristã à Brasileira. *In: GALLEGOS, E. S. (Org.). Brasil em colapso*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, v. 1. p. 105-120.

FONSECA, Alexandre Brasil; DIAS ROVARI CORDEIRO, JULIANA (Org.). **Caminhos da Desinformação: evangélicos, fake News e WhatsApp no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: NUTES/UFRJ, 2021.

FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment**. Doutorado em Ciências Sociais. Unicamp, 1993.

FRESTON, P. **Religião e Política, sim. Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política**. Viçosa: Ultimato, 2006.

FRESTON, P. As Duas Transições Futuras: Católicos, Protestantes e Sociedade na América Latina. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 12, p. 13-30, 2010.

FRESTON, P. Marina Silva: A Brazilian Case Study in Religion, Politics and Human Rights. *In*: BERRY, E.; ALBRO, R. (eds). **Church, Cosmivision, and Environment: Religion and Social Conflict in Latin America**. New York: Routledge, 2018.

GAUCHET, M. A situação atual da saída da religião. Entrevista. *In*: LOTT, H. M. Compreensões sobre o momento contemporâneo da saída da religião e sobre a condição atual da laicidade: entrevistas com pesquisadores franceses. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 14, n. 41, jan./mar. 2016, p. 185-199.

GIUMBELLI, E. **O Fim da Religião. Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GIUMBELLI, E. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 52, n.52, p. 47-62, 2004.

GIUMBELLI, E. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GIUMBELLI, E. Para estudar a laicidade, procure o religioso. *In*: BELIVEAU, V.; GIUMBELLI, E. (org.). **Religião, Cultura y Política en las Sociedades del Siglo XXI**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2013. p. 43-68.

GIUMBELLI, E. Um Projeto de Cristianismo Hegemônico. *In*: SILVA, V. G. da. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: EDUSP, 2015.

GOLDSTEIN, A. **Poder Evangélico**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2020.

GONÇALVES, R. B. A candidatura de Pastor Everaldo nas eleições presidenciais de 2014 e as metamorfoses do discurso político evangélico. **Debates do NER**, p. 323-348, 2015.

GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (orgs.) **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. (referenciar artigo de Marina Lacerda neste volume).

GUTIERREZ, C. **A reflexividade evangélica a partir da produção crítica e construção de projetos de vida na Igreja Universal do Reino de Deus**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

HENRIQUES, J. M. P. M. O Candidato da Igreja - do que nos fala sua presença na política brasileira. *In*: VASCONCELOS, R.; LEMENHE, M. A. (orgs.). **Cultura, Política e Processos Eleitorais**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

- HENRIQUES, J. M. P. M. Estado laico no Brasil: entre sofismas e ambiguidades. **Cultura y Religión**, v. 7, p. 69-85, 2013.
- HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HERVIEU-LÉGER, D.; WILLAIME, J.-P. **Sociologia e religião: abordagens clássicas**. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- KEY, V. O. A theory of critical elections. **Journal of Politics**, v. 17, p. 3-18, fev. 1955.
- KRISCHKE, P. **CNBB e o golpe militar de 1964**. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2010.
- KRUSE, K. **One Nation Under God: How Corporate America Invented Christian America**. Nova York, Basic Books, 2015.
- LACERDA, M. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. *In*: GUADALUPE, J. L.; CARRANZA, B. (org.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- LAVAREDA, A. **Democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro (1945 – 1964)**. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1999.
- LUNA, N. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: o dilema dos valores religiosos em um Estado laico. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu, 2011.
- MACHADO, A. H. A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à ideia de formar um novo partido. *In*: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**, Fortaleza, 2009.
- MACHADO, M. D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 25-54, 2012.
- MACHADO, M. das D. C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Religião & Sociedade**, v. 35, p. 45-72, 2015.
- MARIANO, R. O futuro não será protestante. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 89-114, 1999.
- MARIANO, R. A reação dos evangélicos ao novo Código Civil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 6, p. 77-99, 2006.
- MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, p. 238-258, 2011.
- MARIANO, R. Pentecostais em Ação: A Demonização dos Cultos Afro-brasileiros. *In*: SILVA, V. G. da. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: EDUSP, 2015.

MARIANO, R. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, p. 708, 2016.

MARIANO, R. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **REVISTA USP**, 2019.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **REVISTA USP**, p. 61-76, 2019.

MARIANO, R.; HOFF, M.; DANTAS, T. Y. de S. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. **Debates Do NER**, 2007.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *In*: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. (org.). **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 193-210.

MARIZ, C. L. Secularização e dessecularização: comentários a um texto de Peter Berger. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 25-39, 2000.

MARIZ, C. L. A sociologia da religião de Max Weber *In*: FAUSTINO, T. (org.) **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MIRANDA, A. P. A “Política dos Terreiros” contra o Racismo Religioso e as Políticas “Cristofascistas”. **Debates do NER**, v. 40, 2021.

MIRANDA, J. **Horizontes de bruma - os limites questionados do religioso e do político**. 1. ed. São Paulo: Maltese, 1995.

MONTERO, P. Max Weber e os dilemas da secularização. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 65, p. 34-44, 2003.

MONTERO, P. Religião Cívica, Religião Civil, Religião Pública: continuidade e descontinuidades. **Debates do NER (UFRGS)**, v. 19, p. 15-33, 2018.

MONTEIRO, P. C. **O anteparo do sagrado: A Liga Eleitoral Católica e o início da indissolubilidade do casamento na Constituição de 1934**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

MUSSE, R. **Émile Durkheim: fato social e divisão do trabalho**. São Paulo: Ática, 2007.

NÁLLIM, J. **Transformación y crisis del liberalismo: su desarrollo en la Argentina en el período 1930-1955**. Buenos Aires: Gedisa Editorial, 2014.

ORO, A. P.; MARIANO, R. Eleições 2010: Religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Debates do NER**, v. 11, p. 11-38, 2010.

ORO, A. P. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. **Debates do NER**, v. 1, p. 69-92, 2020.

OSÓRIO, V. Partido Verde e a institucionalização do alternativo. **Ecopolítica**, p. 142-147, 2012.

PARKER, C. Religião popular e protesto contra a opressão: o exemplo chileno. **Concilium**, Petrópolis, n. 206, p. 26-40, 1986.

PEDDE, V. **“Cabeça, sim; cauda não!”**: Um estudo antropológico sobre evangélicos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PIERUCCI, A. F. **Representantes de Deus em Brasília**: A bancada evangélica na Constituinte. São Paulo: Vértice, 1989.

PIERUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, jun. 1998.

PIERUCCI, A. F. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PIERUCCI, A. F. Eleição 2010: Desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 89, p. 05-16, 2011.

PIERUCCI, F. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religiões e voto no Brasil: A eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 20-44, 1995.

PIERUCCI, F.; PRANDI, C. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *In*: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. (org.). **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAMOS, J. de S. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 55-82, jan./abr. 2012.

RICARDO, P. **Padre Paulo Ricardo critica o Plano de Desenvolvimento de "Direitos Humanos" {PNDH-3} parte 1 de 3**. 2010. (10m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pxxe5do34SU>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ROCHA, C. **Menos Marx e mais Misses**: uma gênese da nova direita brasileira. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, p. 88-111, 2018.

SILVA, V. G. da. **Intolerância Religiosa**. São Paulo: EDUSP, 2015.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. Os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Editora Pergaminho, 1986.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p. 83-102, nov. 2009.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, ANDRÉ. **A reativação da direita no Brasil**. **OPINIÃO PÚBLICA**, v. 27, p. 705-729, 2021.

SMITH, A. E. **Religion and Brazilian Democracy Mobilizing the People of God**. Cambridge: Cambridge Press, 2019.

SOUSA, Í. **Adversários face a face: uma análise da campanha negativa promovida por Dilma Rousseff e Aécio Neves no Facebook durante as eleições de 2014**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

VALLE, V. **Religião, lulismo e voto**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2018a.

VALLE, V. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. **Teoria e Cultura**, p. 85-100, 2018b.

VITAL, C. *et al.* **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: ISER e Fundação Heinrich Boll, 2012. v. 1.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WILLEMS, E. **Followers of the new faith: culture change and the rise of Protestantism in Brazil and Chile**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1967.